Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário OFICIAL Paraná

Comércio, Indústria e Serviços

Ano C

Edição Digital nº 8922 | 78 páginas
Curitiba, Quinta-feira, 21 de Março de 2013

Sumário

Secretarias e Órgãos 02

Autarquias 05

Empresas Públicas 00

Sociedades de Economia Mista 11

Serviço Social Autônomo..... 00

Ministério Público do Estado 15

Federal 15

Municipalidades 17

Conselhos 00

Particulares 27

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Comércio, Indústria e Serviços

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Alberto Richa

Vice-governador
Flávio José Arns

Casa Civil
Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani *Chefe da Casa Civil*
Loriane Leisli Azeredo *Diretora-Geral*

Casa Militar
Adilson Castilho Casitas *Chefe da Casa Militar*
Elio de Oliveira Manoel *Sub-Chefe da Casa Militar*

Procuradoria Geral do Estado
Julio Cesar Zem Cardozo *Procurador-Geral*
Izabel Cristina Moraes *Chefe de Gabinete*

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor Presidente
Ivens Moretti Pacheco

Diretor Administrativo Financeiro
Geraldo Serathiuk

Rua dos Funcionários, 1645
80035-050 I Cabral I Curitiba I Paraná

Informações PABX 3313-3200

Secretarias e Órgãos

Secretaria de Estado da Saúde

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/13 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 061/2009	
Autoridade que Autorizou	Governador do Estado do Paraná Carlos Alberto Richa
Data do Despacho Autorizatório	27/02/2013
Partícipes	Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAUDE
	Hospital Santa Casa do Município de Campo Mourão com interveniência da Paraná Edificações.
Processo	10.289.601-7
Objeto	O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a redação da Cláusula Quarta(Da Vigência), do Convênio original que passará a viger com a seguinte redação: CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA Este Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência do Convênio 061/2009 por mais 06(seis) meses a partir de 28/02/2013, podendo ser prorrogado ou alterado mediante Termo Aditivo, celebrado de comum acordo entre as partes.
Data de Assinatura	28 de fevereiro de 2013.
Data da Vigência	28 de agosto de 2013.
Assinam	Secretário de Estado da Saúde/FUNSAUDE, o Presidente da Santa Casa e o Diretor Geral da Paraná Edificações.

R$ 192,00 - 22623/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

RESULTADO DE LICITAÇÕES
Protocolo n.º 11.719.682-8
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2013-SESA- (ADJUDICADOS)
LMPJ ADMINISTRADORA DE HÓTEIS LTDA, NO LOTE ÚNICO, R$ 61.508,00
Curitiba, 21 de março de 2013
Coordenador de Licitações
Caetano da Rocha

R$ 72,00 - 22739/2013

Secretaria de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACAREZINHO
COLÉGIO ESTADUAL MARQUES DOS REIS

HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE Nº 02/2013-SEED/NRE JACAREZINHO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reparos no C.E. Marques dos Reis – Jacarezinho
A Direção do C.E. Marques dos Reis, do município de Jacarezinho, Estado do Paraná comunica, no uso de suas atribuições conferidas a Resolução 6567/2012, o ato de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO à Lorena e Dallamuta Construções Civis Ltda, com valor de R$140.298,45 (Cento e Quarenta e Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos), de acordo com o Parecer de Julgamento Exarado pela Comissão de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação.

Jacarezinho, 14 de Março de 2013.
Maria Lucia Formagio Kikuchi
Diretora do Colégio Estadual Marques dos Reis

R$ 120,00 - 22674/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 005/2013-VD - SEED/SUDE

PROTOCOLO Nº: 11.649.688-7
OBJETO: Execução de reparos no Colégio Estadual Profº Olavo Del Claro, no município de Curitiba.
DATA DE ABERTURA: 22 de março de 2013, às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos)
LOCAL: Auditório da SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, situada à Rua dos Funcionários nº 1323, esquina Rua Recife, Cabral - 80.035-050 - Curitiba - Paraná.

Curitiba, 20 de março de 2013
Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia

R$ 96,00 - 22881/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação
CONTRATADA: Talento Construtora de Obras Ltda.
OBJETO: 1° Termo Aditivo ao Contrato n° 267/2012 de ampliação do Colégio Estadual Ana Vanda Bassara, no município de Guarapuava, referente à CP nº 029/2011, sendo alteradas as Cláusulas Primeira e Segunda do contrato original: Ficam acrescidos em 13,06% (treze vírgula zero seis por cento) os serviços, aditando em mais R$ 145.632,96 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), alterando o valor do contrato inicial. Fonte de Recursos 116 – SEQE e 107 – Recurso Federal.
AUTORIZADO POR: Carlos Alberto Richa
Governador do Estado
DATA: 09/01/2013
PROTOCOLO: 11.619.379-5

R$ 144,00 - 22671/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 014/2012 –SEED/SUDE

PROTOCOLO Nº 10.454.741-9
HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/07 c/c artigo 1º do Decreto Estadual nº 6191/12, e ainda, nos termos da Informação nº 106/2013 – NJA/SEED, o procedimento licitatório realizado na modalidade Concorrência nº 014/2012 – SEED/SUDE, tipo menor preço, tendo por objeto a execução de reparos e melhorias no Colégio Estadual Pilar Maturana, município de Curitiba, pelo valor de R$ 941.771,63 (novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos) e ADJUDICO em favor da empresa Versailles Engenharia Civil Ltda. - EPP, CNPJ 01.751.523/0001-32, vencedora do certame.
Publique-se.

Curitiba, 19 de março de 2013.
Jorge Eduardo Wekerlin
Resolução nº 334/2011-GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

R$ 144,00 - 22972/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/13

Processo nº 11.630.787-1
OBJETO: Aquisição de Software Gráfico Intellimap versão 2010.
Empresa Vencedora
Urcal Consultoria Ltda
Lote único no valor total de R$ 13.480,00 (treze mil, quatrocentos e oitenta reais)

Curitiba, 20 de março de 2013

Comissão Permanente de Licitação

R$ 96,00 - 22910/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CIANORTE
ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO NUNES GONÇALVES
CONVITE N.º 02/2012-SEED/NRE DE CIANORTE
Extrato de Contrato

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação/ Escola Estadual Felisberto Nunes Gonçalves – EF.
CONTRATADA: V. Mendonça dos Santos Construções – ME (Proativa Construções), CNPJ:06.241.773/0001-46.
OBJETO: CONTRATO 001/2012 – Escola Estadual Felisberto Nunes Gonçalves – EF. para execução de serviços de reparos no estabelecimento de ensino, localizado na Rua Majari, nº 90 – CEP 87210-000, no Município de Indianópolis, na jurisdição do NRE de Cianorte, no valor total de R$ 128.533,66 (cento e vinte oito mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos), com recursos do Programa Fundo Rotativo, originado pelo Convite 02/2012 – SEED/ NRE Cianorte.
Prazo de execução: 90 (noventa) dias corridos.
Prazo de Vigência: será de 180 (cento e oitenta) dias, acrescidos ao prazo de execução, ambos contados a partir da data fixada na Ordem de Serviço.
HOMOLOGADO POR: Rosi Montoia
DATA: 06/12/2012.

R$ 144,00 - 23072/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CIANORTE
COLÉGIO ESTADUAL PEDRO FECCHIO - EFM

RESULTADO DO CONVITE N.º 01/2013-SEED/NRE DE CIANORTE

Objeto: A contratação de empresa para execução de serviços de reparos no Colégio Estadual Pedro Fecchio- EFM, localizado na rua Egydio Antonio Gorla, 696 – CEP 87220-000, no Município de São Tomé, na jurisdição do NRE de Cianorte.
Preço Máximo da Obra: R$ 149.958,25
Empresas Classificadas: Constral Construção Civil – LTDA; V. Mendonça dos Santos Construções – ME (Proativa Construções), V.P.P. Imóveis e Obras – LTDA – EPP. Empresas Classificadas/Habilitada: V. Mendonça dos Santos Construções – ME (Proativa Construções), V.P.P. Imóveis e Obras – LTDA – EPP e Constral Construção Civil – LTDA. Empresa Vencedora: V. Mendonça dos Santos Construções – ME (Proativa Construções) com valor de R$ 131.813,30 (cento e trinta e um mil, oitocentos e treze reais e trinta centavos)

Cianorte, 21 de março de 2013

KELLY CRISTINE WERDENBERG
Presidente da Comissão de Licitação do NRE – Cianorte

R$ 144,00 - 23075/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA
COLÉGIO ESTADUAL PEDRO STELMACHUK

RESULTADO DO CONVITE Nº 01/2013-SEED/NRE UNIÃO DA VITÓRIA

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de reparos
PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO R$149.713,04 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e treze reais, e quatro centavos)
Empresas Classificadas: Metalflex Ltda ME, Construtora Alvir Lopes Ltda ME, Versa Prestadora de Serviços Ltda, Mendes e Moura Junior e Cia Ltda,
Empresas Classificadas/Habilitadas: Metalflex Ltda ME, Construtora Alvir Lopes Ltda ME, Versa Prestadora de Serviços Ltda.
Empresa Vencedora: Metalflex Ltda ME com valor de R$ 119.755,46 (Cento e dezenove mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e seis centavos);

União da Vitória, 18 de março de 2013.

Anderson Ratuchniak
Presidente da Comissão de Licitação do NRE União da Vitória

R$ 144,00 - 23101/2013

Polícia Militar do Paraná

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – PMPR
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES-FASPM
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO, o resultado do Pregão Presencial nº 004/12, visando a contratação de serviços de Diagnóstico por Imagem, para atender às necessidades dos servidores civis e militares, usuários do Hospital da Polícia Militar do Paraná, havendo sido adjudicado o certame em favor da empresa "CENTRO DIAGNÓSTICO ÁGUA VERDE S/C LTDA", no valor total de até R$ 245.000,00, sendo o valor de Coeficiente de Honorários (CH) estabelecido em R$ 0,22 conforme processo licitatório. Em 30 jun 12
Cel. QOPM ROBERSON LUIZ BONDARUK
Comandante Geral da PMPR

R$ 96,00 - 22875/2013

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
EXTRATO

- **ESPÉCIE**: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROTOCOLADO: 11.512.531-1
- **PARTES**: SEAB/EMATER
- **OBJETIVO**: IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS
- **DATA DA ASSINATURA**: 26/02/ 2013
- **VIGÊNCIA**: 31/12/2015
- **VALOR:** NÃO HÁ REPASSE.
- **CONDIÇÕES**: DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTAM NO PRÓPRIO TERMO.
- **ASSINATURAS**:

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA - Secretário da Agricultura
RUBENS ERNESTO NIEDERHEITMANN- Diretor Presidente EMATER
AUTORIZADO PELO SR. GOVERNADOR EM 14/09/2012

R$ 120,00 - 22683/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
EXTRATO

- **ESPÉCIE**: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROTOCOLADO: 11.512.546-0
- **PARTES**: SEAB/EMATER
- **OBJETIVO**: IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL
- **DATA DA ASSINATURA**: 26/02/ 2013
- **VIGÊNCIA**: 31/12/2015
- **VALOR:** NÃO HÁ REPASSE.
- **CONDIÇÕES**: DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTAM NO PRÓPRIO TERMO.
- **ASSINATURAS**:

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA - Secretário da Agricultura
RUBENS ERNESTO NIEDERHEITMANN- Diretor Presidente EMATER
AUTORIZADO PELO SR. GOVERNADOR EM 19/09/2012

R$ 120,00 - 22685/2013

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR
AVISO N.º 005/2013
CONVITE Nº 002/2013 - AGEPAR
RESULTADO DE LICITAÇÃO

OBJETO: execução de serviços de aquisição de coberturas - (Toldo) a ser Instalado na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, na forma e condições previstas no Edital 002/2013.

Protocolo n° 11.773.885-0

Tendo em vista a data e horário previstos para a abertura e julgamento do certame licitatório acima identificado e a não apresentação de propostas, bem como o não comparecimento de empresas proponentes, a Comissão de Licitações designada considerou DESERTO o presente certame.

Curitiba, 19 de Março de 2013

Moisés Nascimento Castanho
Presidente

Sérgio Teixeira de Carvalho
Membro

João Batista Peixoto Alves
Membro

R$ 192,00 - 22706/2013

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL-SEPL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONVITE N.º 003/2012

PROTOCOLO: 11.459.432-6
OBJETO: Contratação de Projeto de climatização do Palácio das Araucárias.
INTERESSADO: SEPL/GS
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2013
VALOR TOTAL: R$ 67.583,00 (sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais)
EMPRESA VENCEDORA: ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL LTDA.
SEPL/CL, 20/03/2013

R$ 96,00 - 22940/2013

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRO – SETI /SEAP nº 017/13
Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota da SETI.
PROTOCOLADO 11.782.529-9
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4502.12364414.112 Rubrica: 3390.3914-fonte 100 e Dotação Orçamentária: 4560.19571124.150 Rubrica: 3390.3914-Fonte 132.
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência: 05/03/2013 a 31/12/2013
Curitiba 19 de março de 2013
ALIPIO LEAL
Secretário de Estado

R$ 96,00 - 22748/2013

Secretaria de Estado de Segurança Pública

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2013

PROTOCOLO: 11.756.276-0
OBJETO: Aquisição de Cones de Sinalização para Academia Policial Militar do Guatupê.
INTERESSADO: APMG
ABERTURA: 04/04/2013 as 14:30 horas
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO, licitações por instituição, SESP o nº do PREGÃO PRESENCIAL

SESP, 21/03/2013.

R$ 96,00 - 22722/2013

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013
PROTOCOLO: 11.536.220-8
OBJETO: Aquisição de combustível para o município de São José dos Pinhais para a Policia Militar, Departamento da Policia Civil, Batalhão da Policia Ambiental e Corpo de Bombeiros
INTERESSADO: SESP
ABERTURA: 03 de Abril de 2013 as 09:30 horas
O edital encontra-se à disposição no portalwww.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO, licitações por instituição, SESP o nº do PREGÃO PRESENCIAL
SESP, 21/03/2013.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2013
PROTOCOLO: 11.536.256-9
OBJETO: Aquisição de combustível para o município de Almirante Tamandaré para a Policia Militar e Departamento da Policia Civil.
INTERESSADO: SESP
ABERTURA: 04 de abril de 2013 as 09:30 horas
O edital encontra-se à disposição no portal
www.comprasparana.pr.gov.br
ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO, licitações por instituição, SESP o nº do PREGÃO PRESENCIAL
SESP, 21/03/2013

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2013
PROTOCOLO: 11.537.051-0
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO (GASOLINA E QUEROSENE) PARA O GRUPAMENTO AEROPOLICIAL (GRAER) NO MUNICÍPIO DE LONDRINA COM ENTREGA PARCELADA PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
INTERESSADO: SESP/GRAER
ABERTURA: 10/04/2013 as 09:30 horas
O edital encontra-se à disposição no portalwww.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO, licitações por instituição, SESP o nº do PREGÃO PRESENCIAL
SESP, 21/03/2013.

R$ 360,00 - 22713/2013

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.697.044-9
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para o Instituto de Criminalística, oriundo da Inexigibilidade nº 008/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.656.553-6
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para o Corpo de Bombeiros Militar, oriundo da Inexigibilidade nº 007/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.697.048-1
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para o Instituto Médico Legal, oriundo da Inexigibilidade nº 004/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.697.046-5
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para o Departamento da Policia Civil, oriundo da Inexigibilidade nº 006/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.697.047-3
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para a Secretaria de Estado da Segurança Publica - SEDE, oriundo da Inexigibilidade nº 009/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PARTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Protocolo n.º 11.697.045-7
Vigência: 05/03/2013 à 04/03/2018
Valor Mensal: R$ 12.000,00 (doze mil reais)
Contrato referente a prestação de serviços de vendas e produtos pela ETC para a Polícia Militar do Paraná, oriundo da Inexigibilidade nº 005/2013.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Governador em 04/03/2013.

R$ 408,00 - 23116/2013

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA nº 001/2013 – SEDS/SEJU

Protocolo nº 11.696.595-0
Partícipes: A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – **SEDS**, e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – **SEJU.**
Objeto: Cooperação Técnico-Financeira para consecução das ações estabelecidas pela Deliberação nº 104/2012 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, para execução do Projeto "**Formação para Mulheres Mães do Sistema Penal do Paraná**".
Valor: R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais);
Dotação Orçamentária: P/A 4221, elementos de despesa 33.90.39.00, Fonte de recurso 131 (Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR).
Vigência: ... por 24 (vinte e quatro) meses.

Curitiba, 20 de março de 2013.
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

R$ 120,00 - 23007/2013

CONTRATO 152/2012

PROTOCO:11.665.660-4

OBJETO: FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO,LANCHE DA TARDE E JANTAR PARA ADOLESCENTES DO CENSE MARINGÁ

VALOR: R$ 40.269,00

CONTRATADA: LUCIANO NEVES CRACCO -ME

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5502.08243174.214,rubrica 3390.3918,fonte 109

VIGENCIA: – 21/03/2013 a 20/03/2014

Curitiba, 19/03/2013

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado – SEDS

R$ 96,00 - 23121/2013

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS
Aviso de Homologação – CP 15/2012

Comunicamos, que foi HOMOLOGADA, pela Exma Sra. Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, cumpridas as formalidades legais, a decisão da Comissão Permanente de Licitação, para o fim de execução de reforma no CENSE II de Londrina.
Valor homologado: R$ 849.670,11
Empresa: Reconstrul Construções Civis Ltda – CNPJ 78.917.242/0001-31

Curitiba, 14 de março de 2013.
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

R$ 72,00 - 23136/2013

Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU
Convite Nº 003/2013
Objeto: Contratação de serviços de engenharia relativos a elaboração de projetos hidrossanitários, compatibilização de projetos e orçamentos para diversas Unidades Penais.
DATA: 04 de abril de 2013, às 09:30 horas.
LOCAL: PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS - RUA JACY LOUREIRO DE CAMPOS - térreo – ala C - CENTRO CÍVICO – CEP.80.530-915 – CURITIBA- PR
O novo edital encontra-se à disposição no portal www.pr.gov.br/compraspr, icone licitações poder executivo, icone LICITAÇÕES POR INSTITUIÇÕES, SEJU e www.seju.pr.gov.br - ícone LICITAÇÕES. Curitiba, 19 de março de 2013.

R$ 96,00 - 22759/2013

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Pregão Eletrônico n° 006/2013
Objeto: Aquisição de mobiliários (berços e gaveteiros).
DATA: 05 de abril de 2013 às 09:30 hs.
LOCAL: PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS - RUA JACY LOUREIRO DE CAMPOS - térreo - CENTRO CÍVICO – CEP.80.530-915 – CURITIBAPR
O novo edital encontra-se à disposição no portal www.pr.gov.br/compraspr, icone licitações poder executivo, icone LICITAÇÕES POR INSTITUIÇÕES, SEJU e www.seju.pr.gov.br - ícone LICITAÇÕES. Curitiba, 19 de março de 2013.

R$ 144,00 - 22750/2013

Autarquias

ADAPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA - GAD

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROTOCOLO: 11.865.349-1
PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR e a Empresa Posto Dinon Ltda.
OBJETO: Contrato de Fornecimento Parcelado de Combustível, para atendimento aos veículos, da ADAPAR, a disposição da Unidade Regional de Sanidade Agropecuária do município de Francisco Beltrão.
VIGÊNCIA: 18/03/13 à 17/03/14 ou até findar os recursos aportados.
VALOR TOTAL: R$ 7.685,40 (sete mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6533.20304044.267, Natureza de Despesa 3390.3004, Fonte de Recursos 250.

Inácio Afonso Kroetz
DIRETOR PRESIDENTE DA ADAPAR

Curitiba (PR), 19 de março de 2013.

R$ 144,00 - 22657/2013

Departamento de Estradas de Rodagem

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2013/DAF/SRCGERAIS – empresa: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS S/A – objeto: aquisição de vales transporte para atender aos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

funcionários e estagiários da Superintendência Regional Campos Gerais - valor: R$ 32.120,40 - Projeto/Atividade 4309 - rubrica orçamentária: 3390.3933- Autorizada pelo Sr. Diretor Geral/DER em, 19-03-2013 conforme protocolo n.º 11.837.394-4.

R$ 48,00 - 22883/2013

AVISO Nº 073/2013
CONCORRÊNCIA Nº 016/2012 – DER/DT
NOTAS E RESULTADO FINAL

OBJETO: Elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia do Corredor Campos Gerais, composto de lote único, numa extensão aproximada de 43,11 km, conforme escopo descrito no item 4.1 do Edital e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo 01 do Edital.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço.

A) Nota

Empresas/Notas	DALCON ENGENHARIA LTDA	AFIRMA – ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.
Nota Técnica	80,00	78,00
Nota de Preços	100,00	90,00
Nota Final	86,00	81,60

B) Resultado

Empresas/Preços	Valor (R$)	Resultado
DALCON	3.007.058,60	Vencedora
AFIRMA	3.013.371,45	-

Curitiba, 20 de março de 2013.
Paulo R. Carvalho
Coordenadoria de Licitações

R$ 144,00 - 23145/2013

AVISO Nº 068/2013
CONCORRÊNCIA Nº 018/2012 – DER/DT
NOTAS E RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: : Elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia do Corredor Norte Central, composto de 04 (quatro) lotes, numa extensão aproximada de 388,33 km, conforme escopo descrito no item 4.1 do Edital e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo 01 do Edital.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço.

A) Notas Técnicas (NT); Notas de Preços(NP) e Notas Finais (NF)

LOTE	EMPRESAS	N.T	N.P	N.F
1	Astec Engenharia Ltda	80,00	100,00	86,00
	Engemin-Engenharia e Geologia Ltda	80,00	96,41	84,92
	Conspel - Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	80,00	90,86	83,26
	Engevix Engenharia S/A	80,00	90,00	83,00
2	Astec Engenharia Ltda	80,00	100,00	86,00
	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	81,50	90,00	84,05
	Conspel - Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	80,00	91,35	83,41
	Engevix Engenharia S/A	80,00	90,61	83,18
3	Dynatest Engenharia Ltda	80,00	100,00	86,00
	Diefra Engenharia e Consultoria Ltda	80,00	99,86	85,96
	Astec Engenharia Ltda	80,00	93,99	84,20
	Vega- Engenharia e Consultoria Ltda	80,00	90,78	83,23
	Dalcon Engenharia Ltda	80,00	90,29	83,09
	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	75,50	90,00	79,85
4	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	84,00	92,90	86,67
	Astec Engenharia Ltda	80,00	100,00	86,00
	Paralella Engenharia Consultiva Ltda	80,00	90,00	83,00

B) Resultados

LOTE	EMPRESAS	VALOR (R$)	CLASSI-FICAÇÃO	OBS.:
1	Astec Engenharia Ltda	4.958.000,63	1º Lugar	(1)
	Engemin-Engenharia e Geologia Ltda	5.117.983,97	2º Lugar	(3)
	Conspel- Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	5.366.109,16	3º Lugar	(3)
	Engevix Engenharia S/A	5.404.765,70	4º Lugar	
2	Astec Engenharia Ltda	3.820.029,26	1º Lugar	(1)
	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	4.164.272,37	2º Lugar	
	Conspel- Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	4.117.464,76	3º Lugar	(3)
	Engevix Engenharia S/A	4.143.026,23	4º Lugar	
3	Dynatest Engenharia Ltda	6.068.923,21	1º Lugar	(2)
	Diefra Engenharia e Consultoria Ltda	6.090.111,69	2º Lugar	(3)
	Astec Engenharia Ltda	7.019.164,93	3º Lugar	(1)
	Vega- Engenharia e Consultoria Ltda	7.526.681,00	4º Lugar	
	Dalcon Engenharia Ltda	7.605.107,50	5º Lugar	(3)
	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	7.651.667,98	6ºLugar	
4	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S/A	5.493.132,26	1º Lugar	
	Astec Engenharia Ltda	5.144.144,94	2º Lugar	(1)
	Paralella Engenharia Consultiva Ltda	5.636.193,33	3º Lugar	(3)

R$ 672,00 - 22613/2013

AVISO Nº 069/2013
CONCORRÊNCIA Nº 019/2012 – DER/DT
NOTAS E RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: Elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia do Corredor Noroeste, composto de 04 (quatro) lotes, numa extensão aproximada de 333,90 km, conforme escopo descrito no item 4.1 do Edital e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo 01 do Edital.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço.

A) Notas Técnicas (NT); Notas de Preços(NP) e Notas Finais (NF)

LOTE	EMPRESAS	N.T	N.P	N.F
1	DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	80,00	100,00	86,00
	ETEL – ESTUDOS TÉCNICOS LTDA.	80,00	90,00	83,00
	CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA	80,00	91,36	83,40
2	ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO S.A	81,50	100,00	87,05
3	DYNATEST ENGENHARIA LTDA.	80,00	100,00	86,00
	UNIDEC ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	70,00	90,00	76,00
4	PARALELLA ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	80,00	100,00	86,00
	CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA	80,00	93,33	84,00
	ENCIBRA S/A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	80,00	91,33	83,40
	ENGEMIN – ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA.	80,00	90,00	83,00

B) Classificação

LOTE	EMPRESAS	VALOR (R$)	CLASSIFI-CAÇÃO	OBS.:
1	DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	4.203.873,88	1º Lugar	(3)
	CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA	4.642.721,24	2º Lugar	(3)
	ETEL – ESTUDOS TÉCNICOS LTDA.	4.712.249,41	3º Lugar	(3)

2	ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO S.A	9.456.929,41	1º Lugar	(3)
3	DYNATEST ENGENHARIA LTDA.	4.347.297,51	1º Lugar	(2)
	UNIDEC ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	4.930.235,00	2º Lugar	
4	PARALELLA ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	1.590.196,60	1º Lugar	(3)
	CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA	1.716.706,91	2º Lugar	(3)
	ENCIBRA S/A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	1.754.642,36	3º Lugar	(3)
	ENGEMIN – ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA.	1.779.941,17	4º Lugar	(3)

(2) Classificação condicionada ao contido nos subitens 5.7 e 17.6 do Edital A empresa DYNATEST apresentou mesma equipe técnica concorrendo nos lotes 3 das Concorrências 18 e 19/2012 DER/DT, estando portanto sujeita a aplicação do contido no subitem 17.6 do Edital e podendo somente sagrar-se vencedora em 01 (um) lote a que concorre.
(3) Classificação condicionada ao contido nos subitens 5.7 e 17.6 do Edital Empresas que concorrem a mais de um lote / Concorrências 16 a 20/2012 DER/DT e que apresentaram mesma equipe técnica terão sua classificação condicionada ao contido nos subitens 5.7e 17.6 do Edital.

SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE ABILITAÇÃO: A Sessão de Abertura dos Documentos de Habilitação será realizada no dia **28/03/2013 às 15:30 horas**, no Auditório localizado no 3º andar no Edifício Sede do DER/PR.

Curitiba, 19 de março de 2013.
Paulo R. Carvalho
Coordenadoria de Licitações

R$ 504,00 - 22618/2013

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA N.º 001/2013 -E.R.CAIUÁ

O Gerente do Escritório Regional Caiuá, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR:

Os funcionários abaixo relacionados para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar fatos e responsabilidades referente ao acidente de trânsito ocorrido em 19/12/2012 no KM 356,1 da Rodovia BR-376 envolvendo o veículo, marca/modelo: Mercedes Benz/L 2220, placa AEM-2663 de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, conduzido pelo servidor Cícero Donizete Bezerra (RG: 1.572.316-5) e o veículo, marca/modelo Ford/Cargo 712, placa ASY-5408 de propriedade da empresa EBC- Empresa Brasileira de Comercialização Ltda (CNPJ 08.095.330/0002-09).

Antenor Rodrigues, RG: 793.103-4, Agente de Execução, Presidente.

Maurílio Gonçalves da Silva, RG: 2.150.152-2, Agente de Apoio, Membro.

Jefferson de Oliveira Rapkiewicz, RG: 3.484.052-0, Agente de Apoio, Membro.

DÊ-SE CONHECIMENTO,

C U M P R A – SE.

Paranavaí, 08 de janeiro de 2013.

Eng.º João Luiz Goltz de Almeida
Gerente do E. R. Caiuá

R$ 216,00 - 23052/2013

EXTRATO DE TERMO CONTRATO

CONTRATO N.º 016/2013, CONVITE N.º 041/2012 - DER/DOP/SR/OESTE. PARTES DER/PR e a EMPRESA POSTO PARAVIS LTDA. PROTOCOLO Nº 11.687.749-0/2012. AUTORIZAÇÃO: Devidamente autorizado pelo Senhor Diretor Geral do DER/PR, em 04/01/2013, anexa ao protocolado nº 11.687.749-0/2012. OBJETO: Contratação de serviços para lavagem de veículos, de acordo com as especificações contidas no Anexo 06 e Termo de Referência Anexo 07 do Edital (lote 01). VALOR: R$ 6.900,00. PRAZO: 365 dias corridos. EMPENHO n.º 77300000300175-1, no valor de R$ 6.900,00. FORO CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, em 07/03/2013.

CONTRATO N.º 020/2013, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2012 - DER/DOP/SR/NOROESTE. PARTES DER/PR e a EMPRESA EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA. PROTOCOLO Nº 07.991.398-7/2012. AUTORIZAÇÃO: Devidamente autorizado pelo Senhor Diretor Geral do DER/PR, em 04/01/2013, anexa ao protocolado nº 07.991.398-7/2012. OBJETO: Fornecimento de material pétreo britado, e demais especificações contidas no Anexo 06 do Edital. VALOR: R$ 136.800,30. PRAZO: 360 dias corridos. EMPENHO n.º 77300000300165-1, no valor de R$ 34.200,09, e outros que serão emitidos oportunamente. FORO CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, em 08/03/2013.

CONTRATO N.º 024/2013, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2012 - DER/DOP/SR/NOROESTE/ER/CENTRO. PARTES DER/PR e a EMPRESA CAMPUSMORÃO CONSTRUÇÃO LTDA. PROTOCOLO Nº 07.991.397-9/2012. AUTORIZAÇÃO: Devidamente autorizado pelo Senhor Diretor Geral do DER/PR, em 04/01/2013, anexa ao protocolado nº 07.991.397-9/2012. OBJETO: Fornecimento de material pétreo britado, e demais especificações contidas no Anexo 06 do Edital. VALOR: R$ 166.148,90. PRAZO: 360 dias corridos. EMPENHO n.º 77300000300168-1, no valor de R$ 41.537,25, e outros que serão emitidos oportunamente. FORO CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, em 08/03/2013.

R$ 240,00 - 22965/2013

DETRAN

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
CONTRATANTE - DETRAN/PR **CONTRATADA – GENESY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.**
OBJETO – Contrato nº 010/2013 que tem por objeto a prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA, destinado a atender o Polo Regional "E" - Região Noroeste. **Valor Máximo** – R$ 2.877.601,68 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e um reais e sessenta e oito centavos) **Autorização –** Governador do Estado do Paraná em 04.03.2013 **Protocolo -** nº 11.607.721-3 **Vigência –** 12 (doze) meses: 08/03/2013 à 07/03/2014

R$ 96,00 - 22818/2013

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ
CONVITE Nº 01/2013

OBJETO: Elaboração de estudos para verificação de acontecimentos relacionados com desligamento do disjuntor geral da Sede Tarumã.
AUTORIZAÇÃO: Sr. Marcos Elias Traad da Silva – Diretor Geral do DETRAN-PR, em 22/02/2013 - Protocolo nº 11.752.452-3.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 04 de abril de 2013, 09:00 horas.
VALOR MÁXIMO: R$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão efetuar o "download" dos Editais acessando o portal da Internet denominado compraspr (www.pr.gov.br/compraspr/).

R$ 96,00 - 22832/2013

EMATER

INSTITUTO EMATER	
EXTRATO DE TERMO COOPERAÇÃO TECNICA-FINANCEIRA	
Órgão gerenciador	Secretaria de estado da administração e da previdência -SEAP
Órgão Titular do credito	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER
OBJETO	Normalizar e instrumentar as descentralizações do orçamento programado com referencia ao fornecimento de combustíveis (Álcool, gasolina, e óleo diesel). Associado à manutenção e instalação de sintomas auto matizado de contrato de abastecimento.
Amparo legal	Lei 15.608/2007 e lei 8.666/1993
Valor	R$ 453.600,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais) R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência	22/03/2013 a 31/12/2013
DATA	18/03/2013

R$ 168,00 - 22116/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FAFIUV

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA - FAFIUV
Extrato de edital de licitação
Pregão Eletrônico nº 01/2013

Objeto: Seleção de propostas visando o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de Eletricista, Encanador e Manutenção Geral nas Instalações Físicas da FAFIUV. Descrição e mais detalhes no anexo I do edital. Abertura das Propostas: 08 de Abril de 2013, a partir das 09h00min. Inicio da Sessão de Lances: 08 de Abril de 2013, a partir das 14h00min. Critério de Julgamento: Menor preço por lote. Retirada do edital poderá ser realizada através do site www.licitacoes-e.com.br. Informações Complementares poderão ser obtidas, no Setor de Compras e Licitações da FAFIUV, sito à Praça Cel. Amazonas, s/nº, Centro, União da Vitória – PR (42) 3521-9144. Ou pelo e-mail: editalfafiuv@gmail.com
União da Vitória, 20 de março de 2013.
aa. Valderlei Garcias Sanches – Diretor.

R$ 120,00 - 22761/2013

Hospital Universitário de Londrina

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo: 17/2013 **Dispensa 001/2013**
Artigo 34 Inc. IV da Lei Estadual 15.608/2007
AUTORIZAÇÃO: Profª Drª Margarida de Fátima Fernandes Carvalho - Diretora Superintendente - RATIFICAÇÃO: Profª Drª Margarida de Fátima Fernandes Carvalho - Diretora Superintendente em 20/03/13.
Objeto: Medicamentos. **Fornecedores**: 1- Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. - R$ 4.466,00. 2- Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. - R$ 381,00. - **Valor total do processo: R$ 4.847,00.**

R$ 72,00 - 22950/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Art. 94 da Lei Estadual 15.608/07, tornamos público o resultado final do(s) Edital(is):
Pregão Eletrônico: – Edital nº. 165/2012-HU: Empresas **Bracco Imaging.** vencedora nos Lotes: 01, 02 e 03. **1000 Medic Distribuidora,** vencedora no Lote 04. **Cristália,** vencedora no Lote 05**. Valor Total do Processo: R$ 247.090,00.** Londrina, 19/03/2013. O(A) Pregoeiro(a).

R$ 48,00 - 22397/2013

Resultado de Licitação

Em cumprimento ao disposto no Art. 94 da Lei Estadual 15.608/07, tornamos público o resultado final do(s) Edital(is):
Pregão Presencial: Edital nº 166/2012–HU. PROCESSO REVOGADO. Londrina, 19/03/2013. O(A) Pregoeiro(a).

R$ 24,00 - 22400/2013

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA
RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº. 008/2012–HU

A Comissão Permanente de Licitação, em cumprimento ao Art. 94 da Lei Estadual 15.608/2007, torna público o resultado da fase de habilitação da CONCORRÊNCIA NACIONAL DE **Nº 008/2012–HU**. EMPRESA(S) HABILITADA(S): **EXECPAR ENGENHARIA LTDA.** e **ELETROFIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA**. Para responder aos questionamentos levantado pelas empresas Eletrofio Instalações Elétricas Ltda. e Execpar Engenharia Ltda., a Comissão esclarece que efetuou diligência com assessoria do Arquiteto Antonio Carlos Braga junto à empresa emissora do Atestado de Capacidade Técnica da empresa Execpar Engenharia Ltda. para verificar os trabalhos efetuados pela Execpar e validados pelo CREA/Pr. A verificação satisfez a Comissão e esta entendeu que a empresa está apta a efetuar o trabalho. Foi solicitado à empresa diligenciada a retificação do Atestado emitido e este foi anexado ao Processo. Da mesma forma, esclarece que considera similares e válidos a proposta da empresa Eletrofio Instalações Elétricas Ltda. com valores próximos à capacidade solicitada em Edital. A Comissão decide, portanto, pela habilitação das duas empresas. Dessa forma, **a Comissão indica à adjudicação e posterior homologação** a empresa: **EXECPAR ENGENHARIA LTDA.** classificada em primeiro lugar no certame, **com proposta no valor total de R$1.076.874,59** e em segundo lugar a empresa Eletrofio Instalações Elétricas Ltda. com proposta no valor total de R$1.097.999,21. Importa o presente processo no valor total de R$1.076.874,59 (um milhão, setenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos). As empresas terão a partir desta publicação 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo, conforme prevê a Lei 15.608/2007.
Londrina-PR, 07 de março de 2013. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

R$ 216,00 - 22505/2013

Hospital Universitário de Maringá

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Hospital Universitário Regional de Maringá

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL Nº 065/2013-HUM - PROCESSO Nº 264/2013-HUM

OBJETO: Aquisição de kit de produtos para máquina de terapia renal contínua, através Registro de Preços. **Prazo de entrega: envelopes proposta e documentação: Dia 15/04/2013 até às 09h00min. Tipo de Licitação: Menor preço. Critério de Julgamento: Menor preço por item. Valor máximo desta licitação:** R$ 66.000,00. **O Edital está disponibilizado no endereço eletrônico: www.pad.uem.br/del. Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria Administrativa-Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM, sita na Avenida Mandacaru, 1841 – Sobreloja – Sala 01, Maringá – Estado do Paraná, de Segunda a Sexta-feira, das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min. Fone (44)3011-9199; e-mail: sec-hum-compras@uem.br ou jhonishi@uem.br.**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL Nº 066/2013-HUM PROCESSO Nº 11150/2012-HUM

OBJETO: Aquisição de braçadeira reutilizável. Credenciamento**: Até às 14h00min do dia 15/04/2013. Sitio www.caixa.gov.br – *Portal de Compras – licitações e fornecedores – outros compradores/pregão eletrônico.*** Recebimento das Propostas – **Até às 14h30min dia 15/04/2013.** Lances**: Dia 16/04/2013 das 14h30min as 15h00min. Tipo de Licitação e Critério de Julgamento: Menor preço por item. Valor máximo desta licitação:** R$ 5.939,19. **O Edital completo poderá ser obtido somente através do sitio www.caixa.gov.br – *portal de compras – licitações e fornecedores – outros compradores/pregão eletrônico – editais – Universidade Estadual de Maringá.* Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria Administrativa-Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM, sita na Avenida Mandacaru, 1841 – Sobreloja – Sala 01, Maringá – Estado do Paraná, de Segunda a Sexta-feira, das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h30min. Fone (44) 3011-9199 e 3011-9197; e-mail: sec-hum-compras@uem.br ou jhonishi@uem.br.**

COMUNICADO – PREGÃO
EDITAL N.º 044/2013-HUM PROCESSO N.º 11153/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através de sua Pregoeira, nomeada através da Portaria nº 021/2011-HUM adequando o edital endereçado a essa empresa, referente à licitação supra epigrafada, comunica aos interessados que procedeu a alteração nas especificações dos itens 01 a 10 do Anexo I. Ficam ratificadas as demais condições estabelecidas no Edital supramencionado, naquilo que não conflitarem com esta Retificação.
Informa as novas datas para abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação:
Entrega dos envelopes Proposta e Documentação e abertura da Licitação: Dia 05/04/2013 às 14h00min.
Maringá, 19 de março de 2013.
Valmir Durante – Diretor Administrativo
Isabel Cristina Puppin – Pregoeira

R$ 336,00 - 22792/2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Hospital Universitário Regional de Maringá

RESULTADO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 025/2013-HUM PROCESSO N.º 416/2013-HUM
Decisão do Pregoeiro: CLASSIFICADAS: ATACADO MGA. IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA, GOOL DISTRIBUIDORA LTDA e VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY (parcialmente)**. HABILITADAS:** ATACADO MGA. IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA, GOOL DISTRIBUIDORA LTDA e VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY. **JULGAMENTO**: A Pregoeira decidiu **REGISTRAR OS PREÇOS,** conforme a seguinte tabela de colocação:

Item	Clas	Empresa	V.Unit.
01	1	GOOL DISTRIBUIDORA LTDA	7,90
02	1	GOOL DISTRIBUIDORA LTDA	28,49
	2	ATACADO MGA. IND. E COM. DE ALIM. LTDA	28,50
03	1	ATACADO MGA. IND. E COM. DE ALIM. LTDA	60,00
	2	GOOL DISTRIBUIDORA LTDA	80,99
04	1	VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY	14,00
	2	GOOL DISTRIBUIDORA LTDA	14,40
05	1	GOOL DISTRIBUIDORA LTDA	19,50
	2	VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY	19,90

Maringá, 20 de março de 2013. Isabel Cristina Puppin – Pregoeira.

R$ 168,00 - 22900/2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Hospital Universitário Regional de Maringá

AVISO DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL Nº 067/2013-HUM - PROCESSO Nº 1676/2013-HUM

OBJETO: **Aquisição de filmes para raios-x e revelador**, através Registro de Preços. Prazo de entrega: envelopes proposta e documentação: Dia 16/04/2013 até às 09h00min. Tipo de Licitação: Menor preço. Critério de Julgamento: Menor preço por item. Valor máximo desta licitação: **R$ 159.261,60**. O Edital está disponibilizado no endereço eletrônico: www.pad.uem.br/del. Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria Administrativa-Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM, sita na Avenida Mandacaru, 1841 –

Sobreloja – Sala 01, Maringá – Estado do Paraná, de Segunda a Sexta-feira, das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min. Fone (44)3011-9199; e-mail: sec-hum-compras@uem.br ou jhonishi@uem.br.

Maringá, 20 de março de 2013.

Valmir Durante – Diretor Administrativo

Isabel Cristina Puppin – Pregoeira

HOMOLOGAÇÕES

EDITAL Nº 011/2013-HUM PROCESSO Nº 11148/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira.

EDITAL Nº 012/2013-HUM PROCESSO Nº 11552/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, nesta data, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira. **LICITAÇÃO DESERTA.**

EDITAL Nº 013/2013-HUM PROCESSO Nº 285/2013-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira.

EDITAL Nº 014/2013-HUM PROCESSO Nº 12729/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira, nesta data, conforme classificação efetuado(a) pelo(a) Pregoeiro(a).

EDITAL Nº 015/2013-HUM PROCESSO Nº 9604/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira, nesta data, conforme classificação efetuado(a) pelo(a) Pregoeiro(a).

EDITAL Nº 017/2013-HUM PROCESSO Nº 11151/2012-HUM

A UEM/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ, através da Diretoria Administrativa do HUM, comunica o ato de homologação desta licitação, pela Superintendente Prof.ª Dr.ª Magda Lúcia Félix de Oliveira.

Maringá, 20 de março de 2013.

Valmir Durante – Diretor Administrativo

R$ 312,00 - 23104/2013

RESULTADO DA LICITAÇÃO

Edital nº 37/2013 – Pregão Presencial - Processo nº 10396/2012

Decisão da Pregoeira: **Empresa EXCLUÍDA do certame: Alcrisa Com. de Máqs.e Locações Ltda.**, conforme item **2.8.4** do Edital. **Empresa desclassificada parcialmente na proposta**: **I. A. Savoldi JR & Cia. Ltda.**, nos itens **05, 07, 08, 09 e 11**, conforme item **2.10.2.1** do Edital. **Empresas classificadas e habilitadas:** Ferrashopping Ferrramentas Ltda. e I A Savoldi JR & Cia. Ltda. **Julgamento**: A senhora Pregoeira, atendendo o critério de julgamento de menor preço global, decidiu indicar como vencedoras e **ADJUDICAR:** os itens 02 a 05 e 07, à empresa **Ferrashopping Ferrramentas Ltda.**, no valor total de **R$ 2.589,00**; o item 10, à empresa **I. A. Savoldi JR & Cia. Ltda.**, no valor total de **R$ 400,00**. Itens **Fracassados**: 08, 09 e 11. Itens **Desertos**: 01 e 06. Monta o presente processo em **R$ 2.989,00.** Maringá, 18 de março de 2013. Ivone do Carmo Barreni/Pregoeira

R$ 96,00 - 23126/2013

E X T R A T O S

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 086/2012-DMP Proc. Nº 12808/2012
Das Partes: UEM e Viemelo Prestadora de Serviços Ltda.
Do objeto: Prorrogação do prazo para conclusão da obra de reforma interna do Bloco J-90 e prevenção contra incêndio do complexo do LEPAC, referido no Contrato nº 086/2012-DMP, passando de 01.01.2013 para 02.05.2013.
Dos Assinantes: Profº Marcelo Soncini Rodrigues e o senhor Amilton Aparecido Vieira.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 276/2012-DMP Proc. Nº 8768/2012
Das Partes: UEM e Amauri Cesar Martins.
Do objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 276/2012, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01-01-2013.
Dos Assinantes: Profº Marcelo Soncini Rodrigues e o senhor Amauri Cesar Martins.

Maringá, 20 de março de 2013. Carlos Yoshihiro Sakiyama – Diretor de Material e Patrimônio.

R$ 96,00 - 23142/2013

UEPG

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação 006/13 - Importação

Objeto: Aquisição de 01 Sistema PowerLab 4/35, 4 Chanel Recorder, 01 Amplificador Quad Bridge Amp e 04 Transdutor de Força (5mg-25g) Empresa: AdInstruments Pty Ltd – ME, Valor: USD 12.820,00, Forma de aquisição: Inciso XVIII, do Artigo 34 da Lei 15.608/2007, Recurso oriundo do Convênio nº 369/12 Fundação Araucária.

Dispensa de Licitação 006/13 - Importação

Objeto: Fotodocumentador e seus acessórios, Empresa: Vilber Lourmat, Valor USD 25.928,40, Forma de aquisição: Inciso XXI, do Artigo 24, da Lei 8.666/1993, Recurso oriundo do Convênio 701398/2011 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE.Ratificado pelo Pró-Reitor de Assuntos Administrativos/Ordenador de Despesas: Prof. Ariangelo Hauer Dias. Ponta Grossa, 20 de março de 2013. Amaury dos Martyres/Chefe.

R$ 96,00 - 23100/2013

Hospital Universitário do Oeste do Paraná

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Magnífico Reitor, Paulo Sérgio Wolff, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende contratar a empresa Borini Serviços e Representações Comerciais Ltda para manutenção preventiva (mensal) e corretiva da autoclave Baumer, modelo B-706, tombo n.° 01020236 e respectivos acessórios. Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias, serviços de manutenção, que serão objeto de futura contratação, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 19 de março de 2013. Paulo Sérgio Wolff Reitor.

R$ 72,00 - 22448/2013

Extrato de Aditivo de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 016/2012. Objeto: Registro de pre os para futura e eventual aquisi o de nutri o parenteral e glutamina para consumo frequente no Hospital Universit rio do Oeste do Paran HUOP. **Aditamento de 25% da quantidade total dos seguintes itens: Item 12:** no valor unit rio de R$ 155,38 a Bs, totalizando R$ 1.864,56 para 12 Bs - **Item 13:** no valor unit rio de R$ 183,80 a Bs, totalizando R$ 2.205,60 para 12 Bs Empresa: Nutro Solu es Nutritivas Ltda.- ME/EPP. Cascavel, 19 de mar o de 2013. Paulo S rgio Wolff.

R$ 72,00 - 22744/2013

Extrato de Aditivo de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 023/2012. Objeto: Registro de preços para aquisição de reagentes e materiais diversos para o Laboratório do Hospital Universitário do Oeste do Paraná HUOP com comodato de equipamentos. **Aditamento de 25% da qtde total dos seguintes itens: 85:** no valor unit rio de R$ 0,60, total R$ 7,20, para 12 un. **Item 88:** no valor unit rio de R$ 0,66, total R$ 16,50, para 25 un.; **Item 293:** no valor unit rio de R$ 0,305, total R$ 190,63, para 625 un.; **Item 300:** no valor unit rio de R$ 0,085, total R$ 212,50, para 2.500 un.; **Item 341:** no valor unit rio de R$ 0,032, total R$ 120,00, para 3.750 un.; **Item 385:** no valor unit rio de R$ 0,17, total R$ 8,50, para 50 un.; **Item 402:** no valor unit rio de R$ 0,083, total R$ 207,50, para 2.500 un. Empresa: C R Tedardi & Cia Ltda. **Item 418:** no valor unit rio de R$ 16,40, total R$ 196,80, para 12 un.; **Item 467:** no valor unit rio de R$ 20,90, total R$ 376,20, para 18 un. Empresa: Prohosp Dist. de Med. Ltda. **Item 531:** no valor unit rio de R$ 0,41, total R$ 512,50, para 1.250 un. Empresa: Laborsys Prod. Diag. E Hosp. Ltda. Cascavel, 19 de mar o de 2013. Paulo S rgio Wolff.

R$ 120,00 - 22740/2013

Pregão Presencial nº 025/2012-HUOP (Menor Preço por item) – Retificação Resultado da Fase de Julgamento de Propostas, Habilitação e Preços Registrados – **Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de Material Hospitalar e Ambulatorial (...) para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.** Na publicação do Resultado da Fase de Julgamento o item 89 constou, erroneamente, como frustrado. Contudo, a classificação é a que segue: Item 89 – 1° lugar: Aaba Com. equipamentos Médicos Ltda.: R$ 0,31. Cascavel, 20 de março de 2013. – **Karine D. Byhain Souza** (Pregoeira).

R$ 72,00 - 22997/2013

Instituto Ambiental do Paraná

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

REPUBLICAÇÃO DO EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA

PROTOCOLO: 11.816.592-6

OBJETO: Formalizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observados os limites por elementos de despesa e funcionais programáticas, com referencia a contratação de serviços de publicidade e propaganda do órgão titular do crédito.

AUTORIZADO POR: LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.294;

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39; FONTE: 250.

VALOR GLOBAL: R$ 400.000,00

VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do seu extrato no Diário oficial do Estado até 31 (trinta e um) de dezembro de 2013.

PARTES: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

Secretaria do Estado da Comunicação - SECS

DATA DA ASSINATURA: 01 de Março de 2.013.

PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

R$ 144,00 - 22894/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

EXTRATO DE TERMO AO CONVÊNIO

PROTOCOLO: 11.744.566-6
OBJETO: O presente convênio tem por objeto a restauração de Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Unidades de Conservação e demais Áreas Degradadas, visando à recuperação da Biodiversidade do Paraná.
AUTORIZADO POR: CARLOS ALBERTO RICHA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: sem repasse de recursos;
ELEMENTO DE DESPESAS: --x--; FONTE: --x--
VALOR GLOBAL: --x--
VIGÊNCIA: 28.03.2013 – 31.12.2014
PARTES: Contratante – Concedente - Instituto Ambiental do Paraná-IAP
LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO
Contratada – Convenente – Instituto Federal do Paraná – Campus Telêmaco Borba – IFPR.
IRINEU MARIO COLOMBO
DATA DA ASSINATURA: 04 de março de 2013.
PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná- IAP.

R$ 144,00 - 22770/2013

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

EXTRATO AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

PROTOCOLO: 11.744.383-3
OBJETO: Monitoramento da ocorrência de microorganismos contaminantes da água nas áreas de manicultura – cultivo de ostras – no litoral do Paraná.
AUTORIZADO POR: LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO
VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do seu extrato no Diário oficial do Estado até 1 (um) ano.
PARTES: Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
DATA DA ASSINATURA: 05 de Março de 2.013.
PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

R$ 96,00 - 23106/2013

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA

PROTOCOLO: 11.819.382-2
OBJETO: Normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, com referência a contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota do órgão titular de crédito.
AUTORIZADO POR: LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.285;
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39; FONTE: 250.
VALOR GLOBAL: R$ 2.500.000,00
VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do seu extrato no Diário oficial do Estado até 31 (trinta e um) de dezembro de 2013.
PARTES: Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Secretaria do Estado da Administração e da Previdência - SEAP
DATA DA ASSINATURA: 01 de Março de 2.013.
PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

R$ 120,00 - 22944/2013

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA

PROTOCOLO: 11.819.381-4
OBJETO: Normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, com referência ao fornecimento de combustíveis, álcool etílico hidratado, gasolina comum e óleo diesel, associado a instalação e manutenção de sistema automatizado de controle de abastecimento.
AUTORIZADO POR: LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.286;
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.30 e 3.3.90.39; FONTE: 250.
VALOR GLOBAL: R$ 350.000,00
VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do seu extrato no Diário oficial do Estado até 31 (trinta e um) de dezembro de 2013.
PARTES: Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Secretaria do Estado da Administração e da Previdência - SEAP
DATA DA ASSINATURA: 01 de Março de 2.013.
PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

R$ 144,00 - 22930/2013

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP

EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROTOCOLO: 11.819.176-5
OBJETO: Apoiar o IAP na obtenção de dados pormenorizados e atualizados que indiquem com precisão os remanecentes e excedentes particulares passíveis de cessão ou emissão de Crédito de Reserva Ambiental, e as propriedades a serem regularizadas via recebimento de compensação de Reserva Legal por meio do sistema de Créditos de Reserva Ambiental.
AUTORIZADO POR: CARLOS ALBERTO RICHA
VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do seu extrato no Diário oficial do Estado até 1 (um) ano.
PARTES: Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Empresa Brasileira de Conservação de Florestas
DATA DA ASSINATURA: 20 de Março de 2.013.
PROVIDENCIADO PUBLICAÇÃO: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

R$ 144,00 - 23134/2013

IAPAR

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 040/2013

Partes: INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ – IAPAR e MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA SS LTDA
Objeto: Inclusão de 2(dois) postos de vigilância armada ao Contrato 048/12, para atender a Est. Experimental de Santa Helena.
Processo: 11.793.479-9. Valor mensal: R$ 9.256,57.

Londrina, 15 de março de 2013.
Florindo Dalberto
Diretor Presidente

R$ 72,00 - 23092/2013

IPCE

INEXIGIBILIDADE N° 01/2013 – IPCE

Processo Nº. 11.909.661-8

INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE – IPCE
RATIFICAÇÃO

O Instituto Paranaense de Ciência do Espore vem através deste ratificar o processo de inexigibilidade, referente a Contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada e opinião pública, com fins a participação do Evento I Encontro dos Gestores Públicos do Esporte do Estado do Paraná. Art. 33, inc. III da Lei Estadual nº 15.608/2007.
CONTRATADO: JOSE FERREIRA NETO - RG nº 14840818
VALOR TOTAL: R$ 23.350,00 (vinte e três mil trezentos e cinquenta reais).

Curitiba, 20 de março de 2013.
Lissandro Moisés Dorst
DIRETOR PRESIDENTE DO IPCE

R$ 120,00 - 23183/2013

INEXIGIBILIDADE N° 02/2013 – IPCE

Processo Nº. 11.909.660-0

INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE – IPCE
RATIFICAÇÃO

O Instituto Paranaense de Ciência do Espore vem através deste ratificar o processo de inexigibilidade, referente a Contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada e opinião pública, com fins a participação do Evento I Encontro dos Gestores Públicos do Esporte do Estado do Paraná. Art. 33, inc. III da Lei Estadual nº 15.608/2007.
CONTRATADO: MILTON NEVES FILHO – RG nº 8148129
VALOR TOTAL: R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Curitiba, 20 de março de 2013.
Lissandro Moisés Dorst
DIRETOR PRESIDENTE DO IPCE

R$ 96,00 - 23184/2013

RTVE

RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO – FINANCEIRA N.º 24/2013

PROTOCOLO N.º 11.782.626 - 0
ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO: Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
OBJETO: Normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, com referência a contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota da RTVE, contratados por sua solicitação, através da SEAP/DETO.
VALOR Global estimado: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Dotação Orçamentária.- 3530.24392414.188.3390.3900-100
VIGÊNCIA: a partir da publicação no DIOE, até 31/12/2013
DATA DA ASSINATURA: 20 / 02 / 2013.
ASSINAM: Secretária de Estado da Administração e da Previdência e Diretor Presidente da RTVE.

R$ 120,00 - 22742/2013

Universidade Estadual de Londrina

PRÓ-REITORIA DE ADM. E FINANÇAS/DIRETORIA DE MATERIAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 34, XVIII DA LEI 15608/07 e ART. 24, XXI DA LEI 8666/93-PROAF/DCC-CONVÊNIOS. RATIFICAÇÃO: 19/03/2013 - Hideaki Wilson Takahashi - Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

FONTE FOMENTO: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA - OBJETO: MATERIAL DE CONSUMO – 3.3.90.30.00

DISPENSA: 13/13- Processo: 612/13- Sigma Aldrich Brasil Ltda. R$ 1.101,00; Labcompany Prod. e Serviços para Lab Ltda. R$ 3.705,57, total R$ 4.806,57; **DISPENSA: 17/13 Processo: 1632/13-** Livraria Canuto Ltda. R$ 827,07; **DISPENSA: 37/13 Processo: 5179/13-** Life Technologies Brasil Com. Ind. De Prod. P/ Biotecnologia Ltda. 3.179,48; **DISPENSA: 41/13 Processo: 5386/13-**

FONTE FOMENTO: UEL/EMBRAPA - OBJETO: MATERIAL DE CONSUMO – 3.3.90.30.00

DISPENSA: 42/13 Processo: 5152/13- C.E.C. Com. De materiais para Construção Ltda. R$ 254,25

FONTE FOMENTO: CAPES/PROAP - OBJETO: MATERIAL DE CONSUMO – 3.3.90.30.00

DISPENSA: 15/13 Processo: 1261/13-Livraria Canuto Ltda. R$ 252,25; **DISPENSA: 27/13 Processo: 3100/13-** White Martins Gases Industrias Ltda. R$ 1.524,84; **DISPENSA: 38/13- Processo: 5149/13-** White Martins Gases Industrias Ltda. R$ 8.075,36

FONTE FOMENTO: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA - OBJETO: EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-4.4.90.52,00

DISPENSA: 14/13 Processo: 1629/13- Homis Controle e Instrumentação Ltda. R$ 950,00;

R$ 168,00 - 22928/2013

Universidade Estadual de Maringá

RESULTADO DA LICITAÇÃO

Edital nº 31/2013 – Pregão Eletrônico (RP) - Processo nº 1101/2013

Decisão da Pregoeira: **Empresa desclassificada na proposta: Milare Editora e Distrib. de Livros Ltda.** por ter registrado no Sistema da Caixa Econômica Federal, o valor de **R$ 630,000,** não condizendo com o valor da proposta inserida, nem com o valor estimado no Edital, uma vez que tal irregularidade comprometeria a realização dos lances das demais empresas. **Empresas classificadas nas propostas:** Berton & Cosmo (A Página Distrib. de Livros Ltda.), G. B. de Oliveira & Cia Ltda., Interbook Ltda., Livraria Litudo Ltda. e Ramalivros Distrib. Ltda. **Empresa habilitada na documentação: G. B. de Oliveira & Cia Ltda. Julgamento**: A senhora Pregoeira, atendendo o critério de julgamento de menor preço global, decidiu **Registrar** o preço do único item à empresa **G. B. de Oliveira & Cia Ltda**., por ter apresentado a proposta de menor preço, no valor de R$ 480.970,00, equivalente a um **desconto** de 31,29% em relação aos preços de capa das obras (preço constante no catálogo ou tabela da respectiva editora) por ocasião dos fornecimentos. Maringá, 15 de março de 2013. Ivone do Carmo Barreni/Pregoeira

R$ 120,00 - 23117/2013

Universidade Estadual de Maringá
PAD/Diretoria de Material e Patrimônio

RETIFICAÇÃO PROC. 0085/13

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, através da Diretoria de Material e Patrimônio, comunica o ato de correção do extrato referente ao processo nº 0085/13, publicado no Diário Oficial do Estado em 25/02/2013, onde se lê "Valor mensal de R$ 14.960,00 e anual de R$ 179.520,00.R$ 9.000,00 – Natureza da despesa: 3006", leia-se "Valor mensal de R$ 14.960,00 e anual de R$ 179.520,00 – Natureza da despesa: 3006".

Ficam ratificadas todas as demais informações constantes da referida publicação.Maringá, 20 de março de 2013.Carlos Yoshihiro Sakiyama.DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

R$ 96,00 - 22824/2013

Universidade Estadual de Maringá
PAD/Diretoria de Material e Patrimônio

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/13-DMP
RATIFICAÇÃO PROC. Nº 2339/13

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, através de sua Diretoria de Material e Patrimônio, torna público que realizou a seguinte aquisição:

1. Objeto: Aquisição de 15 (quinze) cochos móveis.
2. Empresa: PRÁTICO DE GARÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-ME.
3. Valor total: R$ 15.750,00.
4. Fonte de recursos: Convênio nº 268/2012 – Protocolo nº 23016 - Fundação Araucária.
5. Ratificação do ato: 15/03/2013.
6. Ordenador da despesa: Profº. Dr. Julio Santiago Prates Filho.
7. Forma de aquisição: Artigo 34, XVIII, Lei Estadual nº 15.608/07 c/c art. 24, XXI, Lei Federal nº 8.666/93.

Maringá, 15 de março de 2013.
Carlos Yoshihiro Sakiyama
DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

R$ 120,00 - 22708/2013

UNICENTRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE UNICENTRO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 06/2013

O Diretor de Compras e Materiais, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido na Portaria 357/12 – GR/UNICENTRO, resolve retificar o Edital nº 06/2013, referente ao Convite nº 02/2013- Contratação de empresa para prestação de serviços de marcenaria para o programa de pós-graduação em Geografia, mediante recursos do convênio n° 01.09.0393.00 FINEP, devido a impossibilidade da realização da licitação na data fixada, em virtude de recesso administrativo na Unicentro. Desta forma, fica transferida a data e horários como segue:

- Protocolo dos envelopes I e II até as 13h30min do dia 02/04/13;
- Abertura dos envelopes a partir das 14 horas do dia 02/04/13.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no edital que ora se retifica e que não colidam com as do presente instrumento.

Maiores informações através do fone (42) 3621- 1312 ou pelo e-mail edital@unicentro.br.

Diretoria de Compras e Materiais
Guarapuava – PR

R$ 168,00 - 22660/2013

UNIOESTE

UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon - Pregão Presencial nº 005/2013. Objeto: "Registro de preços visando a aquisição de derivados de petróleo para atender as necessidades da UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon". Abertura: 09 de abril de 2013, às 09h00min, na UNIOESTE/*Campus* de Marechal Cândido Rondon. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**: O edital encontra-se disposição dos interessados no www.unioeste.br e www.pr.gov.br/compraspr, ou pode ser solicitado pelo e-mail: rondon.licitacoes@unioeste.br. Marechal Cândido Rondon, 19 de março de 2013. Leane Margaret Hass Hoffmann/Pregoeira.

R$ 48,00 - 22323/2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

Pregão Presencial n.º 004/13 (Menor Preço) - Resultado da Fase de Julgamento de Propostas, Habilitação e Adjudicação - **Objeto:** Contratação de serviços de gravação de reportagens diversas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, em emissoras de TV aberta e a cabo, em âmbito municipal, estadual e nacional - **Classificação:** E. S. dos Santos Filmagens - ME, no: Anexo I.b, Lote 01, valor mensal de R$ 900,00 - **Empresa Habilitada:** E. S. dos Santos Filmagens - ME - Adjudico à empresa vencedora que apresentou valores mensais por lote conforme estabelecido em edital, nos termos da ata de julgamento do certame - Cascavel, 19 de março de 2013 - IVAIR DEONEI EBBING (Pregoeiro)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

Extrato de Homologação do Pregão Presencial n.º 004/13 - Processo n.º 38.096/12 - Objeto: Contratação de serviços de gravação de reportagens diversas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, em emissoras de TV aberta e a cabo, em âmbito municipal, estadual e nacional - Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe. Cascavel, 19 de março de 2013 - Paulo Sérgio Wolff (Reitor da UNIOESTE)

R$ 120,00 - 22607/2013

Sociedades de Economia Mista

CODAPAR

CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ – CODAPAR
CNPJ/MF nº 76.494.459/0001-50

CAPITAL AUTORIZADO	- R$ 150.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	- R$ 85.707.903,98
CAPITAL INTEGRALIZADO	- R$ 85.707.903,98

AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, comunica que se acham a disposição dos Senhores Acionistas, na Sede da Empresa, na Avenida Silva Jardim, n° 303, bairro Rebouças, em Curitiba – PR., no horário comercial, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de dezembro de 2012.

Curitiba, 19 de março de 2013.
SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI
Diretor Presidente

R$ 120,00 - 22566/2013

COHAPAR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ n.º 76.592.807/0001-22

AVISO
Resultado Eleição de Membro do Conselho de Administração da Companhia

O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, dá conhecimento que a eleição realizada no dia 18 de março de 2013, para escolha de um representante dos funcionários ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, consoante o que estabelece a Lei, apresentou o seguinte resultado:

1º lugar – Jefferson Augusto Ribeiro	95 votos
2º lugar – Marcos Santana	93 votos
3º lugar – Renato Antonio Silani	35 votos
Votos em branco	11 votos

Curitiba, 18 de março de 2013.

Mounir Chaowiche
Diretor-Presidente

R$ 144,00 - 22784/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ N.º 76.592.807/0001-22
Diretoria de Projetos

A **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, torna público que **REQUEREU** ao **IAP,** a **Licença de Instalação** para implantação do empreendimento **C. H. Santa Helena - Sub Sede São Francisco (5ª Etapa)**, com **13 unidades**, localizado no município de **Santa Helena**, Estado do Paraná. (LP 27278)

R$ 72,00 - 22700/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Convênio

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - **COHAPAR**, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – **EMATER** e o Município de **Entre Rios do Oeste**, com a anuência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – **SEAB**.
OBJETO:	Desenvolver ações em parceria, objetivando implementar o **PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ – RURAL**, visando a construção de até 20 (vinte) unidades habitacionais na zona rural do município de Entre Rios do Oeste, através de cooperação mútua, entre a COHAPAR, EMATER e município.
Dos recursos:	Não haverá repasse de recursos entre os convenentes, mas apenas o apoio técnico e institucional, arcando cada qual com os custos relativos ao cumprimento de suas atribuições.
CONVÊNIO Nº:	0002/CONV/2013.
DATA:	11.01.2013.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
FULCRO:	Conforme autorizado em Ata de RD n.º 109/2012 de 20.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.768.572-1.

R$ 168,00 - 23120/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Termo Aditivo(1º)

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Município de Cafeara, com a interveniência e anuência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.
OBJETO:	Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica por 12 (doze) meses, contados de 15.12.2012 à 15.12.2013.
ADITIVO Nº:	0323/CONV/2011-A.
DATA:	14.12.2012.
FULCRO:	Conforme autorizado em Ata de RD n.º 107/2012 de 12.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.768.522-5.

R$ 120,00 - 23087/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Termo de Cooperação

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - **COHAPAR**, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – **EMATER**, e o Município de **Kaloré**, com a interveniência/anuência da **SEAB**.
OBJETO:	Desenvolver ações em parceria, objetivando implementar o **PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ – RURAL**, visando a construção de até 35 (trinta e cinco) moradias, através de cooperação mútua, entre a COHAPAR, EMATER e o município de Kaloré, com a anuência da SEAB.
Dos recursos:	Não haverá repasse de recursos entre os convenentes, mas apenas o apoio técnico e institucional, arcando cada qual com os custos relativos ao cumprimento de suas atribuições.
CONVÊNIO Nº:	0008/TERMO/2013.
DATA:	08.01.2013.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
FULCRO:	Conforme autorizado na Ata de RD n.º 112/2012 de 28.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.745.474-6.

R$ 168,00 - 23131/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Termo Aditivo(1º)

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Município de Assaí com a interveniência e anuência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.
OBJETO:	Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica por 12 (doze) meses, contados de 15.12.2012 à 15.12.2013.
ADITIVO Nº:	00391/CONV/2011-A.
DATA:	14.12.2012.
FULCRO:	Conforme autorizado em Ata de RD n.º 107/2012 de 12.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.768.519-5.

R$ 120,00 - 23090/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Termo de Cooperação

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - **COHAPAR**, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – **EMATER** e o Município de **Manfrinópolis**, com a interveniência/anuência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – **SEAB.**
OBJETO:	Desenvolver ações em parceria, objetivando implementar o **PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ – RURAL**, visando a construção de até 10 (dez) moradias através de cooperação mútua, entre a COHAPAR, EMATER, e o município Manfrinópolis.
Dos recursos:	Não haverá repasse de recursos entre os convenentes, mas apenas o apoio técnico e institucional, arcando cada qual com os custos relativos ao cumprimento de suas atribuições.
CONVÊNIO Nº:	1045/TERMO/2012.
DATA:	20.12.2012.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
FULCRO:	Conforme autorizado em Ata de RD n.º 103/2012 de 03.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.745.475-4.

R$ 168,00 - 23140/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22
Extrato de Termo de Cooperação

PARTES:	Companhia de Habitação do Paraná - **COHAPAR**, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – **EMATER** e o Município de **São Pedro do Iguaçu**, com a interveniência/anuência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – **SEAB**.
OBJETO:	Desenvolver ações em parceria, objetivando implementar o **PROGRAMA MORAR BEM PARANÁ – RURAL**, visando a construção de até 15 (quinze) moradias através de cooperação mútua, entre a COHAPAR, EMATER, e o município de São Pedro do Iguaçu.
Dos recursos:	Não haverá repasse de recursos entre os partícipes, arcando cada qual com os custos relativos ao cumprimento de suas atribuições, prestando contas na forma da lei.
CONVÊNIO Nº:	0001/TERMO/2013.
DATA:	11.01.2013.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
FULCRO:	Conforme autorizado em Ata de RD n.º 109/2012 de 20.12.2012. Processo protocolado sob n° 11.791.845-9.

R$ 168,00 - 23144/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

COMPAGAS

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas que os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social de 2012, acham-se á sua disposição, na Rua Hasdrúbal Bellegard, n°1177 - CIC, nesta Capital.

Curitiba, 15 de março de 2013.

A DIRETORIA

R$ 48,00 - 21617/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO COMPAGAS 051/2012

CONTRATADO: IGPLAN INTELIGÊNCIA GEOGRAFICA LTDA - ME
CNPJ: 04.576.573/0001-19
OBJETO: prorrogação da vigência e acréscimo de 18,9% no valor total do contrato
VALOR: R$ 42.500,00
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA: 23/01/2013

R$ 48,00 - 23123/2013

COPEL

1º ADITAMENTO - EDITAL - CONCORRENCIA COPEL SDT130004 – Pág. 1/1

EDITAL DA CONCORRÊNCIA COPEL SDT130004
1º ADITAMENTO

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, através da Superintendência de Distribuição Norte, comunica que procedeu alteração no edital da concorrência em epígrafe, conforme segue: a) O item 8, subitem 8.1, que passa a ter a seguinte redação: O preço unitário máximo da US para montagem e instalação de RDU admitido pela
COPEL para esta concorrência é de R$ 34,03 (trinta e quatro reais e três centavos). Em virtude desta alteração a abertura dos envelopes de Proposta de Preços será realizada em sessão pública, às 09h00 do dia 24 de abril de 2013, na Sala de Licitações, no 3° andar da Superintendência Regional de Distribuição Norte, à Rua Chile n° 10A, Londrina - PR. Permanecem em vigor todos os demais itens e condições do Edital.

EDITAL DA CONCORRÊNCIA COPEL SDT130006
1º ADITAMENTO

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, através da Superintendência de Distribuição Norte, comunica que procedeu alteração no edital da concorrência em epígrafe, conforme segue: a) O item 8, subitem 8.1, que passa a ter a seguinte redação: O preço unitário máximo da US para montagem e instalação de RDU admitido pela COPEL para esta concorrência é de R$ 34,03 (trinta e quatro reais e três centavos). Em virtude desta alteração a abertura dos envelopes de Proposta de Preços será realizada em sessão pública, às 09h00 do dia 26 de abril de 2013, na Sala de Licitações, no 3° andar da Superintendência Regional de Distribuição Norte, à Rua Chile n° 10A, Londrina - PR. Permanecem em vigor todos osdemais itens e condições do Edital.
Os aditamentos acima encontram-se à disposição dos interessados no site www.copel.com. Informações: (43) 3293-2158/2048.

R$ 192,00 - 22182/2013

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

• A COPEL comunica que, com base no artigo 90, inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007, está homologando o Pregão Presencial COPEL SLE120078/2012. Objeto: Solução de armazenamento de dados multiplataforma, incluindo hardware, software, serviços de instalação, configuração e ativação, além do suporte técnico e manutenção; Empresa Vencedora: Hitachi Data Systems do Brasil Ltda. - Valor da Proposta: R$ 4.000.000,00; Informações: 3331-3544

R$ 48,00 - 22601/2013

ADITAMENTO

• A COPEL comunica a existência do Aditamento nº 01 ao Pregão Eletrônico COPEL SSD130037/2013; Objeto: Chapa; conector; presilha; Data da Sessão: Alterada para prazo indeterminado; O referido aditamento encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.copel.com e www.licitacoes-e.com.br; Informações: (41) 3331-2382.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

• A COPEL comunica que, com base no artigo 90, inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007, está homologando o Pregão Presencial COPEL nº SSD120270/2012. Objeto: Cabo Elétrico Auto-Sustentado de AL; Informações: (41) 3331-2227.

AVISOS DE LICITAÇÕES

• Pregão Eletrônico COPEL SSD130024/2013;
Objeto: carretilha para condutores. Valor Máximo da Licitação: R$ 6.774,60; Preço máximo detalhado no edital; recebimento das propostas no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, até o dia 05.04.2013, às 14h00; retirada do edital: www.licitacoes-e.com.br ou www.copel.com.

• Pregão Eletrônico COPEL nº SSD130020/2013.
Objeto: Ferramentas Diversas; Valor Máximo da Licitação: R$ 106.635,60; Preço máximo detalhado no edital; Recebimento das propostas no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, até o dia 05/04/2013, às 9h; Retirada do Edital: www.licitacoes-e.com.br ou www.copel.com; Informações: (41) 3331-3193.

RESUMOS DE CONTRATOS

• Contrato COPEL SSD/DACD nº 4600002346/2013; Contratada: Industria de Transformadores Itaipu Ltda; CNPJ: 46.958.948/0001-55; Objeto: Transformador DIS 3F a Seco e a Óleo; Vigência: 10 meses; Data de Assinatura: 21/02/2013; Valor do Contrato: R$ 2.730.714,00; Conforme Pregão Presencial COPEL Nº SSD120134/2012.

• Contrato COPEL SSD/DACD nº 4600002345/2013; Contratada: Romagnole Produtos Eletricos S/A; CNPJ: 78.958.717/0016-14; Objeto: Transformador DIS 3F a Seco e a Óleo; Vigência: 9 meses; Data de Assinatura: 21/02/2013; Valor do Contrato: R$ 768.507,00; Conforme Pregão Presencial COPEL Nº SSD120134/2012.

• Contrato COPEL nº 4600002654/13; Contratada: SEC POWER COML IMP. E EXPORTADORA LTDA; CNPJ: 01938502000120; Objeto: BATERIA; Vigência: 10/08/13; Data de Assinatura: 08/03/13; Valor do Contrato: R$30.420,00; conforme Pregão Presencial COPEL SLS/DAQM Nº 505210/2012.

• Contrato COPEL nº 4600002723/13; Contratada: SINDICI DO BRASIL METALURG. E GRAFICA LTDA; CNPJ: 02869926/0001-43; Objeto: FORMULÁRIO; Vigência: 18/08/13; Data de Assinatura: 18/03/13; Valor do Contrato: R$6.435,00; conforme Pregão Presencial COPEL SLS/DAQM Nº 504212/2012.

• Contrato COPEL nº 4600002705/13; Contratada: INTELLI IND. DE TERM. ELETR. LTDA; CNPJ: 46754545/0001-94; Objeto: CONECTOR; Vigência: 18/08/13; Data de Assinatura: 18/03/13; Valor do Contrato: R$32.860,00; conforme Pregão Presencial COPEL SLS/DAQM Nº SSD120283/2012.

RESUMO DE TERMO ADITIVO

• Termo Aditivo nº 3 ao Contrato COPEL SLS/DAQM n.º 4600000717/2012; Contratada: Marques & Rasmussen LTDA; CNPJ: 05433048/0001-77; Motivo: Prorrogação; Fundamentação: Art. 65, §1º, da Lei n.º. 8666/93 e Art. 112, §1º, inc. II, da Lei Estadual n.º 15.608/07. Data de Assinatura: 11/03/2013.

R$ 360,00 - 22573/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA COPEL SOT/ENG nº 001/13

OBJETO: Implantação da LT Distrito Industrial de São José dos Pinhais - Piraquara, de 69 kV, com uma extensão aproximada de 14,20 km, nos municípios de São José dos Pinhais e Piraquara, no Estado do Paraná, compreendendo:
a) execução das obras civis com fornecimento de todos os materiais de construção;
b) montagem das torres metálicas e postes e acessórios;
c) montagem e instalação de todos os materiais eletromecânicos, como cabos condutores e pára-raios, isoladores, amortecedores, espaçadores e demais acessórios;
d) fornecimento (venda) de parte dos materiais eletromecânicos.
PREÇO MÁXIMO: R$ 5.660.000,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta mil reais).
EDITAL DE CONCORRÊNCIA: Será entregue pelo Departamento de Engenharia de Linhas de Transmissão, no endereço mencionado abaixo, ou via correio. Informações e esclarecimentos complementares poderão ser obtidos pelo telefone (41) 3310-5573 e 3310-5096.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/04/13 às 14 horas, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 – Bloco A – Sala 172 – Mossunguê – Curitiba – Paraná.

R$ 144,00 - 22215/2013

RESUMO DE CONTRATO Nº 50.212 - SOT/ENG – 014/12

Contratada: LIGHT&COM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. CNPJ: 09.201.629/0001-74. Objeto: Implantação da LT 138 kV Mamborê - Ubiratã. Prazo de Execução: 240 dias. Data de Assinatura: 15/03/2013. Valor do Contrato: R$ 5.410.259,00.

R$ 48,00 - 23012/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
AVISO DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico COPEL SGT 130033/2013 Objeto: Lâmpadas; Valor Máximo da Licitação: R$ 28.367,50; Preço máximo detalhado no edital; Recebimento das propostas no endereço eletrônico: www.licitacoese. com. br, até o dia 05/04/2013 às 14h; Retirada do Edital: www.licitacoes-e.com. br ou www.copel.com; Informações: (41) 3331- 2208.
Pregão Eletrônico COPEL SGT130030/2013. Objeto: Álcool Isopropilico; Valor Máximo da Licitação: R$ 8.227,00; Preço máximo detalhado no edital; Recebimento das propostas no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com. br, até o dia 04/04/2013, às 09h00; Retirada do Edital: www.licitacoes-e. com.br ou www.copel.com; Informações: (41) 3331-3549.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONVITE nº SOM130010

Objeto: Serviços de engenharia para atualização tecnológica do sistema elevador instalado no edifício da Casa de Força da Usina Hidrelétrica Governador José Richa – UHEGJR, localizada no município de Capitão Leônidas Marques/PR, incluindo substituição da máquina de tração, cabos de aço e periféricos, além de manutenção preventiva e/ou corretiva do sistema; Empresa classificada e habilitada: 1ª colocada - Elevadores Atlas Schindler S.A. - Valor Proposto: R$ 106.775,00; Demais empresas classificadas: 2ª colocada - Elevadores Otis Ltda. - Valor Proposto: R$ 121.000,00. Informações: (41)3331-4202 com Leandro Félix.

R$ 168,00 - 23054/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação da Alta Resolução Geofísica e Geologia Ltda., CNPJ nº 04.231.895/0001-26 para a realização do Monitoramento Sismológico da área de influência da Usina Hidrelétrica 300MW Colíder/MT; Valor: R$ 568.465,00; Justificativa: Memorando SEA/DGEA nº 008/2013; Fundamentação: Artigo 24, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e artigo 34, inciso V da Lei Estadual 15.608/2007. Solicitação: Gerente do Departamento de Gestão Ambiental. Ratificação: Diretor Presidente e Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial da Copel Geração e Transmissão S.A.

R$ 72,00 - 22829/2013

RESUMO DE TERMO ADITIVO (SOT/ENG – 071/11)

Termo Aditivo nº 2 ao Contrato COPEL 49.633. Contratada: TOTAL TOPOGRAFIA LTDA. CNPJ: 02.229.511/0001-05. Motivo: Alteração no valor do contrato de R$ 267.810,47 para R$ 277.348,47. Fundamentação: Artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei Federal Nº 8.666/93. Data de Assinatura: 03/01/2013.

R$ 48,00 - 23011/2013

SANEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 127.13

Objeto: Execução de obras de melhorias do sistema de abastecimento de água de Curitiba, São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara, na área de abrangência da Unidade Regional Curitiba - Leste, com fornecimento total de materiais. Recursos: Próprios. Preço Máximo Admitido: R$ 1.969.065,06. Disponibilidade do Edital: de 22/3/2013 até às 17h15 de 23/4/2013. Abertura da Licitação: 15h do dia 24/4/2013. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site http://licitacao.sanepar.com.br/.

R$ 72,00 - 20940/2013

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 1131.13

Objeto: Aquisição de Gerador de Energia, Conversor de Sinal e Sensor de Proximidade. Limite de Acolhimento de Propostas: 04/04/13 às 09h. Data da Disputa de Preços: 04/04/13 às 14h por meio de sistema eletrônico no site http: //www.licitacoes-e.com. br. Preço Máximo: R$ 43.730,40.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 1133.13

Objeto: Contratação de Serviços de Lavagem de Uniformes. Limite de Acolhimento de Propostas: 04/04/13 às 09h. Data da Disputa de Preços: 04/04/13 às 14h30 por meio de sistema eletrônico no site http: //www.licitacoes-e.com.br. Preço Máximo: R$ 25.358,00. Informações Complementares: Podem ser obtidas na Sanepar, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba/PR, Fones (41) 3330-3910 / 3330-3128 ou Fax (41) 3330-3901/ 3330-3200, ou no site acima mencionado.

R$ 72,00 - 22342/2013

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 1099.13

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA/VALVULA REDUTORA. Esclarecimentos: Prorrogado para até as 17:00 horas do dia 02/04/13. Limite de Acolhimento de Propostas: Prorrogado para até às 09:00 horas do dia 04/04/13. Data da Disputa de Preços: Prorrogada para as 15:00 horas do dia 04/04/13. Curitiba, 19 de março de 2013.

Antonio Hallage - Diretor Administrativo

R$ 48,00 - 22200/2013

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 019.13

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação nos Lotes 1 e 2 para o respectivo certame, e declara as empresas habilitadas vencedoras dos mesmos, pelos preços referidos, conforme abaixo disposto: Lote 1: 1ª) Monasa Engenharia Civil Ltda. R$ 409.900,00; Lote 2: 1ª) MJB Engenharia Civil Ltda. R$ 819.900,00; Os inteiros teores das Atas de Julgamento das propostas e das habilitações estão disponíveis na internet, no site da Sanepar. (http://licitacoes.sanepar.com.br). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis nos 2 (dois) lotes, conforme determina a legislação vigente.

João Henrique Ribeiro do Prado - Presidente da Comissão de Licitação

R$ 72,00 - 22216/2013

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 027.13

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Tec-Press Representações Técnicas Ltda, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R$ 570.000,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (http://licitacoes.sanepar.com.br) Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente. Comissão de Licitação

R$ 48,00 - 22392/2013

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 049.13

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Dang Construtora de Obras Ltda, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R$ 915.000,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (http://licitacoes.sanepar.com.br).

Comissão de Licitação

R$ 48,00 - 22451/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 1040.13

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR comunica que a licitação supracitada, que tem por objeto: Aquisição de Transformador e Conversor de Sinal, não teve proposta válida dentro do exigido no Edital, dessa forma a licitação foi considerada FRACASSADA.

USAQ - UNIDADE DE SERVIÇO DE AQUISIÇÕES.

R$ 48,00 - 22802/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREGAO ELETRONICO 1010/13 - AQUIS TELEFONE/VENTILA/ REFRIGER/CONDICIO - VENCEDOR(ES) /VALOR / ITEM(NS): -VIA NOVITA LTDA - ME / R$ 4.843,55 / 0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053 -CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME / R$ 2.818,00 / 0024 -LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME / R$ 405,00 / 0023 -AWD COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA / R$ 768,00 / 0058 ITEM FRACASSADO PRECOS INCOMPATIVEIS - 0054 0055 0056 0057 -DESCLASSIFICAÇÃO COMERCIAL (ITENS DA PROPOSTA): -CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022) -REDE GLOBAL COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA (0054 0055 0056 0057) -AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPERIN (0023 0054 0055 0056 0057 0058) -ELTON TOMAS

DOS SANTOS ME (0054 0055 0056 0057) -REDE GLOBAL COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053) -SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA M (0023 0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053) -VIA LUMENS AUDIO VIDEO E INFORMATICA (0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053 0058) DESCLASSIFICAÇÃO TÉCNICA (ITENS DA PROPOSTA): -AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPERIN (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053) -CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME (0023) -COMERCIAL BRASIL PROD. LTDA (0023 0024) -FERNANDO MAURICIO DE MORAES (0025 0026 0027 0028 0029 0030 0031 0032 0033 0034 0035 0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043 0044 0045 0046 0047 0048 0049 0050 0051 0052 0053) -JLR COMERCIAL DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA ME (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022) -JUANA MARA VIEIRA (0054 0055 0056 0057) -M. A. BAGGIO E CIA LTDA (0024) -NOVAINK ACESSORIOS DE INFORMATICA LDA ME (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023) -SULMATEL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA (0024) -VIA LUMENS AUDIO VIDEO E INFORMATICA (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023) -VIA NOVITA LTDA - ME (0023)

PREGAO ELETRONICO 1028/13 - AQUIS MATERIAL PARA CANTINA E COPA - VENCEDOR(ES) / VALOR / ITEM(NS): -ANACI S.S.SOARES ME / R$ 49.996,00 / 0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029 DESCLASSIFICAÇÃO COMERCIAL (ITENS DA PROPOSTA): -TREZE COMERCIAL LTDA - ME (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029) -DESCLASSIFICAÇÃO TÉCNICA (ITENS DA PROPOSTA): -FB COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA ME (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029) -J BRILHANTE COMERCIAL LTDA (0001 0002 0003 0004 0005 0006 0007 0008 0009 0010 0011 0012 0013 0014 0015 0016 0017 0018 0019 0020 0021 0022 0023 0024 0025 0026 0027 0028 0029)

PREGAO ELETRONICO 1056/13 - AQUIS QUADROS DE COMANDO - VENCEDOR(ES) / VALOR / ITEM(NS): -TECAUT AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA / R$ 79.900,00 / 0001 0002 0003 -INABILITADA - NAO APRES DCTOS CFE EDITAL : ISOCON ELETROTECNICA LTDA DESCLASSIFICA ÇÃO COMERCIAL (ITENS DA PROPOSTA): -EQUIPAMENTOS POWER LTDA (0001 0002 0003) -KMCC EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA (0001 0002) DESCLASSIFICAÇÃO TÉCNICA (ITENS DA PROPOSTA): -COMPONENTE INDUSTRIAL E AUTOMACAO LTDA - ME (0001 0002 0003) -ELCOSUL IND. COM. PRODUTOS ELETROMECANICOS LTDA (0001 0002 0003) -MONTAGEM ELETRICA LTDA (0003)

PREGAO ELETRONICO 1068/13 - AQUIS KIT PADRAO UMC - VENCEDOR(ES) / VALOR / ITEM(NS): -TIGRE S/A TUBOS E CONEXOES / R$ 3.013.400,00 / 0001 0002 0003 0004

PREGAO ELETRONICO 1079/13 - SERV TRANSP AGUA POTAVEL CAMINHAO PIPA - VENCEDOR(ES) / VALOR / ITEM(NS): -FERNANDES E BUCCI LTDA / R$ 38.533,00 / 0001 DESCLASSIFICAÇÃO COMERCIAL (ITENS DA PROPOSTA): -RODOVIARIO LEMEXPRESS LTDA - EPP (0001)

R$ 552,00 - 22826/2013

À Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR torna público que requereu ao IAP, Licença Ambiental Simplificada – LAS, para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, compreendendo a execução de 33.500,00m de rede coletora de esgoto, 322,00m de Linha de Recalque, 2.492,00m de interceptor, elevatória EEE-2 Jd. Santa Paula, a serem implantados no Município de Guaíra, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22864/2013

À Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR torna público que requereu ao IAP, Licença Ambiental Simplificada – LAS, para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, compreendendo implantação de pós-tratamento da ETE 01, execução de 61.434,70m de rede coletora de esgoto, 2021,79m de Linha de Recalque, 3.668,80m de interceptor, e duas elevatórias, EEE-Condá e EEE-Panorâmico, a serem implantados no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22672/2013

Minstério Público do Estado do Paraná

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

PROTOCOLO: 24283/2011- INEXIG.:08/2012 - CONTRATO: 21/2012
CONTRATADO: VIVO S/A (CNPJ: 02.449.992/0001-64)
OBJETO: Prorrogação do contrato referente aos serviços de internet 3G através de 670 chips.
DOT. ORÇAMENT.: 0901.03091434.010 - subelemento: 3390.3975.
VALOR TOTAL: R$ 29.312,50 (vinte e nove mil, trezentos e doze reais e cinqüenta centavos) mensais
VIGÊNCIA: 01/03/2013 a 31/03/2014.
AUTORIZAÇÃO: José Deliberador Neto - SubProcurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

R$ 72,00 - 22664/2013

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Extrato de Ordem de Fornecimento (O.F.)

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.
Protocolo nº: 3.583/2013 Dotação Orçamentária: 0960.03091434.011
Pregão Presencial nº 24/2012 Ata de Registro de Preços nº: 006/2012
Prazo de entrega: 15 (quinze) dias contatos à partir da retirada da N.E.

O.F. nº: **15/2013** Nota de Empenho (N.E.): 244-1
Fornecedor: P.A.S. Programa de Alimentação Social Ind. e Com. Ltda / Valor: R$ 4.425,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

O.F. nº: **16/2013** Nota de Empenho (N.E.): 243-1
Fornecedor: Licital Comercial Ltda / Valor: R$ 3.440,40 (três mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta centavos)

R$ 72,00 - 23139/2013

Federal

OAB

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARANÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2013

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, notifica os advogados abaixo relacionados para que no prazo de 15 (quinze) dias:

A) COMPAREÇAM À SEDE DA SECCIONAL LOCALIZADA NA RUA BRASILINO MOURA Nº 253, AHÚ, CURITIBA/PR, PARA TRATAR DE ASSUNTO DE SEU INTERESSE.

Sequência) Nome (OAB/UF) 01) ADYR TACLA FILHO (18.688/PR); 02) ALEXANDRE CHEMIM (26.126/PR); 03) ANDREIA DAMASCENO (28.358/PR); 04) ANGELA MARIA MARCELO (30.283/PR); 05) ANGELITA ACOSTA

(20.860/PR); 06) ANTONIO DE SOUZA SANTANA (74.583/SP); 07) CARLOS ALBERTO MENDES MARQUES (33.171/PR); 08) CARLOS ANDRE DOS SANTOS (142.385/SP); 09) CARLOS EDUARDO DE MACEDO RAMOS (24.537/PR); 10) CAROLINA LUIZA LOYOLA (41.459/PR); 11) CLEOMARA GONSALVES GONEM (51.552/PR); 12) DANILO PORTHOS SCHRUTT (23.361/PR); 13) DELAIR ROSEMARI TRENTINI (19.749/PR); 14) DENISE DUARTE SILVA MOREIRA (24.607/PR); 15) DIRCE DE PAULA MION (06.355/PR); 16) EDELMO NASCHENWENG (34.947/PR); 17) EDEMAR FRITZ JUNIOR (16.590/PR); 18) EMIR BENEDETE (16.754/PR); 19) FABIO ANGELO ZIOJLO LEAL (49.831/PR); 20) GILMAR COSTA VAZ (08.631/PR); 21) HENRIQUE CARDOSO DOS SANTOS (24.532/PR); 22) HENRIQUE EHLERS SILVA (06.319/PR); 23) IGOR ANTONIO ARAÚJO (47.938/PR); 24) JOSÉ LUIS ALMIRÃO (21.236/PR); 25)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JULIO CESAR RIBAS BOENG (14.430/PR); 26) KARINE DE PAULA PEDLOWSKI (45.499/PR); 27) LIDIANA VAZ RIBOVSKI (48.617/PR); 28) LUCI MARLENE HABIB (06.934/PR); 29) LUCIANA ANTONIO SOARES (31.562/PR); 30) LUCIANO CIZINI CHEMIN (26.718/PR); 31) MARCELO ARTHUR GOMES OSTI (19.334/PR); 32) MARCIO CESAR MELECH (24.664/PR); 33) MARCOS PAULO MENIN RIBAS (53.412/PR); 34) MARCOS VINICIUS BOAÇALHE (53.152/PR); 35) MARIZ MENDES MAY (10.198/PR); 36) MARLON CESAR SIMÕES (23.991/PR); 37) MAURICIO DE OLIVEIRA (23.480/PR); 38) MIGUEL BATISTA RIBEIRO (53.912/PR); 39) MOACIR JOSÉ COLOMBO (19.031/PR); 40) NEI ROBERTO DE BARROS GUIMARAES (23.826/PR); 41) ODENIR BORGES (09.200/PR); 42) PATRICIA CHEMIM (29.264/PR); 43) RICARDO GIOVANNETTI (29.092/PR); 44) RODRIGO DE FREITAS BARBIERI (47.756/PR); 45) SABRINA NASCHENWENG RISKALLA (31.396/PR); 46) SILVIO ALEXANDRE MARTO (37.030/PR); 47) UBIRAJARA SCHENFELDER SALLES (06.619/PR); e 48) VILSON OSMAR MARTINS JÚNIOR (23.864/PR)

B) TOMEM CONHECIMENTO E SE MANIFESTEM NOS PROCESSOS INDICADOS, NA FORMA DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 68 E 69 DA LEI FEDERAL Nº 8.906/94 E, NO ARTIGO 137-D, §§ 1º, 2º E 4°, DO REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, EM TRÂMITE NA SEDE DA SECCIONAL, NO ENDEREÇO INDICADO NO ITEM "A"

B.1) OFERECENDO RAZÕES FINAIS PELO REPRESENTADO (art. 52, §4º, CED):
01) PROCESSO Nº 341/2010. - ex-officio - 5ª Vara Comarca de Curitiba X E.P.S. (Adv.: Edson Pinheiro da Silva (OAB/PR 12.263).

B.2.) RECORREREM DA DECISÃO PROFERIDA: 01) PROCESSO Nº 4628/2010. ex-officio X A.A.R. (Adv.: Astrogildo Antonio Rumor - OAB/PR 15.625); 02) PROCESSO Nº 977/2008. José Leonil Gabriel X D.T.A. (Adv.: Dayana Tedeschi de Abreu - OAB/PR 38.192); 03) PROCESSO Nº. 482/2009. Eliane de Jesus Mariano X A.T.L. (Adv. Ademir Tomaz de Lima - OAB/PR 35.075); 04) PROCESSO Nº. 025/2007. Edison Mamede Rosa Nascimento X P.A.S.F. (Proc. Antonio Albino Cordeiro da Costa - OAB/PR 28.845); 05) PROCESSO Nº. 3504/2010. ex-officio - OAB/PR Subseção de Pato Branco X D.M.O.T. (Adv. Denise Marici Oltramari Tasca - OAB/PR 23.981)..

C) COMPAREÇA À SEDE DA SUBSEÇÃO DE PATO BRANCO LOCALIZADA NA RUA GOIANASES, Nº. 158 - CENTRO - PATO BRANCO/PR, PARA TRATAR DE ASSUNTO DE SEU INTERESSE: Sequência) Nome (OAB/UF) 01) NADIA DORR ESTOLASKI (64.364/SP)

A contagem dos prazos terá início a partir do primeiro dia útil subsequente à efetiva circulação da edição do Diário Oficial Executivo do Paraná em que o presente edital for veiculado.

Curitiba, 20 de março de 2013

Cons. Renato Cardoso de Almeida Andrade
Coordenador do Setor dos Processos Disciplinares

R$ 552,00 - 22967/2013

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2013

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, notifica os advogados e interessados a seguir relacionados para tomarem conhecimento e se manifestarem nos processos indicados, na forma do disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 8.906/94, e no artigo 137-D, §§ 1º, 2º e 4º, do Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

A) Da data e horário em que a 6ª Turma de Julgamento da Capital do Tribunal de Ética e Disciplina reunir-se-á em Sessão Ordinária, na sede da Seccional, localizada na Rua Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, quando serão submetidos a julgamento os seguintes processos: 01) PROCESSO Nº 5142/2009 – ex-officio x E.T.T. (Adv. Eclair Tavares Tesseroli OAB/PR 18.683); 02) PROCESSO Nº 7318/2009 – ex-officio x R.C.M. (Adv. Rafael Costa Monteiro OAB/PR 26.765); 03) PROCESSO Nº 4594/2010 – ex-officio x A.L. (Adv. Antônio Lidio OAB/PR 16.976 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 04) PROCESSO Nº 4937/2010 – ex-officio x E.R.V.P. (Adv. Eunice Rodrigues Valle Parada OAB/PR 31.464 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 05) PROCESSO Nº 5180/2010 – ex-officio x J.E.B. (Adv. João Emilio Beltrami OAB/PR 22.580 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 06) PROCESSO Nº 5218/2010 – ex-officio x J.L.R.R. (Adv. Jorge Luis Ribeiro Rezende OAB/PR 20.159 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 07) PROCESSO Nº 5253/2010 – ex-officio x J.C.V.M. (Adv. José Carlos Veiga de Macedo OAB/PR 14.842 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 08) PROCESSO Nº 7248/2009 – ex-officio x C.M.T. (Adv. Cezar Massanori Tossa OAB/PR 22.139); 09) PROCESSO Nº 5125/2010 – ex-officio x I.M. (Adv. Ivone Mansur OAB/PR 5.921); 10) PROCESSO Nº 5206/2010 – ex-officio x J.M.F. (Adv. Joel Marcos Faccin OAB/PR 11.168); 11) PROCESSO Nº 5285/2010 – ex-officio x J.R.L. (Adv. José Roberto Lukaszewigz OAB/PR 24.109 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 12) PROCESSO Nº 5313/2010 – ex-officio x J.A.U.S.C. (Adv. Juliana Angelika Ulrike Schultheis Czerny OAB/PR 21.742 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 13) PROCESSO Nº 5328/2010 – ex-officio x J.C.C. (Adv. Júlio Cezar Christoffoli OAB/PR 5.553 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 14) PROCESSO Nº 5397/2010 – ex-officio x L.R.R. (Adv. Lineu Ramos Ribeiro OAB/PR 6.089 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 15) PROCESSO Nº 5615/2010 – ex-officio x M.S.S. (Adv. Maria Sônia de Souza OAB/PR 14.472 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 16) PROCESSO Nº 5620/2010 – ex-officio x M.T.P. (Adv. Maria Terezinha Pescador OAB/PR 6.775 e Lenice Teresinha Morilha OAB/PR 50.660); 17) PROCESSO Nº 5820/2010 – ex- officio x R.C.M. (Adv. Rafael Costa Monteiro OAB/PR 26.765 e Pollyana Cardoso Lopes OAB/PR 50.577); 18) PROCESSO Nº 5931/2010 – ex-officio x R.M.P. (Adv. Rose Mirian Pelacani OAB/PR 13.940); 19) PROCESSO Nº 4800/2010 – ex-officio x D.S. (Adv. Davison Silva OAB/PR 19.555); 20) PROCESSO Nº 5556/2010 – ex-officio x M.H.P.B. (Adv. Marcos Henrique Pascoalini Basilio OAB/PR 38.542) [09 de abril de 2013, às 17h00].

B) Das decisões proferidas pelo Tribunal de Ética e Disciplina, das quais caberá, no prazo de 15 (quinze) dias, a interposição de Recurso, na forma do disposto no artigo 76 do EAOAB: 01) PROCESSO Nº 8144/2006 – ex-officio x T.M.S.E. (Adv. Tânia Sabatovyck Eichelberger OAB/PR 21.223); 02) PROCESSO Nº 7108/2009 – ex-officio x E.L. (Adv. Eva Lang OAB/PR 13.615); 03) PROCESSO Nº 7335/2009 – ex-officio x I.B.C. (Adv. Itajana Barreto Costa OAB/PR 28.056); 04) PROCESSO Nº 4411/2010 – ex-officio x A.E.H.J. (Adv. Acir Edson Hafez José OAB/PR 19.600); 05) PROCESSO Nº 7831/2010 – ex-officio x D.R.G. (Adv. Dirceu Rodrigues Gonçalves OAB/PR 26.559 e Priscila Elizabeth Dalfovo OAB/PR 58.500); 06) PROCESSO Nº 7852/2010 – ex-officio x E.C.B. (Adv. Edson Clayton Britto OAB/PR 23.437 e Priscila Elizabeth Dalfovo OAB/PR 58.500); 07) PROCESSO Nº 7865/2010 – ex-officio x E.S.M.C. (Adv. Elenir de Souza Munhoz Cazorla OAB/PR 21.064 e Priscila Elizabeth Dalfovo OAB/PR 58.500); 08) PROCESSO Nº 7874/2010 – ex-officio x E.A. (Adv. Elias Assad OAB/PR 9.603 e Priscila Elizabeth Dalfovo OAB/PR 58.500); 09) PROCESSO Nº 7877/2010 – ex-officio x E.G.G.S. (Adv. Elisa Gomes Grein Siqueira OAB/PR 24.127 e Priscila Elizabeth Dalfovo OAB/PR 58.500); 10) PROCESSO Nº 3142/2009 – Rosani Fátima de Ávila x W.A.P.S. (Adv. Wilnar Aloisio Pereira dos Santos OAB/PR nº 30.314 e Margareth Zanardini Moreira OAB/PR nº 09.604); 11) PROCESSO Nº 1445/2011 – ex-officio x T.E.P.B. (Adv. Tânia Eli Pereira Bruginski OAB/PR nº 26.707 e Débora Gonçalves de Oliveira OAB/PR nº 45.262); 12) PROCESSO Nº 4347/2008 – ex-officio x A.M.C. (Adv. Amauri Martins da Cruz OAB/PR nº 13.418); 13) PROCESSO Nº 1541/2009 – ex-officio x R.B.R. (Adv. Rodrigo Bettega Ressetti OAB/PR nº 23.072 e Sirlei Hadrianne de Aguiar OAB/PR nº 50.302); 14) PROCESSO Nº 0161/2009 – Milton José Ramos e Ana Paula Silva de Vasconcellos Lara OAB/PR 28.373 x A.A.N. (Adv. Amadeu Alice Netto OAB/PR 19.613 e Luís Rogério Garcia Baran OAB/PR 50.779).

C) Para restituir os autos na Secretaria do Tribunal de Ética e Disciplina, localizado na Rua Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR: 01) PROCESSO Nº 4606/2008 – Antonio Barboza x P.R.G. (Adv. Paulo Roberto Gomes OAB/PR nº 26.446); 02) PROCESSO Nº 5414/2010 – ex-officio x L.A.S. (Adv. Luciana Antonio Soares OAB/PR nº 31.562).

Curitiba, 19 de março de 2013.

RENATO ALBERTO NIELSEN KANAYAMA
Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina

R$ 600,00 - 22901/2013

Municipalidades

CISMEPAR

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - CISMEPAR
Extrato de Termo de Credenciamento nº 013/13 – Ch. Público nº 006/2012
Espécie: Termo de Credenciamento nº 013/13, firmado em 18/03/2013 entre o CISMEPAR e a empresa **Medical Serviços Médicos S/S Ltda.** CNPJ: 05.200.893/0001-32; **Objeto**: Plantões Médicos Hospitalares. Vigência: 18/03/2013 a 18/03/2014; Dotações Orçamentárias: 0117010302000320070117010302000320080117010302000320090117010302000320100117010300200032011 Natureza da Despesa: 3390390000; Signatários: *João Ernesto Johnny Lehmann* e *Rosane Capellari Trindade.*

R$ 48,00 - 22915/2013

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR
Resultado da Habilitação – CH 008/12 – Proc. Adm. 064/12
O CISMEPAR torna público que a empresa Hospital do Coração de Londrina Ltda - CNPJ nº 04.762.301/0001-03, apresentou proposta para o credenciamento em epígrafe, cujo objeto é a realização de consultas, procedimentos ambulatoriais e cirurgias em diversas especialidades, e após análise da proposta e dos documentos de habilitação foi constatado que a empresa cumpriu com os requisitos do referido edital ficando assim declarada habilitada para o credenciamento. Luzia Rafael Bueno/Presidente da C.P.L. Londrina, 20 de março de 2013.

R$ 72,00 - 22902/2013

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR
Resultado da Habilitação – CH 008/12 – Proc. Adm. 064/12
O CISMEPAR torna público que a empresa R.A.R Prestação de Serviços Médicos Ltda - CNPJ nº 08.397.250/0001-19, apresentou proposta para o credenciamento em epígrafe, cujo objeto é a realização de consultas, procedimentos ambulatoriais e cirurgias em diversas especialidades, e após análise da proposta e dos documentos de habilitação foi constatado que a empresa cumpriu com os requisitos do referido edital ficando assim declarada habilitada para o credenciamento. Luzia Rafael Bueno/Presidente da C.P.L. Londrina, 20 de março de 2013.

R$ 72,00 - 22906/2013

Câmara Municipal de Sarandi

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI – ESTADO DO PARANÁ.
AVISO DE LICITAÇÃO (ALTERAÇÃO) - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013-CMS, DE 07/03/2013 – DATA DE PROTOCOLO ATÉ O DIA 09/04/2013 ÀS 13:30 HORAS - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 09/04/2012 ÀS 14:OO HORAS – LOCAL DE ABERTURA – SEDE DA CÂMARA – Endereço:Avenida Maringá, 660 Centro – Sarandi – PR.
Objeto: A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GENEROS ALIMENTICIOS DE COPA E CANTINA PARA ESTE PODER LEGISLATIVO, VALOR MÁXIMO: R$. 24.363,99. Do Edital, no site: cms.pr.gov.br, na guia licitações, Maiores informações pelo telefone: 44-4009-1750 – Sarandi-Pr., 19 de março de 2013 – Ass. Dalvecir Aparecido Bonora – Presidente da Comissão de Licitações.

R$ 96,00 - 22701/2013

Câmara Municipal de Telêmaco Borba

CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA- PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 002/2013

Objeto: Materiais de Expediente do tipo **Menor preço por item**. **Abertura das propostas:** dia **09/04/2013 às 14hs00min**. **Informações complementares:** podem ser obtidas na Câmara Municipal de Telêmaco Borba – Secretaria de Administração, à Alameda Oscar Hey, nº 99, Centro, Telêmaco Borba – Pr, fone (42)3272-1461 ou fax (42)3272-0147, ou pelo site **www.telemacoborba.pr.leg.br**.

Telêmaco Borba, 19 de maço de 2013.
Helena Pereira
Pregoeira

R$ 72,00 - 22763/2013

Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 087/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Maringá - UEM.
Objeto: Projeto 33.852 – Didática e teoria histórico-cultural: marcos teóricometodológicos para a organização do ensino de conteúdos escolares, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 088/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Maringá - UEM.
Objeto: Projeto 33.915 – O ensino nos anos iniciais do ensino fundamental: perspectiva de formação e práticas pedagógicas, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 089/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Maringá - UEM.
Objeto: Projeto 34.240 – Problema de localização de centrais de suporte para crises: modelagem e desenvolvimento de algorítmos heurísticos com simulação e análise de cenários no contexto da logística humanitária, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 092/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Maringá - UEM.
Objeto: Projeto 34.144 – Fatores que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes da região sul do Brasil, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 099/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Cascavel.
Objeto: Projeto 33.533 – Estudo do papel de imunomoléculas na osseointegração de implantes de titânio em camundongos ovariectomizados, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 100/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Cascavel.
Objeto: Projeto 34.229 – O liberalismo e seu percurso histórico da modernidade aos dias atuais, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 14 (quatorze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio 103/2013
Partes: Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Maringá - UEM.
Objeto: Projeto 34.264 – Modelagem matemática e obtenção dos dados de equilíbrio líquido – Vapor de Sistemas envolvidos na produção de biodiesel de soja etílico, contemplado no Programa de Bolsas de Pós-doutorado - Chamada de Projetos 08/2012.
Valor: R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).
Data de Assinatura: 1 de março de 2013.
Vigência: 11 (onze) meses a contar da data de assinatura.
PAULO ROBERTO SLUD BROFMAN
Presidente da Fundação Araucária

R$ 696,00 - 22951/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fundação Municipal de Saúde de União da Vitória

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 002/2013 - SRP

OBJETO: Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico o registro de preços para aquisição de material médico cirúrgico, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de União da Vitória - Paraná
Tipo de licitação: Menor Preço por item.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h30min. do dia 21/03/2013 às 18h00 hrs. do dia 09/04/2013.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h30min. às 09:00 horas do dia 10/04/2013.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h01min. do dia 10/04/2013.
O Edital completo poderá ser analisado e obtido através do site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas no Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, 205, 4° pavimento, centro, telefone e fax (42) 3903-1600.

União da Vitória, 20 de Março de 2013

Margarete Olivo
Diretora Superintendente

R$ 168,00 - 23083/2013

Antonina

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº PMA 031/2013
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMA 015/2013
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Equipe de Apoio e o Pregoeiro do Município de Antonina torna público que fará realizar **às 10h00min do dia 05 de abril de 2013,** na Prefeitura Municipal de Antonina, sito a Rua XV de Novembro, n.º 150, Centro, Antonina, Paraná, a sessão pública na INTERNET será aberta por comando do PREGOEIRO com a utilização de sua chave de acesso e senha.
PREGÃO PRESENCIAL, menor preço por lote, que tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de sacos para lixo para atendimento das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Antonina, por meio de fornecimento imediato, conforme relação e descrição no Anexo I que faz parte integrante do edital.
Valor Máximo Estimado: R$ 80.574,85 (Oitenta mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).
INFORMAÇÕES:
O Edital de Licitação deverá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Antonina - PR, sito à Rua XV de Novembro, 150 - Centro, Antonina – PR, nos horários entre 09h00 e 11h30 ou 14h00 e 16h30. Departamento de Licitação e Contratos. No site da Prefeitura Municipal de Antonina: www.antonina.pr.gov.br; no site: www.bll.org.br. Informações: Departamento de Licitação – Fone/Fax: (41) 3978.1048. licitação@antonina.pr.gov.br, anderson.mauricio@antonina.pr.gov.br.

Antonina, 20 de março de 2013.
Anderson Alves Maurício
PREGOEIRO

R$ 192,00 - 22796/2013

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº PMA 032/2013
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMA 016/2013
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Equipe de Apoio e o Pregoeiro do Município de Antonina torna público que fará realizar às 10h00min do dia 09 de abril de 2013, por meio da INTERNET, através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda.
PREGÃO ELETRÔNICO, menor preço por lote, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de Pneus, em atendimento as Secretarias Municipais, conforme relação e descrição no Anexo I que faz parte integrante do edital.
Valor Máximo Estimado: R$ 275.858,32 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos).
INFORMAÇÕES:
O Edital de Licitação deverá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Antonina - PR, sito à Rua XV de Novembro, 150 - Centro, Antonina – PR, nos horários entre 09h00 e 11h30 ou 14h00 e 16h30. Departamento de Licitação e Contratos. No site da Prefeitura Municipal de Antonina: www.antonina.pr.gov.br; no site: www.bll.org.br. Informações: Departamento de Licitação – Fone/Fax: (41) 3978.1048. e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br, anderson.mauricio@antonina.pr.gov.br.

Antonina, 20 de Março de 2013.
ANDERSON ALVES MAURÍCIO
PREGOEIRO

R$ 168,00 - 22798/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ORIGEM:
CONTRATO Nº 049/2013 – ID Nº 1339
VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013
HOMOLOGADO EM 13/03/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Antonina, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.516/0001-07 e sede na rua XV de Novembro nº. 150 - Centro, cidade de Antonina-Pr, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr João Ubirajara Lopes, brasileiro, casado, CPF nº. 223.581.881-15; portador da cédula de identidade RG n.º 1.844.434-PR, residente e domiciliado na Rua Marques do Herval, nº 136, Centro, CEP 83370-000 - Antonina-PR.
CONTRATADA: JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS - ME, com registro no CNPJ/MF sob o nº 09.374.051/0001-58, estabelecida na Rua Estephano Perreto Sobrinho, 295, Bom Jesus, CEP 83880-000 na Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João de Oliveira Martins, brasileiro, proprietário, portador da identidade nº 4.699.424-8 PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 754.153.999-68 residente e domiciliado na Rua Estephano Perreto Sobrinho, 295, Bom Jesus, CEP 83880-000 na Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.
OBJETO: Aquisição de móveis para o Grupamento de Bombeiros de Antonina - PR, em atendimento ao FUNREBOM.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.002.28.845.0045.2110.4.4.90.52.42 Fonte 515.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será até 18/03/2013, a contar da data da assinatura.
DATA: 18 de março de 2013;
ASSINADO POR: Exmo. Sr. João Ubirajara Lopes, Prefeito Municipal, e o Sr. João de Oliveira Martins pela empresa JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS - ME.

R$ 264,00 - 22817/2013

Apucarana

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE REALIZAÇÃO
PREGÃO Nº 008/2013 - SRP

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Apucarana, por um período de 12 meses
Em razão de errata, faz necessário a prorrogação da data de abertura, ficandoremarcada a realização da licitação para o dia 03/04/13 às 9:00 horas e protocolo até o dia 03/04/2013 às 08:30 horas, na Prefeitura Municipal de Apucarana O edital e erratas encontram-se disponível no portal de compras do município: compras.apucarana.pr.gov.br
Esclarecimentos: das 12:00 às 18:00 horas, telefone: (43) 3162-4218
Edifício da Prefeitura do Município de Apucarana, 20 de março de 2013.
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
Prefeito Municipal

R$ 96,00 - 23056/2013

Boa Esperança do Iguaçu

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013

A Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, faz saber que se encontra aberta, Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, a qual terá por objeto **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica para a viabilização e captação de recursos Federais, a fundo perdido ou por meio de financiamentos e gestão de convênios da Administração Municipal com os diversos Ministérios, Secretarias e órgãos do Governo Federal, inclusos os serviços de prestação de contas, conforme termo de referencia - Anexo I**. Os envelopes de documentação e proposta de preços, serão entregues junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, sito à Rua Demetrio Pinzon, n° 16, Centro - Boa Esperança do Iguaçu - PR, até às **09:00 horas do dia 02/04/2013,** e serão abertos no dia **02/04/2013 as 09:00 horas**, na Sala de Licitação. Demais informações serão fornecidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no endereço acima mencionado, das 08h00 até às 11h30, das 13h30 até as 16h00, exceto sábados, domingos e feriado. Formalização para consultas: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br Fone: (46) 3537-1208 Fax: (46) 3537-1158.

Boa Esperança do Iguaçu, 19/03/2013.
Leandro Carlos Cecato Claudemir Freitas
Pregoeiro Prefeito

R$ 168,00 - 22289/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

A Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, faz saber que se encontra aberta, Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, a qual terá por objeto **Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquinas (escavadeira hidráulica), conforme especificado no Anexo I - Termo de Referencia**. Os envelopes de documentação e proposta de preços, serão entregues junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, sito à Rua Demetrio Pinzon, n° 16, Centro - Boa Esperança do Iguaçu - PR, até às **11:00 horas do dia 02/04/2013,** e serão abertos no dia **02/04/2013 as 11:00 horas**, na Sala de Licitação. Demais informações serão fornecidas pelo Pregoeiro e Equipe

de Apoio, no endereço acima mencionado, das 08h00 até às 11h30, das 13h30 até as 16h00, exceto sábados, domingos e feriado. Formalização para consultas: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br Fone: (46) 3537-1208 Fax: (46) 3537-1158.

Boa Esperança do Iguaçu, 19/03/2013.

Leandro Carlos Cecato **Claudemir Freitas**
Pregoeiro **Prefeito**

R$ 144,00 - 22597/2013

Califórnia

COMUNICADO
MUDANÇA DA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Comunicamos às licitantes interessadas que, devido à correções, fica prorrogada a data de abertura da seguinte licitação:

Pregão Presencial nº 006/2013

Objeto: **Contratação de Instituição Integradora de Estágios Supervisionados para operacionalização de programas de estágio no município de Califórnia, para estudantes de Nível Médio, Pós-Médio, Educação Profissional, Educação Superior e Pós-Graduação, que frequentem cursos em Instituições de Ensino Públicas ou Privadas, conveniadas a essa, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio.** Fica prorrogada a abertura para 03/04/2013, com entrega dos envelopes até às 09h00min e abertura às 09h01min;

Atenciosamente
JOSÉ VAGULA FILHO
Pregoeiro

R$ 168,00 - 22580/2013

Céu Azul

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 24/2013 –M.C.A.

Objeto: Registro de preço de almoço e café para fornecimento direto no estabelecimento para motoristas durante serviços de transporte de pacientes ou outros serviços em Cascavel, a vigência do Registro de Preços será de 12 meses. Abertura dia 04/04/2013 às 14:30 horas. O texto do Edital e informações poderão ser obtidos no Paço Municipal de Céu Azul, Tel. 45-3266-1122, e-mail: pref.compras@netceu.com.br. Céu Azul/PR, 20/03/2013. Jaime Luis Basso – Prefeito Municipal.

R$ 48,00 - 23082/2013

Coronel Vivida

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida – PR, torna pública a realização em sua sede, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/n°, as 10:00 horas do dia 05 de Abril de 2013, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo da Licitação MENOR PREÇO POR LOTE, sob nº 34/2013, objetivando-se o registro de preços para futuros e eventuais serviços de poda de árvores. O valor máximo total estimado é de R$ 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais). Prazo do registro de preços: 12 (doze) meses. O edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min e informações pelo telefone (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 20 de Março de 2013.
Ademir Antônio Aziliero, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

R$ 96,00 - 22987/2013

Cruzeiro do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2013
TIPO MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de 01 caminhão 4 x 2 (toco), novo, tipo caçamba basculante, motor turbo e demais especificações exigidas na íntegra do Edital, proveniente do convênio nº 771461 – Processo 0389109-16, celebrado entre o Município de Cruzeiro do Sul e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS
Dia: 08/04/2013 – 09:00 horas
REUNIÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS
Dia: 08/04/2013 – 09:00 horas
Maiores informações e cópias do edital poderão ser obtidas na divisão de licitação, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 11h00min, na avenida Dr. Gastão Vidigal, 600, Cruzeiro do Sul-Pr, ou pelo telefone (44) 3465- 1299.

Cruzeiro do Sul, 15 de Março de 2013.
Ademir Mulon
Prefeito Municipal

R$ 168,00 - 22180/2013

Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2013

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME, NAS DIVERSAS UNIDADES DESTA MUNICIPALIDADE UTILIZANDO SISTEMA VIA RADIO.**

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes	Dia: 03 de abril de 2013 Hora: As 8h00min até 8h15min Horário de Brasília
Início da Sessão Pública	Dia: 03 de abril de 2013 Hora: As 8h20min Horário de Brasília
Local	Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvizinhos.pr.gov.br serviços/licitações, mediante comprovante de retirada, conforme modelo anexo ao edital. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8824 ou 3536 8825.

Dois Vizinhos, 20 de março de 2013.

Raul Camilo Isotton
Prefeito

R$ 144,00 - 22862/2013

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2013

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS.**

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes	Dia: 03 de abril de 2013 Hora: As 13h30min até 13h45min Horário de Brasília
Início da Sessão Pública	Dia: 03 de abril de 2013 Hora: As 13h50min Horário de Brasília
Local	Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvizinhos.pr.gov.br serviços/licitações, mediante comprovante de retirada, conforme modelo anexo ao edital. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8824 ou 3536 8825.

Dois Vizinhos, 20 de março de 2013.

Raul Camilo Isotton
Prefeito

R$ 144,00 - 22867/2013

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO (Lei n° 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ACESSO AO LAGO DOURADO, "RUA CARACAS", COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE N.º 0372620-50/2011 DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONOMICA FEDERAL E COM CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.
Data e Horário de Abertura dos Envelopes: **08/04/2013 as 08h30min.**
Valor do Edital: **R$ 50,00 (cinquenta reais).**
LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: AV. RIO GRANDE DO SUL, 130 - CENTRO, NA CIDADE DE DOIS VIZINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL.
O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvizinhos.pr.gov.br serviços/licitações, mediante comprovante de retirada, conforme modelo anexo ao edital. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8824 ou 3536 8825.

Dois Vizinhos, 19 de Março de 2013.

Raul Camilo Isotton
Prefeito

R$ 168,00 - 22871/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Faxinal

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços Nº. 5/2013
Processo Administrativo de Compra n° 130/2013

O Município de Faxinal, Estado do Paraná, através da Comissão de Licitações e sua equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 007/2013, torna público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar **às 14:00 horas do dia 10 de abril de 2013,** na sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Brasil, nº 694, Centro, **Tomada de Preços** para a **Contratação de Empresa para Construção de Unidade Básica de Saúde - Nível I - UBS I, sito à Rua Projetada, S/n° - Vila Nova, o Município de Faxinal**. A Licitação será Menor Preço (Global).
Obs. O Edital e demais documentos pertinentes à presente Licitação, em apreço poderão ser examinados e fornecidos mediante a apresentação do recibo de R$ 5,00 (cinco reais) no endereço acima mencionado, conforme o § 5º. Do Artigo 32 da Lei Federal n.º 8.666/93, de segunda a sexta-feira nos horários das 9:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do acesso à pagina www.faxinal.pr.gov.br.

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 18 de março de 2013.

ADILSON JOSE SILVA LINO
Prefeito Municipal

R$ 168,00 - 22821/2013

Foz do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Foz do Iguaçu comunica que realizará a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº. 011/2013
Objeto: Seleção de propostas visando o registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento e colocação de diversos tipos de vidros, para instalação e reposição conforme a necessidade das secretarias do Município, pelo período de 12 (doze) meses, na forma especificada nesse Termo, as quantidades constantes do ANEXO I – Termo de Referencia são estimativas de consumo, não obrigando a Administração à aquisição total.
Abertura e avaliação das propostas: 05 de Abril de 2013, às 09 horas.
O edital poderá ser retirado no site www.cidadecompras.com.br. Maiores informações podem ser obtidas no horário das 08 às 14 de 2ª a 6ª feira, pelo fone/fax (45) 3521-1374 ou pelo e-mail julio.jcna@pmfi.pr.gov.br.

Foz do Iguaçu-Pr, 20 de Março de 2013.
Alexei da Costa Santos
Diretor de Compras e Suprimentos

R$ 168,00 - 23000/2013

Francisco Beltrão

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL N° 13/2013/PMFB
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR
RECURSOS: RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO.

O Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 77.816.510/0001-66, com sede à rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000, centro, torna público que fará realizar às 15:00 horas do dia 08 de abril de 2013, na sala de reuniões do setor de licitações da Prefeitura Municipal, TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, para contratação de serviços para elaboração de projetos técnicos de obras com até 1500,00m2, que serão executadas pelo município de Francisco Beltrão – PR. Prazo de execução: 6(seis) meses.

Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx46) 3520-2103 e na webpage www.franciscobeltrao.pr.gov.br.

Francisco Beltrão, 19 de março de 2013.

ANTONIO CANTELMO NETO
PREFEITO MUNICIPAL

R$ 168,00 - 22600/2013

Guairaça

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRAÇÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

Síntese do objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROINFÂNCIA.

Sessão de entrega de envelopes: 05/04/2013 até as 10:00 horas.

Sessão de Julgamento : 05/04/2013 as 10:00 horas.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Guairaçá, Estado do Paraná, sita à Rua Francisco Vieira, 1.181 - Centro, ou através do telefone (44) - 3442 1413, mediante apresentação do ATO CONSTITUTIVO (contrato social) da empresa.

JANESLEI AMADEU CAENETTO
Prefeita Municipal

R$ 144,00 - 23010/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE **GUAIRAÇÁ**
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013 – URBANIZAÇÃO DE CANTEIROS COM CALÇAMENTO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO

A Prefeitura Municipal de Guairaçá, torna público que fará realizar, às 15 horas do dia 08 de Abril do ano de 2013, na sala de reuniões n° 01 em Guairaçá , Paraná, Brasil, **TOMADA DE PREÇOS** para Urbanização de canteiros com calçamento em blocos intertravados de concreto , sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (*dias*)
Avenida Candido Berthier Fortes (entre Avenida Perimetral e Rua João Cessel), Sede do Município de Guairaçá-PR	Execução de pavimentação/calçamento em blocos intertravados de concreto. Urbanização de canteiros com calçamento em blocos intertravados de concreto.	Área de Intervenção: 4.898,91 m².	90

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir do dia 25 de Março de 2013, no horário comercial e será fornecida mediante a apresentação do recibo de pagamento no valor de R$ 100,00 (Cem reais). No caso de empresa com sede fora do Município de Guairaçá, a Pasta Técnica poderá ser adquirida através do correio, mediante o depósito do valor supracitado à conta n° 44-2, agência 0399 do Banco 104, Paranavaí - Paraná – Brasil. Quando da solicitação da mesma, a empresa deverá anexar o comprovante do depósito efetuado. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado – Telefone (44-34421413), fax 44-34421413 - "*e-mail*" licitacoesguairaca@hotmail.com

Guairaçá, 20 de Março de 2013.

Janeslei Amadeu Caenetto
Prefeita Municipal

R$ 312,00 - 23009/2013

Honório Serpa

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONORIO SERPA –
ESTADO DO PARANA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N°. 03/2013 O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações (designada pela Portaria n°. 01/2013, de 07/01/2013), em conformidade com a Lei n°. 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação no dia 11/04/2013, às 09hs, na sede do Paço Municipal, sito à Rua Elpidio dos Santos, 541, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a: "Construção de uma edificação para funcionamento da Academia da Saúde, sito a Avenida Liberdade, s/nº., lote nº. 12 da quadra nº. 08, Centro, nesta cidade de Honorio Serpa, Estado do Paraná, com a área global de 54,23m², incluindo serviços paisagismo, sinalização; e, fornecimento de equipamentos de ginásticas", conforme memorial descritivo, orçamentos e projetos técnicos anexos ao edital. O edital encontra-se à disposição dos interessados no edifício da Prefeitura Municipal de Honório Serpa, sito à Rua Elpidio dos Santos, 541, no período das 8hs ás 12hs e das 13hs30min às 17hs30min, no Departamento de Licitações. Informações: 0XX(46)3245-1130. Honório Serpa, 20 de março de 2.013. EDEVALDO MIGUEL PHILIPPSEN Presidente da Comissão Permanente de Licitações

R$ 144,00 - 22958/2013

Ibiporã

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tornar público o resultado do julgamento do Processo Administrativo nº 186/2012 - Tomada de Preços nº 17/2012 referente à Contratação de empresa especializada para ampliação de rede de alta tensão, baixa tensão e iluminação pública, com fundamento no Parecer Jurídico 099/2013 - PGM de 07/03/2013, no disposto no inciso VI, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório supracitado, incluindo o ato **de ADJUDICAÇÃO** à empresa seguinte: **MEDEIROS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, lote 1, itens 1,2 e 3, no valor total de R$ 176.518,19. Ibiporã, 11 de março de 2013. José Maria Ferreira - Prefeito.

R$ 72,00 - 22762/2013

Iguatu

Prefeitura Municipal de Iguatu
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2013

Objeto: Projeto de intervenção urbana para melhorias na infra-estrutura da Av. Sete de Setembro, conforme é descrito no memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro emitidos pelo Dep. de Engenharia.
Regime de execução: empreitada global.
Tipo: menor preço.
Data de entrega do edital: A partir de 07 de março de 2013.
Data de abertura: 12 de abril de 2013.
Hora: 09:00 horas (horário de Brasília).
Local – Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Iguatu - PR, situada à Avenida Centenário, 500, Centro, CEP: 85.423-000
Telefone: (45)3248-1159 - Fax: (45)3248-1159
Valor máximo: R$ 169.918,92 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos).
Solicitações de edital por e-mail: adm.iguatupr@gmail.com

Iguatu-PR, 20 de março de 2013.
Rubia Mara Di Bernardo Pinto
Presidente de Comissão Permanente de Licitações

R$ 120,00 - 23077/2013

Ivaí

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ
RUA RUI BARBOSA, 632 – CENTRO – IVAÍ – PR
CNPJ/MF 76.175.918/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO N° 015/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: 60 cestas básicas (alimentos, materiais de limpeza e de higiene) para a Secretaria Municipal de Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 02/04/2013 às 09:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 016/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Prestação de serviços de fisioterapia- 20 hs. semanais, às 2ª e 4ª feiras, das 08:00 hs. às 12:00 hs. e das 13:00 hs. ás 17:00 hs. e 6ª feira das 08:00hs.às 12:00 hs.
Sessão de julgamento: 02/04/2013 às 13:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 017/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Materiais odontológicos para suprimentos dos Postos de Saúde do Município.
Sessão de julgamento: 02/04/2013 às 15:15 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 018/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Medicamentos e materiais ambulatoriais.
Sessão de julgamento: 04/04/2013 às 09:15 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br
Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 020/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Gêneros alimentícios para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 04/04/2013 às 15:15 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 021/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Equipamentos de informática, softwares, aparelhos telefônicos e de fax para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 05/04/2013 às 09:15 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 022/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Materiais de expediente para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 05/04/2013 às 13:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 023/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Gêneros alimentícios para eventos e matérias de expediente para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 05/04/2013 às 15:15 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 024/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Utilidades domésticas para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia social.
Sessão de julgamento: 08/04/2013 às 09:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N° 025/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2013
(Leis n° 8.666/93, art. 21 e 10.520/2002)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
Síntese do objeto: Materiais de limpeza para o Cras – Centro de Referencia da Assistencia Social.
Sessão de julgamento: 08/04/2013 às 13:30 hs.
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) 3247-1222 - ramal 216 e site:www. ivai.pr.gov.br Ivaí, 18 de março de 2013.
Marco Antonio Jensen - Pregoeiro Municipal

R$ 864,00 - 22632/2013

Ivaté

Súmula de Renovação de Licença Instalação

A empresa abaixo torna público que recebeu do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, a renovação da Licença de Instalação para o empreendimento a seguir especificado:
EMPRESA: Prefeitura Municipal de Ivate
ATIVIDADE: Implantação do Parque Público Ecológico de Lazer
ENDEREÇO: Rua Londrina s/n° - Lote 01 A 11-B
MUNICIPIO: Ivate/Pr
VALIDADE: 11/09/2013.

R$ 48,00 - 22876/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Marechal Cândido Rondon

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ
EXTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2013

O Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, cientifica aos interessados que realizará no dia **12 de abril de 2013, às 09:00 h,** abertura de envelopes de habilitação da Tomada de Preços nº 03/2013 – PMMCR, para a **Contratação de serviços de um sistema de ensino, visando o desenvolvimento educacional do Município, contemplando a política pedagógica solicitada pela Secretaria de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases**, nos termos da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93 e suas alterações subseqüentes.

Edital e demais informações poderão ser obtidos, a partir do dia 21-03-2013, junto ao setor de compras da Prefeitura Municipal, sito à Rua Espírito Santo, nº 777 – centro, fone: 45-3284-8821 e 3284-8867. ou através do site: www.mcr.pr.gov.br link: Licitações; Baixar Edital. O edital será fornecido gratuitamente pela internet ou mediante requerimento protocolado e comprovante de recolhimento no valor de R$ 11,60 (onze reais e sessenta centavos).

Prefeitura do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 19 de março de 2013. (a.a.) Moacir Luiz Froehlich – Prefeito.

R$ 144,00 - 22590/2013

Marialva

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2013. PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013. Objeto: Aquisição de camisetas destinados aos pacientes do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e para os funcionários da Secretaria Municipal de Saude, pelo Menor Preço Por Item. Obtenção do Edital: Prefeitura Municipal de Marialva Rua Santa Efigênia, 680 Marialva-Pr. Recebimento das Propostas: até 05 de abril de 2013 às 08h30min. Abertura das Propostas: 05 de abril de 2013 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8370 (voz e fax) ou compras@capitaldauvafina.com.br

Marialva-Pr, 19 de março de 2013.
EDGAR SILVESTRE
Prefeito Municipal

R$ 96,00 - 22628/2013

Morretes

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013
AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Equipe de Apoio e o Pregoeiro do Município de Morretes convoca a Empresa VIAÇÃO PILAR LTDA para dar continuidade á fase de lances do Pregão 06/2013, **às 10hrs do dia 25 de Março de 2013,** na Prefeitura Municipal de Morretes, sito a Rua Conselheiro Sinimbú, n.º 62, Centro, Morretes, Paraná, tendo em vista a decisão favorável do Recurso apresentado pela mesma, onde a considera habilitada.

Morretes, 19 de Março de 2013.
JUAREZ PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR
PREGOEIRO

R$ 72,00 - 23078/2013

RATIFICAÇÃO

PBS Nº 24/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 23/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2013

Com base nas informações constantes do Procedimento para Aquisição de baterias automotivas de 60, 100 e 150 amperes**,** para suprir as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde e Meio Ambiente, no valor máximo de estimado de **R$ 5.325,30 (Cinco mil, Trezentos e vinte cinco reais e Trinta centavos),** após Despacho de Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II da Lei 8666/93 e, considerando o art. 38 incisos VI desta mesma Lei, RATIFICO A DECISÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em conseqüência, fica convocada a empresa **AVIC DISTRIBUIDORA DE ACUMULADORES, CNPJ 76.102.839/0001-00,** para o atendimento ao objeto supramencionado conforme orçamento em anexo após emissão da correspondente Ordem de compra e posterior empenho.
Publique-se,

Morretes, 19 de Março de 2013.

HELDER TEÓFILO DOS SANTOS
Prefeito Municipal De Morretes

R$ 144,00 - 23069/2013

RATIFICAÇÃO

PBS Nº 025/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 24/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2013

Com base nas informações constantes do Procedimento para Compra de Materiais Esportivos para a Secretaria Municipal de Esportes, no valor máximo de **R$ 6.770,30 (Seis Mil, Setecentos e Setenta Reais e Trinta Centavos),** após Despacho de Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II da Lei 8666/93 e, considerando o art. 38 incisos VI desta mesma Lei, RATIFICO A DECISÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em conseqüência, fica convocada a empresa **NELSON FARET COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., CNPJ nº 78.702.313/0001-89,** para o atendimento ao objeto supramencionado conforme orçamento em anexo após emissão da correspondente Ordem de compra e posterior empenho.
Publique-se,

Morretes, 20 de Março de 2013.
HELDER TEÓFILO DOS SANTOS
Prefeito Municipal De Morretes

R$ 144,00 - 23070/2013

Nova Tebas

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 025/2013
Procedimento Licitatório nº 045/2013

O Município de Nova Tebas-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e conforme disposto no Decreto Municipal nº 004/2007 de 08 de Março de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR ANTONIO PIETROBOM E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA TEBAS PR, A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2013.

DATA DE ABERTURA: 04 de abril de 2013 às 09:00 horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item
VALOR TOTAL: R$ 197.359,50 (cento e noventa e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.novatebas.pr.gov.br, também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Tebas, sito a Avenida Belo Horizonte, 695 – Centro, em Nova Tebas – Paraná, Fone: (42) 3643-1109, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 13h15min às 17h00min.

Nova Tebas, 20 de março de 2013.

HELOISA IVASZEK JENSEN
PREFEITA MUNICIPAL

R$ 216,00 - 22624/2013

Ortigueira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA

PREGÃO PRESENCIAL nº 028/13 (menor preço por item)

Objeto: Registro de Preços para materiais de expediente diversos para uso das Secretarias Municipais.

Realização**:** dia **03/04/2013 às 09:30 horas.**

_____//_____

PREGÃO PRESENCIAL nº 029/13 (menor preço por item)

Objeto: Registro de Preços para fornecimento e instalação de persianas, para uso das Secretarias Municipais.

Realização**:** dia **04/04/2013 às 09:30 horas.**

_____//_____

PREGÃO PRESENCIAL nº 030/13 (menor preço por item)

Objeto: Registro de preços para **baterias automotivas** que serão utilizados na frota municipal.

Realização**:** dia **04/04/2013 às 14:30 horas.**

_____//_____

Nota: Os Editais encontram-se disponíveis à consulta, gratuitamente, na sede da prefeitura. http://portal.ortigueira.pr.gov.br/licitacao. Maiores informações pelo telefone (42) 3277-1388. Ortigueira-Pr, 20 de março de 2013.

ROSANA APARECIDA CARDOSO
Pregoeira Municipal

R$ 192,00 - 22989/2013

Piraí do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 028/2013
PREGÃO Nº 026/2013 NA FORMA PRESENCIAL

O Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 77.001.329/0001-00, com sede à Praça Alípio Domingues, 34;

Torna Público que realizará licitação na modalidade PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, em sua sede, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente com as Leis nº 8.666/93 e alterações, e Lei Complementar nº 123/06.

Objeto: **Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de locação de equipamentos de cópia, impressão, scanner e fax, incluindo assistência técnica preventiva e corretiva, reposição de peças e todos os suprimentos necessários, exceto papel.**

Valor Máximo Total da Licitação: **R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)**.

Data de Abertura: **4 de abril de 2013, às 09h00m.**

Informações Complementares: O edital e demais informações poderão ser solicitados pelos interessados na Secretaria Municipal de Administração, na Praça Alípio Domingues, nº 34, em Piraí do Sul, Estado do Paraná, ou pelo e-mail **licitacao@piraidosul.pr.gov.br**

Piraí do Sul, 18 de março de 2013.
VALENTIM ZANELLO MILLÉO
Prefeito Municipal

R$ 144,00 - 22314/2013

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 030/2013
PREGÃO Nº 028/2013 NA FORMA ELETRÔNICA

O Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 77.001.329/0001-00, com sede à Praça Alípio Domingues, 34;

Torna Público que realizará licitação na modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, em sua sede, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente com as Leis nº 8.666/93 e alterações, e Lei Complementar nº 123/06.

Objeto: **Aquisição de materiais gráficos para Secretaria Municipal de Saúde**

Valor Máximo Total da Licitação: **R$ 31.210,00 (trinta e um mil duzentos e dez reais).**

Local: **www.bll.org.br "Acesso Identificado".**

Recebimento das Propostas: **A partir das 08h30min do dia 21/03/2013 até às 13h30min do dia 04/04/2013.**

Abertura e Julgamento das Propostas: **Das 13h31min até às 13h59min do dia 04/04/2013.**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **14h00min do dia 04/04/2012.**

Referência de Tempo: **Horário de Brasília (DF).**

Informações Complementares: O edital e demais informações poderão ser solicitados pelos interessados na Secretaria Municipal de Administração, na Praça Alípio Domingues, nº 34, em Piraí do Sul, Estado do Paraná, ou pelo e-mail **licitacao@piraidosul.pr.gov.br**

Piraí do Sul, 18 de março de 2013.
VALENTIM ZANELLO MILLÉO
Prefeito Municipal

R$ 168,00 - 22639/2013

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2013
PREGÃO Nº 029/2013 NA FORMA ELETRÔNICA

O Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 77.001.329/0001-00, com sede à Praça Alípio Domingues, 34;

Torna Público que realizará licitação na modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, em sua sede, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente com as Leis nº 8.666/93 e alterações, e Lei Complementar nº 123/06.

Objeto: **Aquisição de equipamentos de informática e de identificação para uso da Agência do Trabalhador, equipamentos de informática para o uso do Setor de Identificação e equipamentos, ferramentas e materiais de consumo em informática para uso da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação**

Valor Máximo Total da Licitação: **R$ 28.173,55 (vinte e oito mil cento e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).**

Local: **www.bll.org.br "Acesso Identificado".**

Recebimento das Propostas: **A partir das 08h30min do dia 21/03/2013 até às 08h30min do dia 05/04/2013.**

Abertura e Julgamento das Propostas: **Das 08h31min até às 08h59min do dia 05/04/2013.**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **09h00min do dia 05/04/2013.**

Referência de Tempo: **Horário de Brasília (DF).**

Informações Complementares: O edital e demais informações poderão ser solicitados pelos interessados na Secretaria Municipal de Administração, na Praça Alípio Domingues, nº 34, em Piraí do Sul, Estado do Paraná, ou pelo e-mail **licitacao@piraidosul.pr.gov.br**

Piraí do Sul, 18 de março de 2013.
VALENTIM ZANELLO MILLÉO
Prefeito Municipal

R$ 192,00 - 22644/2013

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 026/2013
PREGÃO Nº 024/2013 NA FORMA ELETRÔNICA

No Aviso de Licitação nº 026/2013, Pregão n° 024 na forma eletrônica onde se lê:
- Início da Sessão de Disputa de Preços: 09h00min do dia 03/04/2012.
LEIA-SE:
- Início da Sessão de Disputa de Preços: **09h00min do dia 03/04/2013.**

VALENTIM ZANELLO MILLÉO
Prefeito Municipal

R$ 72,00 - 22454/2013

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 027/2013
PREGÃO Nº 025/2013 NA FORMA ELETRÔNICA

No Aviso de Licitação nº 027/2013, Pregão n° 025 na forma eletrônica onde se lê:
- Início da Sessão de Disputa de Preços: 14h00min do dia 03/04/2012.
LEIA-SE:
- Início da Sessão de Disputa de Preços: **14h00min do dia 03/04/2013.**

VALENTIM ZANELLO MILLÉO
Prefeito Municipal

R$ 48,00 - 22455/2013

Querência do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro - CEP. 87.930-000
CNPJ 76.973.692/0001-16-Querência do Norte – Paraná
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – Nº 020/2013

O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão
Presencial – da seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM,
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO E LABORATORIAL.
ABERTURA: 04 de abril de 2013 – 09 horas.
LOCAL: Sala de licitações da Prefeitura Municipal, situada a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, pelo fone 44-3462.1515.

Querência do Norte-PR, 20 de março de 2013.
CARLOS BENVENUTTI
PREFEITO

R$ 120,00 - 22814/2013

Rebouças

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial 004/2013

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA DO MUNICIPIO DE REBOUÇAS no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº 035, de 25/01/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 04 de abril de 2013, às 09:00 horas no endereço, Rua José Afonso Vieira Lopes, 96, Rebouças-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, **Rua José Afonso Vieira Lopes, 96 ou através do e-mail** licitacaoreboucas@yahoo.com.br.**Objeto da Licitação:** O objeto do presente Pregão é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada Prestação de Serviços Médicos no Município de Rebouças-Pr., por um período de doze meses.Rebouças, 19 de março de 2.013.Jose Alexandre França-Presidente da Comissão Permanente de Licitação

R$ 96,00 - 22645/2013

Salgado Filho

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 024/2013 - PMSF

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO-PR
RECURSOS: PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO.

O Município de Salgado Filho, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.205.699/0001-98, com sede à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, centro, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 05 de Abril de 2013**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, para **Aquisição de medicamentos básicos para pacientes atendidos na Unidade de saúde deste município de Salgado Filho.** Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Salgado Filho, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx46) 3564-1202, com a pregoeira.

Salgado Filho, 20 de Março de 2013.

Gabriela Kunsler
Pregoeira

R$ 120,00 - 23129/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Santo Inácio

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTO INACIO-ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2013-FMS
Objeto : Aquisição de Medicamentos, Materiais hospitalares e Consumo. Data 03/04/2013 Abertura 10:00 hs. Informações complementares e aquisição do Edital, poderão ser adquiridas no Setor de Licitações da P M Santo Inácio. Fone (044) 3352.1222 .

Santo Inácio Pr., 19 de Março de 2.013.

CIRO YUJI KOGA
Pregoeiro

R$ 96,00 - 22295/2013

São João do Caiuá

ADENDO Nº 01

ADENDO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013REF: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
CLÁUSULA PRIMEIRA - Vimos, através do presente, comunicar às empresas interessadas em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013 referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria no acompanhamento dos lançamentos referentes a execução do sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e compensado do plano de contas único da prefeitura, geração e importação dos dados referente a Compras Licitações e Contratos, geração e importação referentes ao diário de arrecadação e auxiliares na geração de todos os dados necessários para alimentar o sistema de acompanhamento SIM-AM TCE-PR, bem como no auxilio de correções de possíveis erros que possam acontecer no envio do mesmo, dando total apoio a Prefeitura, no atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, utilizando-se obrigatoriamente os sistemas de gestão da Prefeitura Municipal, inclusive acompanhamento as instruções decorrentes das análises dos processos de prestações de contas, da seguinte alteração quanto ao objeto e descrição do item no edital de licitação:1 – **ONDE SE LÊ**:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria no acompanhamento dos lançamentos referentes a execução do sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e compensado do plano de contas único da prefeitura, geração e importação dos dados referente a Compras Licitações e Contratos, geração e importação referentes ao diário de arrecadação e auxiliares na geração de todos os dados necessários para alimentar o sistema de acompanhamento SIM-AM TCE-PR, bem como no auxilio de correções de possíveis erros que possam acontecer no envio do mesmo, dando total apoio a Prefeitura, no atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, utilizando-se obrigatoriamente os sistemas de gestão da Prefeitura Municipal, inclusive acompanhamento as instruções decorrentes das análises dos processos de prestações de contas**LEIA SE**: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria no acompanhamento dos lançamentos referentes a execução do sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e compensado do plano de contas único da prefeitura, geração e importação dos dados referente a Compras Licitações e Contratos, geração e importação referentes ao diário de arrecadação e auxiliares na geração de todos os dados necessários para alimentar o sistema de acompanhamento SIM-AM TCE-PR, bem como no auxilio de correções de possíveis erros que possam acontecer no envio do mesmo, dando total apoio a Prefeitura, no atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, utilizando-se obrigatoriamente os sistemas de gestão da Prefeitura Municipal, inclusive acompanhamento as instruções decorrentes das análises dos processos de prestações de contas. Referida consultoria devera ser prestada "in loco" por sócios e/ou técnicos contratados pela empresa, no mínimo durante 3 (três) dias úteis por semana, cujos dias serão definidos pela administração, alem de atendimento por acesso remoto, telefone e e-mail. CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais itens e condições do edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013.São João do Caiuá, 20 de março de 2013AngelaMariaVitorianoPregoeiraEMPRESASINTERESSADAS**PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013**

R$ 432,00 - 23112/2013

São João do Caiuá

A V ISO DE L ICI T AÇ Ã O
PREGÃO PRESENCIAL 10/2013
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, Estado do Paraná, através de Pregoeiro(s) e Equipe de Apoio, designados na forma do Decreto nº 3.760 de 04 de janeiro de 2013, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, da seguinte forma:OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo (Materais de Limpeza, Proteção e Segurança, Copa e Cozinha, Cama Mesa e Banho, Gêneros Alimentícios e Gás Engarrafado), destinados ao Departamento de Educação, desta Municipalidade.VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 25.548,51(vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos).DATA/HORA: 04 de abril de 2013, às 09:30 horas.LOCAL: Sala de Licitações desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Dom Pedro II, 800, centro, São João do Caiuá – Pr.INFORMAÇÕES: Pregoeiro e Equipe de Apoio, no endereço: Rua Dom Pedro II, 800, centro, ou pelo telefone: (44) 3445-1241, ramal 205 ou email: psjcaiua@uol.com.br São João do Caiuá, 19 de março de 2013.JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIAPrefeito Municipal

R$ 120,00 - 23074/2013

São João do Ivaí

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2013
ERRATA N.º 01/2013

A Comissão de Licitação do município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, por meio do seu Presidente, no uso de suas atribuições, em decorrência da licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PÚBLICA OU PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS**, torna pública e oficializa a presente "***ERRATA***" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir descritas:

ONDE-SE LÊ:
10.5 - *O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogados por igual período, altera-se para a seguinte redação:*

LEIA-SE:
10.5 - *O prazo de vigência do contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado em mais 12 (doze) meses, perfazendo um total de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura.*

São João do Ivaí, 18 de março de 2013.

CLAUDENICE BATISTA FOREGATTI
Presidente da Comissão de Licitação

NABIL HÉLIO BEURON
OAB/46.406

FÁBIO HIDEK MIURA
Prefeito Municipal

R$ 240,00 - 22626/2013

São José dos Pinhais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2013 - SERMALI

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de equipamentos e aparelhos periféricos destinados ao uso nos serviços de Fisioterapia, distribuídas nas Regionais e Unidades Básicas de Saúde, Hospital e Maternidade Municipal de São José dos Pinhais, Departamento de Atenção Especializada e Hospital Atílio Talamini, para realização de procedimentos fisioterápicos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/04/2013 às 09h00min.
INICIO DA DISPUTA: 08/04/2013 às 15h00min.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.caixa.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sito na Rua Passos Oliveira n° 1101 - Centro, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone 0**(41)3381-6962.
São José dos Pinhais, 15 de março de 2013.
Nelson Gonçalves
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

R$ 144,00 - 23062/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2013 - SERMALI
RESUMO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços técnicos de manutenção PREVENTIVA e CORRETIVA, com o fornecimento de peças de reposição e acessórios em geral, dos VEÍCULOS LEVES e AMBULÂNCIAS (LOTE 01) e dos CAMINHÕES e ÔNIBUS (LOTE 02) oficiais utilizados pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.
ABERTURA: 04/ABRIL/2013 às 14h00min.
LOCAL: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, localizada na Rua Passos de Oliveira, n.º 1101, Bairro Centro.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão obter informações, bem como retirar o edital no endereço acima referido, no horário compreendido das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h30min, ou pelo telefone (41) 3381-6961 e/ou pelo site: www.sjp.pr.gov.br no link licitações.
São José dos Pinhais, 15 de março de 2013.
NELSON GONÇALVES
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

R$ 144,00 - 22916/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° 39 / 2013 – SERMALI
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza necessários a Secretaria Municipal de Saúde.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/04/2013 às 09h00min
INICIO DA DISPUTA: 05/04/2013 às 14h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.caixa.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sito na Rua Passos Oliveira n° 1101 – Centro, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 17h00min , ou pelos telefones 0**41 3381-6656.
São José dos Pinhais, 15 de março de 2013
NELSON GONÇALVES
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

R$ 120,00 - 22904/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° 40/2013 – SERMALI
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Instrumentais Médicos necessários a Secretaria Municipal de Saúde.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/04/2013 às 09h00min
INICIO DA DISPUTA: 09/04/2013 às 14h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.caixa.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sito na Rua Passos Oliveira n° 1101 – Centro, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 17h00min , ou pelos telefones 0**41 3381-6656.
São José dos Pinhais, 15 de março de 2013
NELSON GONÇALVES
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

R$ 120,00 - 22908/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2013–SERMALI

OBJETO: O Município de São José dos Pinhais, através do Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, **torna público** que fará o Chamamento Público para credenciamento de instituições educacionais privadas ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA com esta Administração para concessão de bolsas de estudo na forma de abatimento em mensalidades e/ou matrículas para os servidores públicos municipais.

DO CREDENCIAMENTO: Os interessados deverão apresentar a documentação exigida no referido Edital, junto a Divisão de Protocolo da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, na Rua Passos Oliveira, 1101 – Centro, até **as 17h00min** do **dia 20 de março de 2013**.

DA ABERTURA: A sessão pública ocorrerá no **dia 22 de MARÇO de 2013 às 09h00min** na Sala de Reuniões – Departamento de Compras e Licitações, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.sjp.pr.gov.br/licitações. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Recursos Materiais e Licitações /DECOL/Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais/PR., situada na Rua Passos Oliveira, 1101 – Centro, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (41) 3381-6994/3381-6850.

São José dos Pinhais, 01 de março de 2013.
NELSON GONÇALVES
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

R$ 240,00 - 22880/2013

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANA

TERMO DE JULGAMENTO DE RECURSOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 31/2012-SERMALI.

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de: a) Varrição manual sem repasse; b) Lavagem de vias e logradouros públicos; c) Limpeza especial A (Urbana); d) Limpeza especial B (Rural); e) Raspagem e pintura de meio fio; f) Poda, corte e retirada de parasitas de árvores de vias e logradouros; g) Varrição manual sem repasse do Ponto de Integração São Marcos e Vias Adjacentes; h) Manutenção de Parques e Bosques; i) Limpeza Especial em Prédios Públicos; j) Coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos vegetais Classe II-A; k) Coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos da construção civil Classe II-B; l)Coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de restos de madeira.
A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia comunica que: **FOI DADO PROVIMENTO** ao recurso interposto pelo **CONSÓRCIO MAGI CLEAN-TIBAGI e** pelo **CONSÓRCIO URBANA SJP,** portanto ambos estão **HABILITADOS** para a próxima fase do referido certame.
PROPOSTA OPERACIONAL
A sessão pública de abertura dos envelopes com as Propostas Operacionais será realizada no dia **22/03/2013 às 14:00 horas**, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, à Rua Passos de Oliveira n.º 1.101 - Centro.

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

R$ 168,00 - 22937/2013

Sarandi

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 24/2013-PMS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar. Abertura: 12/04/2013 às 09:00 hs. Informações e edital: Departamento de Licitação, Compras e Patrimônio . Paço Municipal, sito à Rua José Emiliano de Gusmão, 565. Fone 44-3264-8623 e-mail: licitacaopms@hotmail.com. Site:www.sarandi.pr.gov.br.
Sarandi, 20 de março de 2013.
Elizena Maria Garbelini
Pregoeira

R$ 72,00 - 22947/2013

Sengés

MUNICÍPIO DE SENGÉS
AVISOS DE LICITAÇÕES

- PROC. Nº 035/2013 – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de consumo (para uso de enfermagem) para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. **VALOR MÁXIMO GLOBAL**:– R$ 42.252,93 **DATA DA ABERTURA:** 08/04/2013, às 8:15 horas.
- PROC. Nº 036/2013 – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de consumo (expediente/processamento de dados), para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no edital e seus anexos.**VALOR MÁXIMO GLOBAL**:– R$ 19.672,89 **DATA DA ABERTURA:** 08/04/2013, às 14:00 horas.
PROC. Nº 037/2013 – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 020/2013
OBJETO: çãode Instituição Bancária, pública ou privada, para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento (salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares) dos servidores municipais ativos e inativos (estatutário, celetistas, contratados, pensionistas), conforme especificações contidas no edital e anexos. **VALOR MÍNIMO DA OFERTA**: R$ 500.000,00 **DATA DA REALIZAÇÃO (início dos lances):** 04/04/2013 às 8:30 horas.
Informações: Deptº de Compras e Licitações, sito à Trav. Souza Naves nº 95. tel. 3567-1400 e no endereço eletrônico: "departamento licitacao@hotmail.com".
Sengés, 19/Março/2013.
Elietti Jorge/ Prefeita Municipal

R$ 168,00 - 22399/2013

Sertanópolis

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF n.º 76.245.034/0001-08 torna público que requereu **ao IAP** a renovação de sua Licença de Operação, até março de 2014, para o Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia PR 090 – Água Couro do Boi**.**

R$ 24,00 - 22878/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tapejara

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 020/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de Tapejara/PR, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei, através da Divisão de Licitações e Compras, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob nº. 020/2013, visando a **aquisição de cestas básicas para funcionários da Prefeitura Municipal de Tapejara/PR, em consonância com a Lei Municipal nº. 1.186/2007, para o período aproximado de 08 (oito) meses**. O Edital do Pregão Presencial nº. 020/2013 deste Aviso, encerrar-se-á no **dia 03 de abril de 2013, às 09:00 horas**, e será regido pelas Leis nº. 10.520/2001, 8.666/93 e 8.883/94, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (44) 3677-1222, ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara junto a Divisão de Licitações e Compras. Tapejara, 19 de março de 2013. José Vinícius Cuareli Alécio – Pregoeiro Oficial – Portaria nº. 032/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 021/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de Tapejara/PR, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei, através da Divisão de Licitações e Compras, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, registrado sob nº. 021/2013, visando a **contratação de instituição integradora de estágios supervisionados para operacionalização de programas de estágio no Município de Tapejara/PR, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 11.788/2008, para o período de 24 (vinte e quatro) meses**. O Edital do Pregão Presencial nº. 021/2013 deste Aviso, encerrar-se-á no **dia 05 de abril de 2013, às 14:00 horas**, e será regido pelas Leis nº. 10.520/2001, 8.666/93 e 8.883/94, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (44) 3677-1222, ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara junto a Divisão de Licitações e Compras. Tapejara, 19 de março de 2013. José Vinícius Cuareli Alécio – Pregoeiro Oficial – Portaria nº. 032/2013.

R$ 240,00 - 22703/2013

Ubiratã

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 1671/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2013

O Município de Ubiratã, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados que, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações subseqüentes, fará realizar no dia 11 de abril de 2013 às 14 h, na sala de licitações do Paço Municipal, licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço, empreitada global, para: Contratação de empresa especializada para execução de galerias de águas pluviais no Distrito de Yolanda, conforme planilha orçamentária. O recebimento para o protocolo dos documentos de habilitação e das propostas de preço será até às 12 horas do dia 11/04/2013 e a abertura dos documentos de habilitação e proposta será no mesmo dia 11/04/2012 às 14 horas, sala de Licitação, no endereço abaixo mencionado. O Edital completo com seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtido, junto a Divisão de Licitações desta Prefeitura, sito à Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, ou via e-mail, pelo endereço eletrônico licitacao@ubirata.pr.gov.br, das 08 às 12 horas e das 13h30min às 17 horas, informações complementares poderão ser obtidos pelo telefone (44) 3543–8000. Ubiratã-Pr, 15 de março de 2013. Reginaldo da Silva Retamero Presidente nomeado conforme Portaria 026/2012.

R$ 144,00 - 22312/2013

Em Tempo

Araucária

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)

PREGÃO Nº 006/2013 – PROCESSO Nº 1872/2013
OBJETO: Aquisição de combustíveis, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.
DO PROTOCOLO E SESSÃO DE ABERTURA: OS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DEVERÃO SER PROTOCOLADOS NO PROTOCOLO GERAL, Rua Pedro Druszcz, nº 111, ATÉ ÁS 09h30 horas do dia 05 de abril de 2013 e a abertura se dará no mesmo dia às 10:00 horas, na sala de abertura de licitações, localizada na Rua Pedro Druszcz, nº 160 - Centro – Araucária.
O Edital completo está disponível no site www.araucaria.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações e Compras, das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30. Informações pelo telefone (41) 3614-1448.

Araucária, 20 de março de 2013.
JUCILEIDE VIANA DOS REIS DUBIELA
PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL)
PREGÃO Nº 007/2013 - PROCESSO Nº 1190/2013

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços gerais de roçada, capinação manual de meio fio, despraguejamento, recorte, limpeza, recolhimento e transporte do material inservível gerado, a serem executados nas vias do quadro urbano e nos próprios municipais, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.
DO PROTOCOLO E SESSÃO DE ABERTURA: OS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DEVERÃO SER PROTOCOLADOS NO PROTOCOLO GERAL, Rua Pedro Druszcz, nº 111, ATÉ ÁS 09h30 horas do dia 08 de abril de 2013 e a abertura se dará no mesmo dia às 10:00 horas, na sala de abertura de licitações, localizada na Rua Pedro Druszcz, nº 160 - Centro – Araucária/PR.
O Edital completo está disponível no site www.araucaria.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações e Compras, das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30. Informações pelo telefone (41) 3614-1716.

Araucária, 20 de março de 2013.
MARCELLO SCHIAVON
PREGOEIRO

R$ 240,00 - 23094/2013

Bituruna

PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO N.º 014/2013 PREGÃO N.º 010/2013

O Município de Bituruna, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.648.859/0001, torna público a realização de licitação, no dia **03/04/2013** às **9:00** horas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o Registro de Preços para aquisição de combustível tipo óleo diesel comum. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, no site: www.bituruna.pr.gov.br, ou na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Centro, CEP: 84640-000, município de Bituruna PR. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (0**42) 35538080. José Constantino de Lara Ribas – Prefeito Municipal.

R$ 96,00 - 23147/2013

Cândido de Abreu

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 011/2013

REGISTRO DE PREÇOS

(Resumo para fins de publicação)

O Município de Cândido de Abreu, Estado do Paraná, torna público a realização de Licitação na modalidade Pregão Presencial, às 09:30h do dia 04 de Abril de 2013, destinada à contratação de empresa(s) fornecimento futuro de medicamentos para farmácia básica, medicamentos de uso hospitalar e medicamentos controlados para uso da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São Francisco de Assis. Informações complementares, pelo telefone (43) 3476-1222, ramal 209, durante os horários: 08hs às 11h30min e das 13hs às 17h30min. Cópia do Edital completo deverá ser retirada junto à Administração Municipal, na Avenida Paraná, 03 - centro.

Edifício da Prefeitura do Município de Cândido de Abreu, 20 de março de 2013.

José Maria Reis Junior
Prefeito Municipal

R$ 168,00 - 23138/2013

Enéas Marques

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 000034/2013
Modalidade: Pregão nº. 26/2013
Tipo de julgamento: Menor Preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ETANOL, DIESEL S10 E

ARLA-UREA PARA A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES COM VALOR GLOBAL DE R$ 150.080,00 (CENTO E CINQUENTA MIL E OITENTA REAIS).
Credenciamento: 04/04/2013 das 08h30min às 08h59min.
Entrega e abertura dos Envelopes: 04/04/2013 as 09h00mim.
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço horário: Avenida Joaquim Bonetti, 579, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, mediante recolhimento de taxa no valor de R$ 30,00 (trinta reais). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0**46)3544-2100 ou 3544-2146 ou através do e-mail compras@pmem.com.br.
ENEAS MARQUES, 20 de marco de 2013.

MAIKON ANDRE PARZIANELLO
Prefeito Municipal

BARBARA SIMONI PEREIRA POSTAL
Pregoeira

R$ 168,00 - 23096/2013

Francisco Beltrão

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL N° 14/2013/PMFB - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR RECURSOS: RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO.

O Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 77.816.510/0001-66, com sede à rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000, centro, torna público que fará realizar às 09:00 horas do dia 10 de abril de 2013, na sala de reuniões do setor de licitações da Prefeitura Municipal, TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de sêmen bovino, nitrogênio líquido, bainhas, luvas e botijões criogênicos, para manutenção do PIA – Programa de Inseminação Artificial. Prazo de entrega: 12 (doze) meses. Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx46) 3520-2103 e na webpage www.franciscobeltrao.pr.gov.br.
Francisco Beltrão, 20 de março de 2013.
ANTONIO CANTELMO NETO
PREFEITO MUNICIPAL

R$ 144,00 - 23135/2013

Particulares

METALKRAFT S/A. INJEÇÃO E USINAGEM., torna público que requereu ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná Licença de Operação para Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Automotores, no local denominado Rua Pedro Cambio Cortiano, s/nº - Gralha Azul, município de Quatro Barras.

R$ 24,00 - 22354/2013

A Empresa BMW Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ/MF 03.688.408/0001-96, torna público que requereu ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS para estudo preliminar para implantação de Miniestação de Tratamento de Esgoto no Loteamento Urbano para fins residencial, Jardim Villar II, Lote de Terras n.º 150, localizado na Gleba Patrimônio Jandaia, Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.
Súmula de Pedido de Licença Ambiental Simplicada-LAS

R$ 72,00 - 22353/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A DDP FUMIGAÇÃO LTDA. torna público que REQUEREU ao IAP a prorrogação da Licença de Operação até a data de 09/06/2015 para IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUMIGAÇÃO, implantada na Rua: Nestor Victor, 995 – João Gualberto – CEP: 83.203-540 – Paranaguá – PR.

R$ 24,00 - 21970/2013

FECOMÉRCIO/PR, SENAC/PR e SESC/PR - AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA 06/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (OUTSOURCING) PARA A FECOMÉRCIO-PR, O SENAC-PR E O SESC-PR. Edital disponível no site: http://www.pr.senac.br/licitacoes/. Abertura: dia 15/04/2013-14h00min. Darci Piana – Presidente do Conselho Regional do Sesc/PR e do Senac/PR.

R$ 48,00 - 22957/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Paulo Roberto Conrado dos Santos e Outros tornam público que receberam do IAP, Licença de Instalação nº 16454, válida até 13/03/2015 para aviários de frangos de corte a serem implantados na Rodovia PR-552, Lote 197-D, Sítio São Pedro, Gleba Ribeirão Chapecó, Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22330/2013

HSBC

HSBC Corretora de Seguros (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 43.638.022/0001-94

NIRE 41300003955

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 2º andar, nesta Capital, às 15:30 horas do dia 28 de março de 2013, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1. Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
2. Destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos;
3. Eleição dos membros da Diretoria; e
4. Reeleição da Diretoria e fixação dos honorários da Diretoria.

Curitiba (PR), 21 de março de 2013.
HSBC Corretora de Seguros (Brasil) S.A.
Mário Menezes Junior
Diretor

R$ 192,00 - 22503/2013

SÚMULA DE LICENÇA INSTALAÇÃO

A BROAD PEAK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ: 15.328.105.0001-41 torna público que requereu ao IAP Licença de Instalação para o parcelamento do solo urbano residencial horizontal do lote 128, com área de 21.489,00m2 situado na Gleba Patrimônio Sarandi, do município de Sarandi, estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22452/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Empresa abaixo, torna público que requereu ao Instituto Ambiental do Paraná, Renovação da Licença de Operação para o empreendimento a seguir especificado:
Empresa: Auto Posto Gabrielly Ltda.
Atividade: Comercio de Combustíveis e Lubrificantes
Endereço: Avenida Brasília, nº 23, centro
Município: Barracão – PR

R$ 48,00 - 22436/2013

SÚMULA DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Comércio e Transportes Mainardi Ltda torna público que recebeu do IAP, a Licença Ambiental Simplificada, com validade até a data de 13/03/2017 para Transporte Rodoviário de Carga Perigosa a ser implantada na Avenida Rio Grande do Norte, s/n, Centro, Bela Vista da Caroba - PR.

R$ 24,00 - 22387/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Vianir Angonese, torna público que solicitou ao IAP, a Licença de Prévia, para implantação de um posto de combustível, localizada na Avenida das Missões, s/n.º, Bairro Nossa Senhora das Graças, município de Ampére, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22370/2013

SÚMULA DE PEDIDO LICENÇA DE OPERAÇÃO– REGULARIZ.– L.O.R

Osvaldo Campagnolo, torna público que requereu do IAP, regularização de Licença de operação – L.O.R, para SUINOCULTURA – (500 SUINOS) implantado no Lote rural nº 06 E 07 – Linha Sangra Funda / - Município de Ouro Verde do Oeste - Paraná.

R$ 24,00 - 22420/2013

SUMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

Total Empreendimentos e Participações Ltda, torna público que requereu ao IAP, a Licença Prévia, para implantação de um centro de comércio e serviços, a ser instalado na Avenida Luigi Amorese, S/N, lote nº 102-A2 no município de Londrina – PR.

R$ 24,00 - 22385/2013

AT CESCHIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, TORNA PUBLICO QUE REQUEREU AO IAP, A LICENÇA PREVIA, PARA CONSTRUÇÃO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTAL DAS BROMELIAS, LOCALIZADO Á RUA RIO PARANÁ N° 1644, BAIRRO WEISSOPOLIS, PINHAIS-PR, CEP: 83322-010. NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.

R$ 48,00 - 22536/2013

SUMULA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A empresa Elza Toniolo Santos ME Cnpj 02.044.534/0001-45 IE 90547736-65 Situada na Rua E, 07 Quadra D, Lote 17 Distrito Ind. Do Município de Jaguariaiva Pr Torna publico que recebeu a Licença Previa e está requerendo junto ao IAP a Licença de Instalação para uma serraria.

R$ 48,00 - 22534/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Marcos Antenor Pinto de Andrade, torna público que recebeu do IAP, LICENÇA PRÉVIA para fins de Loteamento, localizado na Rua Vital Brasil, perímetro Urbano, Município de Campina da Lagoa - Paraná.

R$ 24,00 - 22551/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

GUARANI RESFRIAMENTO DE LEITE IN NATURA LTDA, torno público que recebeu do IAP, Renovação da Licença de Operação para Posto de Resfriamento de Leite localizada na Rua Avelino Salvador, 15. Cidade de Guaraniaçu. Paraná.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

GUARANI RESFRIAMENTO DE LEITE IN NATURA LTDA, torno público que requereu ao IAP, Renovação da Licença de Operação para Posto de Resfriamento de Leite localizada na Rua Avelino Salvador, 15. Cidade de Guaraniaçu. Paraná.

R$ 96,00 - 22279/2013

MONDO INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/MF Nº 09.372.825/0001-01
NIRE Nº 41300074518
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
6ª. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E 5ª. ASSEMBLÉIA GERAl EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com os artigos 13º inciso I letra C, 20º e 21º do Estatuto, ficam convocados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária no dia 30 de abril de 2013, às 15h00min horas, em primeira convocação com quorum legalmente exigido e em segunda convocação com qualquer número de acionistas, na sede social, à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 255, bairro Ouro Verde II Campo Largo – PR, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A Prestação de Contas dos Administradores.
B Leitura, exame discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.
C Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do referido exercício e a distribuição de dividendos.
D Fixação da remuneração global anual dos administradores.
2. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Elevar o capital social da Companhia, mediante aproveitamento de parte do saldo da conta Lucros Acumulado, bem como reforma do Estatuto Social.
B Outros assuntos do interesse da Companhia.
3. DOCUMENTOS DE QUE TRATA O ARTIGO 133 DA LEI 6.404/76.

Encontram-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 255, bairro Ouro verde II em Campo Largo – PR, os citados documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Campo Largo - PR, 19 de março de 2013.
Giorgeo Cruif Zanlorenzi
Diretor Presidente

R$ 264,00 - 22445/2013

FAMIGLIA ZANLORENZI S/A
CNPJ/MF Nº 75.802.041/0001-09
NIRE JUCEPAR 41300008183
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
22ª. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E 35ª. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com os artigos 7º, 8º e 16º letra B do Estatuto, ficam convocados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária no dia 30 de abril de 2013, às 18h00min horas, em primeira convocação com quorum legalmente exigido e em segunda convocação com qualquer número de acionistas, na sede social, à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 255, bairro Ouro Verde II Campo Largo – PR, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A Prestação de Contas dos Administradores.
B Leitura, exame discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.
C Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do referido exercício e a distribuição de dividendos.
D Fixação da remuneração global anual dos administradores.
2. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Elevar o capital social da Companhia, mediante aproveitamento de parte do saldo da conta Lucros Acumulado, bem como reforma do Estatuto Social.
B Outros assuntos do interesse da Companhia.
3. DOCUMENTOS DE QUE TRATA O ARTIGO 133 DA LEI 6.404/76.

Encontram-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 255, bairro Ouro verde II em Campo Largo – PR, os citados documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Campo Largo - PR, 19 de março de 2013.
Giorgeo Cruif Zanlorenzi
Diretor Presidente

R$ 264,00 - 22403/2013

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do SINDICON Sindicato dos Empregados em Edifícios em Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos, Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis, Empresas de Turismo, Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, Lavanderias e Similares de Curitiba e Região, no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos e a legislação vigente, CONVOCA os trabalhadores representados pela entidade, com data base em 1º de MAIO, os trabalhadores em: Edifícios em Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos, Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis, Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Oficiais Barbeiros (inclusive Aprendizes e Ajudantes), Manicures e Empregados em Salões de Cabeleireiros para homens e os trabalhadores com data base em 1º de JUNHO, os trabalhadores em: Entidades Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, Lavanderias e Similares, Casas de Diversões, inclusive (bailarinas e dançarinas), Empresas de Conservação de Elevadores, Lustradores de Calçados e trabalhadores em Empresas de Turismo, inclusive intérpretes e similares, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 27 de Março de 2.013, às 18h00min (dezoito horas) em primeira convocação, na sede do sindicato, na Rua Silveira Peixoto, nº. 779, Bairro Batel, na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, **a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:**

a) **Discussão e votação do rol de reivindicações a ser apresentado aos sindicatos patronais visando à celebração das Convenções Coletivas de Trabalho/2013/2014;**
b) Autorização para a diretoria negociar com as categorias econômicas CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO para os empregados/trabalhadores representados pelo sindicato com data base em 1º de Maio e 1º de Junho;
c) Autorização para a diretoria outorgar procuração a advogados, a fim de assessorarem a Diretoria nas negociações das convenções coletivas de trabalho, e na impossibilidade de acordo ajuizar dissídios coletivos de trabalho;
d) Em caso de continuidade de impasse as negociações, ajuizar Dissídio Coletivo de Trabalho perante o TRT da 9ª Região; podendo inclusive recorrer para instâncias superiores, bem como apresentar protestos pelos Advogados;
e) Fixação da Contribuição Assistencial (TAXA DE REVERSÃO SALARIAL), a ser contribuída por todos os empregados integrantes das categorias profissionais com data base em 1º de MAIO e 1º de JUNHO de 2013.

Não havendo na hora acima indicada *quorum* legal para a instalação da assembléia em primeira convocação, os trabalhos serão iniciados uma hora após, no mesmo local, no mesmo dia, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes.

Curitiba, 18 de Março de 2013.
Helio Rodrigues da Silva
Diretor Presidente

R$ 336,00 - 22543/2013

FOUR EX CIA. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS.
CNPJ/MF: 11.257.352/0001-43
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 20/04/2010.

Data, Hora e Local: 20/04/2010, às 10:00 hs, na sede social: Av. Sete de Setembro, 4866 cj 24, Batel, CEP 80240000, Curitiba-PR. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, face a presença de todos os acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sidení Moratelli; Secretário: Juliano dos Santos Machado. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos**: **1** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou emenda, depois de examinado e discutido, a prestação de contas da administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras: "Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas", cujas cópias autenticadas passam a fazer parte integrante e complementar da presente Ata e serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Paraná, em conformidade com o disposto no Inciso II, do Artigo 294, da Lei 6.404/1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas da Companhia. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro sob o nº 20107794276, em 17/12/2010. Sebastião Motta – Secretário Geral.

R$ 144,00 - 22544/2013

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - ISCMC, adotando o parecer jurídico nº. 24/2013, referente ao Edital n° 02/2013 – Contratação de empresa especializada para realização de obra de construção civil para Reforma das Unidades 06,08 e 12 e da cobertura/telhado da Santa Casa de Curitiba, homologa a licitação na modalidade de Tomada de Preço, sendo vencedora do processo a empresa: Ferraço Engenharia Ltda, no valor de R$ 1.052.979,86, destinado a atender o convênio 171/2012 firmado com a Secretaria de Estado da Saúde – SESA/FUNSAÚDE.

Curitiba, 18 de março de 2013.
Frederico Unterberger
Provedor

R$ 72,00 - 22617/2013

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ, torna público que requereu ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP a Renovação de Licença de Operação nº 18086 para preparação de massa de concreto e argamassa para construção, situada à Estrada das Praias, km 07 – Jardim Esperança - Paranaguá – PR.

MINERAÇÃO BASSANI LTDA., torna publico que recebeu do IAP, licença prévia para extração de argila e migmatito, com validade até 21/03/2014, no local denominado Ilha do Meio e Bugre.

SUMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa abaixo torna público que recebeu ao IAP, Licença de Operação do empreendimento à seguir :Empresa : Comércio e Indústria de Cal Capivari Ltda; Atividade : Indústria de Cal em Pedra; Endereço : Rua Pedro Polli, 1000 – Município : Colombo – Estado : PR;Validade : 28/05/2017.

A empresa abaixo torna público que solicitou junto ao IAP a Licença Prévia, para o empreendimento a seguir especificado:EMPRESA: Tancredo & Campos Ltda - ME; ATIVIDADE: Fabricação de peças sem tratamento de superfície; ENDEREÇO: Estrada do Cerne/PR 090, 17.467 – Mato Limpo; MUNICÍPIO: Campo Magro - PR.

SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Iswara Industria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., inscrita no CNPJ 95.451.605/0001-05, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a renovação da Licença de Operação – LO, para a fabricação de produtos de limpeza e polimento, Bairro Alto, município de Curitiba, estado do Paraná.

R$ 144,00 - 22627/2013

ELEIÇÕES SINDICAIS

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fósforos de Curitiba, no uso das atribuições legais e com fulcro no artigo 14 do Regulamento Eleitoral da Entidade, torna público que no dia 11 de março de 2013, foi registrada junto à Secretaria desta entidade a chapa única com o nome fantasia *"Unidade Sindical"* e que contém a seguinte composição: **DIRETORIA -Presidente-** Airton Ferreira da Silva; **Vice-Presidente-** Reginaldo Gomes da Silva; **1° Secretário** - Cleomar Bruno da Silva**; 2ª Secretária-** Denise Maria Fonsaca**; 1°Tesoureiro** - Leodir Caetano de Carvalho**; 2° Tesoureiro** - Silvio Werneck**-; Diretor Social** - José Luiz Susko Rosa; **CONSELHO FISCAL - TITULARES-** Domingos José Ferreira; Dimas Corsini - **SUPLENTES** - Neusa Ferreira da Silva; Marlene Molinari; **DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A ENTIDADE DE GRAU SUPERIOR-FEDERAÇAO DOS TRABALHADORES – TITULAR -**Airton Ferreira da Silva; **SUPLENTE-** Leodir Caetano de Carvalho, **REPRESENTANTES JUNTO A EMPRESA EM IRATI-TITULAR-** Sandra Mara Tadra Pires; **SUPLENTE-** Valmir de Oliveira Senoski**- REPRESENTANTES JUNTO A EMPRESA EM CURITIBA- TITULAR** Eloir Altair Seidler; **REPRESENTANTES JUNTO A EMPRESA EM PIRAI DO SUL - TITULAR** Luis Henrique da Silva**; SUPLENTE -**Hauer José Laudário de Mello**.** Ficando, desta forma, aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação de candidaturas, conforme preconiza o artigo 32 do Regulamento Eleitoral.
Curitiba, 19 de março de 2013.

Airton Ferreira da Silva
Presidente

22464/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

MARCOS ANTONIO BURATTI CNPJ:77.653.723/0001-14, situada na Rodovia BR-153, s/n, KM-01–Bairro Marques dos Reis em Jacarezinho– PR, torna público que recebeu do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), a Licença de Operação nº 12.838 válida até 06/03/2017 para a atividade de produção de artefatos de cerâmica de barro cozido para uso na construção civil. Jacarezinho, 19 de março de 2013.

R$ 48,00 - 22494/2013

PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA INSTALAÇÃO

BORGES DOS REIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.,, torna publico que solicitou ao IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - a Licença de Instalação para construção do Conjunto Residencial Colinas de Pinhais , sito á Rua Vereador Antonio Romeu Simoni , 389 - Bairro Vila Amélia – Pinhais - PR .
Curitiba, 19 de Março de 2013

R$ 48,00 - 22491/2013

CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL

Companhia Aberta - CVM nº 00333-6
CNPJ nº 76.255.926/0001-90 - NIRE nº 41300045488

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na BR-369 (Rodovia Mello Peixoto) km 88, em Cornélio Procópio, PR, e em sua filial, na Avenida Paulista, 854 - 16º andar, em São Paulo, SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os citados documentos também se encontram disponíveis no site: www.iguacu.com.br, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br).

Cornélio Procópio, 19 de março de 2013

Masao Esaka

Presidente do Conselho de Administração

R$ 120,00 - 224801/2013

CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ nº 76.255.926/0001-90 - NIRE nº 41300045488

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Cia. Iguaçu de Café Solúvel a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 25 de abril de 2013, às 15 horas, em sua sede social, na BR-369 (Rodovia Mello Peixoto) km 88, em Cornélio Procópio, PR, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração, das demonstrações financeiras, notas explicativas, parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 2012; b) destinação do resultado do exercício; c) fixação da remuneração dos administradores da sociedade para o período de abril de 2013 a junho de 2014. **Assembleia Geral Extraordinária:** a) exame, discussão e votação da proposta da administração relativa à alteração da data de encerramento do exercício social da Companhia para 31 de março de cada ano, com a consequente (i) alteração do artigo 26 do Estatuto Social, bem como (ii) adoção de um período de transição para adequação de tal alteração que consistirá na prorrogação do exercício social iniciado em janeiro de 2013 até 31 de março de 2014, com a consequente potencial extensão do mandato dos administradores; b) exame, discussão e votação da proposta da administração de alteração do artigo 8° do Estatuto Social para alterar o texto de forma a eximir a necessidade de os membros do Conselho de Administração deterem ações da Companhia para exercer sua função, conforme alteração trazida pela lei 12.431/2011; c) consolidação do Estatuto Social. A administração da Companhia esclarece que fixou a data da Assembleia em consonância com o mais elevado grau de governança corporativa a fim de proporcionar o tempo suficiente para a preparação dos acionistas. Informações Gerais: O acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando, além do documento hábil de sua identificação, os seguintes: (i) comprovante da qualidade de acionista da Companhia e da sua posição acionária, expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia; e (ii) na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado, assinado e com reconhecimento de firma do acionista outorgante; (iii) se o acionista for pessoa jurídica, além da procuração deverão ser entregues cópias autenticadas do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e das pessoas que concederam a procuração. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site: www.iguacu.com.br, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009. Cornélio Procópio, 19 de março de 2013. Masao Esaka - Presidente do Conselho de Administração.

R$ 336,00 - 22484/2013

Nº PREGÃO ELETRONICO 01/2013

OBJETO: Tem por objeto o Presente Edital de Pregão Eletrônico a Aquisição de **Acervo de Livros Didáticos, Discos de DVD´s, Assinatura de Revista e Jornais, Assinatura de Gibis, Cortinas, Equipamentos Eletrônicos, Aparelho de TV, Bebedouro,** com características descritas no anexo 07 do Edital. **AUTORIZAÇÃO:** Moacyr José Vitti-Presidente da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00m do dia 19/03/2013 até as 18h00m do dia 03/04/2013.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 04/04/2013
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00m do dia 05/04/2013, após avaliação das propostas pelo (a) pregoeiro (a).
LOCAL: WWW.bbmnet.com.br "Acesso identificado no link- licitações públicas". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

R$ 120,00 - 22322/2013

YBACOBY PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A
CNPJ MF Nº 03.571.558/0001-15
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas, para em Assembleia Geral Ordinária, a qual realizar-se-á, na sala de reunião da empresa Muralha Participações S/A, sito à Rua Holanda, 719 – Holanda Center BL 01 Lojas ED, Unidade 11-A, 02º Andar – Bairro Boa Vista, em Curitiba - PR., às 09:00 horas do dia 24 de abril de 2.013, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

a) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Balanço Geral, referente ao exercício encerrado em 31.12.2012;
b) Destinação, aprovação e ratificação dos valores distribuídos ou a distribuir que deverão ser levados à debito da conta lucros acumulados.

AVISO:- Comunicamos, outrossim, que os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei 6.404/76, de 15 de Dezembro de 1.976, e alterações subsequentes, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.

LUIZ NORBERTO GULIN
Diretor Presidente

R$ 144,00 - 22185/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FLORESPAR FLORESTAL S/A
CNPJ 03.895.493/0001-63 NIRE 41300079021

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013

Data, Horário e Local: 24 de janeiro de 2013, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Ermelino Mariano Ribas, nº 200, Sala 4-A, Bairro Vista Alegre , CEP 80820-640. **Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação**: Dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º , da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). Mesa: Dario Ferreira Guarita Neto – Presidente; e Roberto Silva Waack – Secretário. **Ordem do Dia**: deliberar sobre a: **(i)** aceitação da renuncia dos atuais Diretores da Companhia; e **(ii)** eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade**: a acionista, por unanimidade e sem restrições: **(i)** em observância ao disposto no artigo 151 da Lei das S.A., aceitou as renúncias dos cargos de Diretores da Companhia apresentadas por: (a) como Diretor Administrativo, Sr. Renato Alcides Trombini, brasileiro, industrial, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 293.940-1-SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 000.695.239-91, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Manoel Ribas, nº 3795, casa 07, conforme carta de renuncia devidamente arquivada na sede social da Companhia; e (b) como Diretor Financeiro, Sr. armando Machado da Silva, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 742.071 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 169.986.779-87, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Coronel Joaquim Inácio Taborda Ribas, 1444, casa 02, bairro Bigorrilho, conforme carta de renúncia devidamente arquivada na sede social da Companhia. A companhia, em conjunto com a acionista representando a totalidade de seu capital social, agradecem a todos os membros que ora renunciam de cargos, pelas suas gestões, e, neste ato, outorgam a mais plena, rasa, irretratável e irrevogável quitação com relação à atuação do Sr. Armando Machado da Silva como membro da Diretoria da Companhia, ressalvados os casos de fraude ou dolo; **(ii)** aprovou a eleição de: (a) Roberto Silva Waack, brasileiro, divorciado, biólogo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 11.207.342-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 029.327.158-52, com escritório na Capital de São Paulo, Rua Funchal, 263 – 17º andar, sala 172, Vila Olimpia, CEP 04551-060; e (b) Dario Ferreira Guarita Neto, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 22.289.016-2-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 270.180.688-78, com escritório na Capital de São Paulo, Rua Funchal, 263 – 17º andar, sala 172, Vila Olimpia, CEP 04551-060, todos para os cargos de Diretores da Companhia, sem designação especifica, com mandato de 3 (três) anos. Os Diretores ora eleitos foram empossados em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse, nos termos do Artigo 149 da Lei das S.A., tendo declaro, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Encerramento e Lavratura da Ata.** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e procedeu-se à lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes na reunião. **Local e Data.** Curitiba-PR, 24 de janeiro de 2013. **Mesa.** Dario Ferreira Guarita Neto – Presidente; e Roberto Silva Waack – Secretário. **Acionista presente.** Amata S.A. **Arquivamento.** Arquivada na M.M. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20130910414, em sessão de 21/02/2013.

R$ 384,00 - 22340/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa abaixo torna público que **requereu** do IAP**, Renovação de Licença de Operação pa**ra o empreendimento a seguir:

Empresa:	CAMPAGRO – Insumos Agrícolas Ltda.
Atividade:	Armazenamento e Com. de Agrotóxicos e tratamento fitossanitário.
Endereço:	Rod. PR 468, km 01 – Chác. 29 – Boa Esperança.

R$ 72,00 - 21994/2013

DIRETRIZ EMPREENDIMENTOS S/A.
CNPJ/ 76.599.919/0001-05
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta empresa a se reunirem, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2013, às 10h00, em sua sede, nesta Capital, na Rua Grã Nicco, 113 bloco 4 - 4º andar, Edifício Eco business Center, Mossungue, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório da Diretoria sobre o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativamente ao exercício encerrado em 31/12/12; b) Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos, Resultado do Exercício e Mutações Patrimoniais havidas; c) Eleição de nova Diretoria d)Outros assuntos de interesse da Companhia. Curitiba, 18 de Março de 2013.

R$ 96,00 - 21811/2013

PRINCESA PARTICIPAÇÕES SOCIETARIA LTDA
CNPJ 75.612.465/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DOS SOCIOS

São convidados os Senhores Sócios, para se reunirem na sede desta empresa sito a Rua Balduino Taques, 123, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, no próximo dia 24 de abril de 2013, as 11:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1. Apreciação, discussão e votação do Relatório dos Administradores e Balanço Geral, referente ao exercício fiscal encerrado 31 de dezembro de 2012.
2. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Ponta Grossa, 18 de março de 2013
Walter Moro e Leodgar Pedro Correia
Sócios Administradores

R$ 120,00 - 21868/2013

VILA VELHA HOTEIS E TURISMO S/A.
CNPJ 80.249.279/0001-80
43ª AGO E 33ª AGE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Srs. Acionistas do Vila Velha Hotéis e Turismo S/A., a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, na sua sede à rua Balduino Taques, 123, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, no próximo dia 24 de abril de 2013, as 10:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA:

1. Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício fiscal encerrado 31 de dezembro de 2012.

2. Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício.

3. Fixação dos honorários dos Administradores.

4. Eleição dos membros da diretoria para o triênio 2013/2016.

5. Outros assuntos que forem julgados de interesse social.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA:

Outros assuntos de interesse da sociedade.

NOTA. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Ponta Grossa, 13 de março de 2013
Luiz Alexandre Barbosa Pinto
Diretor

R$ 240,00 - 21863/2013

NORTOX S.A.
CNPJ/MF 75.263.400/0001-99
COMUNICADO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas da Nortox S.A. que se acham à sua disposição, na sede da Companhia localizada na Cidade de Arapongas, no Km 197 da BR-369 – Estado do Paraná, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n.º 6.404/76, quais sejam:

a) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

b) Demonstrações Financeiras;

c) Relatório dos Auditores Independentes.

Arapongas, 15 de março de 2013.

HUMBERTO AMARAL
Diretor Superintendente

R$ 120,00 - 21706/2013

SUMULA LICENÇA PRÉVIA IRRIGAÇÃO

MASSUO HIRANO, torna público que requereu ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná) Licença Prévia para irrigação (Pivócentral) localizado no Ramal Indaiá, Lote Rural 412/B, na Gleba São Pedro, município de Assis Chateaubriand, Paraná.

R$ 24,00 - 21683/2013

SÚMULA DE LICENÇA PRÉVIA

Odorico de Paula, torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para o Loteamento Sebastiana Agnes de Paula II a ser implantado no Alto da Rua XV de Novembro, em Palmeira - Paraná.

R$ 24,00 - 22282/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MARVE - EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ-MF nº 03.568.436/0001-70

Rua Santi Formigoni nº 20 - Sala "A" - CEP nº 86804-330

Apucarana - Estado do Paraná

RELATÓRIO DA DIRETORIA

PREZADOS ACIONISTAS:

Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos para apreciação de V.Sªs o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, as demais Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sªs para quaisquer esclarecimentos necessários.

Apucarana-PR, 02 de Fevereiro de 2011

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL - Encerrado em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	29.866,29	30.243,73
Disponibilidades	27.366,29	28.493,73
DIREITOS	2.500,00	1.750,00
Direitos	2.500,00	1.750,00
NÃO CIRCULANTE	1.925.605,48	1.890.605,48
Imobilizado	1.937.387,40	1.902.387,40
Depreciações Acumuladas	(11.781,92)	(11.781,92)
TOTAL DO ATIVO	1.955.471,77	1.920.849,21

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	1.136,69	786,08
Obrigações	1.136,69	786,08
NÃO CIRCULANTE	1.954.335,08	1.920.063,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.954.335,08	1.920.063,13
CAPITAL SOCIAL	1.300.000,00	1.300.000,00
Capital	1.300.000,00	1.300.000,00
RESERVAS	689.180,99	654.180,99
Reserva p/Aumento de Capital	689.180,99	654.180,99
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUM.	(34.845,91)	(34.117,86)
Prejuízos Acumulados	(34.845,91)	(34.117,86)
TOTAL DO PASSIVO	1.955.471,77	1.920.849,21

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

I - FLUXO DAS OPERAÇÕES	
Resultado do Exercício	(728,05)
Aumento das Duplicatas a Receber	(750,00)
Aumento de Contas a Pagar e Impostos a Recolher	350,61
Caixa Gerado pelas Operações	(1.127,44)
II - FLUXOS DE INVESTIMENTOS	
Aquisição de Investimentos/Imobilizado	(35.000,00)
Caixa Gerado pelos Investimentos	(35.000,00)
Continua	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA	2010	2009
Receita Operacional Bruta	26.150,00	24.780,00
Deduções da Receita	(954,51)	(904,50)
Receita Líquida	25.195,49	23.875,50
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(15.176,59)	(34.661,21)
Despesas com Pessoal	(1.320,00)	(1.100,00)
Despesas Tributárias	(8.043,59)	(3.067,04)
Despesas Financeiras	(2,64)	-
RESULTADO OPERACIONAL	652,67	(14.952,75)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
Lucro na Alienação de Veículos	-	10.000,00
RESULTADO antes das Provisões	652,67	(4.952,75)
Contrib. Social - Lucro Presumido	(753,12)	(1.613,67)
I. R. P. J. - Lucros Presumido	(627,60)	(2.094,72)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Prejuízo Verificado	(728,05)	(8.661,14)

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUIZOS ACUMULADOS

SALDO ANTERIOR	2010	2009
Prejuízo Acumulado	(34.117,86)	(25.456,72)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Lucro/Prejuízo Verificado	(728,05)	(8.661,14)
Saldo da Conta em 31/12/2010	(34.845,91)	(34.117,86)

Continuação	
III - FLUXOS DOS FINANCIAMENTOS	
Reserva p/Aumento de Capital	35.000,00
Caixa Gerado pelos Financiamentos	35.000,00
VARIAÇÃO TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: (I+II+III)	**(1.127,44)**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	28.493,73
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	(27.366,29)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HISTÓRICO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA P/ AUMENTO CAP.	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2009	1.300.000,00	654.180,99	(34.117,86)	**1.920.063,13**
AUMENTO DAS RESERVAS				**-**
Reserva para Aumento do Capital		35.000,00		**35.000,00**
RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Prejuízo Líquido			(728,05)	**(728,05)**
SALDOS em 31/12/2010	1.300.000,00	654.180,99	(34.845,91)	**1.954.335,08**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA

1. Principais Critérios Contábeis

a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contabeis e disposições da Lei das Sociedade Anônimas.

b) O Capital Social é composto por 1.300.000 ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 cada uma, perfazendo o total de R$ 1.300.000,00 .

c) O Resultado do Exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

d) As depreciações foram calculadas pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil por espécie de bem.

Márcio Braz de Oliveira	Seeli Schmidt Braz de Oliveira	Eliseu Vialli
Diretor Presidente	Diretora Administrativa	CRC-PR 036027/O-8

R$ 1.104,00 - 22175/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MARVE - EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ-MF nº 03.568.436/0001-70

Rua Santi Formigoni nº 20 - Sala "A" - CEP nº 86804-330

Apucarana - Estado do Paraná

RELATÓRIO DA DIRETORIA

PREZADOS ACIONISTAS:

Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos para apreciação de V.Sªs o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, as demais Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sªs para quaisquer esclarecimentos necessários.

Apucarana-PR, 27 de Janeiro de 2012

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL - Encerrado em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	27.621,30	29.866,29	CIRCULANTE	2.266,18	1.136,69
Disponibilidades	24.921,30	27.366,29	Obrigações	2.266,18	1.136,69
DIREITOS	2.700,00	2.500,00	**NÃO CIRCULANTE**	2.456.960,60	1.954.335,08
Direitos	2.700,00	2.500,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.456.960,60	1.954.335,08
NÃO CIRCULANTE	2.431.605,48	1.925.605,48	CAPITAL SOCIAL	1.300.000,00	1.300.000,00
Imobilizado	2.443.387,40	1.937.387,40	Capital	1.300.000,00	1.300.000,00
Depreciações Acumuladas	(11.781,92)	(11.781,92)	RESERVAS	1.156.960,60	654.335,08
			Reserva p/Aumento de Capital	1.189.180,99	689.180,99
			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUM	(32.220,39)	(34.845,91)
			Prejuízos Acumulados	(32.220,39)	(34.845,91)
TOTAL DO ATIVO	2.459.226,78	1.955.471,77	TOTAL DO PASSIVO	2.459.226,78	1.955.471,77

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita Operacional Bruta	30.977,00	26.150,00
Deduções da Receita	(1.130,66)	(954,51)
Receita Líquida	29.846,34	25.195,49
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(18.293,30)	(15.176,59)
Despesas com Pessoal	(1.430,00)	(1.320,00)
Despesas Tributárias	(5.861,93)	(8.043,59)
Despesas Financeiras	-	(2,64)
RESULTADO OPERACIONAL	4.261,11	652,67
RESULTADO antes das Provisões	4.261,11	652,67
Contrib. Social - Lucro Presumido	(892,14)	(753,12)
I. R. P. J. - Lucros Presumido	(743,45)	(627,60)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Lucro/Prejuízo Verificado	2.625,52	(728,05)

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2011

I - FLUXOS DAS OPERAÇÕES	
Resultado do Exercício	2.625,52
Aumento de Fornecedores	1.030,51

continua

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUIZOS ACUMULADOS

SALDO ANTERIOR		-
Prejuízo Acumulado	(34.845,91)	(34.117,86)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Lucro/Prejuízo Verificado	2.625,52	(728,05)
Saldo da Conta em 31/12/2011	(32.220,39)	(34.845,91)

continuação

I - FLUXOS DAS OPERAÇÕES	
Aumento de Contas a Pagar e Imposto a Recolher	98,98
Caixa Gerado pelas Operações	3.755,01
II - FLUXOS DOS INVESTIMENTOS	
Aquisição de Investimentos/Imobilizado	(506.000,00)
Caixa Gerado pelos Investimentos	(506.000,00)
III - FLUXOS DOS FINANCIAMENTOS	
Reserva p/Aumento de Capital	500.000,00
Caixa Gerado/Financiamentos	500.000,00
Variação Total das Disponibilidades:	
I+II+III.	**(2.244,99)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	29.866,29
Saldo Final das Disponibilidades	(27.621,30)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HISTÓRICO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA PARA AUMENTO CAPITAL	PREJUÍZOS. ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2010	1.300.000,00	689.180,99	(34.845,91)	**1.954.335,08**
AUMENTO DAS RESERVAS	-	-	-	
Reserva para Aumento do Capital	-	500.000,00	-	**500.000,00**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	**-**
Lucro Líquido - 2011	-		2.625,52	**2.625,52**
SALDOS em 31/12/2011	1.300.000,00	689.180,99	(32.220,39)	**2.456.960,60**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA

1. Principais Critérios Contábeis

a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradasde com as acordo com as práticas contábeis e disposições da Lei das Sociedade Anônimas, Lei nº 6.404/77, e demais atos legais em vigor.

b) O Capital Social é composto por 1.300.000 ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 cada uma, perfazendo o total de R$ 1.300.000,00

c) O Resultado do Exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

d) As depreciações foram calculadas pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil por espécie de bem

Márcio Braz de Oliveira
Diretor Presidente

Seeli Schmidt Braz de Oliveira
Diretora Administrativa

Eliseu Vialli
CRC-PR 036027/O-8

R$ 1.200,00 - 22179/2013

CENTRO OESTE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ. nº.03.406.884/0001-77
Assembléias: AGO e AGE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REPUBLICADO COM COMPLEMENTOS

Convidamos os Acionistas para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, à serem realizadas concomitantemente no dia **06 de abril de 2013**, com início às 16:00 horas, na sede social à Rua Ponta Grossa, 1777, Edifício Serraglio Trade Center, sala nº.72, Centro, em Francisco Beltrão(PR), para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1.Assembléia Geral Ordinária:

a) Deliberar sobre as contas da Administração, relatórios da Diretoria e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2012;
b) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31/12/2012;
c) Deliberar sobre a eleição da nova Diretoria para o biênio 2013/2014.

2.Assembléia Geral Extraordinária:

d) Deliberar sobre a reforma estatutária em seus artigos 2º e 10º do estatuto social.

Francisco Beltrão(PR), 13 de março de 2013.
Pedro Décio Angonesi – Diretor

R$ 192,00 - 21356/2013

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/M.F nº 76.527.951/0001-85 - NIRE: 41.3.0005221-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os senhores acionistas da PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 28 de março de 2013, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Marginal da BR-116, nº 11.807 (km 100), Vila Hauer, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Incorporação da **Pesa Industrial S.A. Fabricação e Montagem de Equipamentos e Veículos Industriais em Geral**, Companhia anônima fechada, com sede na Marginal da BR 116, nº 11.807, Vila Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.530-050, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.761.404/0001-47("PESA INDUSTRIAL"), com análise das seguintes matérias: (a) aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação" da subsidiária integral desta Companhia, PESA INDUSTRIAL pela Companhia com versão do respectivo patrimônio para a Companhia; (ii) no caso de aprovação da alínea (i) da ordem do dia, ratificar a nomeação dos Srs. (i) **Elisangela Zuege Früchting**, casada, contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 06.1836/P-3 e no CPF nº 267.211.338-65, residente à Rua Wanda dos Santos Mullmann, 1266 -Bl 9 Apto 32 - Vila Tarumã, Pinhais (PR), CEP 83.323-400; (ii) **Kerli Mikusska Cardoso**, casada, contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 058.799/P-6 e no CPF nº 006.855.959-35, residente à Rua Tarquínio Santos, 293 - Sobrado C - Cajuru, Curitiba (PR), CEP 82.900-080; e (iii) **Marcio André Koschanski**, solteiro, contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 047.177/O-3 e no CPF nº 876.024.239-68, residente à Rua Miguel Raicoski Sobrinho, 480 - Apto 02 Bl 8 - Pinheirinho, Curitiba (PR), CEP 81.825-300, como peritos avaliadores do patrimônio da subsidiária integral desta Companhia, PESA INDUSTRIAL, a ser vertido à Companhia; (iii) no caso de aprovação da alínea (ii) da ordem do dia, aprovar, integralmente, o Laudo de Avaliação do Patrimônio da PESA INDUSTRIAL elaborado pelos peritos mencionados na alínea (ii); (iv) no caso de aprovação das alíneas anteriores, aprovar a incorporação da PESA INDUSTRIAL pela Companhia; e (v) autorizar a diretoria da Companhia, juntamente com diretoria da PESA INDUSTRIAL, a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à efetivação da Incorporação da PESA INDUSTRIAL, com versão do patrimônio à Companhia. Informações Gerais: os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Curitiba, 18 de março de 2013.
Rogério Macedo Bório, **Presidente do Conselho de Administração.**

R$ 264,00 - 21313/2013

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 76.527.951/0001-85 - NIRE: 41.3.0005221-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os senhores acionistas da PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 09:00 horas do dia 28 de março de 2013, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Marginal da BR-116, n.º 11.807 (km 100), Vila Hauer, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Incorporação da **Pesa Equipamentos Usados S.A**, sociedade anônima fechada, com sede na Marginal da BR 116, nº 11.807, Vila Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.530-050, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.989.922/0001-61 ("PESA USADOS"), com análise das seguintes matérias: (a) aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação" da subsidiária integral desta Companhia, PESA USADOS pela Companhia com versão do respectivo patrimônio para a Companhia; (ii) no caso de aprovação da alínea (i) da ordem do dia, ratificar a nomeação dos Srs. (i) **Elisangela Zuege Früchting**, casada, contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 06.1836/P-3 e no CPF nº 267.211.338-65, residente à Rua Wanda dos Santos Mullmann, 1266 -Bl 9 Apto 32 - Vila Tarumã, Pinhais (PR), CEP 83.323-400; (ii) **Kerli Mikusska Cardoso**, casada, contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 058.799/P-6 e no CPF nº 006.855.959-35, residente à Rua Tarquínio Santos, 293 - Sobrado C - Cajuru, Curitiba (PR), CEP 82.900-080; e (iii) **Marcio André Koschanski**, solteiro, contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná sob nº PR 047.177/O-3 e no CPF nº 876.024.239-68, residente à Rua Miguel Raicoski Sobrinho, 480 - Apto 02 Bl 8 - Pinheirinho, Curitiba (PR), CEP 81.825-300, como peritos avaliadores do patrimônio da subsidiária integral desta Companhia, PESA USADOS, a ser vertido à Companhia; (iii) no caso de aprovação da alínea (ii) da ordem do dia, aprovar, integralmente, o Laudo de Avaliação do Patrimônio da PESA USADOS elaborado pela perita mencionada na alínea (ii); (iv) no caso de aprovação das alíneas anteriores, aprovar a incorporação da PESA USADOS pela Companhia; e (v) autorizar a diretoria da Companhia, juntamente com diretoria da PESA USADOS, a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à efetivação da Incorporação da PESA USADOS, com versão do patrimônio à Companhia. Informações Gerais: os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Curitiba, 18 de março de 2013. Rogério Macedo Bório, **Presidente do Conselho de Administração.**

R$ 240,00 - 21254/2013

MURALHA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ MF Nº 04.075.689/0001-74
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores acionistas, para em Assembleia Geral Ordinária a qual realizar-se-á na Sede Social à Rua Holanda nº 719, HOLANDA CENTER BL 01 LOJAS ED - Unidade 11-A, 02º Andar – Bairro Boa Vista, nesta cidade de Curitiba - PR., às 10:00 horas do dia 24 de abril de 2.013, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

a) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Balanço Geral, referente ao exercício encerrado em 31.12.2012;
b) Destinação, aprovação e ratificação dos valores distribuídos ou a distribuir que deverão ser levados à debito da conta lucros acumulados.

AVISO:- Comunicamos, outrossim, que os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei 6.404/76, de 15 de Dezembro de 1.976, e alterações subsequentes, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.
MURALHA PARTICIPAÇÕES S/A
EGBERTO N. DE CARVALHO E SILVA e LUCIANO RASERA GULIN
Diretores

R$ 144,00 - 21250/2013

GUVEL PARTICIPAÇÕES S.A
CNPJ MF Nº 76.345.644/0001-83
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas, para em Assembleia Geral Ordinária, a qual realizar-se-á na sala de reunião da empresa Muralha Participações S/A, sito à Rua Holanda, 719 – Holanda Center BL 01 Lojas ED, Unidade 11-A, 02º Andar – Bairro Boa Vista, em Curitiba - PR., às 09:30 horas do dia 24 de abril de 2013, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

a) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Balanço Geral, referente ao exercício encerrado em 31.12.2012;
b) Destinação, aprovação e ratificação dos valores distribuídos ou a distribuir que deverão ser levados à debito da conta lucros acumulados;
c) Eleição de diretoria para o triênio de 2013/2015.

AVISO:- Comunicamos, outrossim, que os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei 6.404/76, de 15 de Dezembro de 1.976, e alterações subsequentes, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.
MARCO ANTONIO GULIN- Diretor Presidente

R$ 144,00 - 21257/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com a Cláusula Décima Quinta da 38ª alteração do Contrato Social, convocamos os senhores quotistas para a Assembleia **Geral Ordinária** a ser realizada no dia **09 (nove) de abril de 2013**, terça-feira, no anfiteatro do HOSPITAL POLICLÍNICA CASCAVEL, às 19h30 min, com a presença de titulares de no mínimo ¾ (Três Quartos) do Capital Social de acordo com o artigo 1076 do Código Civil Brasileiro vigente, para deliberarem sobre as seguintes matérias na ordem do dia:

1. **Prestação de Contas do Exercício de 2012;**
   1. **Parecer do Auditor Externo;**
   2. **Relatório da Diretoria;**
   3. **Parecer do Conselho Fiscal;**
   4. **Deliberação da Assembleia;**
2. **Deliberação do valor de referência da quota para fins do previsto no § 1º da Cláusula Vigésima Sétima da 38ª Alteração Contratual, conforme nova redação aprovada em Assembleia Extraordinária do dia 23/09/2009;**
3. **Inclusão e alteração de novos quotistas;**
4. **Discussão e deliberação da 49ª Alteração Contratual com a modificação do quadro de quotistas e consolidação;**
5. **Deliberação para Alteração do endereço do Hospital Policlínica Cascavel Ltda.**

Cascavel, 13 de março de 2013.

Dr. Stenio Henrique de Souza
Diretor Administrativo

Dr. Sérgio Luiz Bader
Diretor Clínico

R$ 288,00 - 21023/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONDOMÍNIO COMTOUR LONDRINA
CNPJ 78.968.252/0001-04

Senhores Condôminos: De acordo com o que determina a Convenção do Condomínio e a Legislação pertinente a matéria, temos a satisfação de submeter a apreciação dos condôminos do Condomínio Comtour Londrina, o Balanço Geral, a demonstração da Conta de Resultados e o Certificado de Auditoria Externa, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2012. Certos de que cumprimos plenamente as nossas tarefas administrativas colocamo-nos ao inteiro dispor dos senhores condôminos para quaisquer outras informações.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/12 – Em R$

ATIVO

CIRCULANTE			
Disponível			
Caixa	16.355,47		
Bancos C/Movimento	2.553,73		
Aplicações de Liquidez Imediata	112.146,18	131.055,38	
Clientes			
Alugueis a Receber	74.692,29	74.692,29	
Adiantamentos			
Adiantamentos	110.599,56	110.599,56	316.347,23
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Devedores Diversos	516.395,09		
Deposito Judicial	19.556,45	535.951,54	
Investimentos			
Participações	199.999,00	199.999,00	
Imobilizado			
Bens em Operação	1.975,00	1.975,00	737.925,54
TOTAL DO ATIVO			**1.054.272,77**

PASSIVO

CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas/Fiscais/Sociais			
Obrigações com Pessoal	5.489,60		
Impostos e Contribuições	10.780,62	16.270,22	
Outras Obrigações			
Contas a Pagar	12.562,65	12.562,65	28.832,87
NÃO-CIRCULANTE			
Exigível a Longo Prazo			
Reservas	358.173,91		
Rateio	541.256,99		
Contas a Pagar	49.985,00		
Credito de Empresas Controladas	76.024,00	1.025.439,90	1.025.439,90
TOTAL DO PASSIVO			**1.054.272,77**

DEMONSTRACAO DAS SOBRAS ACUMULADAS EM 31/12/2012

SALDO ANTERIOR	
Saldo no Início do Exercício	-
Sobras do Exercício	298.328,58
Retenções p/ Fundo de Reserva	(29.832,86)
Rateio aos Cotistas	(268.495,72)
SALDO FINAL DE SOBRAS ACUMULADAS	**-**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2012

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita Operacional		
Aluguéis	891.342,90	
Recuperações Diversas	187,81	
Rendas s/ Aplicações	4.034,48	
Descontos Ativos	7,00	
RECEITA LIQUIDA		**895.572,19**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Operacionais		
Taxa Adm. do Condomínio	133.701,40	
Ordenados e Férias Gozadas	156.158,25	
Encargos Sociais	64.465,01	
Ajuda de Custo	12.239,65	
Impr. Materiais p/ Escritório	2.569,07	
Anúncios e Divulgações	2.186,72	
Manutenção de Reparo	3.147,00	
Taxas Legais e Judiciais	1.046,25	
Impostos e Taxas	334,18	
Correios e Telex	192,43	
Comissões e Desp. Bancárias	2.107,31	
13º. Salário	13.420,34	
Material de Consumo	2.630,40	
Energia Elétrica	3.236,86	
Telefone	14.771,19	
Juros Passivos	595,19	
Honorários Diversos	43.786,04	
Seguros Gerais	564,27	
Gastos c/ Associações	50,00	
Viagens e Estadias	9.432,06	
Fotocópias	277,00	
Taxas de Sindicato	1.848,42	
Uniformes	1.234,00	
PIS S/Folha de Pagto	1.808,76	
Fretes e Carretos	208,00	
Vale Alimentação	8.036,73	
IRRF s/ Aplicações	331,24	
Assistência Médica	1.716,00	
Conservações e Limpeza	1.170,00	
Lanches e Refeições	172,80	
IOF	54,95	
Serviços de Terceiros	9.591,00	
Decorações e Enfeites	225,00	
Gastos c/ Veículos	1.075,10	
Assinaturas Diversas	453,60	
Aluguel	96.000,00	
Condomínio	4.071,83	
IPTU	536,68	
Taxa de Verificação e Funcionamento	1.798,88	
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		**597,243,61**
SOBRAS DO EXERCICIO		**298.328,58**

Francisco Leite Chaves
Administrador
CPF nº. 003.594.169-34
OAB/PR nº. 10.486

João Martins de Souza Filho
Contador
CRC/PR-027295/O-0
CPF nº. 209.873.589-87
RG nº. 1.366.050, SSP/PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONDOMINIO COMTOUR LONDRINA**, (CNPJ 78.968.252/0001-04), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, foi auditado anteriormente por nossa empresa, que emitiu relatório sem ressalvas. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONDOMINIO COMTOUR LONDRINA, (CNPJ-78.968.252/0001-04), em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Curitiba-PR, 04 de março de 2013.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 1PR 003364/O-0
ALFEU DE MELO
CT CRC 1PR 003992/O-0

R$ 1.080,00 - 21205/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA, CNPJ 740725130015-40, Inscrição Estadual Nº 9011495939, torna público que recebeu do IAP a Renovação da Licença de Operação Nº 10704, com validade até 14/03/2017, para comércio de agrotóxicos e insumos agrícolas, localizada a Rua Coronel Emilio Gomes, 399, Centro, município de Irati-Pr.

R$ 48,00 - 22350/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A. torna público que requereu ao IAP, a licença de operação para a atividade do posto de abastecimento de combustível localizado na BR 639 km 53.

R$ 24,00 - 22447/2013

GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
CNPJ Nº 75.204.354/0001-57
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à rua Emiliano Perneta, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012.

CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em: **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**., a se realizar no dia ..30 de abril .. de 2013 às 14:30 horas na rua Emiliano Perneta, 659, sobreloja 04 – Curitiba-Pr., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012
b) Assuntos geral.

Curitiba,08 de março...de 2013
JOÃO CESAR FERNANDES PESSOA
DIRETOR PRESIDENTE

R$ 168,00 - 20901/2013

GUTIERREZ,PAULA,MUNHOZ S/A-
Construção Civil
CNPJ Nº 76.495.886/0001-53
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à rua Emiliano Perneta, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012

CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em : **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**., a se realizar no dia 30 de abril de 2013... às 14:00 horas na rua Emiliano Perneta, 659, sobreloja 04 – Curitiba-Pr., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012
b) Assuntos gerais

Curitiba ,08 de março. de 2013
JOÃO CESAR FERNANDES PESSOA
DIRETOR PRESIDENTE

R$ 168,00 - 20896/2013

SÚMULA DE PEDIDO RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Empresa DURMET FERRAMENTAS DE CORTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF. n.º 03423139/0001-36, torna público que requereu a SMMA de Curitiba, a Renovação da Licença de Operação para o empreendimento à seguir especificado: Fabricação de Ferramentas, implantada em Curitiba/Pr, à Rua Said Mohamed El-Khatib, n.º 180 – CIC – CEP: 81170-610.

R$ 48,00 - 19512/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Empresa DURMET FERRAMENTAS DE CORTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF. n.º 03423139/0001-36, torna público que recebeu da SMMA de Curitiba, a Licença de Operação para o empreendimento à seguir especificado: Fabricação de Ferramentas, implantada em Curitiba/Pr, à Rua Said Mohamed El-Khatib, n.º 180 – CIC – CEP: 81170-610.

R$ 48,00 - 19543/2013

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Indústrias de Cal San Francisco Ltda. torna público que recebeu do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, Licença de Operação nº 28228, válida até 21/02/2016, para extração mineral de calcário, na estrada de Morro Azul km 05, localidade de Morro Azul, município de Almirante Tamandaré-PR.

R$ 24,00 - 22333/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Osvaldo Campagnolo torna público que recebeu do IAP, Licença de Operação para Suinocultura, implantado no Lote Rural N° 06 / Linha Sangra Funda / Ouro Verde do Oeste - PR /Validade: 20/06/2013

R$ 24,00 - 22346/2013

SÚMULA DE LICENÇA PRÉVIA RECEBIDA

A BROAD PEAK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ: 15.328.105.0001-41 torna público que recebeu do IAP Licença Prévia para o parcelamento do solo urbano residencial horizontal do lote 128, com área de 21.489,00m2 situado na Gleba Patrimônio Sarandi, do município de Sarandi, estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22450/2013

HSBC

HSBC Capitalização (Brasil) S.A.
CNPJ nº 33.602.053/0001-31
NIRE 41300004943

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza nº 805, nesta Capital, às 14:30 horas do dia 28 de março de 2013, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1. Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
2. Destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos;
3. Eleição dos membros da Diretoria; e
4. Fixação dos honorários da Diretoria.

Curitiba (PR), 21 de março de 2013.
HSBC Capitalização (Brasil) S.A.
Sebastian Arcuri
Diretor Superintendente

R$ 192,00 - 22540/2013

HSBC

HSBC Empresa de Capitalização (Brasil) S.A.
CNPJ nº 33.425.075/0001-73
NIRE 4130002009-4

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza nº 805, nesta Capital, às 15:00 horas do dia 28 de março de 2013, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1. Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
2. Destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos;
3. Eleição dos membros da Diretoria; e
4. Fixação dos honorários da Diretoria.

Curitiba (PR), 21 de março de 2013.
HSBC Empresa de Capitalização (Brasil) S.A.
Sebastian Arcuri
Diretor Superintendente

R$ 192,00 - 22537/2013

HSBC

HSBC Seguros (Brasil) S.A.
CNPJ nº 76.538.446/0001-36
NIRE 41300037795

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede social, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza nº 805, nesta Capital, às 14:00 horas do dia 28 de março de 2013, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1. Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
2. Destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos;
3. Eleição dos membros da Diretoria; e
4. Fixação dos honorários da Diretoria.

Curitiba (PR), 21 de março de 2013.
HSBC Seguros (Brasil) S.A.
Sebastian Arcuri
Diretor

R$ 192,00 - 22477/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CIA MELHORAMENTOS DE APUCARANA – CGC/MF 75.277.210/0001-20
AVENIDA CURITIBA N.º 1799 – APUCARANA/PR
RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS: Dando cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas o BALANÇO PATRIMONIAL e demais DEMONSTRAÇÕES, com dados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.-
Colocamo-nos, como sempre à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.
Apucarana-PR, 08 de fevereiro de 2013.- A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	**377.007,46**	**329.780,99**	**CIRCULANTE**	**148.140,85**	**85.596,18**
Disponibilidades	352.644,46	303.337,43	Obrigações Fiscais e Tributárias	10.931,79	13.028,09
Despesas do Ex.Seguinte	2.640,00	4.085,53	Honorários e Salários	13.228,40	11.663,70
Outros Créditos	21.723,00	22.171,50	Contribuição Social S/lucro	5.615,14	6.299,25
Impostos à Compensar	0	186,53	Imposto de Renda	9.597,62	11.497,90
			Fornecedores	0	115,00
NÃO CIRCULANTE	**886.901,38**	**904.709,89**	Dividendos à Pagar	108.767,90	42.992,24
Imobilizado	**886.901,38**	**904.709,89**			
Terrenos	67.829,42	67.829,42	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.115.767,99**	**1.148.894,70**
Edifícios e Construções	1.360.638,87	1.360.638,87	Capital Social	500.000,00	500.000,00
Bens em Uso	304.731,16	271.583,01	Reserva de Lucros	615.767,99	648.894,70
(-)Depreciações Acumuladas	(846.298,07)	(795.341,41)			
TOTAL DO ATIVO	**1.263.908,84**	**1.234.490,88**	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.263.908,84**	**1.234.490,88**

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**799.651,00**	**691.008,00**	**1.Atividades Operacionais**	**374.184,98**	**286.871,90**
Vendas de Serviços	799.651,00	691.008,00	Lucro Líquido do Exercício	242.533,29	208.296,40
(-)Impostos Inc. s/Vendas	49.176,47	40.797,90	(+)Depreciações	67.026,46	64.253,08
RECEITA LÍQUIDA	**750.474,53**	**650.210,10**	Lucro Ajustado	309.559,75	272.549,48
(-)Custos dos Serviços Prestados	53.325,49	45.885,33	**(Aumento) ou Redução de Ativos:**		
LUCRO BRUTO	**697.149,04**	**604.324,77**	Outras Contas	448,50	2.470,50
(-)Despesas Operacionais	**609.663,18**	**585.609,48**	Impostos a Compensar	186,53	372,01
Com Impostos e Taxas	130.961,72	123.345,74	Despesas do Exercício Seguinte	1.445,53	(944,77)
Gerais e Administrativas	401.252,65	385.405,07	**Aumento ou (Redução) de Passivos**		
Depreciações	67.026,46	64.253,08	Obrigações Fiscais e Tributárias	(2.096,30)	1.371,06
Outras Despesas Operacionais	10.422,35	12.605,59	Imposto de Renda e C.Social	(2.584,39)	(217,30)
(+)Outras Receitas Operacionais	225.002,99	239.990,07	Dividendos a Pagar	65.775,66	10.649,00
Resultado Antes do Financeiro	312.488,85	258.705,36	Fornecedores	(115,00)	115,00
(+)Receitas Financeiras	18.622,20	20.531,60	Obrigações Sociais	1.564,70	506,92
Resultado Antes dos Tributos s/lucro	331,111,05	279.236,96	**2.Atividades de Investimentos**	**(49.217,95)**	**(30.464,04)**
(-)Contribuição Social	29.799,99	25.131,33	Aquisição de Imobilizados	(49.217,95)	(30.464,04)
(-)Imposto de Renda	58.777,77	45.809,23	**3.Atividades de Financiamentos**	**(275.660,00)**	**(270.000,00)**
			Dividendos Pagos	(220.000,00)	(270.000,00)
			Dividendos Propostos	(55.660,00)	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**242.533,29**	**208.296,40**	**Aumento (Redução) Disponibilidades:**	**49.307,03**	**(13.592,14)**
			Caixa e Equivalentes – Início Exercício	303.337,43	316.929,57
			Caixa e Equivalentes – Final Exercício	352.644,46	303.337,43

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reservas de Lucros			
HISTÓRICOS	Capital Social	Reserva Legal	LucrosRetidos	Lucros Acum.	Patr.Líquido
1.Saldos em 31/12/2011	**500.000,00**	**78.965,00**	**631.633,30**	**0**	**1.210.598,30**
2.Lucro Líquido Exercício 2011	0	0	0	208.296,40	208.296,40
3.Constituição Reserva Legal	0	10.414,00	0	(10.414,00)	0
4.Reservas de Lucros Retidos	0	0	197.882,40	(197.882,40)	0
5. Dividendos Distribuídos	0	0	(270.000,00)	0	(270.000,00)
6.Saldos em 31/12/2011	**500.000,00**	**89.379,00**	**559.515,70**	**0**	**1.148.894,70**
7.Lucro Líquido Exercício 2012	0	0	0	242.533,29	242.533,29
8.Constituição Reserva Legal	0	10.621,00	0	(10.621,00)	0
9.Reservas de Lucros Retidos	0	0	176.252,29	(176.252,29)	0
10. Dividendos Distribuidos	0	0	(220.000,00)	0	(220.000,00)
11.Dividendos Estatutários	0	0	0	(55.660,00)	(55.660,00)
12.Saldos Contábeis em 31/12/2012	**500.000,00**	**100.000,00**	**515.767,99**	**0**	**1.115.767,99**

NOTAS EXPLICATIVAS

1- CONTEXTO OPERACIONAL: COMPANHIA MELHORAMENTOS DE APUCARANA (Apucarana Palace Hotel) cadastrada no CNPJ/MF sob nº 75.277.210/0001-20 Sociedade Anônima de capital fechado, com o ramo de atividade de hotelaria, bar e restaurante e administração e locação de imóveis próprios; com sede no município de Apucarana, Paraná, na Avenida Curitiba nº 1799.

2- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão expressas em Reais. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, tributada pelo lucro real com apuração trimestral e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em conformidade com a Lei das S/A.

3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Disponibilidades: Composta dos seguintes valores: Caixa – R$ 27.518,96; Bancos conta movimento – R$ 17.344,91; e Aplicações Financeiras CDB/CDI, valor atualizado com os rendimentos até a data do balanço - R$ 307.780,59, totalizando as disponibilidades em R$ 352.644,46;

b) Imobilizado: Estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas sobre o custo de aquisição com base nas taxas aceitas pela legislação em vigor;

c) Capital Social: Totalmente integralizado no valor de R$ 500.000,00 é representado por 469.607.166 Ações Ordinárias e 70.392.834 Ações Preferenciais, todas Sem Valor Nominal.

DIRETORIA:
Rygel de Oliveira Rosa – Diretor Comercial
Áureo de Oliveira Rosa – Diretor Presidente
Ariel de Oliveira Rosa – Diretor Tesoureiro

Mauro Martins – Contador COCRC/PR 17.685/O-1

CASA ROSA COMBUSTÍVEIS S.A. – C.G.C./MF 75.323.667/0001-24
AV. MINAS GERAIS, N.º 510 – APUCARANA-PR
RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas o BALANÇO PATRIMONIAL e demais DEMONSTRAÇÕES, com dados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.012.- Colocamo-nos, como sempre, à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. Apucarana-PR, 08 de fevereiro de 2013.- A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	**1.718.824,81**	**1.779.082,44**	**CIRCULANTE**	**215.980,34**	**107.365,61**
Disponibilidades	1.148.068,22	1.277.344,94	Fornecedores	86.109,52	43.474,97
Estoques	180.428,99	156.213,70	Honorários e Salários	23.200,62	19.757,37
Contas a Receber	308.399,35	287.620,02	Obrigações Sociais e Tributárias	22.112,92	21.776,75
Impostos a Compensar	0	1.654,56	Imposto de Renda	10.791,03	14.850,38
Outras Contas	66.328,70	46.447,62	Contribuição Social S/Lucro	6.044,77	7.506,14
Despesas Antecipadas	15.599,55	9.801,60	Dividendos a Pagar	67.256,00	0
			Outras Contas	465,48	0
NÃO CIRCULANTE	**1.101,527,00**	**1.138.320,09**			
Realizável a Longo Prazo	**367.265,95**	**367.265,95**	**NÃO CIRCULANTE**	**490.339,00**	**490.339,00**
Depósitos Judiciais	64.618,34	64.618,34	**Exigível a Longo Prazo**	**490.339,00**	**490.339,00**
Outras Contas	302.647,61	302.647,61	Contrato de Mútuo	220.000,00	220.000,00
			Receitas a Apropriar	270.339,00	270.339,00
Imobilizado	**734.261,05**	**771.054,14**			
Terrenos	173.458,98	173.458,98	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.114.032,47**	**2.319.697,92**
Edifícios e Construções	1.069.490,10	1.069.490,10	Capital Social	1.500.000,00	1.500.000,00
Bens em Uso	228.375,88	247.949,88	Reserva de Capital	61.208,05	61.208,05
(-)Depreciações Acumuladas	(737.063,91)	(719.844,82)	Reserva de Lucros	552.824,42	758.489,87
TOTAL DO ATIVO	**2.820.351,81**	**2.917.402,53**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.820.351,81**	**2.917.402,53**

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**7.109.567,08**	**7.391.149,56**
Vendas de Mercadorias	7.014.741,09	7.292.097,45
Vendas de Serviços	94.825,99	99.052,11
(-) Impostos Inc. s/ vendas	36.925,55	34.293,23
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**7.072.641,53**	**7.356.856,33**
(-) Custos das Mercadorias Vendidas	6.275.243,29	6.478.726,68
LUCRO BRUTO	**797.398,24**	**878.129,65**
(-) Despesas Operacionais	**1.108.109,15**	**1.032.831,17**
Administrativas e Gerais	916.084,55	878.353,19
Depreciações	52.219,09	47.540,08
Tributárias e Taxas	75.757,85	74.149,21
Outras Despesas Operacionais	64.047,66	32.788,69
(+) Outras Receitas Operacionais	406.303,10	430.120,18
Resultado Antes do Financeiro	**95.592,19**	**275.418,66**
(+)Receitas Financeiras	94.121,23	84.973,00
Resultado Antes dos Tributos S/Lucro	**189.713,42**	**360.391,66**
(-)Contr. Social s/ Lucro	17.777,43	33.851,13
(-) Imposto de Renda	30.345,44	70.030,90
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**141.590,55**	**256.509,63**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1. Atividades Operacionais	**233.405,28**	**259.145,63**
Lucro Líquido do Exercício	141.590,55	256.509,63
(+)Depreciações	52.219,09	47.540,08
Lucro Ajustado	193.809,64	304.049,71
(Aumento) ou Redução de Ativos		
Contas a Receber	(40.660,41)	(35.087,63)
Despesas Antecipadas	(5.797,95)	(3.928,61)
Impostos a Compensar	1.654,56	(908,13)
Estoques	(24.215,29)	15.414,32
Outras Contas	0	660,00
Aumento ou (Redução) de Passivos		
Fornecedores	42.634,55	(18.132,91)
Obrigações Fiscais e Tributárias	336,17	3.148,78
Obrigações Sociais	3.443,25	1.459,87
Imposto de Renda e C.Social	(5.520,72)	(7.529,77)
Dividendos a Pagar	67.256,00	0
Outras Contas	465,48	0
2.Atividades de Investimentos	**(15.426,00)**	**(61.091,14)**
Aquisição de Imobilizado	(15.426,00)	(61.091,14)
3.Atividades de Financiamentos	**(347.256,00)**	**(16.300,00)**
Contrato de Mútuo	0	220.000,00
Outras Contas	0	(6.300,00)
Dividendos Pagos	(280.000,00)	(230.000,00)
Dividendos Propostos	(67.256,00)	0
Redução/Aumento Disponibilidades:	**(129.276,72)**	**181.754,49**
Caixa e Equivalentes – Início Exercício	1.277.344,94	1.095.590,45
Caixa e Equivalentes – Final Exercício	1.148.068,22	1.277.344,94

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

			Reservas de Lucros			
HISTÓRICO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	LucrosRetidos	Lucros Acum.	Patr.Líquido
1.Saldos em 31/12/2010	**1.500.000,00**	**61.208,05**	**121.541,00**	**610.439,24**	**0**	**2.293.188,29**
2.Lucro Líquido	0	0	0	0	256.509,63	256.509,63
3.Constituição Reserva Legal	0	0	12.825,00	0	(12.825,00)	0
4.Reservas de Lucros Retidos	0	0	0	243.684,63	(243.684,63)	0
5.Distribuição de Dividendos AGO	0	0	0	(230.000,00)	0	(230.000,00)
6.Saldos em 31/12/2011	**1.500.000,00**	**61.208,05**	**134.366,00**	**624.123,87**	**0**	**2.319.697,92**
7.Lucro Líquido	0	0	0	0	141.590,55	141.590,55
8.Constituição Reserva Legal	0	0	7.078,00	0	(7.078,00)	0
9.Reservas de Lucros Retidos	0	0	0	67.256,55	(67.256,55)	0
10.Dividendos Distribuídos	0	0	0	(280.000,00)	0	(280.000,00)
11.Dividendos Estatutários	0	0	0	0	(67.256,00)	(67.256,00)
12.Saldos Contábeis em 31/12/2012	**1.500.000,00**	**61.208,05**	**141.444,00**	**411.380,42**	**0**	**2.114.032,47**

NOTAS EXPLICATIVAS

1- CONTEXTO OPERACIONAL: CASA ROSA COMBUSTÍVEIS S.A., cadastrada no CNPJ/MF sob nº 75.323.6667/0001-24. Sociedade Anônima de capital fechado, com o ramo de atividade comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comércio varejista de lubrificantes; serviços de lavagem e lubrificação; loja de conveniência e administração e locação de imóveis próprios; com sede no município de Apucarana, Paraná, na Avenida Minas Gerais nº 510.

2- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão expressas em Reais. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, tributada pelo lucro real com apuração trimestral e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em conformidade com a Lei das S/A.

3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Estoques: Avaliados pelo custo médio de aquisição, líquidos de impostos e inferiores ao custo de reposição.

b) Disponibilidades: Composta dos seguintes valores: Caixa – R$ 266.839,94; Bancos conta movimento – R$ 43.643,22; Cheques custodiados em Bancos – R$ 255.286,47 e Aplicações Financeiras CDB/CDI, valor atualizado com os rendimentos até a data do balanço - R$ 582.298,59, totalizando as disponibilidades em R$ 1.148.068,22;

c) Imobilizado: Estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas sobre o custo de aquisição com base nas taxas aceitas pela legislação em vigor;

d) Capital Social: Totalmente integralizado no valor de R$ 1.500.000,00 é representado por 2.970.000.000 Ações Sem Valor Nominal.

DIRETORIA:
Rygel de Oliveira Rosa – Diretor Administrativo e Financeiro
Ariel de Oliveira Rosa – Diretor Comercial
Áureo de Oliveira Rosa – Diretor Técnico

Mauro Martins – Contador – COCRC/PR 17.685/O-1

R$ 1.344,00 - 22349/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e institucionais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Caminhos do Paraná S.A, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
A empresa agradece aos Senhores Usuários, Acionistas, Colaboradores, Instituições Governamentais e demais que contribuíram com o alcance dos objetivos estabelecidos bem como com a consolidação e manutenção dos ideais da companhia no decorrer das suas atividades.
A diretoria

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Caminhos do Paraná S.A.
Irati - PR

Examinamos o balanço patrimonial da Caminhos do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos
riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caminhos do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a administração da Companhia procedeu à adoção dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), revendo o critério do registro da receita em função das obrigações assumidas com o poder concedente. Entretanto, tais práticas contábeis ainda não foram plenamente regulamentadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos impossibilitando mensurar eventuais impactos decorrentes de interpretações adversas.
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (contexto operacional), em 03 de dezembro de 2003, a Concessionária firmou contrato preliminar com o Poder Concedente com objeto de: redução média das tarifas em 30%, alteração de obrigações contratuais em especial a supressão dos investimentos em obras de restauração, melhoria e ampliação da capacidade das rodovias, mantendo-se todos os demais serviços de conservação e investimentos em equipamentos, veículos e sistemas. Diante do não cumprimento do contrato preliminar por parte do Poder Concedente, a Concessionária impetrou ação contra o DER-PR e o Governo do Estado do Paraná, na qual obteve tutela antecipada e, com isso, a partir de 1º de setembro de 2005 ficou restabelecida a aplicação do aumento de 42,86% na tarifa de pedágio. Em 03 de novembro de 2009 foi proferida a sentença em 1º grau determinando a retomada do contrato nas condições iniciais e o direito da Companhia ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pleiteado.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-PR

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-8 - S-PR

Gilberto de Souza Schlic

Contador CRC 1PR 35508/O-5

Caminhos do Paraná S.A • Balanços Patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2012	31.12.2011	Passivo	Nota	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.528	8.027	Fornecedores	9	5.310	2.408
Contas a receber de clientes	7	17.753	8.161	Empréstimos e financiamentos	10	12.724	11.941
Estoques		197	215	Obrigações trabalhistas e provisões		2.312	2.227
Impostos a recuperar		13	44	Obrigações tributárias	11	3.116	6.346
Despesas antecipadas		900	1.029	Dividendos a pagar		681	12.329
Adiantamentos a fornecedores		162	111	JCP a Pagar		-	-
Demais contas a receber		167	255	Obrigações com concessão	12	5.671	5.706
				Demais contas a pagar		2.801	2.836
Total do ativo circulante		21.720	17.842				
				Total do passivo circulante		32.615	43.793
Não circulante				**Não circulante**			
Aplicações financeiras	6	3.693	3.453	Empréstimos e financiamentos	10	47.850	54.718
Depósitos judiciais		637	550	Obrigações tributárias	11	2.060	2.531
Demais contas a receber		56	44	Passivos litigiosos	13	2.851	2.851
Intangível	8	195.260	191.292	Obrigações com concessão	12	82.816	55.365
				IR e CS diferidos	14	2.652	3.423
Total do ativo não circulante		199.646	195.339				
				Total do passivo não circulante		138.229	118.888
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		43.500	39.500
				Reserva de reavaliação		5.143	6.639
				Reserva legal		1.877	4.362
						50.520	50.501
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		221.365	213.181			221.365	213.181

Caminhos do Paraná S.A • Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	37.000	8.801	3.697	2.500			51.998
Realização da reserva de reavaliação		(3.275)				3.275	-
Realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação		1.113				(1.113)	-
Lucro do exercício						13.292	13.292
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal - 5%			665			(665)	-
Constituição de reserva estaturária	2.500			(2.500)			-
Juros capital próprio						(2.460)	(2.460)
Distribuição de dividendos						(12.329)	(12.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	39.500	6.640	4.362				50.501
Realização da reserva de reavaliação		(2.267)				2.267	-
Realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação		771				(771)	-
Lucro do exercício						28.000	28.000
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal - 5%			1.515			(1.515)	-
Capitalização de Reserva Legal	4.000		(4.000)				-
Juros capital próprio						(2.300)	(2.300)
Distribuição de dividendos						(25.681)	(25.681)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43.500	5.143	1.877	-	-	-	50.520

* A Companhia não apresenta outros resultados abrangentes. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caminhos do Paraná S.A • Demonstrações de Resultados

Períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011 e 2012

(Em milhares de reais)

	1º.01.2012 a 31.12.2012	1º.01.2011 a 31.12.2011
Receita operacional liquida (nota 16)	183.169	146.060
Custo dos serviços prestados (nota 17)	(122.743)	(110.761)
Lucro bruto	60.426	35.299
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(13.841)	(12.212)
Outras receitas (despesas) operacionais	412	223
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras liquidas e impostos	46.997	23.310
Receitas financeiras	1.140	1.085
Despesas financeiras	(7.210)	(5.671)
Lucro antes do imposto de renda da contribuição social sobre o lucro	40.927	18.724
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(13.697)	(6.545)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	771	1.113
Lucro (prejuízo) liquido do período	28.000	13.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caminhos do Paraná S.A
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011 e 2012

(Em milhares de reais)

	1º.01.2012 a 31.12.2012	1º.01.2011 a 31.12.2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) liquido do período	28.000	13.292
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	52.376	47.415
IR e CS diferidos	(771)	(1.113)
Passivos litigiosos		
Obrigações com concessão	27.416	33.605
	107.021	93.199
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(358)	(2.695)
Estoques	17	(15)
Adiantamentos a fornecedores	(51)	31
Impostos a recuperar	31	(41)
Despesas antecipadas	129	97
Demais contas a receber	(9.232)	1
Participação em consórcios	(12)	3
Aplicações financeiras (Caução)	-	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	2.901	(9.973)
Obrigações trabalhistas e provisões	85	85
Obrigações tributárias	(3.700)	2.676
Demais contas a pagar	(35)	(533)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	96.797	82.835
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo intangível	(56.344)	(77.992)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(56.344)	(77.992)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento		
Aplicações financeiras (caução)	(239)	(2.167)
Pagamento/Distribuição de dividendos e JCP	(41.144)	(14.020)
Reserva Legal	1.515	665
Empréstimos e financiamentos	(6.084)	15.437
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	(45.952)	(86)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(5.499)	4.758
Caixas e equivalentes de caixa no início do período	8.027	3.269
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	2.528	8.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob regime de concessão, do Lote n° 4 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, inicialmente com 305 quilômetros e 17,10 quilômetros correspondentes ao trecho de oferta. Em 9 de junho de 1998, após a conclusão das obras de recuperação inicial e infra-estrutura para operação e a respectiva aprovação do DER/PR, a Concessionária iniciou as suas atividades operacionais de acordo com o Programa de Exploração do Lote.

Em outubro de 2002, através de assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão, foram incluídos dois trechos de rodovia com extensão de 83,8 quilômetros. Atualmente o lote n° 4 é composto de quatro trechos: do acesso a Guarapuava (BR 277) até o entroncamento com a BR 376 em Campo Largo (Distrito de São Luiz do Purunã), de Prudentópolis (BR 373, distrito de Relógio) a Ponta Grossa (distrito de Caetano), do final da pista dupla em Araucária (BR 476) até o entroncamento com a PR 427 (na Cidade da Lapa) seguindo por esta (PR 427) até o entroncamento com a BR 277 (em Porto Amazonas) e um trecho de oferta: (PR 438) do entroncamento com a BR 277 até Teixeira Soares.

O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio, reajustáveis anualmente segundo cláusulas contratuais específicas, e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Em 3 de dezembro de 2003, a Concessionária firmou contrato preliminar com o Poder Concedente, com objeto da redução média das tarifas em 30%, a alteração de obrigações contratuais – em especial a supressão dos investimentos em obras de restauração e melhoria e ampliação da capacidade das rodovias, mantendo-se todos os demais serviços de conservação e investimentos em equipamentos, veículos e sistemas.
Em atendimento à decisão judicial proferida pela 4ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, nos autos do processo nº 2005.70.00.014409-5, no dia 03 de junho de 2005, foi autorizada recomposição provisória das tarifas de pedágio em 42,86% (anulando os efeitos do Contrato Preliminar) implementado no dia 1º de setembro de 2005, conforme decisão citada, retornando assim o contrato ao status do último termo aditivo vigente, contemplando investimentos em obras de restauração, melhorias e ampliação da capacidade entre outras obrigações. Importante ressaltar que a mesma decisão judicial solicita que as partes promovam o reequilíbrio contratual. Em 03 de novembro de 2009 foi proferida a sentença em 1º grau determinando a retomada do contrato nas condições iniciais e o direito da empresa ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pleiteado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Resumo das principais práticas contábeis
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira
a. Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção das diferenças resultantes na reconversão de instrumentos financeiros disponíveis para venda, passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, ou uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As receitas e despesas decorrentes de transações são apuradas em conformidade com o regime de competência.
Na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior, excluindo as operações em economias hiperinflacionárias, são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Estas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações contábeis
As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.
Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos custos históricos, exceto ativos financeiros disponíveis para venda, e ativos e passivos financeiros, derivativos.
A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e o seu efeito são apresentados na nota explicativa nº 3.
Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto de outro modo indicado.

Mudanças nas políticas contábeis
As novas normas, interpretações e alterações, aplicadas pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2009, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade dos Pronunciamentos para as demonstrações contábeis da Companhia.

Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo da finalidade.

Valor justo por meio do resultado
Essa categoria inclui apenas derivativos dentro do valor de mercado. Eles são registrados, quando aplicáveis, na demonstração do balanço patrimonial ao valor justo com as alterações no valor justo, reconhecidas na demonstração do resultado nas rubricas de receita ou despesas financeiras.

Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Contas a receber de clientes e demais recebíveis” e “Caixa e equivalentes de caixa”.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras
Estão representadas pelos valores de aplicação avaliadas ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações estão demonstradas no balanço patrimonial como “aplicações financeiras de longo prazo”, no ativo não circulante.

Contas a receber
Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para impairment, se aplicável.
As provisões para impairment de ativos financeiros são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Companhia será capaz de cobrar todos os valores devidos nos termos a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram impairment. Para as contas a receber, que são registradas líquidas, essas provisões são registradas como uma conta retificadora separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de despesas administrativas na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra a provisão associada.

Passivos financeiros
A Companhia classifica seus passivos financeiros em duas categorias, dependendo do objetivo para o qual o passivo foi adquirido.

Valor justo por meio do resultado
Essa categoria é formada apenas por derivativos fora do valor de mercado (veja ativos financeiros para derivativos dentro do valor de mercado). Eles são contabilizados na demonstração do balanço patrimonial ao valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos. Além desses instrumentos financeiros derivativos, a Companhia não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros incluem os seguintes itens:
Contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e outros passivos monetários a curto prazo, inicialmente reconhecidos ao valor presente e subsequentemente contabilizados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros afetivos.

Reconhecimento e mensuração
Empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente nas datas em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação - data na qual a Companhia se tornou parte das disposições contratuais. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.
Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da titularidade destes ativos.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Outros ganhos (perdas), líquidos” no período em que ocorrem.
Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “Ganhos e perdas de títulos de investimento”.
Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Estoques
Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ao menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui todos os custos de aquisição e conversão, e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.
De acordo com o julgamento da administração da Companhia, quando os custos são considerados imateriais, os valores são registrados diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Ativos arrendados
Se substancialmente todos os riscos e recompensas inerentes à propriedade de um ativo arrendado forem transferidos à Companhia (leasing financeiro), o ativo é tratado como se tivesse sido adquirido. O valor inicialmente reconhecido como um ativo é o menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do leasing ao longo do prazo do arrendamento. O compromisso de leasing correspondente é apresentado como passivo. Os pagamentos do leasing são segregados entre o principal e os juros. O elemento de juros é apropriado como despesa na demonstração do resultado ao longo do período do leasing e é calculado de modo que represente uma proporção constante do passivo arrendado. O elemento de capital reduz o saldo devido ao arrendador.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Intangível

Contratos de concessão

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão os bens destinados a operação da Companhia não estão sob seu controle e sim do poder concedente. Desta forma, os itens do intangível são inicialmente reconhecidos a seu valor histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de bens (praças de pedágios, balanças, ampliação e restauração de rodovias, equipamentos e instalações) registradas em 31 de dezembro de 2004 no ativo imobilizado e posteriormente transferido para o ativo intangível na data de transição, Conforme CPC 37.

Descrição	Taxa anual amortização (%)	Custo Método
Licença de uso de Softwares	10 a 33,3	Linear
Rodovias principais	5,9 a 32,9	Linear
Praça de pedágio e balanças rodoviárias	2,6 a 7,7	Linear
Equipamentos de informática	10 a 33,3	Linear
Maquinas e equipamentos	4,7 a 33,3	Linear
Veículos	10 a 20	Linear
Móveis e utensílios	10	Linear
Outras imobilizações	10 a 15	Linear

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício uma vez que a Companhia tem de manter e construir novas rodovias, assim como a estrutura operacional.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Impairment

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido as condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método do juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (debt security) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subseqüente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subseqüente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo

seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Exceto juros sobre capital próprio pago no qual o benefício fiscal é reconhecido no resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Obrigações com a concessão

São registradas as obrigações futuras pelo contrato de concessão, em virtude da aprovação do novo cronograma de obras pelo poder Concedente, o qual estabelece a forma de adequar o modelo do cronograma físico-financeiro de receitas, custos e investimentos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Venda de Serviços
A Companhia recebe tarifa de pedágio reajustada anualmente em virtude da recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias. Esses serviços são prestados com base em cronogramas firmados com o poder concedente. Sendo firmado o cronograma com o poder concedente até o término da concessão. A Companhia efetua o reconhecimento de sua receita em virtude do cronograma de investimentos assumidos com o poder concedente.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS ESSENCIAIS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Estimativas e premissas
Vidas úteis de ativos intangíveis
Os ativos intangíveis são amortizados durante o prazo de concessão. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros
Quando aplicável, a Companhia determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais
De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.
A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GESTÃO DE RISCOS

A Companhia poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- risco de câmbio;
- outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.
Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Instrumentos financeiros
Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- valores a receber;
- caixa em bancos;
- aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Financeiros;
- contas a pagar a fornecedores e outras;
- empréstimos bancários a taxas flutuantes;
- empréstimos bancários a taxas fixas;

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui o seguinte órgão colegiado:

O Conselho de Administração:
É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial
O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa
A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de leasing financeiro são empréstimos de taxa fixa.

5. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
Fundo fixo	100	79
Numerários em trânsito	1.186	873
Bancos conta movimento	1.242	7.075
	2.528	8.027

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Remuneração	31/12/2012	31/12/2011
Banco Itaú S.A	FIF 100,4% CDB-DI		3.993
Banco Bradesco	FIF 100% CDB	31	
Banco Itaú S.A reserva	FIF 100% CDI	3.693	3.453
Total		3.724	7.446
(-) Aplicação financeira não circulante		(3.693)	(3.453)
		31	3.993

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2012, estão compostas por títulos de renda fixa e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
A aplicação financeira registrada na rubrica "Banco Itaú – reserva", no montante de R$ 3.693 tem por objetivo atender as garantias exigidas pelos contratos de financiamento firmados junto ao BNDES.Tais aplicações são remuneradas com base no CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2012	31/12/2011
Vendas visa	1.013	1.018
Vendas DB trans	89	91
Vendas Via Fácil	7.418	7.052
Brasil Telecon	9.233	-
	17.753	8.161

Não há provisão para realização dos valores, pois a administração entende que não há risco de sua realização.

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	31/12/2012	31/12/2011
Licença de uso de software	10 a 33,3	2.029	1.305	724	820
Concessão de rodovias		357.876	240.648	194.536	190.472
Rodovias principais	5,9 a 32,9	325.736	222.367	103.368	152.516
Praça de pedágio e balanças rodoviárias	2,6 a 7,7	16.285	5.102	11.183	12.431
Equipamentos de informatica	10 a 33,3	10.571	9.106	1.465	1.881
Máquinas e equipamentos	4,7 a 33,3	996	701	294	347
Veículos	10 a 20	3.861	3.153	708	1.134
Móveis e utensílios	10	390	197	193	171
Outras imobilizações	10 a 15	37	22	16	18
Obras em andamento				77.308	21.974
		359.904	241.953	195.260	191.292

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Em 31 de dezembro de 2004, foi registrada reavaliação parcial do ativo intangível no montante total de R$ 43.569, amparada por laudo preparado por empresa especializada, cuja contratação foi aprovada através da 12ª Assembleia Geral Extraordinária. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76. A amortização dos itens reavaliados passou a ser calculada pelo período de vida útil apresentado no quadro acima.
A Administração da Companhia optou pela manutenção dos registros relativos à reavaliação dos bens do ativo intangível, e estima que tais saldos sejam mantidos até a sua realização integral.

Impairment ativos não circulantes
Os ativos intangíveis não apresentam indícios de impairment. Para tanto, os saldos de suas unidades geradoras de caixa são submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (impairment test) ao menos anualmente, conforme determina o CPC 01 – Valor Recuperável dos Ativos, se algum indicativo de não recuperação for identificado.

9. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Construtora dos Campos Gerais	846	609
Xingu Construtora Ltda	2.474	
Cobra Construções S.A	474	
Cartellone do Brasil Ltda		340
Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda		256
Outros fornecedores	1.516	1.203
	5.310	2.408

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Modalidade	Taxa	31/12/2012	31/12/2011
BNDES	Empréstimos	2,45 % a.a	56.766	64.267
BRDE	Empréstimos	5% a 11% a.a	-	9
Banco Itaú S/A	Capital de giro	1,04% a.m	-	328
Banco Itaú S/A	Leasing financeiro	1,06% a 1,55% a.m	486	876
Banco Bradesco S/A	Leasing financeiro	1,11% a 1,49% a.m	1.047	854
Banco CIT	Leasing financeiro	1,11% a 1,18% a.m	112	92
BNDES Automático	Financiamento	3% a.a	-	37
Banco do Brasil	Capital de giro	0,65% a.m.	2.000	-
Outros	Financiamento		163	195
			60.574	66.658
(-) Parcela do não circulante			(47.850)	(54.718)
			12.724	11.941

a. Empréstimo BNDES
A Companhia recebeu a primeira liberação de recurso, referente ao contrato firmado junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R$ 40.000 em 28.10.2010, a segunda parcela de R$ 10.000 em 24.02.2011 a terceira parcela de R$ 13.184 em 27.07.2011 e a quarta parcela de R$ 1.730 em 16.02.2012. Dividido em subcréditos A, B e C, no montante de R$ 45.438, com juros de 2,45% a.a. + TJLP e subcréditos B, D e F, no montante de R$ 19.474, com juros de 2,45% a.a. + TJLP + 1% (custo de captação). Vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2012 e a ultima parcela a liquidar em 15 de agosto de 2018.
Os saldos a amortizar são os seguintes:

Instituição Financeira	Modalidade	Taxa	31/12/2012	31/12/2011
BNDES	Empréstimos	2,45 % a.a	56.766	64.267
BRDE	Empréstimos	5% a 11% a.a	-	9
			56.766	64.276

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos retidos de terceiros	607	492
Imposto de contribuição sobre o lucro	634	4.113
Imposto de contribuição sobre a receita	1.349	1.228
Impostos parcelados	2.587	3.044
Total de impotos a recolher	5.177	8.876
(-) não circulante	(2.060)	(2.531)
	3.116	6.346

Em 31 de dezembro de 2005 a Companhia mantinha o registro da provisão relativa a majoração de 1% (um por cento) da alíquota da COFINS, cujos valores vinham sendo questionados judicialmente e atualizados monetariamente com base na aplicação da taxa Selic. No exercício de 2006, em razão do desfecho desfavorável à Companhia, os valores foram incluídos no Parcelamento Excepcional – PAEX, e vêm sendo pagos mensalmente.
Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros, e 100% dos encargos legais, nos termos do que lhe garante o artigo 1º, da Lei nº 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09. Atualmente, a Companhia aguarda a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV e, até que ocorra esse evento, já cumpre com o pagamento de parcelas mínimas impostas por esse novo parcelamento.

12. OBRIGAÇÕES COM CONCESSÕES

Em agosto de 2009 foi aprovado novo cronograma de obras pelo Poder Concedente, onde houve uma readequação do fluxo de investimentos. Como consequência dessa mudança foram procedidos estudos no sentido de rever os critérios de apropriação do ingresso financeiro de forma a adequá-lo à nova realidade, considerando o efeito relevante identificado nessa adequação.
Com base nos dados do projeto, permanentemente revisados e atualizados, foi estabelecida a relação entre as obrigações assumidas e a previsão das receitas operacionais, na forma prevista na legislação (societária e tributária) – CPC 30 Receitas.
Consequentemente, os ingressos financeiros passaram a ser registrados, de acordo com o cronograma de investimentos assumidos com o poder Concedente, sendo registrada como "Obrigações com a Concessão", no Passivo não circulante, para aquelas atribuíveis a execução futuras obras; e, "Receita operacional bruta", na Demonstração do Resultado, de acordo com o regime de competência.
As considerações acima foram submetidas ao Conselho de Administração em março de 2010, que autorizou sua aplicação imediata.

13. PASSIVOS LITIGIOSOS

A Sociedade possui reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.
A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.
O saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisões para contingências	2.851	2.851
	2.851	2.851

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A companhia contabilizou o IRPJ e a CSSL diferidos no montante de R$ 2.652 (R$ 3.423 em 31 de dezembro de 2011) sobre o resultado da reavaliação dos seus bens cuja realização deverá ocorrer de acordo com a realização da reserva de reavaliação ou na alienação dos bens reavaliados.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente integralizado, está dividido em 43.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2012	
	Nº de ações	Participação %
Cartellone Inversiones S.A	13.050	30
Cobra Contruções Ltda	8.700	20
América Empreendimentos Ltda	7.830	18
Pattac Empreendimentos e Partic S.A	3.815	8,77
Vereda Adm. E Empreendimentos Ltda	3.815	8,77
Tucumann Eng. E Empreedimentos Ltda	3.145	7,23
Goetze Lobato Engenharia Ltda	3.145	7,23
	43.500	100

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social relativo ao sócio estrangeiro da Companhia, Cartellone Inversiones S.A., no montante de R$ 13.050,00, está devidamente registrado junto ao Banco Central do Brasil.

Reserva de reavaliação
Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo intangível da Companhia, anteriores a 31 de dezembro de 2007.
A reserva de reavaliação está sendo realizada por amortização e baixa, ou constituição da provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta	200.449	159.981
(-) PIS / COFINS	(7.316)	(5.885)
(-) ISS	(9.964)	(8.036)
	183.169	146.060

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	7.920	7.378
Materiais	778	751
Equipamentos	1.531	1.470
Serviços contratados	6.328	6.896
Custos gerais	847	620
Conservação rotineira	52.395	44.651
Depreciação e amortização	52.944	48.996
	122.743	110.761

18. SEGUROS

Os seguros são contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e de responsabilidade civil.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Análise dos instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito
Exposição aos riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	2.528	8.027
Contas a receber de clientes	17.753	8.161
	20.281	16.188

Risco de liquidez
A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	60.574	66.658
Fornecedores	5.310	2.408
	65.884	69.067

Valor justo
É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.528	2.528	8.027	8.027
Contas a receber de clientes	17.753	17.753	8.161	8.161
Empréstimos e financiamentos	60.574	60.574	66.658	66.658
Fornecedores	5.310	5.310	2.408	2.408
	86.165	86.165	85.255	85.255

taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa
Inclui caixa, saldos em contas correntes, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.
• Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
• Empréstimos e financiamentos - Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolfo José Pagliarulo– Presidente do Conselho
José Julião Terbai Jr.
Juan Guillermo Insua
Alberto Rached
Marcelo Leite Marder
Rafael Ribeiro dos Santos Gluck

SUPLENTES
Carlos Augusto Urdapilleta Tarouco
Miguel Angel Sostres
Hilario Carlos Magliano
Izidoro Rigo Neto
Hélio Bruggemann de Campos
Carlos Roberto Nunes Lobato

DIRETORIA
Ruy Sérgio Giublin – Diretor Presidente
Márcio Agulham Martins – Diretor de Operações e Manutenção
Huxley de Brito Portela – Gerente Administrativo Financeiro

CONTADOR
Ricardo Ruva – CRC PR-049176/O-5

Ruy Sérgio Giublin
Diretor Presidente

Huxley de Brito Portela
Gerente Administrativo Financeiro

Ricardo Ruva
Coordenador Contábil
CRC - PR 049176/O-5

* * *

R$ 8.304,00 - 22170/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa abaixo torna público que recebeu do IAP, Licença Prévia para empreendimento a seguir especificado.
Empresa: EURICO DE FREITAS MIRANDA
Atividade: Avicultura de corte
Endereço: Estrada Divisora de Guaíra Km 12 – Lote Rural n° 142-E
Município: Terra Roxa – PR. Validade: 18/02/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA INSTALAÇÃO

O produtor EURICO DE FREITAS MIRANDA, torna público que requereu ao IAP, Licença Instalação para a Avicultura – Criação de Aves de Corte, implantado no Lote Rural Estrada Divisora de Guaíra Km 12 – Lote Rural n° 142-E– Município de Terra Roxa - Estado do Paraná.

R$ 72,00 - 22337/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

ADENIR BERNABE, SILVIA R. C. D. BERNABE E JOSÉ B. GRANERO tornam público que requereram do IAP, Licença Operação para AVICULTURA DE CORTE, implantada no LR 443, BAIRRO BONITO, GLEBA RIO VERDE 2, ESTRADA ITAGUAJÉ, Município de JESUÍTAS, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22285/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALDIR PIANESSA E DIMAS PIANESSA tornam público que requereram do IAP, Licença Operação para AVICULTURA DE CORTE, implantada no LOTE RURAL 218-A-1, GLEBA MELHORANÇA, COL. PINDORAMA, CENTRAL S. ANTONIO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22286/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

João Ferreira de Lacerda e Outro tornam público que receberam do IAP, Licença de Operação nº 28240, válida até 25/02/2019 para aviários de frangos de corte localizados na Estrada Tupinambá, Lote 374A, Gleba Ribeirão Esperança, Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22325/2013

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

COLOMBOCAL LTDA., torna público que recebeu do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, Licença de Operação nº 8404, válida até 06/04/2017, para produção de calcário agrícola, fertilizantes e pedra brita, na Estrada Capirú dos Dias, s/nº, km 03, Rio Branco do Sul – PR.

R$ 24,00 - 22355/2013

SÚMULA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO IMOBILIARIA

PALODI - PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS S/A, torna público que requereu do IAP, a Licença de Instalação Imobiliária, para Empreendimento Imobiliário, denominado Residencial Francisco de Assis sendo um Conj. de Edifícios Residenciais composto por Oito blocos, Lote 168-A/168-B/17, Rema/37-A/38-A-A na cidade de Apucarana-Pr.

R$ 48,00 - 21888/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A LUGGI ALIMENTOS LTDA., torna público que recebeu ao IAP, a RENOVAÇÃO DA SUA LICENÇA DE OPERAÇÃO, até a data 12/03/2015, para fabricação de snaks de milho, massas alimentícias e batatas, localizada na Rua Brasília nº 102, Parque Industrial II, Município de Sertanópolis, Paraná.

R$ 24,00 - 21887/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Marcos Antenor Pinto de Andrade, torna público que requereu do IAP, LICENÇA DE INSTALAÇÃO para fins de Loteamento, localizado na Rua Vital Brasil, perímetro Urbano, Município de Campina da Lagoa - Paraná.

R$ 24,00 - 22560/2013

SÚMULA DE LICENÇA PRÉVIA

IRAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIOS E CABOS LTDA, torna público que recebeu do IAP, Instituto Ambiental do Paraná, a Licença Prévia para fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados, com validade até 19/03/2014, na Avenida Getúlio Vargas, 1770, município de Irati-Pr.

R$ 24,00 - 22579/2013

SÚMULA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

M.G. Lopes Empreendimentos Imobiliários Ltda torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação, com validade até a data de 04/04/2013 para loteamento residencial urbano (29 lotes) a ser instalada no Lote 26-A Gleba Patrimônio Iguatemi no município de Maringá – Paraná.

R$ 24,00 - 22605/2013

SUMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa FECULARIA LOANDA LTDA,torna público que Requereu ao IAP-Instituto Ambiental do Paraná, renovação de sua Licença de Operação para sua Industria de Fecula e derivados da Mandioca,implantada na Antiga Estrada Loanda a Nova Londrina,km 01,Municipio de Loanda Estado Paraná.

R$ 48,00 - 22604/2013

Jato Londrina Jateamento e Revestimento Ltda-Me, torna público que recebeu do IAP, Licença Prévia nº 33269 para, jateamento e revestimento em superfícies ferrosas, implantada à Rua: Condor nº 650, Parque das Indústrias Leves, Londrina, PR, com validade 03/03/2014.

R$ 24,00 - 22603/2013

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Empresa Fecularia Loanda Ltda, torna público que recebeu do IAPInsituto Ambiental do Parana licença de operação de nrº 23988, para sua Industria de fécula de Derivados de Mandioca , implantado na Antiga estrada Loanda a Nova Londrina,km 01, Zona Rural no mucipio de Loanda, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22598/2013

Súmula de Recebimento de Licença Instalação

OTAVIO LUIZ VILLA torna público que recebeu do IAP, Licença de Instalação, com validade até 02/07/2014, para atividade de Suinocultura, situada no Lote Rural 30-B, Gleba 06, Zona Rural, Diamante do Oeste/PR.

Súmula de Pedido de Licença de Operação

OTAVIO LUIZ VILLA torna público que requereu junto ao IAP, Licença de Operação para atividade de Suinocultura, situada no Lote Rural 30-B, Gleba 06, Zona Rural, Diamante do Oeste/PR.

R$ 48,00 - 22596/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

DANIEL MARCHIOTTI - torna público que recebeu do IAP, a Licença Previa para Loteamento, com validade até 13/03/2014 a ser implantado no Lote: 269/A - 2 da Gleba Andirá do Município de Mandaguaçu – PR.

R$ 24,00 - 22630/2013

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A Construtora Sanches Tripoloni Ltda. torna público que requereu ao IAP, Licença Prévia para Pátio de Obras contendo Posto de Combustível, Lavador de Veículos Pesados, Usina de Concreto e Asfalto, localizada na Rod. Celso Garcia Cid – PR 445 km 366,5 - Lote 11G Gleba Rib. Cafezal, município de Londrina, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22638/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

A ELETROSTEEL ARTEFATOS DE METAL LTDA., torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, o pedido de Licença Prévia, para as atividades de: Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente; localizada na Rua Ary Claudino Ziemer, nº 173, Bairro Pinheirinho, Município de Curitiba.

R$ 48,00 - 22647/2013

SUMULA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa Waldir Rodrigues – ME CNPJ 11.396.338/0001-20 situada Rua Principal s/n Distrito do Ouro Verde Município de Sengés Pr Torna publico que recebeu do IAP a Licença de Instalação e está requerendo junto ao IAP a Licença de Operação para uma serraria.

R$ 24,00 - 22532/2013

SUMULA DE LICENÇA PREVIA

A empresa S.Salles Filho Laminados ME Cnpj 08.034.064/0001-15 IE-90373643-79 Situada Rua C, S/N, Lote 24 Dist. Ind. III Sengés Pr Torna Publico que esta requerendo Junto ao IAP Licença Previa para uma laminadora de Madeira.

R$ 24,00 - 22531/2013

SUMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A empresa FERNANDO BUCCI LTDA - ME, CNPJ: 12.866.453/0001-84, torna público que recebeu do IAP, a Pedido de Licença Ambiental Simplificada-LAS, para COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS, localizada na Rua Ouro Fino, 268, Vila Agari, no município de Apucarana-PR, com validade até 17/10/2016 para Transporte de Resíduos Sólidos Não Perigosos, Apucarana – PR.

R$ 48,00 - 22490/2013

A empresa Neide Marlene de Lima - ME CNPJ 12.651.482/0001-29 IE 90535787-53 situada na est. Municipal Sengés/Barra S/N Dist. Ind.III no Municipio de Sengés/Pr torna publico que está requerendo junto ao IAP Licença Previa para uma Serraria .

R$ 24,00 - 22529/2013

Extrato do termo de Compromisso

O instituto Ambiental do Paraná – IAP torna público que em 04/02/2013, firmou Termo de compromisso com a Sra. CLAUDETE HOBAL KRUPEK CPF n° 956.906.209-63, objeto do procedimento administrativo protocolado sob n° 7.849.793-9 referente ao auto de infração n° 10976, pelo qual e compromete a realizar a recuperação dos danos ambientais mediante o plantio de mudas de pinheiro no imóvel situado na coordenadas UTM 508.140-7.188.317, no município de Prundetópolis PR, com prazo previsto no referido termo.

R$ 72,00 - 22488/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

A FERTIBRAS FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA, torna público que requereu ao IAP, Licença Prévia para Fabricação de Adubos e Fertilizantes, a ser implantada na Rod BR 376 Km 114,5, Lote 211 A/B Rem-03, Gleba Anhumai, município de Alto Paraná -PR.

R$ 24,00 - 22457/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A AW EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e PARCEL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA, torna público que requereu ao IAP, Renovação da Licença de Instalação sob nº 7663 para implantação do loteamento Jardim Brasil, Endereço: Avenida Brasil, s/n, Bairro Eucaliptos Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22336/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Wilson Roberto Matera torna público que recebeu do IAP, Licença de Operação nº 27902, válida até 13/12/2016 para aviários de frangos de corte localizados na Estrada Velha p/ Cianorte, Lotes 355 e 356, Bairro Reserva, Gleba Paissandu, Município de Doutor Camargo, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22335/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

João Ferreira de Lacerda e Outro tornam público que receberam do IAP, Licença de Operação nº 28240, válida até 25/02/2019 para aviários de frangos de corte localizados na Estrada Tupinambá, Lote 374A, Gleba Ribeirão Esperança, Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22325/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Francinaldo José Cunha e Outro tornam público que receberam do IAP, Licença Ambiental de Operação nº 28368, válida até 14/03/2017 para aviários de frangos de corte implantados nos Lotes 136-A, 440-A, 441-A e 442-A da Gleba Aroeira, Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22317/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

Jacinto Felippi torna publico que recebeu do IAP, Licença de Instalação Para suinocultura, implantado no lote rural nº 49 B / Linha Bregolato / Ouro Verde do Oeste - PR / Validade: 14/03/2015

R$ 24,00 - 22316/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Antonio Denardo e Outros tornam público que receberam do IAP, Licença de Instalação nº 16427, válida até 11/03/2015 para aviário de frangos de corte a ser implantado na Estrada 60 alqueires, Lotes 53-A-Rem e 53-A-1, Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22315/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Jacinto Felipp i Chiella torna público que requereu ao IAP, Licença de Operação para Suinocultura, implantada no Lote Rural 84 E, Linha Brigolato / Ouro Verde do Oeste-PR

R$ 24,00 - 22313/2013

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

Adelino Zidiotti e Outro tornam público que requereram ao IAP, Licença Ambiental Simplificada de Regularização para aviário de frangos de corte implantado na Estrada Quebra Milho, Lote 6-P-1-Rem/P-B, Sítio São Carlos, 1ª Zona da Gleba Sinop, Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22309/2013

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Ana Mafalda Meurer Potrich e Outros tornam público que requereram ao IAP, Licença Ambiental de Operação para aviários de frangos de corte implantados na Rodovia PR-561, Km 2, Lote 142-Rem-1/143-A, 2ª Gleba da Colônia Paranavaí, Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22301/2013

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇAO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Schmoller Comércio Atacadista de Cereais Ltda, torna público que requereu do IAP renovação de Licença de Operação para Comércio atacadista de matériaprima de origem agrícola, Situada na Rod. PR 281- Km 534, Trevo p/ São Jorge do Oeste - Zona Rural, Município de Dois Vizinhos- PR - Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22298/2013

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

Jonir Antonio Serraglio torna a público que requereu ao IAP– Instituto Ambiental do Paraná, Licença Prévia de Ampliação para a implantação da atividade de Avicultura de Corte no Lote Rural N° 03-2, Linha São Paulo, Ramilândia - Paraná.

R$ 24,00 - 22300/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Schmoller Comércio Atacadista de Cereais Ltda, torna público que recebeu do IAP Licença de Operação de nº 18106 válida até 13/03/2013, para Comércio atacadista de matéria-prima de origem agrícola, Situada na Rod. PR 281- Km 534, Trevo p/ São Jorge do Oeste - Zona Rural, Município de Dois Vizinhos- PR - Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 22293/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

SORDI, SORDI E CIA LTDA, torna público que recebeu do IAP, Licença de Operação nº 21103, Val. 03/05/2013 para Fabricação de Artefatos Cerâmicos, a ser implantada no Cruzamento da Av. Jacarezinho com Rua Ponta Grossa, lote 62, Município de Santa Mônica - PR

R$ 24,00 - 22263/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

SORDI, SORDI E CIA LTDA, torna público que requereu ao IAP, Renovação de Licença de Operação, para Fabricação de Artefatos Cerâmicos, a ser implantada no Cruzamento da Av. Jacarezinho com Rua Ponta Grossa, lote 62, Município de Santa Mônica - PR

R$ 24,00 - 22265/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PREVIA

JOSÉ ANTONIO BONI torna público que requereu ao IAP, Licença Previa, para extração de argila, a ser implantado no Lote B-REM, PR 576, Ouro Verde, Município de Porto Rico - PR

R$ 24,00 - 22261/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

AGROCAMP - Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, torna público que requereu ao IAP, a Licença Prévia, para Depósito e Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo, a ser implantado na Avenida das Indústrias, nº 3, município de Campina da Lagoa, estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22257/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus torna público que recebeu do IAP prorrogação da Licença de Operação até a data de 10/08/2013 para atividade de comércio e armazenagem de agrotóxicos, implantada à Rodovia BR-277, km 244, Nhapindazal, Irati/PR.

R$ 24,00 - 22242/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus torna público que requereu ao IAP prorrogação da Licença de Operação para atividade de comércio e armazenagem de agrotóxicos, implantada à Rodovia BR-277, km-244, Nhapindazal, Irati/PR.

R$ 24,00 - 22243/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

ROGÉRIO FRANCISCO F. DE SOUZA, pessoa física, empresário, registrado no CPF sob o nº 604.018.859-68 e no RG sob o nº 1.795.738, com endereço na Rua Matos Costa, n° 420, no município de Porto União – SC, torna público que requereu do IAP – PR a sua Licença Ambiental Prévia - LP para sua Atividade de Extração Mineral - Basalto, a ser instalada na Colônia Jacu, Rod. Br 153, km 456.

União da Vitória – PR, 15 de Março de 2013.

R$ 24,00 - 22236/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

CLARALUX QUÍMICA E TECNOLOGIA LTDA-ME torna público que requereu do IAP, prorrogação da Licença de Operação até a data 07/12/2009 para Indústria de produtos de limpeza implantada Rua Graça Aranha, 371, Mod C, Vargem Grande, Pinhais, Paraná.

R$ 24,00 - 22197/2013

SÚMULA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

CLARALUX QUÍMICA E TECNOLOGIA LTDA-ME torna pública que recebeu do IAP, a Licença de Operação, com validade até a data de 07/12/2009 para Indústria de produtos de limpeza implantada Rua Graça Aranha, 371, Mod C, Vargem Grande, Pinhais, Paraná.

R$ 24,00 - 22195/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A empresa abaixo torna público que recebeu do IAP Licença de Instalação para o empreendimento a seguir especificado:
EMPRESA: Mauricio Aparecido da Silva.
ATIVIDADE: Loteamento Residencial Jardim do Índio.
ENDEREÇO: Lote n° 41, Gleba Pat. Iguatemi.
MUNICÍPIO: Maringá, Estado do Paraná.
VALIDADE: 15/03/2015.

R$ 48,00 - 22169/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE PRÉVIA

AIRTON JOSÉ SCHNEIDER torna público que recebeu do IAP, emissão de Licença prévia para Atividade: SUINOCULTURA, na linha Guaçú , LR Nº 63.C E 70.C – DOIS IRMÃOS – Município: Toledo – Paraná – validade: 14/03/2015

R$ 24,00 - 22150/2013

Sumula de pedido de renovação de licença de operação

Industria e Comércio de Baterias Jomax Ltda, torna público que requereu ao IAP, renovação de Licença de Operação, para Montagem de Baterias Automotivas a ser implantada na Rod. Br 467 Km 01, Cataratas Cascavel, estado do Paraná

R$ 24,00 - 22155/2013

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

AIRTON JOSÉ SCHNEIDER torna público que requereu do IAP, de Licença de Instalação para Atividade: SUINOCULTURA, na linha Guaçú , LR Nº 63.C E 70.C – DOIS IRMÃOS – Município: Toledo – Paraná.

R$ 24,00 - 22153/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

GILSON APARECIDO AVANCI, CPF 587.700.899-49 torna público que requereu do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, Renovação de Licença de Instalação para Loteamento, a ser implantado no Lote de Terras nº 317-A-F-1-R, Situado na Gleba Japurá, Denominado de Jardim Avanci, na Cidade de Japurá Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22161/2013

Súmula de Emissão de Licença de Operação

Industria e Comércio de Baterias Jomax Ltda, torna público que recebeu do IAP licença de operação no 23.839, válida até 29/06/2013, para Montagem de Baterias Automotivas a ser implantada na Rod. Br 467 Km 01, Cataratas Cascavel, estado do Paraná.

R$ 24,00 - 22149/2013

SUMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Edianir Simioni Baron - ME, vem através deste REQUERER junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná), um Pedido de Licença Ambiental simplificada para fins de Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, localizado na ROD. PR 483 – Km 01, 601, sala 02, município de Francisco Beltrão-PR.

R$ 48,00 - 22115/2013

SUMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A EMPRESA CHUVA BRANCA – INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ 02.846.899/0001-93 torna Publico que recebeu do I A P Instituto Ambiental do Paraná, Licença de Operação, Para Empreendimento: Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados. localizado, no Lote 66 e 67, da Gleba São Lourenço município de Araruna – Pr.

R$ 48,00 - 22112/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Omega Indústria e Comércio de Alumínios Ltda, torna público que requereu ao IAP, Licença de Instalação para Produção de laminados de alumínio, implantado na Rua Arcângelo Grapiglia, 221, Caixa Postal 1064, Medianeira/PR.

R$ 24,00 - 22074/2013

SUMULA DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A EMPRESA CHUVA BRANCA – INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ 02.846.899/0001-93 torna Publico que requereu junto ao I A P Instituto Ambiental do Paraná, Renovação da Licença de Operação, Para Empreendimento: Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados. localizado, no Lote 66 e 67, da Gleba São Lourenço município de Araruna – Pr.

R$ 48,00 - 22117/2013

SÚMULA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Air liquide Brasil Ltda torna público que requereu junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, renovação da Licença de Operação para Fabricação de Gases Industriais com endereço a Rua: Jose Rodrigues Pinheiro, 3033 – Bairro CIC – Curitiba/PR Cep 81170-200.

R$ 24,00 - 22104/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

VICTOR MATEUS DA SILVA torna público que requereu ao IAP, Instituto Ambiental do Paraná, licença de operação para piscicultura localizada na Estrada Londrina, n° 478, Gleba Rio Verde no município de Jesuítas, Paraná.

R$ 24,00 - 22008/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

VICTOR MATEUS DA SILVA torna público que requereu ao IAP, Instituto Ambiental do Paraná, licença de operação para piscicultura localizada na Estrada Londrina, n° 478, Gleba Rio Verde no município de Jesuítas, Paraná.

R$ 48,00 - 22006/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A DDP FUMIGAÇÃO LTDA. torna público que RECEBEU do IAP, a prorrogação da Licença de Operação até a data de 09/06/2013 para IMUNIZAÇAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUMIGAÇÃO, implantada na Rua: Nestor Victor, 995 – João Gualberto – CEP: 83.203-540 – Paranaguá – PR.

R$ 48,00 - 21964/2013

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

VALENTIN DEDA NETO torna público que recebeu do IAP a prorrogação da Autorização Ambiental até a data de 22/06/2010, para atividade de suinocultura no local de Marafigo, Lapa - PR.

R$ 24,00 - 21980/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

FUNERÁRIA SILVA E AQUINO LTDA – ME, CNPJ 13.534.255/0001- 86, torna público que requereu do IAP, a Licença Prévia para Serviços de Funerárias, implantada na Avenida Brasília, nº 340, Sala 01, Bairro Conda, no município de Medianeira – PR.

R$ 24,00 - 21937/2013

SÚMULA DE LICENÇA PRÉVIA

Center Pedras LTDA - ME torna público que requereu do IAP, a Licença Prévia para comércio varejista de pedras para revestimento a ser implantada na Estrada do Lote Rural n° 47, 1° Polígono, Zona Rural do Município de Medianeira - Paraná.

R$ 24,00 - 21824/2013

SUMULA PEDIDO LICENÇA PREVIA

Industria de Ceramica Pantanal Ltda, torna público que requereu do IAP - Instituto do Paraná, Licença Prévia para a atividade de fabricação de artefatos de cerâmica de barro, tijolos, telhas e lajotas, a ser implantado na Linha Boa Vista, Estrada São Roque, Lote 14, Gl. 02, Município de Palotina, Estado do Paraná.

R$ 24,00 - 21826/2013

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

PALMAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., torna público que requereu ao IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, licença prévia para instalação do LOTEAMENTO RESIDENCIAL BOM PASTOR, situado no Bairro Lagoão na Cidade de Palmas, Estado do Paraná.

R$ 48,00 - 21825/2013

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

VALENTIN DEDA NETO, torna público que requereu ao IAP, a renovação de sua Licença Ambiental Simplificada, para atividade de suinocultura, no local de Marafigo, Lapa - PR.

R$ 24,00 - 21820/2013

SÚMULA PEDIDO RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

ACQUA VITALLE INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FIBRA LTDA – ME, CNPJ 09.209.696/0001-35, torna público que requereu do IAP, a Renovação de Licença de Operação, para Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios, localizada na Rodovia Br 277, Km 724,5, s/n, Três Lagoas, Foz do Iguaçu – PR.

R$ 48,00 - 21879/2013





Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2012, a Positivo Informática vivenciou mais um ano repleto de desafios. A companhia vendeu 2,1 milhões de computadores no Brasil, volume recorde em sua história, mesmo sob intensa competição com grupos multinacionais e diante da primeira contração anual do mercado desde 2009, quando ainda repercutiam os efeitos da crise financeira mundial. Este desempenho diferenciado consolidou o 8º ano consecutivo de liderança no Brasil, o terceiro maior mercado de computadores do mundo. A operação na Argentina, conduzida por meio de uma associação com um tradicional grupo industrial local, registrou novamente um bom desempenho: a marca Positivo BGH foi a segunda mais vendida no país em 2012, tendo alcançado a liderança no último trimestre do ano.

Os resultados financeiros também demonstraram avanços, sustentados pelo contínuo esforço na implantação de medidas visando à melhora de eficiência operacional. Foi apurado lucro líquido de R$ 29,8 milhões, revertendo o resultado contábil negativo do ano anterior. Em termos de EBITDA, a companhia registrou R$ 98,4 milhões, um crescimento anual de 39,8%. Apesar dos avanços, entendemos que a atual condição concorrencial do mercado exigirá da companhia a manutenção desta cultura orientada para a busca de eficiência, de forma a credenciar a organização a melhores patamares de rentabilidade em sua operação de hardware.

Alinhada a esta necessidade, em 2012 a companhia aprofundou sua estratégia de verticalizações. A unidade de Curitiba, principal planta industrial da companhia, recebeu investimentos para ampliar sua capacidade produtiva de placas-mãe em 41,7%, alcançando o patamar de até 180 mil unidades por mês, bem como foi acrescentada a possibilidade de produção de placas de memória, no montante mensal de até 60 mil peças. Na unidade da Terra do Fogo (Argentina), a fábrica de placas-mãe recebeu novas linhas de produção que ampliaram a capacidade produtiva nominal em 66,7%, para 50 mil unidades por mês. A produção doméstica de placas é exigida pelas legislações de incentivo à indústria de informática em ambos os países, o que gera oportunidades de diferenciação em custos para empresas com boa escala regional.

Em 2012, continuamos o processo de busca pela diversificação das fontes de receita, o que motivou a companhia a acelerar o desenvolvimento de sua plataforma de comercialização direta a revendas, que atendem principalmente pequenas e médias empresas. O mercado cinza ainda representa metade das vendas neste segmento, porém acreditamos que a crescente formalização dos negócios no Brasil fomentará uma maior participação das empresas legalizadas. De fato, o forte desempenho desta nova plataforma, que já conta com mais de 4 mil parceiros revendedores, contribuiu decisivamente no avanço de 39,3% das vendas da Positivo Informática no mercado corporativo em 2012, um resultado muito superior à média dos concorrentes. Ainda neste aspecto, também se destacou o excelente crescimento das vendas da Neoplay, braço da companhia voltado à distribuição de jogos no Brasil, que possui uma carteira de clientes composta pelos principais *publishers* mundiais.

Outras frentes estratégicas alinhadas a este objetivo contemplam a exploração de mercados em rápida expansão, como o de tablets e de telefones celulares. Dessa forma, em 2012, a companhia lançou sua nova geração de tablets Positivo Ypy, com boa receptividade no Brasil e na Argentina, tendo superado o volume de 100 mil unidades no ano, das quais 68,2 mil somente no quarto trimestre. A confiança no segmento foi redobrada após a vitória no edital para a aquisição de até 650.000 tablets pelo Ministério da Educação, que deverá proporcionar à empresa uma escala incomum no país, fortalecendo a competitividade destes produtos nos mercados corporativo e de varejo. E ao final do ano, a companhia estreou no mercado de celulares com o lançamento de três modelos de *smartphones* com tela sensível ao toque, e dois aparelhos com teclado físico – conhecidos como *messaging phones.* Não obstante as vendas físicas, espera-se que a disseminação de dispositivos móveis gere sinergias que alavanquem os resultados da nova unidade de negócios voltada à convergência digital, na qual estamos investindo no desenvolvimento de um ecossistema virtual com conteúdos digitais em língua portuguesa, o Mundo Positivo, e na exploração de publicidade na rede e embarcada.

Olhar para 2012 significa lembrar-se de um ano de aprimoramentos dos negócios da Positivo Informática, em que batalhamos na entrada em mercados de elevado crescimento, ao mesmo tempo em que defendemos com afinco a sustentabilidade das operações tradicionais. Esse processo tem sido possível pela fidelidade de nossos clientes, pela confiança de nossos fornecedores e, em especial, pelo esforço de uma equipe unida e comprometida, composta por milhares de profissionais, ao lado dos quais trabalhamos com gratidão na construção de nosso futuro em comum. A todos, nossos agradecimentos.

Oriovisto Guimarães
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2012

- **Positivo Informática** consolida seu **8º ano consecutivo** de **liderança em PCs no Brasil**:
  - √ **13,5% no mercado total** (+0,6 p.p.);
  - √ **20,6% no mercado de varejo** (+1,0 p.p.);
  - √ **36,1% no mercado de governo e educação**, completando 6 anos ininterruptos à frente do segmento;
- **Na Argentina**, os notebooks **Positivo BGH** atingem a **vice-liderança de mercado** em 2012:
  - √ **15,4%** no **mercado total** (+2,3 p.p.);
  - √ **21,2%** no **mercado de governo e educação** (+4,8 p.p.);
- **Receita líquida[1] de R$ 2.195,1 milhões** em 2012 (+5,6%);
- **EBITDA[1] de R$ 98,4 milhões** em 2012 (+39,8%);
- **Entrada no mercado de telefones celulares** com o lançamento de três modelos de **smartphones** e dois **messaging phones** ao final de 2012;
- **Chegada da nova geração dos tablets Positivo Ypy**, em versões de 7" e 9,7" com sistema operacional Android 4.0 totalmente customizado e em português.

1 - DESTAQUES OPERACIONAIS

1.1 - Hardware

Market Share

Em 2012, a Positivo Informática completou seu 8º ano consecutivo de liderança no mercado brasileiro de PCs, posição sustentada por fatores que incluem o profundo conhecimento do consumidor brasileiro e o sólido relacionamento comercial com o varejo, aliados à habilidade de identificar e explorar oportunidades de crescimento. Na Argentina, os notebooks Positivo BGH fecharam 2012 liderando os mercados de varejo e de governo, o que proporcionou a vice-liderança em vendas de portáteis no país, de acordo com a IDC (*International Data Corporation)*.

No Brasil, a companhia registrou *market share* de 13,5% no mercado total em 2012, representando 27,1% e 68,4% a mais (em unidades) do que as 2ª e 3ª colocadas, respectivamente. No varejo brasileiro, mercado que representou 75,8% das vendas da companhia no país em 2012, foi registrado *market share* de 20,6% nas vendas de PCs. Nos mercados de governo e educação, a companhia completou seu sexto ano consecutivo na liderança, com 36,1% de participação.

Na Argentina, os notebooks Positivo BGH registraram *market share* de 15,4% no mercado total em 2012 e atingiram a liderança do mercado total de notebooks no 4T12, com participação de 16,0%. No mercado de varejo, a marca Positivo BGH liderou com *market share* de 19,6%.

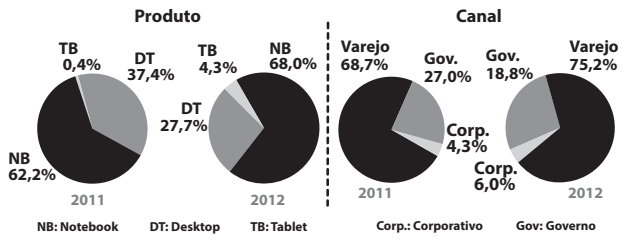
Volumes

No ano, o volume consolidado de desktops, notebooks e tablets sob as marcas Positivo[1] e Positivo BGH foi de 2,409 milhões, praticamente estável em relação a 2011. No Brasil, foram entregues 2,194 milhões de equipamentos, crescimento de 6,8%, influenciado pela expansão das vendas no varejo, que compensou o menor volume no mercado de governo. Para o mercado argentino, a redução de 40,4% nas vendas da marca Positivo BGH se deveu a menores entregas de laptops educacionais para projetos de governo em 2012.

Volume de Vendas Hardware* (unidades)	2011	2012	Var% 2012x2011
Hardware*	**2.415.601**	**2.409.149**	**-0,3**
Desktops	902.457	666.951	-26,1
Notebooks	1.502.624	1.638.754	9,1
Tablets	10.520	103.443	883,3
Canal*	**2.415.601**	**2.409.149**	**-0,3**
Varejo	1.660.147	1.810.127	9,0
Governo	651.171	453.704	-30,3
Corporativo	104.283	145.318	39,3
Marca*	**2.415.601**	**2.409.149**	**-0,3**
Positivo[1]	2.056.267	2.194.377	6,8
Positivo BGH	360.334	214.772	-40,4

*Contempla os volumes de 240.152 e 55.576 notebooks vendidos pela empresa argentina BGH S.A. sob a marca Positivo BGH em 2011 e 2012, respectivamente.

Composição das Vendas de Hardware (unidades)



[1] Incluindo os volumes das marcas Sim+, NeoPC e Kennex

Hardware Varejo: 75,2% das vendas - 1,810 milhão de unidades em 2012

As vendas ao varejo totalizaram 1,810 milhão de equipamentos, 9,0% a mais do que em 2011. Os tablets registraram volume de 39,8 mil unidades, com 32,2 mil somente no 4T12, crescimento de 243,2% na comparação com 4T11. Considerando-se apenas os computadores, o volume totalizou 2,305 milhões, diminuição de 4,1% em relação a 2011, em função da contração na demanda dos mercados de varejo do Brasil e da Argentina em 2012.

A companhia iniciou a distribuição de telefones celulares a partir de novembro, inicialmente focada em redes de menor porte e em varejistas online. Espera-se que as vendas destes produtos apresentem maturação ao longo de 2013, acompanhando evolução da carteira de clientes varejistas.

Hardware Governo: 18,8% das vendas - 453,7 mil unidades em 2012

O volume de equipamentos comercializados para clientes de governo foi de 453,7 mil unidades em 2012, redução de 30,3% em relação a 2011, basicamente devido às menores entregas de laptops para programas educacionais no Brasil e na Argentina. Tal volume está representado por 30,9 mil tablets e 422,8 mil computadores.

A carteira de entregas para clientes de governo projetada para 2013 é estimada em mais de 350 mil unidades no Brasil, com baixa proporção de laptops educacionais. Na Argentina, os produtos sob a marca Positivo BGH iniciam 2013 com uma carteira estimada de 200 mil notebooks. Adicionalmente, a Positivo Informática espera entregar parte do volume de até 650.000 tablets previsto na ata de registro de preços que firmou com o MEC, sendo que o efetivo montante dependerá da demanda do cliente.

Hardware Corporativo: 6,0% das vendas - 145,3 mil unidades em 2012

O volume total comercializado no segmento corporativo em 2012 foi de 145,3 mil unidades, representando um aumento de 39,3% em relação a 2011. A expansão das vendas está ligada principalmente aos bons resultados da companhia no mercado de pequenas e médias empresas, que possui bom potencial de demanda em função do avanço da formalização do segmento e consequente redução do mercado cinza.

1.2 - Tecnologia Educacional

No segmento de Tecnologia Educacional, a Positivo Informática está presente em três segmentos de atuação: Ensino Particular, Ensino Público e Varejo. A companhia desenvolve e gerencia o maior portfólio de produtos e ferramentas educacionais do país, com destaque para os portais e softwares educacionais, além de produtos inovadores como as mesas educacionais, lousas interativas e câmeras de documentos. As soluções educacionais da Positivo Informática estão presentes em 8.850 escolas públicas, 2.294 escolas particulares e mais de 3.000 pontos de venda do varejo. Em 2012, a receita bruta do segmento atingiu R$ 39,9 milhões, representando 1,6% do faturamento da companhia no período.

2 - OPERAÇÕES

As plantas industriais da Positivo Informática atendem aos mais rigorosos padrões de qualidade. A sede e principal unidade está instalada em Curitiba, no estado do Paraná, onde são produzidos, além de computadores, placas-mãe de desktops e de notebooks, bem como placas de memória, gabinetes e tablets.

Adicionalmente, a companhia possui uma unidade em Manaus, inaugurada em agosto de 2008 com o principal objetivo de atender varejistas localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Em Ilhéus, no estado da Bahia, foi inaugurada também em 2008 uma unidade produtora de monitores LCD, visando ao atendimento da demanda das demais plantas e ao complemento da estratégia de verticalização.

3 - DESEMPENHO FINANCEIRO

Os comentários apresentados a seguir se referem aos números consolidados da Positivo Informática S.A. Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Em 2012 foi registrada receita bruta de R$ 2,428 bilhões, crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior, impulsionada pela maior receita com tablets e com novas frentes de negócio, como jogos, celulares, e publicidade online. A receita líquida ajustada registrou R$ 2,195 bilhões, crescimento de 5,6% versus 2011.

O custo do produto vendido (CPV) correspondeu a 75,4% da receita líquida ajustada, melhora de 0,4 p.p. em relação a 2011. O maior custo com insumos, impactado pelo aumento de 12,2% da taxa média do dólar na internalização de componentes, foi compensado por ganhos de eficiência operacional que proporcionaram o menor patamar dos demais custos desde 2007, correspondendo a 4,4% da receita líquida.

As despesas operacionais totalizaram R$ 509,9 milhões, representando um crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, refletindo as maiores despesas financeiras e gerais e administrativas, as quais foram parcialmente compensadas pela contenção das despesas com assistência técnica e marketing.

No ano de 2012, a companhia alcançou EBITDA[1] *("Earnings before interests, taxes, depreciation and amortization");* lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R$ 98,4 milhões, crescimento de 39,8% em relação a 2011, acompanhado de margem EBITDA[2] de 4,5%. O lucro líquido[1] registrou R$ 29,8 milhões, revertendo o prejuízo contábil apurado em 2011.

Performance das Ações

Em 28 de dezembro de 2012, as ações da Positivo Informática estavam cotadas a R$ 5,04, indicando um valor de mercado de R$ 442,5 milhões. A POSI3 está presente na carteira dos índices: Itag (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), INDX (Índice do Setor Industrial), IVBX2 (Índice Valor Bovespa - 2ª linha) e SMLL (Índice de Ações Small Caps).

Dividendos

O Estatuto Social da Positivo Informática determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Para o resultado referente ao exercício de 2012, será feita uma proposta à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2013, de distribuição de R$ 7,5 milhões na forma de dividendos, a serem pagos em uma única parcela em 16/12/2013.

4 - INVESTIMENTOS

Em 2012, o investimento total realizado em ativo fixo foi de R$ 65,4 milhões, sendo parte significativa relacionada a atividades de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram R$ 24,4 milhões e foram aplicados principalmente no desenvolvimento e atualização de soluções de tecnologia educacional, novos produtos de hardware e em conteúdos relacionados à operação de convergência digital. Os demais investimentos somaram R$ 41,0 milhões e contemplam a ampliação da capacidade produtiva das fábricas de placas-mãe das unidades de Curitiba e da Terra do Fogo, na Argentina. Espera-se que a maior verticalização contribua para defender a rentabilidade da operação de hardware nos próximos exercícios.

5 - COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2012, a Positivo Informática contava com 4.443 colaboradores, alocados em sua maior parte em Curitiba (PR), sede da companhia. Adicionalmente, a companhia contava com 385 colaboradores temporários, envolvidos principalmente em funções operacionais para fazer frente à maior produção industrial típica de final de ano.

6 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram pagos R$ 48 mil referentes a serviços de revisão fiscal e tributária, contratados em 04/07/2012 e em 25/09/2012, e executados entre os meses de agosto e setembro de 2012 e em setembro de 2012, respectivamente. Este montante correspondeu a 19,2% do total de honorários pagos à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pelo serviço de auditoria das demonstrações financeiras.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

A seguir, apresentamos um resumo da justificativa apresentada pelos auditores independentes à Administração, a respeito de seu entendimento de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

"Estes serviços não afetaram as restrições da Instrução CVM 381/03, pois se referem a serviços de revisão da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica 2012, ano-calendário 2011 e de carta-relatório acerca de assuntos fiscais. Os procedimentos executados não afetam a independência e objetividade necessárias aos serviços de auditoria externa."

7 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

8 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

[1] O Ajuste pela Subvenção para Investimentos: Os números apresentados neste Relatório da Administração referentes às contas de receita líquida, lucro líquido e EBITDA se diferem dos números apresentados na tabela de Demonstração dos Resultados abaixo, pois foram ajustados. A estas contas foi somada a parcela referente à subvenção para investimentos que foi contabilizada como passivo circulante e que será reconhecida no resultado à medida que os investimentos obrigatórios em P&D relativos a esse montante sejam amortizados. O intuito desse ajuste é comunicar ao investidor como seriam os resultados considerando a totalidade da subvenção para investimentos incorrida no período. Adicionalmente, os dados de custo, despesas, lucro e EBITDA de 2011 foram ajustados expurgando-se os lançamentos não recorrentes e sem efeito caixa, cujo montante totaliza R$ 94,7 milhões, referentes à revisão da estrutura de pós-vendas.

[2] Em razão da Receita Líquida Ajustada.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.712	146.047	116.020	156.707
Instrumentos financeiros derivativos	28	–	16.887	–	16.887
Contas a receber	5	493.693	479.151	589.502	562.159
Estoques	6	539.958	352.311	624.588	411.736
Partes relacionadas	9	23.174	20.495	7.216	16.607
Impostos a recuperar	7	65.900	58.749	68.767	61.511
Adiantamentos diversos		28.717	11.962	29.401	16.024
Outros créditos	8	26.965	30.678	28.664	31.689
		1.285.119	1.116.280	1.464.158	1.273.320
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	7	78.287	39.411	78.288	39.411
Tributos diferidos	19	65.901	65.901	71.173	70.250
Outros créditos	8	13.101	11.159	13.947	11.250
		157.289	116.471	163.408	120.911
Investimentos	10	52.684	44.498	–	–
Investimento em empreendimento controlado em conjunto (“joint venture”)	11	39.964	27.150	–	–
Imobilizado	12	73.936	65.797	85.467	73.422
Intangível	13	80.415	70.597	102.399	89.250
		246.999	208.042	187.866	162.672
TOTAL ATIVO		**1.689.407**	**1.440.793**	**1.815.432**	**1.556.903**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	330.448	235.663	416.577	281.717
Empréstimos - terceiros	15	380.044	236.441	399.511	288.293
Instrumentos financeiros derivativos	28	7.465	–	7.465	–
Salários e encargos a pagar		37.616	32.448	39.615	33.754
Provisões	16	93.775	107.406	123.071	124.629
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	20	4.992	–	4.992	–
Tributos a recolher	17	13.791	14.508	16.313	17.095
Dividendos a pagar	21.e	7.548	–	7.548	–
Receita diferida	7 e 18	28.533	29.706	30.273	30.623
Partes relacionadas	9	19.076	4.667	3.698	1.196
Outras contas a pagar		4.118	3.516	8.433	5.771
		927.406	664.355	1.057.496	783.078
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos - terceiros	15	79.627	116.377	79.627	116.377
Provisões	16	12.677	19.747	13.827	20.897
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	20	19.071	17.080	19.370	17.379
Passivo a descoberto em controladas	10	5.514	4.062	–	–
Outras contas a pagar		5.080	–	5.080	–
		121.969	157.266	117.904	154.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Reserva de capital	21.c	120.309	120.309	120.309	120.309
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.025)	757	(1.025)	757
Reserva de lucros	21.d	167.178	144.536	167.178	144.536
Ações em tesouraria	21.h	(35.430)	(35.430)	(35.430)	(35.430)
		640.032	619.172	640.032	619.172
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.689.407**	**1.440.793**	**1.815.432**	**1.556.903**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
RECEITA	22	**1.881.081**	**1.873.804**	**2.195.474**	**2.081.291**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	23	(1.404.475)	(1.456.459)	(1.655.703)	(1.628.298)
LUCRO BRUTO		**476.606**	**417.345**	**539.771**	**452.993**
Despesas com vendas	23	(345.937)	(417.323)	(376.270)	(435.470)
Despesas gerais e administrativas	23	(95.055)	(82.013)	(102.281)	(87.758)
Outras receitas operacionais líquidas	23	1.039	17.412	1.057	17.412
Resultado da equivalência patrimonial	10 e 11	21.331	15.298	–	–
		(418.622)	(466.626)	(477.494)	(505.816)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**57.984**	**(49.281)**	**62.277**	**(52.823)**
Receitas financeiras	25	34.464	50.601	40.341	52.924
Despesas financeiras	25	(49.564)	(59.959)	(58.179)	(60.991)
Variação cambial líquida	25	(12.694)	(9.268)	(14.544)	(10.879)
		(27.794)	(18.626)	(32.382)	(18.946)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		**30.190**	**(67.907)**	**29.895**	**(71.769)**
Provisão para imposto de renda e contribuição social	19	–	–	(627)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	–	922	3.862
		–	–	295	3.862
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**30.190**	**(67.907)**	**30.190**	**(67.907)**
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	27	**0,3506**	**(0,7887)**	**0,3506**	**(0,7887)**
Diluído	27	**0,3506**	**(0,7887)**	**0,3506**	**(0,7887)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Resultado líquido do exercício		**30.190**	**(67.907)**	**30.190**	**(67.907)**
Outros resultados abrangentes					
Variação cambial sobre investimento no exterior	10 e 11	(1.782)	757	(1.782)	757
Resultado abrangente do exercício		**28.408**	**(67.150)**	**28.408**	**(67.150)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.097.283	2.113.139	2.428.165	2.333.145
Devoluções e descontos comerciais	(53.896)	(48.923)	(57.458)	(50.601)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.582)	(564)	(3.194)	(899)
Outras receitas	2.749	19.396	10.046	19.414
	2.042.554	**2.083.048**	**2.377.559**	**2.301.059**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.394.483)	(1.446.978)	(1.643.079)	(1.612.201)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.171)	(109.455)	(82.243)	(119.549)
Comissões	(37.113)	(46.170)	(40.580)	(47.691)
Marketing	(92.895)	(107.404)	(104.067)	(113.092)
	(1.590.662)	**(1.710.007)**	**(1.869.969)**	**(1.892.533)**
Valor adicionado bruto	**451.892**	**373.041**	**507.590**	**408.526**
Depreciação e amortização	**(34.571)**	**(29.263)**	**(36.518)**	**(30.588)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**417.321**	**343.778**	**471.072**	**377.938**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	21.331	15.298	–	–
Receitas financeiras	34.464	50.601	40.341	52.924
	55.795	**65.899**	**40.341**	**52.924**
Valor adicionado total a distribuir	**473.116**	**409.677**	**511.413**	**430.862**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	140.529	144.361	151.614	152.673
Benefícios	15.596	16.026	17.268	17.243
FGTS	12.115	11.771	12.363	11.996
	168.240	**172.158**	**181.245**	**181.912**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	194.687	189.074	208.128	195.368
Estaduais	5.570	34.683	5.709	35.999
Municipais	701	609	723	629
	200.958	**224.366**	**214.560**	**231.996**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	49.564	59.959	58.179	60.991
Aluguéis	11.470	11.833	12.695	12.991
Variação cambial	12.694	9.268	14.544	10.879
	73.728	**81.060**	**85.418**	**84.861**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	7.548	–	7.548	–
Lucros (prejuízos) retidos	22.642	(67.907)	22.642	(67.907)
	30.190	**(67.907)**	**30.190**	**(67.907)**
Valor adicionado total distribuído	**473.116**	**409.677**	**511.413**	**430.862**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)								
						Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Opções outorgadas reconhecidas	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Ações em tesouraria	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		**389.000**	**118.305**	**1.992**	**–**	**212.362**	**81**	**(35.430)**	**–**	**686.310**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	–	(67.907)	(67.907)
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste acumulado de conversão	10 e 11	–	–	–	757	–	–	–	–	757
Total de resultado abrangente		–	–	–	757	–	–	–	(67.907)	(67.150)
Constituição reserva de capital - stock options	21.b	–	–	12	–	–	–	–	–	12
Absorção do prejuízo do exercício	21.d	–	–	–	–	(67.907)	–	–	67.907	–
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		**389.000**	**118.305**	**2.004**	**757**	**144.455**	**81**	**(35.430)**	**–**	**619.172**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		**389.000**	**118.305**	**2.004**	**757**	**144.455**	**81**	**(35.430)**	**–**	**619.172**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	30.190	30.190
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste acumulado de conversão	10 e 11	–	–	–	(1.782)	–	–	–	–	(1.782)
Total de resultado abrangente		–	–	–	(1.782)	–	–	–	30.190	28.408
Dividendos propostos (R$ 0,087656)	21.e	–	–	–	–	–	–	–	(7.548)	(7.548)
Constituição reserva de lucros	21.d	–	–	–	–	22.642	–	–	(22.642)	–
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		**389.000**	**118.305**	**2.004**	**(1.025)**	**167.097**	**81**	**(35.430)**	**–**	**640.032**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.190	(67.907)	30.190	(67.907)
Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) com o caixa obtido (aplicado) nas operacões:				
Depreciação e amortização	34.571	29.263	36.518	30.588
Equivalência patrimonial	(21.331)	(15.298)	–	–
Ganho (perda) no valor justo dos instrumentos financeiros	6.832	(14.086)	6.832	(14.086)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	14.817	11.087	14.817	11.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.582	564	3.194	899
Provisão (reversão) para estoques, líquida	(13.470)	30.346	(14.918)	33.715
Stock options	–	12	–	12
Baixa de ativo imobilizado	–	1.574	–	1.574
Encargos sobre empréstimos	24.692	33.296	27.287	33.546
Prêmio na integralização de capital	–	(16.528)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(922)	(3.862)
	79.883	**(7.677)**	**102.998**	**25.566**
(Aumento) diminuição de ativos:				
Contas a receber	(18.124)	138.898	(30.537)	59.925
Estoques	(170.603)	134.358	(194.732)	100.131
Impostos a recuperar	(46.027)	17.311	(46.133)	17.633
Adiantamentos diversos	(16.755)	5.192	(13.377)	2.168
Outros créditos	1.771	(18.392)	10.231	(31.704)
Aumento (diminuição) de passivos:				
Fornecedores	94.785	9.130	134.860	31.764
Contas a pagar e provisões	(27.933)	(50.535)	(16.462)	(35.232)
Obrigações tributárias	(717)	11.449	(782)	12.710
Outras contas a pagar	9.076	4.248	13.972	7.732
	(174.527)	**251.659**	**(142.960)**	**165.127**
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais	**(94.644)**	**243.982**	**(39.962)**	**190.693**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Integralização de capital - investida	–	(44)	–	–
Aquisição de imobilizado	(22.719)	(16.965)	(28.276)	(23.414)
Aumento do intangível	(33.383)	(37.473)	(37.150)	(41.193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(56.102)**	**(54.482)**	**(65.426)**	**(64.607)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de dividendos	–	(22.299)	–	(22.299)
Captação de empréstimos	807.583	511.467	870.577	562.612
Captação de empréstimos junto ao BNDES	2.205	47.003	2.205	47.003
Amortização de empréstimos	(699.133)	(605.849)	(796.395)	(605.849)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(10.974)	(40.663)	(11.686)	(40.663)
Partes relacionadas	11.730	(22.703)	–	–
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades de financiamento	**111.411**	**(133.044)**	**64.701**	**(59.196)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	**(39.335)**	**56.456**	**(40.687)**	**66.890**
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	146.047	89.591	156.707	89.817
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	106.712	146.047	116.020	156.707
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	**(39.335)**	**56.456**	**(40.687)**	**66.890**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba - PR, uma unidade no município de Ilhéus - BA, duas controladas diretas, uma em Manaus - AM e outra em Ilhéus - BA, e uma controlada indireta em São Paulo - SP. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia constituiu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda..

Tem como atividades preponderantes: a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, *smartphones* e softwares educacionais.

As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (*IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (*IASB)).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Positivo Informática S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas diretas Positivo Informática da Amazônia Ltda., Positivo Informática da Bahia Ltda., Crounal S.A., e indireta Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., foram consolidadas integralmente.

(b) Controlada em conjunto

Controlada em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos da controlada em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia sua controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Para o empreendimento controlado em conjunto, Informática Fueguina S.A. foi utilizado o método de consolidação proporcional.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como "*hedge accounting*" e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.*

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". Também compreendem operações de partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são *on demand* e consequentemente não há necessidade de apurar o valor justo.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

• mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

• condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, *"swaps"* de taxa de juros e de moedas. As Notas 28 e 30 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *"hedge";* nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *"hedge".*

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment"*).

2.9. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.10. Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vidas úteis
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias s/imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	10 anos
Edificações	25 anos
Outros imobilizados	10 anos

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment.* Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

• A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
• A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
• A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
• Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
• A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
• A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

(c) *Softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
• A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
• O *software* pode ser vendido ou usado.
• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
• O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment).* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Também compreendem operações de partes relacionadas, cujo reconhecimento inicial é pelo valor justo.

2.14. Arrendamento

A Companhia como arrendatária

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.15. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.16. Subvenções governamentais

Para subvenções governamentais, conforme mencionado na Nota 7, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

• Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
• Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
• Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
• Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.
• As subvenções governamentais são computadas no resultado como receita na conta "Impostos sobre vendas".

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, os incentivos fiscais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de Impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de Reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.17. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.19. Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 29.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.20. Garantias

As provisões para o custo esperado com a garantia de vendas são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas-base.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre investidas.

(a) Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

• a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
• a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
• o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
• é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
• os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(b) Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

• Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
• Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.23. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. O saldo não reconhecido em 31 de dezembro de 2012 era de R$ 145; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

• IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção trará impacto para a Companhia, uma vez que a Companhia adota o método da consolidação proporcional para investimentos em *joint ventures*.

• IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

• IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Gastos com desenvolvimento de produtos

Durante o exercício, a Administração revisa a recuperação do ativo intangível da Companhia gerado internamente, oriundo de vários projetos, não tendo identificado a necessidade de reconhecimento de provisões para perda na recuperação dos referidos intangíveis nos anos últimos exercícios.

(b) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R$ 14.173 e pela avaliação da Administração não foi necessário registrar provisão para perda do valor recuperável nos anos de 2012 e 2011. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na Nota 13.b.

(c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota 2.10, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Esta revisão depende de análises técnicas, sobre o estado dos bens, obsolescência e padrão de uso, as quais estão sujeitas a julgamento.

(d) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(e) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas e o empreendimento controlado em conjunto estão sujeitos ao imposto sobre a renda em todos os países em que operam. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Benefícios fiscais - ICMS

Conforme descrito na Nota 7, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes tem adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(b) Impostos a recuperar

Conforme descrito na Nota 7 a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos	26.815	8.453	32.359	15.487
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	79.897	137.594	83.661	141.220
	106.712	146.047	116.020	156.707

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	419.985	406.701	508.346	487.476
Vencidos até 30 dias	32.246	32.261	38.873	34.548
Vencidos de 31 a 60 dias	13.828	7.075	14.582	7.314
Vencidos de 61 a 90 dias	2.973	3.311	3.245	3.311
Vencidos de 91 a 180 dias	11.304	4.357	11.350	4.587
Vencidos de 181 a 360 dias	7.283	11.680	7.373	11.786
Vencidos há mais de 361 dias	20.093	24.078	20.406	24.475
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.848)	(8.266)	(11.869)	(8.675)
(–) Ajuste a valor presente	(2.171)	(2.046)	(2.804)	(2.663)
	493.693	479.151	589.502	562.159

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima. Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 34.338 (R$ 41.011 em 31 de dezembro de 2011).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R$ 5.096 (R$ 10.743 em 31 de dezembro de 2011) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R$ 4.726 registrados no contas a receber de curto prazo (R$ 5.612 em 31 de dezembro de 2011). O montante de R$ 370 (R$ 5.131 em 31 de dezembro de 2011) foi registrado no longo prazo, conforme descrito na Nota 8.

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 68% do montante a receber em 31 de dezembro de 2012, cerca de 74% em 31 de dezembro de 2011), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado desta provisão totalizou R$ 11.869 (R$ 8.675 em 31 de dezembro de 2011).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Até 30 dias	32.246	32.261	38.873	34.548
31 a 60 dias	13.828	7.075	14.582	6.908
61 a 90 dias	2.973	3.311	3.245	3.311
91 a 180 dias	11.304	4.262	11.350	4.492
181 a 360 dias	5.978	11.272	6.068	11.378
acima de 361 dias	9.550	16.315	9.842	16.709
	75.879	74.496	83.960	77.346

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	8.266	6.603	8.675	6.607
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	3.582	1.663	3.194	2.068
	11.848	8.266	11.869	8.675

6. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Materiais	352.775	273.102	387.989	291.638
Produtos acabados	136.836	113.459	164.434	143.342
Importações em andamento	72.207	28.778	88.256	39.429
Adiantamentos a fornecedores	37.648	9.950	45.436	13.772
Provisão para estoques	(59.508)	(72.978)	(61.527)	(76.445)
	539.958	352.311	624.588	411.736

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	82.178	43.205	82.406	43.435
Imposto de renda	25.073	29.283	25.146	29.426
IPI	12.095	9.870	12.147	9.875
COFINS	18.294	6.124	18.556	6.300
PIS	2.608	2.334	2.665	2.383
Contribuição social	1.884	3.971	1.884	4.557
Outros impostos a recuperar	2.055	3.373	4.251	4.946
	144.187	98.160	147.055	100.922
Parcela no circulante	65.900	58.749	68.767	61.511
Parcela no não circulante	78.287	39.411	78.288	39.411

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

(i) Lei Estadual nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

(ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).

(iii) Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R$ 200.836 (R$ 215.465 em 31 de dezembro de 2011), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R$ 28.533 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R$ 29.706 em 31 de dezembro de 2011), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 13.a.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

• Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.

• Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

• Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas antecipadas (a)	26.417	26.773	26.417	26.773
Depósitos judiciais	10.954	8.438	11.001	8.485
Arrendamento mercantil financeiro (b)	370	5.131	370	5.131
Outros	2.325	1.495	4.823	2.550
	40.066	41.837	42.611	42.939
Parcela circulante	26.965	30.678	28.664	31.689
Parcela não circulante	13.101	11.159	13.947	11.250

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R$ 10.490 (R$ 16.084 em 31 de dezembro de 2011), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até 2014 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R$ 5.096 (R$ 10.743 em 31 de dezembro de 2011) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R$ 4.726 registrados no contas a receber de curto prazo (R$ 5.612 em 31 de dezembro de 2011), conforme Nota 5. O montante de R$ 370 (R$ 5.131 em 31 de dezembro de 2011) foi registrado no longo prazo.

9. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais

	Controladora (BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	1	– (a)	79	61	939	525 (f)	460	–
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	101	110 (a)	–	–	980	112	2.634	4.709 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.482	3.383 (a)	–	81 (d)	9.701	8.655 (c)	301	617 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	96	60 (a)	–	193	127	73 (b)	498	730 (b)
Positivo Educacional Ltda.	20	– (a)	–	–	29	–	–	–
Rosch Administração de Bens Ltda.	–	–	919	861 (e)	–	–	10.623	9.720 (e)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	16.190	15.558 (k)	–	–	–	–	–	–
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	4.284	1.384 (g)	18.078	3.471 (i)	35.441	7.430 (h)	11.070	18.764 (i)
	23.174	20.495	19.076	4.667	11.776	9.365	14.516	15.776

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	1	– (a)	79	61	939	525 (f)	460	–
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	101	110 (a)	–	–	980	112	2.634	4.709 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.482	3.383 (a)	–	81 (d)	9.701	8.655 (c)	301	617 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	96	60 (a)	–	193	127	73 (b)	498	730 (b)
Positivo Educacional Ltda.	20	– (a)	–	–	29	–	–	–
Rosch Administração de Bens Ltda.	–	–	919	861 (e)	–	–	10.623	9.720 (e)
Crounal S.A.	–	–	–	–	15.886	–	–	–
Informática Fueguina S.A.	4.516	13.054	2.700	–	–	–	7.943	–
	7.216	16.607	3.698	1.196	27.662	9.365	22.459	15.776

(a) Venda de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes. A Companhia realiza vendas de micro-computadores para todas as partes relacionadas.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia.

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo" e "Portal Aprende Brasil", aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao "Portal Positivo" no montante de R$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao "Portal Aprende Brasil" de R$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais. Estes serviços editoriais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R$ 919. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Conta corrente - Positivo Informática da Amazônia Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

(h) Venda

A Controladora mantém vendas para as Controladas de insumos para produção.

(i) Compra

A Controladora mantém compra de produtos acabados da Controlada para posterior revenda a clientes.

(j) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda.. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(k) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

Remuneração da administração

O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2012, como remuneração dos administradores, foi de R$ 8.285 (R$ 7.729 em 31 de dezembro de 2011). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2012 aprovou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração dos administradores até o máximo de R$ 11.500 (R$ 11.000 no exercício de 2011).

	Controladora (BR GAAP) Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo	8.285	7.723
Pagamento baseados em ações	–	6
	8.285	7.729

10. INVESTIMENTOS

		Controladora (BR GAAP)					
		Saldo em 31/12/2010	Integralização de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2011
Investimentos							
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a)	37.620	–	6.878	–	–	44.498
Outros Investimentos		4.660	–	–	(4.660)	–	–
		42.280	–	6.878	(4.660)	–	44.498
Provisão para passivo a descoberto							
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(2.683)	–	(934)	–	–	(3.617)
Crounal S.A.	(c)	–	1	(399)	–	(47)	(445)
		(2.683)	1	(1.333)	–	(47)	(4.062)

		Controladora (BR GAAP)			
		Saldo em 31/12/2011	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2012
Investimentos					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a)	44.498	8.186	–	52.684
		44.498	8.186	–	52.684
Provisão para passivo a descoberto					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(3.617)	(649)	–	(4.266)
Crounal S.A.	(c)	(445)	(732)	(71)	(1.248)
		(4.062)	(1.381)	(71)	(5.514)

Participação em controladas

	Participação %	
	31/12/2012	31/12/2011
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100,00	100,00
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	90,00	–
Crounal S.A.	100,00	100,00
Controlada Indireta		
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Investida da Positivo Informática da Amazônia Ltda.		
Portal Mundo Positivo Ltda.	10,00	–

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indireta, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2012					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	126.245	73.561	52.684	214.012	8.186
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.344	(4.266)	–	(649)
Portal Mundo Positivo Ltda.	1	–	1	–	–
Crounal S.A.	26.315	27.562	(1.247)	46.808	(732)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	421	6.379	(5.958)	–	(334)
31 de dezembro de 2011					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	91.439	46.941	44.498	135.273	6.878
Positivo Informática da Bahia Ltda.	17.788	21.405	(3.617)	–	(935)
Crounal S.A.	48.072	48.517	(445)	66.155	(398)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	434	6.058	(5.624)	–	(764)

(a) Positivo Informática da Amazônia Ltda.

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R$ 8.100.

(b) Positivo Informática da Bahia Ltda.

Em 08 de abril de 2008 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R$ 10.

(c) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo - Uruguai. O capital social desta controlada é de R$ 1.

(d) Portal Mundo Positivo Ltda.

Em 09 abril de 2012 a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda., cujo capital social é de R$ 1.

11. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO EM CONJUNTO ("*JOINT VENTURE*")

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima* ("BGH"), a qual terá por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinqüenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fueguina S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R$ 21 sem pagamento de ágio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou um ganho decorrente de prêmio na integralização de capital, realizada pelo outro acionista - BGH Argentina, no empreendimento controlado em conjunto, Informática Fueguina S.A., registrado na conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo do investimento no início do exercício	27.150	21
Integralização de capital e prêmio na integralização	–	16.572
Resultado da equivalência patrimonial	14.526	9.753
Ajuste acumulado de conversão	(1.712)	804
Saldo do investimento no final do exercício	39.964	27.150

A participação da Companhia no empreendimento controlado em conjunto nos ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
31 de dezembro de 2012					
Informática Fueguina S.A.	94.437	54.473	39.964	100.915	14.526
31 de dezembro de 2011					
Informática Fueguina S.A.	68.176	41.026	27.150	51.169	9.753

12. IMOBILIZADO

	Controladora (BR GAAP)							
Custo	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edifi-cações	Outros imobilizados	Total
Custo do imobilizado em 31/12/2010	37.766	10.328	11.780	5.345	3.413	2.000	2.568	73.200
Adições	4.769	4.253	6.870	455	618	–	–	16.965
Transferências	681	839	5.051	7	287	–	(2.205)	4.660
Baixa	–	–	(1.574)	–	–	–	–	(1.574)
Custo do imobilizado em 31/12/2011	43.216	15.420	22.127	5.807	4.318	2.000	363	93.251
Adições	9.540	1.939	8.551	443	1.839	–	407	22.719
Custo do imobilizado em 31/12/2012	52.756	17.359	30.678	6.250	6.157	2.000	770	115.970
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável								
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.722)	(1.716)	(5.364)	(1.689)	(886)	(227)	–	(16.604)
Despesas de depreciação	(3.987)	(1.198)	(4.666)	(554)	(362)	(80)	**(3)**	(10.850)
Depreciação acumulada em 31/12/2011	(10.709)	(2.914)	(10.030)	(2.243)	(1.248)	(307)	(3)	(27.454)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2011	32.507	12.506	12.097	3.564	3.070	1.693	360	65.797
Despesas de depreciação	(5.072)	(1.749)	(6.138)	(854)	(683)	(80)	(4)	(14.580)
Depreciação acumulada em 31/12/2012	(15.781)	(4.663)	(16.168)	(3.097)	(1.931)	(387)	(7)	(42.034)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2012	36.975	12.696	14.510	3.153	4.226	1.613	763	73.936

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
Custo	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edifi-cações	Outros imobilizados	Total
Custo do imobilizado em 31/12/2010	38.441	10.880	12.184	5.438	3.638	2.000	3.043	75.624
Adições	8.282	4.275	6.976	1.024	619	–	2.238	23.414
Transferência	681	839	5.051	7	287	–	(2.205)	4.660
Baixas	–	–	(1.574)	–	–	–	–	(1.574)
Custo do imobilizado em 31/12/2011	47.404	15.994	22.637	6.469	4.544	2.000	3.076	102.124
Adições	13.667	1.972	8.645	687	2.175	2.381	(1.251)	28.276
Variação cambial	(351)	–	(3)	(23)	(20)	(164)	15	(546)
Custo do imobilizado em 31/12/2012	60.720	17.966	31.279	7.133	6.699	4.217	1.840	129.854
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável								
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.864)	(1.734)	(5.509)	(1.709)	(933)	(227)	–	(16.976)
Despesas de depreciação	(4.168)	(1.254)	(4.757)	(612)	(385)	(80)	(470)	(11.726)
Depreciação acumulada em 31/12/2011	(11.032)	(2.988)	(10.266)	(2.321)	(1.318)	(307)	(470)	(28.702)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2011	36.372	13.006	12.371	4.148	3.226	1.693	2.606	73.422
Despesas de depreciação	(5.718)	(1.817)	(6.265)	(1.047)	(729)	(138)	(3)	(15.717)
Variação cambial	22	–	2	5	1	2	–	32
Depreciação acumulada em 31/12/2012	(16.728)	(4.805)	(16.529)	(3.363)	(2.046)	(443)	(473)	(44.387)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2012	43.992	13.161	14.750	3.770	4.653	3.774	1.367	85.467

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dado em garantia de empréstimos e financiamentos.

13. INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)				
Custo	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Total
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.418	98.211
Adições	27.236	2.270	3.125	4.842	37.473
Transferência	(1.574)	1.574	–	–	–
Custo do intangível em 31/12/2011	76.945	41.453	6.026	11.260	135.684
Adições	28.795	3.446	–	1.142	33.383
Custo do intangível em 31/12/2012	105.740	44.899	6.026	12.402	169.067
Amortização					
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.879)	(42.269)
Despesas de amortização	(11.532)	(7.806)	(1.049)	(2.431)	(22.818)
Amortização acumulada em 31/12/2011	(38.298)	(17.645)	(3.834)	(5.310)	(65.087)
Valor líquido do intangível em 31/12/2011	38.647	23.808	2.192	5.950	70.597
Despesas de amortização	(10.530)	(8.837)	(1.042)	(3.156)	(23.565)
Amortização acumulada em 31/12/2012	(48.828)	(26.482)	(4.876)	(8.466)	(88.652)
Valor líquido do intangível em 31/12/2012	56.912	18.417	1.150	3.936	80.415

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Custo	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Outros	Ágio em controlada	Total
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.460	2.151	14.173	114.577
Adições	27.235	2.270	3.125	4.842	3.721	–	41.193
Transferências	(144)	1.574	–	–	(1.430)	–	–
Custo do intangível em 31/12/2011	78.374	41.453	6.026	11.302	4.442	14.173	155.770
Adições	28.316	3.088	–	1.142	4.604	–	37.150
Custo do intangível em 31/12/2012	106.690	44.541	6.026	12.444	9.046	14.173	192.920
Amortização							
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.900)	(978)	–	(43.268)
Despesas de amortização	(11.532)	(7.806)	(1.049)	(2.445)	(420)	–	(23.252)
Amortização acumulada em 31/12/2011	(38.298)	(17.645)	(3.834)	(5.345)	(1.398)	–	(66.520)
Valor líquido do intangível em 31/12/2011	40.076	23.808	2.192	5.957	3.044	14.173	89.250
Despesas de amortização	(10.888)	(8.479)	(1.042)	(3.163)	(429)	–	(24.001)
Amortização acumulada em 31/12/2012	(49.186)	(26.124)	(4.876)	(8.508)	(1.827)	–	(90.521)
Valor líquido do intangível em 31/12/2012	57.504	18.417	1.150	3.936	7.219	14.173	102.399

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as revendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2014. A obrigação de investimentos relativa ao exercício de 2012 é de R$ 49.088. De janeiro a dezembro de 2012 foram investidos R$ 50.592 e a totalidade da obrigação, se necessário, pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2013. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. O investimento refere-se principalmente ao Projeto Portal Educacional, sendo que a amortização do mesmo foi fixada substancialmente em 3 anos com base no histórico de vida útil.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

(b) Ágio

Em dezembro de 2009 a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 8,48% ao ano.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores - mercado externo	254.225	131.769	335.098	161.132
Fornecedores - mercado interno	41.847	66.472	44.694	79.734
Direitos autoriais e licenças de uso a pagar	36.225	38.842	38.896	42.271
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.849)	(1.420)	(2.111)	(1.420)
	330.448	235.663	416.577	281.717

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias.

O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS

		Taxa contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Ao custo amortizado									
Passivo Circulante									
Capital de Giro		De 0,98% a 1,43% + VC	100,29%	De 04/01/13 a 29/01/13	Nota promissória	130.545	–	134.817	–
Capital de Giro		De 0,98% a 1,35% + VC	100,85%	De 01/02/13 a 26/02/13	Nota promissória	209.979	–	213.874	–
Capital de Giro		De 2,05% a 21,75%	N/A	De 21/01/13 a 14/05/13	Nota promissória	–	–	11.300	–
Capital de Giro		De 1,98% a 2,57% + VC	95,29%	De 09/01/12 a 29/02/12	Nota promissória	–	109.116	–	109.116
Capital de Giro		De 2,78% a 3,00% + VC	99,47%	De 05/03/12 a 26/03/12	Nota promissória	–	95.725	–	102.775
Capital de Giro		De 1,99% a 4,05%	N/A	De 06/01/12 a 16/04/12	Nota promissória	–	–	–	44.802
Arrendamento mercantil financeiro	(a)	CDI+3,80%	N/A	36 meses	–	2.537	–	2.537	–
BNDES	(b)	5,28%	N/A	15/02/2016	Carta fiança	36.983	31.600	36.983	31.600
						380.044	236.441	399.511	288.293
Passivo não circulante									
BNDES	(b)	5,43%	N/A	15/02/2016	Carta fiança	79.627	116.377	79.627	116.377
						79.627	116.377	79.627	116.377
Total de empréstimos e financiamentos						459.671	352.818	479.138	404.670

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui linhas de financiamentos na forma de conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação no valor de R$ 8.000 (R$ 4.000 em 31 de dezembro de 2011). Nos exercícios de 2012 e 2011 a Companhia não utilizou estas linhas de créditos.

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos se aproximam com seus valores de mercado, exceto a linha captada junto ao BNDES, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 116.610 e seu valor justo é de R$ 113.363.

(a) Arrendamento mercantil financeiro

Proveniente de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no ativo imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

(b) BNDES

No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R$ 147.000, os quais serão direcionados para atividades inovadoras.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Ano	Controladora (BR GAAP) Consolidado (IFRS e BR GAAP) R$ (mil)
2014	36.756
2015	36.756
2016	6.115
Total	79.627

16. PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

		Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	55.090	64.265	66.577	73.627
Provisão para comissões	(c)	16.088	16.197	17.655	17.029
Provisão para VPC	(b)	2.902	8.877	14.527	13.428
Provisão para fretes		3.575	8.211	4.324	8.556
Provisão para rebate	(d)	5.608	2.236	5.608	3.404
Outras provisões		10.512	7.620	14.380	8.585
		93.775	107.406	123.071	124.629
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	12.677	19.747	13.827	20.897
		106.452	127.153	136.898	145.526

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas-base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
INSS	3.571	3.128	3.606	3.128
IRRF	2.912	3.677	2.946	3.677
COFINS	2.353	1.753	2.780	2.861
IPI	1.361	3.366	1.365	3.365
Outros impostos e contribuições	3.594	2.584	5.616	4.064
	13.791	14.508	16.313	17.095

18. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na nota nº 7. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R$ 28.533 no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida (R$ 29.706 em 31 de dezembro de 2011). Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 13.a.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentando a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	26.478	28.564	28.446	30.959
Estoques obsoletos	33.371	42.077	34.180	42.263
Provisão para VPC	912	5.401	4.869	6.924
Provisão para comissões	5.470	5.507	5.947	5.720
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	8.181	5.807	8.181	5.807
Provisões obrigações trabalhistas	4.115	3.796	4.184	3.811
Rebate	1.907	2.460	1.907	2.610
Ajuste a valor presente	2.478	65	2.604	275
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.695	2.810	4.702	2.835
Outras diferenças temporárias	20.935	1.799	21.763	1.866
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	179.257	125.899	181.619	125.899
Diferido não contabilizado	(211.687)	(148.073)	(216.083)	(147.581)
	76.112	76.112	82.319	81.388
Passivo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(10.604)	(8.544)	(11.543)	(8.921)
Outras diferenças temporárias	393	(1.667)	397	(2.217)
	(10.211)	(10.211)	(11.146)	(11.138)
	65.901	65.901	71.173	70.250

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais que demonstra lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores, além da decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Controladora (BR GAAP) 2016	2017	2018	2019	Total
Imposto de renda	11.659	15.956	18.324	10.026	55.965
Contribuição social	4.197	5.744	6.597	3.609	20.147
Total	15.856	21.700	24.921	13.635	76.112

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	30.190	(67.907)	29.895	(71.769)
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(10.265)	23.088	(10.164)	24.401
Exclusão subvenção para investimento	69.792	73.258	92.128	78.497
Exclusão equivalência patrimonial	2.314	1.841	–	–
Outras exclusões / (adições) permanentes	384	(492)	4.662	(497)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(62.225)	(97.695)	(86.331)	(98.539)
Receita (Despesa) contabilizada	–	–	295	3.862

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora (BR GAAP) Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Consolidado (IFRS e BR GAAP) Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.731	6.837	645	15.213	8.030	6.837	645	15.512
Provisões reconhecidas	9.273	1.084	730	11.087	9.273	1.084	730	11.087
Reduções por pagamentos	(8.511)	(567)	(142)	(9.220)	(8.511)	(567)	(142)	(9.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.493	7.354	1.233	17.080	8.792	7.354	1.233	17.379
	Controladora (BR GAAP) Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Consolidado (IFRS e BR GAAP) Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.493	7.354	1.233	17.080	8.792	7.354	1.233	17.379
Provisões reconhecidas	4.261	1.239	9.317	14.817	4.261	1.239	9.317	14.817
Reduções por pagamentos	(5.974)	(1.213)	(647)	(7.834)	(5.974)	(1.213)	(647)	(7.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.780	7.380	9.903	24.063	7.079	7.380	9.903	24.362

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora (BR GAAP) Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
Tributárias		
ICMS (a)	42.735	35.671
Outros (b)	153.249	168.250
Trabalhista		
Empregados (c)	420	1.311
Cíveis		
Órgão Público (d)	28.206	12.457
Consumidor (e)	3.654	4.614
	228.264	222.303

Tributárias

(a) ICMS:

A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. A Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

(b) Tributárias - Outros:

(i) CIDE - Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.

(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(c) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas.

(d) Cíveis

(i) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia. de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo que julgou irregular a inexigibilidade de licitação para realização do 2° contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista/SP, com o escopo de adquirir mesas educacionais e demais softwares produzidos pela Companhia.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à licitação para aquisição de servidores e microcomputadores entre Positivo Informática e PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo pela Ata de Registro de Preços nº 001/2009 .

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à adesão do Município de São Bernardo do Campo ao PROUCA para a aquisição de laptops educacionais da Positivo Informática para o atendimento das redes públicas de ensino nos Estados, DF e municípios.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de computadores pela Fundação Casa - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - mediante adesão à ata da PRODAM.

(ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social é de R$ 389.000. O total de ações da Companhia é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	Quantidade de ações (unidades)	
Acionistas	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	37.892	37.892
Ações em tesouraria	1.695.508	1.695.508
Ações em circulação	23.973.506	23.973.506
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)
Controladores diretos	
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619
Ruben T.C. Formighieri	12.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539
Oriovisto Guimarães	1
	62.093.094

(b) Reserva de capital

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de lucros.

(c) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expiraram em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expiraram em 31 de dezembro de 2012.

No exercício de 2011, alguns executivos saíram da Companhia e o montante de 9.330 opções, que expirariam no exercício subsequente, expirou no momento da saída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não há opções em aberto destinados a diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

(d) Reserva de lucros

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na nota explicativa n° 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais constituída apenas pode ser utilizada para aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(e) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

(f) Apropriação do lucro/prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(g) Ações em tesouraria

A reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2008 aprovou o plano de recompra de 600.000 ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.695.508 ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R$ 20,90. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R$ 5,04 em 31 de dezembro de 2012, o efeito no patrimônio seria de uma perda de R$ 26.891 (perda de R$ 25.636 em 31 de dezembro de 2011).

22. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Receita da venda de produtos	2.032.850	2.058.864	2.363.732	2.278.870
Receita de serviços prestados	64.433	54.275	64.433	54.275
	2.097.283	2.113.139	2.428.165	2.333.145

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Receita Bruta	2.097.283	2.113.139	2.428.165	2.333.145
Menos:				
Impostos sobre vendas	(363.142)	(405.877)	(402.810)	(432.127)
Subvenção para investimento	200.836	215.465	226.779	230.874
Devoluções e abatimentos	(53.896)	(48.923)	(56.660)	(50.601)
Receita líquida	1.881.081	1.873.804	2.195.474	2.081.291

23. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.321.856	1.348.745	1.547.852	1.495.973
Despesa com pessoal	155.236	176.552	175.556	186.977
Despesas gerais	73.516	125.768	90.801	134.875
Despesa com serviços com terceiros	44.418	50.643	46.551	52.309
Despesa com verba de propaganda cooperada	36.287	42.285	44.952	47.966
Despesa com comissões	37.113	46.170	40.580	47.691
Depreciação e amortização	34.573	29.263	36.518	30.119
Outras despesas operacionais líquidas	142.468	136.369	151.444	155.616
	1.845.467	1.955.795	2.134.254	2.151.526
Custo dos produtos vendidos	1.404.475	1.456.459	1.655.703	1.628.298
Despesas com vendas	345.937	417.323	376.270	435.470
Despesas gerais e administrativas	95.055	82.013	102.281	87.758
	1.845.467	1.955.795	2.134.254	2.151.526

A Companhia com auxílio de assessoria externa especializada completou, no exercício de 2011 uma profunda reestruturação de sua estrutura de pós-venda, visando maior eficiência na administração de seus estoques, principalmente aqueles destinados a suprir seu parque de máquinas em garantia e melhorar a qualidade de atendimento a seus clientes. Como principais medidas dessa reestruturação, a Companhia decidiu descredenciar um número significativo de prestadores de serviços e definiu uma nova forma de comercializar máquinas recebidas em devolução ou troca. Como consequência dessas medidas, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia aprimorou seus critérios de mensuração da provisão para perdas com estoques, buscando refletir na estimativa desta provisão o novo modelo de gestão adotado para os estoques. A aplicação dessa nova metodologia resultou um ajuste de aproximadamente R$ 51,9 milhões no saldo da provisão para perdas com estoques e baixa de estoques em aproximadamente R$ 42,8 milhões.

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Custo dos produtos vendidos	9.955	9.481	11.819	10.325
Despesas com vendas	8.851	4.778	8.851	4.778
Despesas gerais e administrativas	15.767	15.004	15.848	15.016
	34.573	29.263	36.518	30.119

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012		**31/12/2011**	
	Varejo	**Governo**	**Varejo**	**Governo**
Receita líquida de vendas	1.592.270	364.880	1.434.954	466.255
Custo dos serviços prestados	(1.220.576)	(283.336)	(1.085.950)	(404.767)
Lucro bruto	371.694	81.544	349.004	61.488
Despesas operacionais	(331.004)	(64.891)	(381.041)	(83.214)
Resultado antes do resultado financeiro	40.690	16.653	(32.037)	(21.726)
Resultado financeiro líquido	(24.023)	(9.776)	(12.508)	(3.887)
Lucro/(prejuízo) antes dos efeitos tributários	16.667	6.877	(44.545)	(25.613)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	164	22	2.126	502
Lucro/(prejuízo) líquido do período	16.831	6.899	(42.419)	(25.111)

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**
Receita líquida de vendas da Companhia		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.957.150	1.901.209
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	238.324	180.082
	2.195.474	2.081.291

A conciliação entre o total do resultado líquido do exercício dos segmentos divulgáveis com o resultado líquido da Companhia é conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício da Companhia		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício dos segmentos reportáveis	23.730	(67.530)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício dos segmentos não reportáveis	6.460	(377)
	30.190	(67.907)

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia (descritas na Nota 2). O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**
Produtos		
Notebooks	1.249.802	987.129
Desktops	669.838	956.460
Outros	275.834	137.702
	2.195.474	2.081.291

(b) Ativos por segmento

Os ativos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas reconheceram R$ 147.330 de vendas para o mercado externo (R$ 121.403 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Dois clientes da Companhia foram responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Receitas financeiras				
AVP clientes	27.503	25.166	29.611	26.938
Rendimento aplicação financeira	6.144	16.271	6.144	16.271
Outras receitas financeiras	817	9.164	4.586	9.715
	34.464	50.601	40.341	52.924
Despesas financeiras				
AVP fornecedores	(24.692)	(20.911)	(27.287)	(33.546)
Juros sobre empréstimos	(16.829)	(33.296)	(17.761)	(20.911)
Imposto sobre operações financeiras	(966)	(583)	(972)	(585)
Juros com impostos	(883)	(404)	(884)	(404)
Juros com fornecedores	(317)	(241)	(317)	(268)
Despesa antecipação de recebíveis	–	(2.181)	–	(2.181)
Outras despesas financeiras	(5.877)	(2.343)	(10.958)	(3.096)
	(49.564)	(59.959)	(58.179)	(60.991)
Total das receitas e despesas financeiras	(15.100)	(9.358)	(17.838)	(8.067)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	4.652	11.245	4.652	11.245
Perda na cobertura cambial	(8.193)	(5.520)	(8.193)	(5.520)
Ganho na variação cambial	28.122	30.924	31.186	35.017
Perda na variação cambial	(37.275)	(45.917)	(42.189)	(51.621)
	(12.694)	(9.268)	(14.544)	(10.879)
Resultado financeiro líquido	(27.794)	(18.626)	(32.382)	(18.946)

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2012 a 01/04/2013
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2012 a 01/04/2013
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	15.000	30/10/2012 a 30/10/2013
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2012 a 01/10/2013

27. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Básico		
Numerador básico		
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	30.190	(67.907)
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.104
Lucro/(prejuízo) por ação - Básico	0,3506	(0,7887)
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	30.190	(67.907)
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias	86.104	86.104
Lucro/(prejuízo) por ação - Diluído	0,3506	(0,7887)

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

28.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação para alavancar seus resultados financeiros. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados.

• A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

• O montante e tipo de modalidade (Opções de compra de dólar ou NDF) a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

• Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua no mercado doméstico, mas realiza importações relevantes do mercado externo, estando exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia e suas controladas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados (principalmente trimestrais), a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (*notional*) acordados entre as partes.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Nota 15 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Passivos financeiros

	Controladora (BR GAAP)					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2012						
Fornecedores	107,04	99.826	134.316	98.155	–	332.297
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	96,82	136.699	225.474	27.759	84.300	474.232
Partes relacionadas		–	998	–	18.078	19.076
		236.525	360.788	125.914	102.378	825.605
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	100,86	205.933	16.274	14.876	–	237.083
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	82,25	8.564	204.644	32.894	126.540	372.642
Partes relacionadas		–	1.196	–	3.471	4.667
		214.497	222.114	47.770	130.011	614.392

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2012						
Fornecedores	107,04	144.370	167.280	107.038	–	418.688
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	94,49	–	238.579	27.759	84.300	350.638
Partes relacionadas		–	3.698	–	–	3.698
		144.370	409.557	134.797	84.300	773.024
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	100,86	221.613	46.648	14.876	–	283.137
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	82,25	20.475	236.245	41.433	126.540	424.693
Partes relacionadas		–	1.196	–	–	1.196
		242.088	284.089	56.309	126.540	709.026

Ativos financeiros

	Controladora (BR GAAP)					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2012						
Caixa e bancos		26.815	–	–	–	26.815
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	98,98	79.897	–	–	–	79.897
Contas a receber de clientes	107,04	252.099	240.882	2.883	–	495.864
Partes relacionadas		–	–	23.174	–	23.174
		358.811	240.882	26.057	–	625.750
31 de dezembro de 2011						
Caixa e bancos		8.453	–	–	–	8.453
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,45	137.594	–	–	–	137.594
Contas a receber de clientes	100,86	249.541	213.707	17.949	–	481.197
Partes relacionadas		–	–	3.553	16.942	20.495
		395.588	213.707	21.502	16.942	647.739

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
	% do CDI	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2012					
Caixa e bancos		32.359	–	–	32.359
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	98,98	83.661	–	–	83.661
Contas a receber de clientes	107,04	314.394	274.823	3.089	592.306
Partes relacionadas		–	–	7.216	7.216
		430.414	274.823	10.305	715.542
31 de dezembro de 2011					
Caixa e bancos		15.487	–	–	15.487
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,45	141.220	–	–	141.220
Contas a receber de clientes	100,86	275.303	52.979	4.884	333.166
Partes relacionadas		–	–	16.607	16.607
		432.010	52.979	21.491	506.480

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)

Operação	Taxas	Valor USD	Provável R$	Possível (Baixa) R$	Remoto (Baixa) R$	Possível (Alta) R$	Remoto (Alta) R$
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Cenário			(Bacen)	-25%	-50%	25%	50%
Taxa Dólar (cenário)			2,0600	1,5326	1,0218	2,5544	3,0653
Efeito Caixa							
Compras:	(Fechamento)						
Compras internalizadas	2,0435	183.016	(3.020)	93.499	186.997	(93.499)	(186.997)
Compras em trânsito	2,0435	19.150	(316)	9.783	19.567	(9.783)	(19.567)
Projetos de governo (estimado)	2,0435	202.872	(3.347)	103.642	207.284	(103.642)	(207.284)
Compras totais estimadas (exterior)	2,0435	405.038	(6.683)	206.924	413.848	(206.924)	(413.848)
Cobertura cambial:	(Contratada)						
Non Deliverable Forward - NDF	–	28.800	59.328	44.140	29.426	73.566	88.279
Cobertura total		28.800	59.328	44.140	29.426	73.566	88.279
Exposição líquida estimada (c/compras em trânsito)		376.238					
Resultado líquido estimado (c/compras em trânsito)			52.645	251.064	443.274	(133.358)	(325.569)
Exposição líquida estimada (s/compras em trânsito)		357.088					
Resultado líquido estimado (s/compras em trânsito)			52.961	241.281	423.707	(123.575)	(306.002)
Efeito apropriado ao resultado até 31 de dezembro de 2012 (NDF + Opções)			(3.541)	(3.541)	(3.541)	(3.541)	(3.541)
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 31 de dezembro de 2012 (c/compras em trânsito e projetos de governo)			56.186	254.605	446.815	(129.817)	(322.028)
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 31 de dezembro de 2012 (s/compras em trânsito e projetos de governo)			56.502	244.822	427.248	(120.034)	(302.461)

(a) O cenário provável reflete a expectativa de cotações do BACEN - Banco central do Brasil, em 31 de dezembro de 2012.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.

(d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.

(e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

As compras totais são compostas de compras já internalizadas e de compras em trânsito. A Administração entende que as compras em trânsito no momento da internalização podem produzir resultado diferente do apresentado.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2012. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em 31 de dezembro estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção de taxas de juros em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)

Operação	Taxas	Valor Nocional	Provável (a)	Possível (Baixa) (b)	Remoto (Baixa) (c)	Possível (Alta) (d)	Remoto (Alta) (e)
Cenário			(Cetip)	-25%	-50%	25%	50%
Swap		166.594	(7.465)	(5.599)	(3.733)	(9.331)	(11.198)
		166.594	(7.465)	(5.599)	(3.733)	(9.331)	(11.198)

(a) O cenário provável reflete as taxas do CDI em 31 de dezembro de 2012.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2012.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2012.

(d) O cenário possível de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2012.

(e) O cenário remoto de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática das operações de "*swaps*" para o dia 31 de dezembro de 2012. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dívida Líquida				
Dívida (a)	467.136	335.931	486.603	387.783
Caixa e saldos de bancos	106.712	146.047	116.020	156.707
	360.424	189.884	370.583	231.076
Patrimônio Líquido (b)	640.032	619.172	640.032	619.172
Índice endividamento líquido	0,56	0,31	0,58	0,37

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo recebível das operações de *swap* vinculadas aos empréstimos.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)* no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2012				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	533.759	–	632.113
Partes relacionadas	–	23.174	–	7.216
Caixa e equivalentes de caixa	–	106.712	–	116.020
	–	663.645	–	755.349
31 de dezembro de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Instrumentos financeiros derivativos	16.887	–	16.887	–
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	–	520.988	–	605.098
Partes relacionadas	–	20.495	–	16.607
Caixa e equivalentes de caixa	–	146.047	–	156.707
	16.887	687.530	16.887	778.412

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2012				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Instrumentos financeiros derivativos	7.465	–	7.465	–
Empréstimos	–	459.671	–	399.511
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	339.646	–	430.090
Partes relacionadas	–	19.076	–	3.698
	7.465	818.393	7.465	833.299
31 de dezembro de 2011				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	–	352.818	–	404.670
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	239.179	–	287.488
Partes relacionadas	–	4.667	–	1.196
	–	596.664	–	693.354

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Nocional (USD)		31/12/2012		31/12/2011	
	31/12/2012	31/12/2011	Passivo circulante	Ganho (perda)	Ativo circulante	Ganho (perda)
Termo de moeda (NDF)	28.800	–	592	(3.442)	–	5.075
Swap de taxas de juros	166.594	189.601	7.465	–	–	–
Opções de dólar	–	–	–	(99)	16.887	650
	195.394	189.601	8.057	(3.541)	16.887	5.725

Adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos:

A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

O montante e tipo de modalidade (opção de compra ou NDF) a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares e estão apresentadas conforme orientações contidas na deliberação CVM 550/08.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2012, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	31/12/2012	Resultado Líquido a Receber/(Pagar) (R$) Mil
20/dez/12	De 11/01 a 19/02	SANTANDER	5.120	2,0708	2,0435	(140)
20/dez/12	De 04/01 a 26/02	VOTORANTIM	7.180	2,0681	2,0435	(177)
26/dez/12	De 08/01 a 26/02	SANTANDER	6.680	2,0643	2,0435	(139)
26/dez/12	De 04/01 a 22/02	VOTORANTIM	9.820	2,0574	2,0435	(136)
			28.800			(592)

(b) *Swap* de taxas de juros - *CDI x US$*

Os "*swaps*" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "*swaps*" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa média contratada do CDI foi de 100,66% (Em 31/12/2011, 97,36%).

A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Todos os contratos de "*swaps*" que trocarem variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de "*swaps*" e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía operações de NDF's (*Non Deliverable Forward*) em aberto.

(c) Contratos de opção de dólar *(Call-compra):*

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía nenhum contrato de Opções de compra de dólar em aberto.

31. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(a) Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes conforme a descrição dos planos abaixo:

Plano I

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2012	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr. Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	–	11/12/2006	2009	–	06/09/2007	3,2650	500	121	379	–	–	–
2	–	Média Dez.2008	2010	–	06/09/2007	10,0614	1.455	32	100	1.323	–	–
3	–	Média Dez.2009	2011	–	06/09/2007	13,8141	1.888	31	98	1.267	489	–

Plano II

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2012	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr. Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	–	Média Dez.2008	2010	–	28/08/2008	1,3257	36	–	12	25	–	–
2	–	Média Dez.2009	2011	–	28/08/2008	2,5195	61	–	9	31	21	–
3	–	Média Dez.2010	2012	10,65	28/08/2008	3,5323	73	–	8	31	21	12
					Despesa Total Apropriada			184	606	2.677	531	12

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2006 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes selecionados, bem como para outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R$ 23,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 11 de dezembro de 2006 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote foi definido em R$ 7,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste segundo lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 105.982 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R$ 20,90.

O plano II, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, totalizava originalmente 89.000 opções e era dividido em três lotes iguais. Em 31 de dezembro de 2012, não havia opções em aberto.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R$ 7,50, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 23.010 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote foi definido em R$ 21,10, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste segundo lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R$ 20,90.

O preço de exercício do terceiro lote foi definido em R$ 9,71, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste terceiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R$ 20,90.

Pelo fato da Companhia ter adquirido ações para fazer frente às opções eventualmente exercidas, não haverá diluição de participação dos acionistas quando do exercício das opções.

As premissas utilizadas para precificação das opções se deram pelo modelo de *Black-Scholes*.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oriovisto Guimarães
Presidente

Hélio Bruck Rotenberg | **Ruben Tadeu Coninck Formighieri** | **Samuel Ferrari Lago**

Álvaro Augusto do Amaral | **Fernando Soares Mitri**

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Marielva Andrade Dias
Vice-Presidente de Operações

Ricardo Fernandes Pereira
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Maurício Roorda
Vice-Presidente de Produto e Procurement

Elaine Camargo Roginski Guetter
Vice-Presidente de Tecnologia Educacional

Antonio Carlos Ferreira da Silva Junior
Contador - CRC 052836/O-0-PR

continua

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria & Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Positivo Informática S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras[1] individuais da **Positivo Informática S.A.** (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Positivo Informática S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Informática S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Informática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Positivo Informática S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de março de 2012, sem ressalvas.

Curitiba, 13 de março de 2013

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"PR

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7 "S"PR

R$ 22.968,00 - 22479/2013



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

BM
BANCO MAXINVEST S/A

BANCO MAXINVEST S. A.

Rodovia BR-116 Km 399 nº6.490
Trevo do Tarumã - Curitiba - Paraná
CNPJ: 80.271.455/0001-80

RESUMO DO RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO CONSOLIDADO DE RISCOS

O relatório de gerenciamento consolidado de riscos com seu texto integral encontra-se à disposição dos interessados na sede da instituição. Este resumo pretende evidenciar de forma sintetizada os principais pontos de controle e ações de mitigação dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelo banco.

A gestão de riscos é considerada pela instituição como instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios. Para tanto, a instituição desenvolveu processos de gerenciamento de riscos onde são identificados os riscos existentes e potenciais de uma transação, assim como estabelecidos os limites de riscos consistentes com todas as estratégias de negócios.

Também são avaliadas e aprovadas políticas, procedimentos e metodologias consistentes com os limites de riscos previamente estabelecidos.

O portfólio de riscos do banco é administrado individualmente, buscando as melhores relações risco-retorno, enfim, possibilitando que o capital econômico seja alocado de modo coerente com os riscos incorridos.

Estes processos têm um caráter que permeia a totalidade das operações da instituição sendo que a alta administração, por meio dos diretores, define os objetivos globais que são repassados sob a forma de metas e limites para área de compliance gestor de riscos. Este por sua vez, subsidia a alta administração, prestando contas dos resultados do monitoramento dos riscos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da instituição está de acordo com as recomendações sugeridas pelo Comitê da Basiléia.

As atividades de gestão dos riscos, de acordo com as políticas estabelecidas pela alta administração, estão centralizadas nos Diretores de Controle de Riscos de Crédito, Operacional, Controle de Riscos de Mercado e de Liquidez.

Estratégia de Gestão de Risco de Mercado

A instituição determina o uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas e qualitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, baseando-se nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Identificação dos Riscos

As operações de tesouraria do Banco são classificadas conforme a intenção de negócios como: Carteira de Negociação ou Carteira de Não-negociação.

As exposições a risco de mercados dos produtos são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarrete impactos no resultado. Para acompanhamento e controle de tais impactos utilizam-se medidas de riscos, através do cálculo do valor em risco estatístico (VaR - Value at Risk) e o cálculo de perdas em cenários de stress (VaR Stress), medidas de sensibilidade, controle de perdas e avaliação do capital econômico alocado.

Estratégia de Gestão de Risco de Crédito

A gestão de crédito é composta pelas etapas de: decisão, formalização, monitoramento e cobrança, adaptados ao perfil dos clientes e segmentos. Esse processo é operacionalizado e controlado por sistemas que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

Controle do Risco de Crédito

A governança do gerenciamento de risco de crédito é conduzida por meio do Diretor de Crédito, que atua primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo o apetite para risco do banco e revendo práticas de controle e políticas. O controle de risco de crédito é conduzido por meio de limites estabelecidos e de alçadas de decisão.

Estratégia de Gestão de Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar. O banco possui uma posição financeira confortável e monitora essa posição, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente pela Diretoria Executiva e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente.

Estes cenários podem ser revistos pontualmente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Estratégia de Gestão de Risco de Operacional

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios normatizados pelo Conselho Monetário Nacional, o banco definiu política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pela Alta Administração. Tal política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos colaboradores que participam dessa estrutura.

Além do capital regulatório, a instituição utiliza modelos gerenciais integrados à gestão e também modelos estatísticos baseados em distribuições de perdas para avaliação econômica por linha de negócios, permitindo a alocação de capital para perdas não esperadas.

Estratégia de Gestão de Risco de Capital

O método de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e compreende todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos complacentes às operações do Banco.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está centralizada no Gestor de Riscos a qual é estruturalmente subordinado diretamente a Diretoria da Instituição e ao Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital do Banco Maxinvest S.A.

Com a finalidade de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural aprecia, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que diminuam os riscos e ajustem as deficiências.

Curitiba, 07 de janeiro de 2013.

Luiz Albari Veiga Aschembrener – Diretor
Antonio Carlos Alves Vieira – Diretor

RELATÓRIO DA DIRETORIA 2º SEMESTRE DE 2012

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as. o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012, elaborados de acordo com a legislação societária.

Resultados Econômicos

O segundo semestre de 2012 apresentou Resultado Bruto da Intermediação Financeira na ordem de R$ 1,99 mil, enquanto que o Resultado Operacional foi de R$ 0,64 mil. As destinações ao Imposto de Renda e Contribuição Social somaram R$ 0,16 mil, gerando o Lucro Líquido no semestre de R$ 0,55 mil, que representa um ganho de R$ 0,22 por lote de mil ações.

Curitiba, 25 de Janeiro de 2013.

Amauri Cesar de Lima – Diretor
Luiz Albari Veiga Aschembrener – Diretor

Diogo José Velarte
Contador - CRC/PR- 064989/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ mil

	31/dez./12	31/dez./11
CIRCULANTE	19.788	25.728
DISPONIBILIDADES	79	53
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.676	14.916
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.676	14.916
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7.125	7.555
Carteira Própria	7.125	7.555
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.629	2.464
Setor Privado	1.647	2.491
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	(18)	(27)
OUTROS CRÉDITOS	277	738
Rendas a Receber	16	0
Diversos	261	738
OUTROS VALORES E BENS	2	2
Despesas Antecipadas	2	2
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.380	3.537
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.048	1.172
Setor Privado	1.048	1.172
OUTROS CRÉDITOS	2.332	2.365
Diversos	2.332	2.365
PERMANENTE	7.639	7.279
INVESTIMENTOS	7.635	7.274
Participação em Coligada no País	7.582	7.222
Outros Investimentos	53	52
IMOBILIZADO DE USO	4	4
Outras Imobilizações de Uso	259	263
(-) Depreciação Acumulada	(255)	(259)
DIFERIDO	0	1
Gastos de Organização e Expansão	107	107
(-) Amortização Acumulada	(107)	(106)
TOTAL DO ATIVO	30.807	36.544

	31/dez./12	31/dez./11
CIRCULANTE	4.324	2.874
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.324	2.874
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0	3
Sociais e Estatutárias	499	796
Fiscais e Previdenciárias	3.739	2.001
Diversas	86	74
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.323	2.916
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.323	2.916
Fiscais e Previdenciárias	2.229	2.883
Diversas	94	33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.160	30.754
Capital		
De Domiciliados no País	18.000	18.000
Reservas de Lucros	1.893	5.212
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.267	7.542
TOTAL DO PASSIVO	30.807	36.544

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ mil

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS – LEGAL	RESERVAS DE LUCROS – ESTATUTÁRIA	RESERVAS DE LUCROS – INCENTIVOS FISCAIS	RESERVAS DE LUCROS – ESPECIAL DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS – 2ºSEMESTRE 2012	TOTAIS – EXERCÍCIO 2012	TOTAIS – EXERCÍCIO 2011
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE	18.000	1.070	4.117	52	19	6.996	0	30.254	30.754	36.031
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
2 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0	0	0	0	0	(2.729)	0	(2.729)	(3.275)	982
3 - AUMENTO DE CAPITAL	3.401	0	(3.401)	0	0	0	0	0	0	0
4 - OUTROS EVENTOS REDUÇÃO DE CAPITAL	(3.401)	0	0	0	0	0	0	(3.401)	(3.401)	0
5 - LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	0	0	0	0	0	0	248	248	559	2.019
6 - DESTINAÇÕES										
RESERVAS	0	12	24	0	0	0	(36)	0	0	0
LUCROS DISTRIBUÍDOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(7.520)
DIVIDENDOS (R$ 0,05 POR LOTE DE 1.000 AÇÕES)	0	0	0	0	0	0	(212)	(212)	(477)	(777)
SALDOS NO FINAL DO SEMESTRE	18.000	1.082	740	52	19	4.267	0	24.160	24.160	30.754
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	12	(3.377)	0	0	(2.729)	0	(6.094)	(6.594)	(5.277)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil

	2° Semestre 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	863	1.987	3.469
Operações de Crédito	379	839	1.265
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	484	1.148	2.204
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3	5	16
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3	5	16
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	866	1.992	3.485
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(595)	(1.344)	(827)
Receitas de Prestação de Serviços	0	1	2
Despesas de Pessoal	(253)	(490)	(456)
Outras Despesas Administrativas	(464)	(898)	(781)
Despesas Tributárias	(45)	(105)	(386)
Resultado de Participação em Coligada	190	360	378
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(23)	(212)	416
RESULTADO OPERACIONAL	271	648	2.658
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	38	117	45
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	309	765	2.703
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23)	(169)	(653)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(38)	(38)	(31)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	248	558	2.019
Lucro por Lote de 1.000 Ações	0,100	0,226	0,817

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

R$ mil

	2° Semestre 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	309	765	2.703
Ajustes ao Lucro Líquido			
Depreciações e Amortizações	1	2	3
Encargos Financeiros Líquidos	(332)	(705)	(687)
Resultado de Participação em Coligada	(190)	(360)	(378)
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(5)	(9)	(29)
Participações Estatutárias no Lucro	(38)	(38)	(31)
	(255)	(345)	1.581
IR e CS Pagos	(23)	(169)	(653)
(AUMENTO)/REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Operações de Crédito	1.224	1.806	1.976
Outros Créditos	134	625	650
Outros Bens e Valores	(1)	0	0
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Outras Obrigações	(719)	(2.251)	(1.574)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	360	(334)	1.980
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento na Participação em Investimento	0	(2)	0
Aquisição de Imobilizado de Uso	0	0	(1)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0	(2)	(1)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução de Capital	(3.401)	(3.401)	0
Dividendos Pagos	(212)	(477)	(777)
Lucros Distribuídos	0	0	(7.520)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.613)	(3.878)	(8.297)
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.253)	(4.214)	(6.318)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	14.008	14.969	21.287
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	10.755	10.755	14.969

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2012 - (Valores em R$ Mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A instituição é um Banco Múltiplo habilitado a operar nas carteiras de crédito, financiamento e investimento e carteira de investimento, conforme autorização do Banco Central do Brasil.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e suas alterações, com observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Foram emitidos diversos pronunciamentos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relativos à convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, dos quais somente alguns foram normatizados pelo BACEN e CMN, a saber: CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os quais foram atendidos pelo banco.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras, ressaltamos:

A) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência.

B) ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os títulos de renda fixa foram registrados pelo valor de aplicação ou de aquisição, acrescido de rendimentos incorridos até a data do balanço. Os valores destes ativos, quando aplicável, foram deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, conforme nota explicativa "9".

- Títulos e Valores Mobiliários

Estão avaliados pelo valor médio de mercado, sendo o registro da valorização ou desvalorização efetuado em contrapartida da conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- Operações de Crédito, Depósitos Interfinanceiros e outras Operações Ativas e Passivas.

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar e as operações pós-fixadas foram registradas pelo valor presente, atualizados "pró rata" dia até a data do balanço. As receitas e despesas decorrentes de operações prefixadas foram reconhecidas de acordo com a Circular BACEN nº 3.020/00.

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, em conformidade com a Resolução BACEN n° 2.682/99, levando-se em consideração a análise

Continua...

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

BM
BANCO MAXINVEST S/A

BANCO MAXINVEST S. A.

Rodovia BR-116 Km 399 nº6.490
Trevo do Tarumã - Curitiba - Paraná
CNPJ: 80.271.455/0001-80

Continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2012 - (Valores em R$ Mil)**

das garantias e a experiência do Banco com seus clientes, destacando-se sua movimentação:

	2012	2011
- Saldo Anterior	27	56
- Recuperação de Créditos no Período	(8)	(22)
- Baixa de Créditos de Difícil Liquidação	(3)	(14)
- Provisão Constituída do Período	2	6
- Acordos para Recuperação de Prejuízo	0	1
- Saldo em 31 de dezembro	18	27

C) ATIVO PERMANENTE
- Investimentos
Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, ajustados por avaliação pelo método de equivalência patrimonial quanto à participação em coligada conforme nota explicativa "4".
- Imobilizado
Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis (Bens Não de Uso Próprio)	4% a.a.
- Instalações	10% a.a.
- Móveis e Equipamentos de Uso	10% a.a.
- Sistema de Processamento de Dados	20% a.a.

- Diferido
Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, relativo à implantação de sistema de processamento de dados, ajustado por amortização acumulada à taxa de 20% a.a.
D) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Demonstrados por valores de realização, deduzidos das despesas a apropriar, ou por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.
E) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS
Em 31 de dezembro de 2012, com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a administração do banco avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

NOTA 4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- INVESTIMENTOS – COLIGADA
O banco participa do capital social da Maxinvest Assessoria e Planejamento Ltda., com 47,9127% representados por 5.658.491 quotas. Os valores do investimento e resultado respectivo são:

Maxinvest Assessoria e Planejamento Ltda.

	2012	2011
- Nº de Quotas do Capital	11.810.000	11.810.000
- Valor do Patrimônio Líquido - Fiscal	16.042	15.290
- Mês Base da Avaliação	Dez./12	Dez./11
Informações sobre o Investimento na Empresa		
- Nº de Quotas Possuídas	5.658.491	5.658.491
- Percentual de Participação	47,9127%	47,9127%
Valores Contábeis do Investimento		
- Saldo no Início do Período	7.326	6.929
- Ajuste de Exercício Anterior	0	19
- Equivalência Patrimonial	360	378
- Saldo no Final do Período	7.686	7.326
- Deságio na Aquisição	(104)	(104)
- Total da Participação	7.582	7.222

A empresa Maxinvest Assessoria e Planejamento Ltda., por força das adequações determinadas pelos CPC's 27 e 28, reconheceu a mais valia dos itens elencados em seu Ativo Permanente, mediante a emissão de laudo de avaliação por empresa habilitada para tanto. A mais valia não esta refletida no Balanço do Banco Maxinvest S.A. em virtude de divergência de critérios contábeis, uma vez que o Banco Central do Brasil não regulamentou os referidos CPC's.
- CONTROLADORA
O banco é controlado pela companhia fechada CCV Comercial Curitibana de Veículos S.A., a qual detém 99,8% de suas ações.
- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As operações de créditos, na modalidade de financiamentos, realizadas pelo banco, em sua grande maioria, são provenientes das vendas de automóveis realizadas por empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico, como: CCV Comercial Curitibana de Veículos S.A., Gran Park Veículos Ltda. e SPR Automóveis Ltda.
Não existem transações financeiras entre as partes relacionadas, apenas clientes em comum.
O banco mantém serviços de análise de crédito e cobrança realizados pela empresa Maxinvest Prestadora de Serviços Ltda., pertencente ao mesmo grupo econômico, cujos valores anuais representam aproximadamente R$ 68 mil.

NOTA 5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil, pelos seguintes valores:

Setor Privado	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoas Físicas	Totais
Créditos em curso normal	7	34	22	2.409	2.472
Vencidos entre 15 e 30 dias	0	0	0	96	96
Vencidos entre 31 e 60 dias	0	0	0	113	113
Vencidos entre 61 e 90 dias	0	0	0	13	13
Vencidos entre 91 e 120 dias	0	0	0	0	0
Vencidos entre 121 e 150 dias	0	0	0	1	1
Vencidos entre 151 e 180 dias	0	0	0	0	0
Vencidos acima de 180 dias	0	0	0	0	0
Subtotal	7	34	22	2.632	2.695
Provisão p/Créditos p/Liquidação	0	0	0	18	18
Totais	7	34	22	2.614	2.677

O total das operações de crédito no valor de R$ 2.695 mil, encontra-se representado no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo pelo valor de R$ 1.647 mil e R$ 1.048 mil, respectivamente.

NOTA 6. COMPOSIÇÃO DOS DEMAIS SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

A) ATIVO CIRCULANTE	2012	2011
OUTROS CRÉDITOS		
Diversos	261	738
- Adiantamentos e Antecipações Salariais	0	2
- Impostos e Contribuições a Compensar	17	5
- Impostos e Contribuições a Recuperar	244	731
OUTROS VALORES E BENS	2	2
- Despesas Antecipadas	2	2
B) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
OUTROS CRÉDITOS		
Diversos	2.332	2.365
- Devedores por Depósitos em Garantia	15	15
- Impostos e Contribuições a Recuperar	2.237	2.270
- Pagamentos a Ressarcir	80	80
C) PASSIVO CIRCULANTE		
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	86	74
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	86	74
D) PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	94	33
- Provisão p/Passivos Contingentes	94	33

NOTA 7. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado, acrescido de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R$ 20 mil mensais, obedecendo aos preceitos estabelecidos pelas Leis nºs 8.981/95, 9.249/95 e 9.430/96. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15%, na forma do artigo 17, da Lei nº 11.727/08.

NOTA 8. PROVISÃO PARA DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

Refere-se aos depósitos judiciais provenientes das ações que se encontram em andamento:

Depósitos Judiciais	2012	2011
- Depósitos Judiciais (Processos busca/apreensão)	15	15
Total	15	15

NOTA 9. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros de liquidez se encontram registradas na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e estão compostas da seguinte forma:

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Prazo	2012	2011
- Depósitos Interfinanceiros	1 a 90 dias	10.676	14.916
Total		10.676	14.916

NOTA 10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os saldos das operações com títulos e valores mobiliários foram originados na negociação do título patrimonial da CETIP, posteriormente convertida em ações. São classificados na carteira de negociação e registrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido pelo seu valor líquido dos impostos.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Prazo	2012	2011
- Ações	Indeterminado	7.125	7.555
Total		7.125	7.555

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS OPERACIONAIS

Quanto ao cumprimento das obrigações previstas nas Resoluções CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 3.988/11, o banco implementou estrutura organizacional para gerenciamento dos seus riscos operacionais, de mercado, de crédito e de capital, dos processos e dos sistemas necessários à sua efetiva implementação. A estrutura relativa aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de capital, está registrada em nosso relatório anual, publicado em conjunto com estas demonstrações financeiras.

NOTA 12. DESTINAÇÕES PROPOSTAS

- Reserva Legal
Calculada à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76.
- Reservas Estatutárias
As reservas estatutárias foram calculadas conforme prevê o artigo vigésimo sexto, parágrafo segundo de seu Estatuto Social:
a) Fundo de Reserva Especial
Calculado à alíquota de 10% do lucro líquido, após destinação da Reserva Legal.
- Dividendos
No presente exercício os dividendos foram calculados e colocados à disposição dos acionistas correspondendo a 100% do lucro líquido apurado após a destinação das reservas.

NOTA 13. PARCELAMENTO ESPECIAL

Durante o ano-calendário de 2009, o Banco ingressou com parcelamento especial, instituído pela Lei nº 11.941/09, cujos débitos de IRPJ e CSLL são decorrentes da alteração no regime de tributação de anos anteriores, reconhecidos por valores originais, acrescidos de juros e multas. A consolidação dos débitos, pelas autoridades tributárias, ocorreu em julho de 2011, sendo que o Banco Maxinvest S.A. optou pelo pagamento em 60 (sessenta) parcelas, das quais 39 (trinta e nove) foram pagas até dezembro de 2012.

NOTA 14. CAPITAL SOCIAL

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, está composto de 2.471.068.170 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
ACIONISTAS E ADMINISTRADORES do
BANCO MAXINVEST S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do BANCO MAXINVEST S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCO MAXINVEST S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 25 de janeiro de 2013.
MÜLLER & PREI Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
Clovis Edecio Müller
Contador CRC-RS Nº 25.016/O-0 T/PR

R$ 3.600,00 - 22171/2013



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RICCI ALUGUEL DE CARROS

AUTO RICCI S.A.

CNPJ: 00.282.862/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apresentação de V.Sas. as demonstrações financeiras da empresa, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012, permanecendo a diretoria ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos. Maringá/PR, 31 de janeiro de 2013.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.541	1.629	6.681	1.771
Contas a Receber de Clientes	4 e 5	5.721	5.419	7.650	6.623
Estoques	6	-	-	6.241	6.414
Impostos a Recuperar	7	135	-	155	1
Adiantamentos	5	165	46	168	49
Empresas Ligadas	5 e 15	4.792	1.134	-	-
Fundo de Reserva Consórcios	5	796	659	796	659
Despesas do Exercício Seguinte		1.322	37	1.324	37
Total do Ativo Circulante		**18.472**	**8.924**	**23.015**	**15.554**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber de Clientes	4 e 5	2	6	2	6
Empresas Ligadas	5 e 15				
Despesas do Exercício Seguinte		1.798	-	1.798	-
Créditos Tributários Diferidos	13	7.576	11.370	7.576	11.370
Total do Realizável a Longo Prazo		**9.376**	**11.376**	**9.376**	**11.376**
Investimentos	8	**1.758**	**5.138**	**202**	**155**
Imobilizado	9	**187.569**	**157.122**	**187.813**	**157.438**
Total do Ativo Não Circulante		**198.703**	**173.636**	**197.391**	**168.969**
TOTAL DO ATIVO		**217.175**	**182.560**	**220.406**	**184.523**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
CIRCULANTE					
Fornecedores	4 e 11	4.091	4.287	4.392	4.523
Empréstimos e Financiamentos	4 e 12	79.296	76.377	81.051	77.726
Obrigações Sociais	11	398	311	709	452
Obrigações Tributárias	11 e 13	979	412	1.457	712
Adiantamentos	11	1.242	1.116	1.321	1.121
Consórcios	11	6.706	6.227	6.706	6.227
Empresas Ligadas	11 e 15	110	380	-	1
Outras Obrigações	11	77	115	80	116
Total do Passivo Circulante		**92.899**	**89.225**	**95.716**	**90.878**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	4 e 11	12	-	12	-
Empréstimos e Financiamentos	4 e 12	62.095	31.137	62.507	31.447
Obrigações Tributárias	11 e 13	-	116	-	116
Consórcios	11	1.955	2.176	1.955	2.176
Empresas Ligadas	8, 11 e 15	1.694	1.330	1.694	1.330
Provisões para Contingências	11 e 14	290	199	292	199
Tributos Diferidos	13	5.265	10.865	5.265	10.865
Total do Passivo Não Circulante		**71.311**	**45.823**	**71.725**	**46.133**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Capital Social		29.115	29.115	29.115	29.115
Ajuste de Avaliação Patrimonial		32	373	32	373
Reservas de Lucros		23.818	18.024	23.818	18.024
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores		**52.965**	**47.512**	**52.965**	**47.512**
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores					
Total do Patrimônio Líquido		**52.965**	**47.512**	**52.965**	**47.512**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**217.175**	**182.560**	**220.406**	**184.523**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
RESULTADO POR NATUREZA	**Nota**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Receita Operacional Líquida	18	**98.885**	**68.404**	**157.700**	**111.307**
(-) Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos		**(62.933)**	**(44.427)**	**(69.419)**	**(50.950)**
Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos		(30.352)	(17.789)	(36.838)	(24.287)
Depreciação de Veículos		(32.581)	(26.638)	(32.581)	(26.663)
Lucro Bruto		**35.952**	**23.977**	**88.281**	**60.357**
Despesas Operacionais					
Gerais e Administrativas		(11.113)	(8.590)	(14.880)	(10.102)
Depreciações e Amortizações (Exceto Veículos)		(67)	(46)	(159)	(116)
Resultado Financeiro	19	(19.828)	(18.722)	(20.464)	(18.990)
Equivalência Patrimonial	8	1.441	4.364	-	-
Outras Receitas e Despesas	20	1.809	620	(43.637)	(28.637)
		(27.758)	(22.374)	(79.140)	(57.845)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**8.194**	**1.603**	**9.141**	**2.512**
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(1.259)	(1.788)	(2.206)	(2.700)
Resultado antes das Participações		**6.935**	**(185)**	**6.935**	**(188)**
Participação dos Não Controladores		-	-	-	3
Resultado antes Reversão JCP		**6.935**	**(185)**	**6.935**	**(185)**
Reversão Juros sobre o Capital Próprio		600	-	600	-
Resultado Líquido do Exercício		**7.535**	**(185)**	**7.535**	**(185)**
Lucro por ação	17	0,26	(0,01)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado Líquido do Exercício		7.535	(185)	7.535	(185)
Ajustes:					
Depreciação e Amortização	9	32.648	26.683	32.740	26.778
Juros Empréstimos, Financ. e Arrendamentos		21.179	16.943	22.500	17.183
Juros Empréstimos Mútuos com Sócios		266	171	267	171
Ganhos em Investimentos e Equivalência Patrimonial	8	(1.431)	(4.371)	-	(11)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado		**60.197**	**39.241**	**63.042**	**43.936**
Clientes e Venda de Ativos a Receber	5	(298)	(2.814)	(1.023)	(3.004)
Estoques	6	-	-	173	(2.129)
Empresas Ligadas	15	(3.658)	(1.100)	-	3
Adiantamentos		(119)	(21)	(119)	-
Tributos a Recuperar	7	(135)	515	(154)	514
Fundo Reserva Consórcios		(137)	(341)	(137)	(341)
Adiantamentos Consórcios		-	-	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		(3.083)	(29)	(3.085)	(29)
Tributos Diferidos	13	3.794	1.914	3.794	1.914
(Aumento) ou Diminuição do Ativo		**(3.636)**	**(1.876)**	**(551)**	**(3.072)**
Fornecedores	11	(184)	458	(119)	(306)
Obrigações Sociais	11	87	104	257	157
Obrigações Tributárias	11	451	76	629	(62)
Adiantamentos	11	126	552	200	482
Consórcios	11	258	2.550	258	2.550
Outras Obrigações		(38)	(556)	(36)	(555)
Empresas Ligadas	11 e 15	94	285	363	-
Tributos Diferidos	13	(5.600)	(3.065)	(5.600)	(3.065)
Provisões para Contingência	14	91	139	93	139
Aumento ou (Diminuição) do Passivo		**(4.715)**	**543**	**(3.955)**	**(660)**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		**51.846**	**37.908**	**58.536**	**40.204**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de Investimentos	8	(34)	(24)	(47)	(57)
Aquisição de Imobilizado	9	(118.569)	(109.913)	(118.589)	(109.998)
Baixa de Investimentos	8	100	51	-	-
Baixa de Intangível		-	-	-	-
PL Negativo Controladas (Reversão)		-	4	-	-
Venda de Imobilizado	9	55.474	46.408	55.474	46.408
Custo Atribuído - Imobilizado		-	-	-	-
Reclassificação Leasing - Imobilizado		-	-	-	-
Dividendos Recebidos	8	5.000	3.050	-	-
(-) Lucro a Apropriar		(255)	365	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento		**(58.284)**	**(60.059)**	**(63.162)**	**(63.647)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Realização Deemed Cost	24	173	1.750	173	1.750
Reclassificação Leasing - Arrendamentos		-	-	-	-
Aquisição de Empréstimos e Financiamentos	12	129.993	91.952	132.993	99.938
Aquisição de Arrendamentos Financeiros	12	-	15.314	-	15.314
Aquisição de Empréstimos Mútuos	12	100	400	100	400
Aquisição de Empréstimos Mútuos com Sócios		1.460	1.180	1.460	1.180
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	12	(87.470)	(53.684)	(91.284)	(60.214)
Pagamentos de Arrendamentos	12	(12.957)	(15.902)	(12.957)	(15.902)
Pagamento de Empréstimos Mútuos	12	(200)	(300)	(200)	(300)
Pagamento de Empréstimos Mútuos com Sócios		(1.180)	(413)	(1.180)	(413)
Pagamentos de Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	12	(15.917)	(13.569)	(15.917)	(13.809)
Pagamentos de Juros s/ Arrendamentos	12	(1.077)	(3.204)	(1.077)	(3.204)
Pagamentos de Juros s/ Empréstimos Mútuos	12	(138)	(170)	(138)	(170)
Pagamentos de Juros s/ Empréstimos com Sócios		(182)	(109)	(182)	(108)
Distribuição de Dividendos		(1.655)	-	(1.655)	-
Juros Sobre o Capital Próprio		(600)	-	(600)	-
Acionistas Minoritários		-	-	-	(1)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento		**10.350**	**23.245**	**9.536**	**24.461**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**3.912**	**1.094**	**4.910**	**1.018**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**1.629**	**535**	**1.771**	**753**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		**5.541**	**1.629**	**6.681**	**1.771**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2012 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente da Companhia
		Reserva Legal	Reserva Estatutária						
Em 31 de dezembro de 2010	**29.115**	**-**	**13.062**	**-**	**3.770**	**45.947**	**-**	**45.947**	**9.804**
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	3.397	(3.397)	-	-	-	-
Realização do IR/CS do Custo Atribuído	-	-	-	1.750	-	1.750	-	1.750	1.750
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(185)	-	(185)	-	(185)	(185)
Destinação do Resultado	-	-	4.962	(4.962)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	**29.115**	**-**	**18.024**	**-**	**373**	**47.512**	**-**	**47.512**	**1.565**
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	341	(341)	-	-	-	-
Realização do IR/CS do Custo Atribuído	-	-	-	173	-	173	-	173	173
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	7.535	-	7.535	-	7.535	7.535
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(600)	-	(600)	-	(600)	-
Constituição Reserva Legal	-	377	-	(377)	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(1.655)	-	(1.655)	-	(1.655)	-
Destinação do Resultado	-	-	5.417	(5.417)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	**29.115**	**377**	**23.441**	**-**	**32**	**52.965**	**-**	**52.965**	**7.708**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS - A Companhia trabalha no ramo de aluguel ou terceirização de frotas, e possui filiais na cidade de Maringá/PR, Sorocaba/SP, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela NBCTG 1000 - Resolução CFC nº 1.255/09 e suas alterações posteriores.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 3.1 - Bases de Consolidação: Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes: a) Inclusão nestas demonstrações financeiras consolidadas, das sociedades controladas nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tenha influência significativa; b) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; c) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades; d) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; e) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício; f) Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis a controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos; g) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes; h) O lucro a apropriar é referente às transações e saldos dentro do grupo econômico, tais como estoques e ativo imobilizado são eliminados completamente. **3.2 - Classificações de Itens Circulantes e Não circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 - Compensação entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **3.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem numerários em poder da companhia, Cédulas de Créditos Bancários (CCB's), depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. **3.5 - Ativos Financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". **3.6 - Contas a Receber de Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela atividade de Terceirização de Frotas no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária. **3.7 - Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo custo de aquisição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. **3.8 - Investimentos:** a) Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. b) Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. **3.9 - Imobilizado:** A partir de 1º de janeiro de 2010, os veículos foram avaliados a valor de mercado conforme previsto na Resolução CFC 1.255/09, seção 17 e pela ICPC 10. Os demais bens foram mantidos a custo histórico, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também podem incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações	até 25 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	02 anos e 8 meses
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	05 anos
Aparelhos de Comunicação	05 anos
Instalações	10 anos

Continua»»»

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

»»»Continuação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **3.10 - Impairment de Ativos Não-Financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.11 - Contas a Pagar a Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente. **3.12 - Empréstimos e Financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são posteriormente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.13 - Provisões:** São reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.14 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. **3.15 - Arrendamentos:** Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto. Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil. **3.16 - Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.17 - Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização das locações no curso normal das atividades do Grupo, ajustada a valor presente se necessário. O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para a atividade do Grupo. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3.18 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: a) créditos de liquidação duvidosa, que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora			Controladora	
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial	**Mensurado pelo valor justo por meio de resultado**		**Passivos financeiros conforme balanço patrimonial**	**Mensurado pelo valor justo por meio de resultado**	
	31.12.2012	**31.12.2011**		**31.12.2012**	**31.12.2011**
Caixa e Bancos C/C	3.873	42	Fornecedores	4.103	4.287
Aplicações financeiras	1.668	1.587	Empréstimos e Financ.	77.259	91.718
Cédula Cred. Bancário			Arrend. Financeiros	4.132	15.796
Contas a receber	5.723	5.425	Cédula Cred. Bancário	60.000	
Total	11.264	7.054	Total	145.494	111.801

	Consolidado			Consolidado	
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial	**Mensurado pelo valor justo por meio de resultado**		**Passivos financeiros conforme balanço patrimonial**	**Mensurado pelo valor justo por meio de resultado**	
	31.12.2012	**31.12.2011**		**31.12.2012**	**31.12.2011**
Caixa e Bancos C/C	4.940	128	Fornecedores	4.404	4.523
Aplicações financeiras	1.741	1.643	Empréstimos e Financ.	79.426	93.377
Cédula Cred. Bancário			Arrend. Financeiros	4.132	15.796
Contas a receber	7.652	6.629	Cédula Cred. Bancário	60.000	
Total	14.333	8.400	Total	147.962	113.696

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Contas a Receber de Clientes	6.735	5.842	8.708	7.046
Venda de Ativo a Receber		117		117
Impairment (Provisão para Perdas)	(1.013)	(539)	(1.057)	(539)
(-) Ajuste a Valor Presente	(1)	(1)	(1)	(1)
Contas a Receber de Clientes	**5.721**	**5.419**	**7.650**	**6.623**
Empresas Ligadas	4.792	1.134		
Adiantamentos	165	46	168	49
Fundo de Reserva Consórcios	796	659	796	659
Parcela Circulante	**11.474**	**7.258**	**8.614**	**7.331**
Contas a Receber de Clientes	2	6	2	6
Contas a Receber de Clientes	**2**	**6**	**2**	**6**
Empresas Ligadas				
Parcela Não circulante	**2**	**6**	**2**	**6**
Total a Receber de Clientes	5.723	5.425	7.652	6.629
Total das Demais Contas a Receber	5.753	1.839	964	708
Total Geral	**11.476**	**7.264**	**8.616**	**7.337**

	Controladora		Consolidado	
Aging List Contas a Receber de Clientes	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Vencidos	1.558	2.150	1.558	2.150
A vencer em até 3 meses	4.149	3.263	6.078	4.467
A vencer entre 3 e 6 meses	7	2	7	2
A vencer de 6 meses a 1 ano	7	4	7	4
A vencer acima de 1 ano	2	6	2	6
Contas a Receber de Clientes	**5.723**	**5.425**	**7.652**	**6.629**

	Controladora		Consolidado	
Movimentação da Provisão Impairment	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Saldo Anterior	(539)	(367)	(539)	(367)
Provisão constituída durante o exercício	(474)	(172)	(518)	(172)
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	**(1.013)**	**(539)**	**(1.057)**	**(539)**

NOTA 6 - ESTOQUES (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Veículos para Revenda	-	-	6.351	6.779
Lucros a Apropriar	-	-	(110)	(365)
Total dos Estoques	**-**	**-**	**6.241**	**6.414**

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Investimentos em Sociedades Controladas	1.732	5.401		
PL Negativo Controladas	(1)	(1)		
Cotas de Capital em Cooperativas de Crédito	136	102	202	155
Lucros a Apropriar	(110)	(365)		
Total de Investimentos	**1.757**	**5.137**	**202**	**155**
Ativo Não Circulante	**1.758**	**5.138**	**202**	**155**
Passivo Não Circulante	**(1)**	**(1)**	**-**	

NOTA 8 – IMOBILIZADO

Controladora	**Edifíc. e Benf.**	**Maquinas e Equip.**	**Instal.**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Adto de Consórcios**	**Outros**	**Imobiliz. Andam.**	**Total**
Taxas de Depreciação	**0%**	**10%**	**10%**	**10%**	**0,1% a 43%**		**20%**		
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo	**900**	**28**	**64**	**123**	**193.230**	**233**	**191**	**625**	**195.394**
Dep. Acumulada		**(11)**	**(8)**	**(33)**	**(38.127)**		**(93)**		**(38.272)**
Valor líquido contábil	**900**	**17**	**56**	**90**	**155.103**	**233**	**98**	**625**	**157.122**
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo		37	103	137	231.876	123	271		232.547
Dep. Acumulada		**(15)**	**(17)**	**(47)**	**(44.765)**		**(134)**		**(44.978)**
Valor líquido contábil		**22**	**86**	**90**	**187.111**	**123**	**137**		**187.569**

Consolidado	**Edifíc. e Benf.**	**Maquinas e Equip.**	**Instal.**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Adto Consórcios**	**Outros**	**Imobiliz. Andam.**	**Total**
Taxas de Depreciação	**0%**	**10%**	**10%**	**10%**	**0,1% a 43%**		**20%**		
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo	1.190	42	64	146	193.442	234	208	625	195.951
Dep. Acumulada	(182)	(12)	(8)	(39)	(38.175)		(97)		(38.513)
Valor líquido contábil	**1.008**	**30**	**56**	**107**	**155.267**	**234**	**111**	**625**	**157.438**
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	291	73	103	211	231.928	124	340		233.070
Dep. Acumulada	(248)	(19)	(17)	(57)	(44.767)		(149)		(45.257)
Valor líquido contábil	**43**	**54**	**86**	**154**	**187.161**	**124**	**191**		**187.813**

NOTA 9 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT) - Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

NOTA 10 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
Aging List Contas a Pagar	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
A vencer em até 3 meses	4.091	4.287	4.392	4.523
A vencer a mais 12 meses	12		12	
Contas a Pagar a Fornecedores	**4.103**	**4.287**	**4.404**	**4.523**

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Circulante				
Capital de Giro	21.211	20.988	22.967	22.309
Financiamentos	37.655	43.852	37.655	43.880
Empréstimos de terceiros	107	-	107	-
Arrendamentos Financeiros	4.107	11.537	4.107	11.537
Cédula de Créditos Bancários	16.216	-	16.216	-
TOTAL CIRCULANTE	**79.296**	**76.377**	**81.052**	**77.726**
Não circulante				
Capital de Giro	5.281	3.787	5.692	4.097
Financiamentos	12.205	22.091	12.205	22.091
Empréstimos de terceiros	800	1.000	800	1.000
Arrendamentos Financeiros	25	4.259	25	4.259
Cédula de Créditos Bancários	43.784	-	43.784	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**62.095**	**31.137**	**62.506**	**31.447**

Os financiamentos bancários têm como garantias reais os veículos da Companhia. Os empréstimos são garantidos por veículos e/ou direitos creditórios de clientes.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Impostos Diferidos	7.576	11.370	7.576	11.370
Total Ativo Não circulante	**7.576**	**11.370**	**7.576**	**11.370**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Provisão IRPJ	607		893	173
Provisão CSLL	224		329	65
Total Passivo Circulante	**831**		**1.222**	**238**
Impostos Diferidos	5.265	10.865	5.265	10.865
Total Passivo Não circulante	**5.265**	**10.865**	**5.265**	**10.865**

Tributos Diferidos (Controladora): As alíquotas definidas atualmente para determinação dos créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

NOTA 13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS - A Companhia mantém provisões para contingências cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por apólices relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora Trabalhistas e Cíveis		Consolidado Trabalhistas e Cíveis	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Prováveis	290	199	292	199
Possíveis	3.843	4.179	3.843	4.179
Remotas	2.837	2.181	2.841	2.181
Total	**6.970**	**6.559**	**6.976**	**6.559**

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS - As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante Contas a Receber		Ativo Não Circulante Contas a Receber	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Ricci Veículos Ltda.	4.792	1.134	-	-
Ricci Rent a Car Ltda.	-	-	-	-
	4.792	**1.134**	**-**	**-**

	Passivo Circulante Adiantamentos		Passivo Não Circulante Mútuos	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Paranainvest Inv. e Participações Ltda.	-	-	442	600
Primavera Invest e Participações Ltda.	-	-	278	729
Mafip Participações Ltda.	-	-	813	-
RCC Participações Societárias Ltda.	-	-	160	-
Visolux Participações Societárias Ltda.	-	-	-	-
Ricci Veículos Ltda.	-	-	-	-
Provisão Perda Invest.	1	1	-	-
	1	**1**	**1.693**	**1.329**

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social: O Capital Social integralizado é formado de 29.115 mil ações sem valor nominal. **b) Lucro Básico por Ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Controladora	
Básico	**31.12.12**	**31.12.11**
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	7.535	(185)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	29.115	29.115
Lucro básico por ação	0,26	(0,01)

NOTA 16 - RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
Mercado Interno	**31.12.12**	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Aluguel de Frotas	98.885	68.404	98.885	68.477
Venda de Veículos	-	-	57.607	42.089
Comissões e Retornos Financeiros	-	-	1.208	741
Total	**98.885**	**68.404**	**157.700**	**111.307**

Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	**31.12.11**	**31.12.12**	**31.12.11**
Saldo Inicial	**5.138**	**4.213**	**155**	**87**
Aquisição de investimento	34	24	47	57
Equivalência patrimonial:				
Ganhos de Capital	1.431	4.371		11
Perdas de Capital				
Baixas de investimentos	(100)	(51)		
Dividendos recebidos	(5.000)	(3.050)		
PL Negativo Controladas (Reversão)		(4)		
Lucros a Apropriar	255	(365)		
Saldo Final	**1.758**	**5.138**	**202**	**155**

NOTA 17 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Resultado na venda de ativos imobilizados				
Venda para Controladas				
Valor da venda	45.497	35.278		
Valor do bem	(43.863)	(33.146)	(43.622)	(27.471)
Venda para Terceiros				
Valor da venda	651	1.504	651	1.504
Valor do bem	(915)	(2.310)	(915)	(2.310)
Lucro não Realizado	255	(365)		
Ganhos e Perdas Veículos Roubados	(3.542)	(2.393)	(3.542)	(2.393)
Outras Receitas				
Reembolsos - Multas de Trânsito	3.137	1.747	3.137	1.747
Outras Receitas	490	326	555	329
Indeniz./Reembolso de Sinistros a Terceiro	99	95	99	95
Outras Despesas				
Reflexos Reclassificação Arrend. Mercantil		(5)		(5)
Outras Despesas		(111)		(133)
Outras Receitas e Despesas	1.809	620	(43.637)	(28.637)

NOTA 18 - CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DO VALOR JUSTO - a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: O valor justo é obtido com base nos preços cotados em mercado ativo. **b) Ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo quando relevantes:** Avaliados a valor presente. **c) Estoques:** Valor de mercado com base em operações correntes. **d) Ativos imobilizados:** Valor de mercado com base em transações recentes para itens semelhantes, obtidos conforme tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FEA/USP).

DIRETORIA

WILSON JOSÉ BENALI
Diretor
CPF.: 519.795.787-53

LUIZ FERNANDO CARNEIRO
Contador CRC PR – 052885/O-4
CPF.:005.966.259-01

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretores e Acionistas da AUTO RICCI S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **AUTO RICCI S.A.**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da **AUTO RICCI S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AUTO RICCI S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **AUTO RICCI S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil para as pequenas e médias empresas. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas. No caso da **AUTO RICCI S.A.,** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros Assuntos:** As demonstrações do Edit (Lajir) e do Ebitda (Lajida) apresentadas na nota explicativa nº 22, não fazem parte do conjunto das demonstrações contábeis, estando sendo apresentadas como informação suplementar, e foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo primeiro. Maringá (PR), 08 de fevereiro de 2013.

martinelli auditores

RONALDO ARSIE GUIMARÃES
Contador CRC(PR) nº 033.757/O-1

MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

BattiStella

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 01545-8

CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Diretoria da empresa Battistella Administração e Participações S.A., (Bovespa BTTL3 e BTTL4), com sede à Alameda Bom Pastor, nº 3700, bairro Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, Administradora do grupo de empresas Battistella, com atividades nos segmentos econômicos Florestal e Veículos Pesados; e com participação indireta de 42% no Porto de Itapoá - Itapoá Terminais Portuários S.A., apresenta e submete à apreciação o Relatório da Administração de 2012 comparado ao de 2011 da Controladora e de suas controladas. Alguns detalhamentos sobre desempenho de unidades de negócio e respectivos negócios setoriais complementam este documento, procurando dar a melhor visão possível sobre a situação corrente e perspectivas das atividades e resultados das empresas integrantes do grupo Battistella (Companhia). Os resultados da empresa Itapoá Terminais Portuários S.A. são consolidados proporcionalmente (42%) nos resultados da Companhia. **INFORMAÇÕES RELEVANTES:** A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações como, por exemplo, a emissão de debêntures de longo prazo, em junho de 2011, no valor de R$ 120 milhões. Em 09 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda., o qual prevê data de fechamento para depois de cumpridas as condições precedentes previstas no referido Contrato. A venda foi efetivada em 03 de fevereiro de 2012 (ver nota explicativa 26). Tendo em vista que os critérios para consideração dessa operação como descontinuada já haviam sido atendidos em períodos anteriores, conforme orientações do CPC 31 (IFRS 05) - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas, a Companhia demonstrou os efeitos da mesma nas Demonstrações Financeiras comparativas. Em função das atividades da controlada Itapoá terminais Portuários S.A. ("Porto") terem se iniciado em junho de 2011, a empresa Itapoá Terminais Portuários (TECON SC) recebe, quando necessário, apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir as necessidades de caixa. Em 20 de abril de 2012 foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, sendo composto por 03 membros efetivos e 03 suplentes, conforme Ata da 17ª Assembleia Geral Ordinária. Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie Com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R$ 30.000 de modo que o valor nominal final das Debêntures devido pela Companhia passou a ser de R$ 90.000 de principal (vide nota explicativa 18). Para o exercício de 2013, a Companhia estará voltada para a sua atividade principal, no segmento de transporte e logística, buscando maior eficiência e participação de mercado. Com a implementação das ações estratégicas, a Companhia tem como objetivo a consolidação das suas atividades operacionais e consequentemente buscando incremento no seu resultado econômico. **Venda de ativos florestais:** Em 19 de março de 2012 foi publicado "fato relevante" em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, artigo 157, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e no interesse de informar aos seus acionistas, ao mercado em geral, e aos demais interessados, que a Companhia havia contratado uma instituição financeira de primeira linha para assessorar a Companhia na alienação das atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas ("Operação"), em linha com seu planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade. A estrutura da operação possibilitou a concentração de parte relevante de seus ativos relacionados às atividades do setor florestal, em um único veículo, o qual foi objeto de alienação. Os ativos relacionados à atividade florestal que foram objeto da Operação consistiram, especialmente, na propriedade de imóveis rurais localizados no estado de Santa Catarina e do Paraná com área total aproximada de 40 mil hectares, dos quais, 16 mil hectares de área produtiva, contendo reflorestamento de pinus taeda, além das atividades de negócio relacionadas, tais como silvicultura e colheita, dentre outros. Nas demonstrações financeiras precedentes a efetivação da venda, a Companhia não considerou a operação como destinada à venda ou operação descontinuada, uma vez que essa não atendeu aos critérios exigidos pelo CPC 31 (IFRS 5) - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Para que esse fosse o caso, o ativo deveria estar com disponibilidade imediata em suas condições atuais. As florestas e terras em questão eram garantidoras de empréstimos (ver nota explicativa 17), por este motivo, para que a operação de venda das florestas fosse bem sucedida, foram estruturados mecanismos para a conclusão da negociação, ou seja, a transação de recebimento financeiro ficou atrelada à amortização da dívida. Como parte do Projeto, em junho de 2012, foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa, pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais. A Companhia realizou operação de "recompra" das florestas Santa Ursula e Santa Luzia que compunham saldo a receber da empresa Pyatov pelo valor de US$ 1.500.000 (mesmo valor que anteriormente havia sido vendido). A operação anterior que deu origem a esse saldo devedor ocorreu em dezembro de 2010, quando a Companhia vendeu 100% das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que formam o capital social da Sociedade denominada Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S.A. Os ativos dessa empresa estavam compostos por árvores de pinos e outras espécies, localizadas nos municípios de Bocaina do Sul, Correia Pinto, Bom Retiro, Otacílio Costa e Capão Alto, todos no Estado de Santa Catarina. A venda foi efetuada pelo valor de US$ 23.100.000 à Sociedade Pyatov Participações Ltda., dos quais estava pendente um saldo remanescente a receber no valor de US$ 1.500.000, então registrados na conta devedores diversos, referentes as florestas objeto da recompra (Santa Ursula e Santa Luzia). Foi realizada operação de "dação em pagamento" pela Battistella Administração e Participações S.A. (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda.(credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R$ 3.061 (valor de livros), dando assim quitação parcial de dívida existente entre as empresas (o saldo em aberto em 31 de maio de 2012 era R$ 13.051), restando um saldo de R$ 9.991 naquela data. Tendo em vista que foi utilizado valor de livros nessa transação, nenhum ganho ou perda foi registrado nas empresas. Foi realizada operação de "Dação em pagamento" pela Battistella Administração e Participações S.A. (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência de 1.614.007 ações da Mobasa correspondente a 6,4967% do capital social pelo valor de R$ 9.991 (valor de livros), dando assim quitação no saldo existente da dívida entre as empresas. Foi realizada operação de "Dação em pagamento" pela Battistella Indústria e Comércio Ltda. (devedora) para Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R$ 3.061 (valor de livros) dando quitação parcial do saldo de mútuo existente entre as empresas, conforme nota explicativa 11. Em 1 de outubro de 2012, com o objetivo de concentrar as ações da Mobasa na Battistella Indústria e Comércio Ltda. ("BIC"), houve transferência das ações entre as empresas, a qual ocorreu através da emissão de 142.707 quotas sociais subscritas e integralizadas pela sócia, aumentando o capital da BIC em R$ 142.707. Em 26 de outubro de 2012, a BIC celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S.A., efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da Mobasa de sua titularidade, que representava, aproximadamente 99,30% do capital social e votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluíndo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data. Por ocasião da venda da Mobasa, a Companhia apurou ganho no valor de R$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R$ 175.000. Na mesma data, foi reduzido o capital social da Battistella Indústria e Comércio Ltda pela Controladora, no montante de R$ 112.500, via transferência dos recursos financeiros gerados na venda da Mobasa, representando 112.500 quotas sociais com o mesmo valor nominal, permanescendo a Battistella Indústria e Comércio com o capital de R$ 169.545. Conforme estipulado no Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças, do total do valor de venda, de R$ 175.000, foram depositados diretamente pela compradora, no ato da transação, em contas corrente de bancos mantidas pela vendedora para remoção dos ônus sobre os imóveis e seus respectivos ativos florestais, reduzindo o endividamento bancário da Companhia, em R$ 103.300. Parcela no valor de R$ 53.195 foi depositada na conta da Companhia, sendo que a diferença, no montante de R$ 18.505 permanece em conta 'escrow', referentes a outras obrigações e garantias contratuais, a serem liberados mediante o cumprimento de tais obrigações.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO: Resultado - Consolidado

RESULTADO CONSOLIDADO 2012 x 2011	2012	2011	Var %
Receita Bruta	880.245	1.047.937	-16%
Receita Líquida	789.062	939.864	-16%
Lucro Bruto	**93.174**	**119.889**	**-22%**
Despesas com Vendas	(25.917)	(28.310)	-8%
Despesas Gerais e Administrativas	(79.397)	(57.290)	39%
Outras despesas operacionais líquidas	64.956	8.788	639%
Despesas financeiras líquidas	(50.393)	(52.459)	-4%
Resultado antes do IR/CSLL	**2.423**	**(9.382)**	**-126%**
Imposto Renda e Contribuição Social	(7.057)	(11.593)	-39%
Lucro (Prej) do período operações descontinuadas (a)	28	(7.497)	0%
Prejuízo do período - Sem o Porto	**(4.606)**	**(28.472)**	**-84%**
Resultado Consolidado Porto (Portinvest + Itapoá) 42%	**(29.553)**	**(19.400)**	52%
Prejuízo do período	**(34.159)**	**(47.872)**	-29%
Resultado atribuído a sócios não Controladores	**6**	**(54)**	-111%
Resultado atribuído a sócios Controladores	**(34.153)**	**(47.926)**	-29%

A redução do lucro bruto da Companhia decorre principalmente da redução nas vendas do segmento Administração e Veículos Pesados, conforme detalhado na próxima nota, da ROL.

Receita Operacional Líquida - ROL	2012	% s/Rol	2011	% s/Rol
Madeira	95.792	12%	89.231	9%
Administração e Veículos Pesados	694.071	88%	851.294	91%
Sub-total	**789.863**		**940.525**	
Consolidado Portinvest	30.503	4%	8.752	1%
TOTAL	**820.366**		**949.277**	

O decréscimo de 13,58 % na receita operacional líquida no segmento Administração/Veículos Pesados em 2012 em comparação a 2011 decorre do arrefecimento do mercado de veículos pesados. Isto, em virtude principalmente do processo de transição do modelo euro 3 para euro 5, o que aumentou os preços dos caminhões fabricados no país e que levou a uma procura muito grande no ano de 2011, na tentativa de evitar o custo mais elevado em 2012. Como reflexo, as vendas de caminhões em 2011 foram as maiores da história das montadoras no país. Ainda sobre a Rol merece destaque a entrada em operação do Porto Itapoá em junho de 2011, com faturamento acumulado em 2012 de R$ 79.852, dos quais consolidamos um valor de receita líquida de R$ 30.504 em 2012 versus R$ 8.752 em 2011. **CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS**

Custo das Vendas - CPV/CMV	2012	% s/Rol	2011	% s/Rol
Madeira	(78.866)	-82%	(75.011)	-84%
Administração e Veículos Pesados	(617.022)	-89%	(744.964)	-88%
Sub-total	**(695.888)**	**-88%**	**(819.975)**	**-87%**
Consolidado Portinvest	(17.570)	-58%	(3.698)	-42%
TOTAL	**(713.458)**	**-87%**	**(823.673)**	**-87%**

O acirramento comercial nas vendas de caminhões pesados, em especial pela participação de veículos ainda com tecnologia euro 3, fez com que as margens dos caminhões com tecnologia euro 5 ficassem mais deprimidas. **DESPESAS OPERACIONAIS:** As despesas operacionais tiveram a seguinte evolução: DESPESAS COM VENDAS

DESPESAS COM VENDAS	2012	2011	AH
Salários e encargos	7.020	7.169	
Comissões e corretagem	4.670	5.320	
Propaganda e publicidade	1.055	1.303	
Fretes e carretos	3.622	3.673	
Entregas e embarques	3.134	439	
Provisão p/créd.liq.duvidosa	2.907	3.638	
Revisões e garantias	505	1.177	
Manutenção e conservação	198	340	
Bonificações	1.735	2.373	
Alugueis, condomínios e segurança	274	341	
Depreciação	70	1.985	
Honorários profissionais	103	230	
Comunicações	62	97	
Viagens	61	44	
Veículos	149	54	
Impostos e taxas	26	61	
Outras	326	66	
Despesas correntes	**25.917**	**28.310**	**-8%**
Despesas Itapoá e Portinvest	**1.551**	**708**	**100%**
Total	**27.468**	**29.018**	**-5%**
Percentual sobre a ROL - correntes	3,28%	3,01%	
Percentual sobre a ROL - Itapoá e Portinvest	5,08%	8,09%	
Percentual sobre a ROL - Total	3,35%	3,06%	

Em termos monetários, houve redução nas despesas comerciais em 2012, em comparação a 2011, devido principalmente à venda da Battistella Distribuidora, conforme informado no início deste relatório. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Gerais e Administrativas	2012	2011	AH
Salários e encargos	25.282	23.145	
Honorários de administradores	6.094	4.487	
Depreciação	3.674	1.534	
Manutenção e conservação	4.690	3.978	
Impostos, taxas e contribuições	3.370	2.005	
Honorários profissionais	16.561	6.808	
Alugueis, condomínios e segurança	6.510	6.523	
Viagens	1.987	1.859	
Material de expediente	341	159	
Legalizações	254	393	
Processamento de dados	168	40	
Conduções	67	55	
Comunicações	1.490	1.373	
Indenizações	813	546	
Outras	8.096	4.385	
Despesas correntes	**79.397**	**57.290**	**38,59%**
Despesas Itapoá e Portinvest	**12.338**	**11.337**	**8,83%**
Total	**91.735**	**68.627**	**33,67%**
Percentual sobre a ROL - correntes	10,05%	6,09%	
Percentual sobre a ROL - Porto	40,45%	129,54%	
Percentual sobre a ROL - Total	11,18%	7,23%	

Em 2012 as despesas administrativas correntes representaram 10,05 % da ROL, versus 6,09 % em 2011, devido ao decréscimo da ROL. A variação na conta "Honorários Profissionais" em comparativo ao 3T11 refere-se principalmente a serviços de consultoria advocatícias e outras consultorias para efetivação do projeto Mobasa.

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2012	2011	AH
(+) Outras Receitas Operacionais	**187.819**	**23.273**	**707,03%**
Recuperação de despesas	473	11.485	
Reversão de provisões de contingências	1.722	348	
Receita alienação imobilizado/invest.	184.225	10.539	
Outras receitas operacionais	1.399	901	
(-) Outras Despesas Operacionais	**(122.863)**	**(14.487)**	**748,09%**
Despesas com provisões de contingências	(24.043)	(5.848)	
Multas	(103)	(835)	
Despesas alienação imobilizado/invest.	(89.526)	(5.218)	
Outras despesas operacionais	(9.191)	(2.586)	
(=) Sub-total Receitas (Despesas) correntes	**64.956**	**8.786**	**639,31%**
Outras Receitas (Despesas) Itapoá e Portinvest	(5.583)	(6.158)	-9,34%
Total	**59.373**	**2.628**	**2.159,25%**
Percentual sobre a ROL - correntes	-8,22%	-0,93%	
Percentual sobre a ROL - Porto	18,30%	70,36%	
Percentual sobre a ROL - Total	-7,24%	-0,28%	

• A variação na conta "Recuperação de despesas" em comparativo de 2012 versus 2011 refere-se à recuperação, em 2011, de impostos pagos indevidamente de Pis e Cofins na Battistella Indústria e Comércio Ltda identificado pela revisão nas bases de

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

cálculo de 2006. • Os valores apresentados como resultado baixa e/ou alienação de investimento no consolidado referem-se ao resultado positivo da venda, pela Battistella Indústria e Comércio Ltda., das ações da Mobasa, considerando o valor residual da empresa na data da transação, que era de R$ 87.300, e o valor de venda da mesma, R$ 175.000. • As despesas com provisões para contingências refere-se principalmente ao valor de R$ 15.053 referente a constituição de provisão para contingência cível de três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Indústria e Comércio e R$ 3.499 de contingências tributárias, referente à Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000. ***EBITDA*** *- Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* **LAJIDA -** Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

EBITDA	Acumulado 2012						Acumulado 2011					
	Consolidado Geral		Controladas Battistella		Porto + Portinvest (42%)		Consolidado Geral		Controladas Battistella		Porto + Portinvest (42%)	
		% s/Rol		% s/Rol		% s/Rol		% s/Rol		% s/Rol		% s/Rol
Lucro Bruto	**106.108**	**12,93%**	**93.174**	**11,80%**	**12.934**	**42,40%**	**124.943**	**13,16%**	**119.890**	**12,75%**	**5.053**	**57,74%**
Despesas operacionais			-									
Despesas com vendas	(27.468)	-3,35%	(25.917)	-3,28%	(1.551)	-5,08%	(29.018)	-3,06%	(28.310)	-3,01%	(708)	-8,09%
Despesas Gerais Administrativas	(91.735)	-11,18%	(79.397)	-10,05%	(12.338)	-40,45%	(68.627)	-7,23%	(57.290)	-6,09%	(11.337)	-129,54%
Resultado Financeiro - Rec (Desp)	(87.070)	-10,61%	(50.393)	-6,38%	(36.677)	-120,24%	(68.085)	-7,17%	(52.459)	-5,58%	(15.626)	-178,54%
Outras Rec (Desp) operacionais	59.373	7,24%	64.956	8,22%	(5.583)	-18,30%	2.628	0,28%	8.786	0,93%	(6.158)	-70,36%
IRPJ e CSLL	6.605	0,81%	(7.057)	-0,89%	13.662	44,79%	(2.216)	-0,23%	(11.593)	-1,23%	9.377	107,14%
Resultado operações descontinuadas	28	0,00%	28	0,00%	-	0,00%	(7.497)	-0,79%	(7.497)	-0,80%	-	0,00%
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	**(34.159)**	**-4,16%**	**(4.606)**	**-0,58%**	**(29.553)**	**-96,89%**	**(47.872)**	**-5,04%**	**(28.473)**	**-3,03%**	**(19.399)**	**-221,65%**
(+) IR e CSLL	(6.605)	-0,81%	7.057	0,89%	(13.662)	-44,79%	2.216	0,23%	11.593	1,23%	(9.377)	-107,14%
(+/-) Resultado Financeiro	87.070	10,61%	50.393	6,38%	36.677	120,24%	68.085	7,17%	52.459	5,58%	15.626	178,54%
(+) Deprec, amort e exaustão	30.775	3,75%	27.009	3,42%	3.766	12,35%	28.609	3,01%	28.597	3,04%	12	0,14%
(+/-) Participação minoritários	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
EBITDA	**77.081**	**9,40%**	**79.853**	**10,11%**	**(2.772)**	**-9,09%**	**51.038**	**5,38%**	**64.176**	**6,82%**	**(13.138)**	**-150,11%**
Resultado operações descontinuadas	28	0,00%	28	0,00%	-	0,00%	(7.497)	-0,79%	(7.497)	-0,80%	-	0,00%
EBITDA Operações continuadas	**77.053**	**9,39%**	**79.825**	**10,11%**	**(2.772)**	**-9,09%**	**58.535**	**6,17%**	**71.673**	**7,62%**	**(13.138)**	**-150,11%**

Rol - Receita Operacional Líquida	Acumulado 2012	Acumulado 2011
ROL empresas Controladas	789.863	940.525
ROL Porto e Portinvest	30.503	8.752
ROL Total	**820.366**	**949.277**

O acréscimo do EBITDA em 2012 vesus 2011 deve-se principalmente à operação de venda das quotas da empresa Mobasa, que resultou num valor líquido de R$ 87.670 aproximadamente. Outro fator relevante que impactou no resultado foi a redução de aproximadamente R$ 18.800 no lucro bruto, em decorrência principalmente da redução da ROL no segmento Administração e Veículos Pesados, conforme citado anteriormente. No acumulado de 2012 ocorreram algumas despesas não usuais que impactaram nessa redução: a) Classificados acima na rubrica "Outras Receitas (Despesas) Operacionais": (R$ 5.533) - Registro de "Custo de Ociosidade" que refere-se a custos fixos não alocados aos produtos na operação portuária e reconhecidos diretamente como despesa no período incorrido, em atendimento ao CPC 16. (R$ 3.499) - Aumento de contingências tributárias, pelo reconhecimento como despesa referente ao Pis semestralidade compensado indevidamente no período de fevereiro de 1997 a março de 2000. (R$ 15.053) - Constituição de provisão cível contra a Battistella Indústria e Comércio pela rescisão de contratos pertinentes ao projeto florestal São José. (R$ 2.030) - Registro na conta "Despesas Alienação Imobilizado/Investimentos" refere-se à ajuste do preço de venda da Battistella Distribuidoria acordado com SDMO do Brasil. Abaixo, apenas para fins gerenciais, segue geração de caixa pelo método indireto, sem contar com os efeitos do Porto de Itapoá, restando, assim, apenas as empresas 100% controladas pela Companhia.

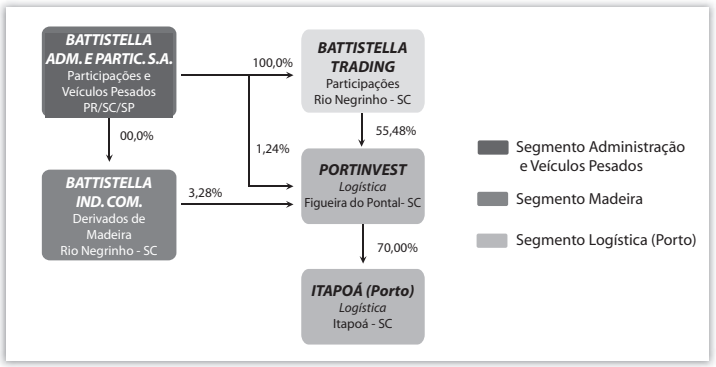
FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - SEM O PORTO: BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora) e CONTROLADAS: (consolidado) SEM O CONSOLIDADO PORTINVEST (Itapoá + Portinvest)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado Battistella (Sem o Porto) 31.12.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	29.275
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	
Depreciação e amortização	7.259
Exaustão e ativo biológico	12.078
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	50.509
Despesa (Receita) de equivalência patrimonial	(26.589)
Despesa (Receita) na alienação de investimentos	(87.300)
Despesa (Receita) na baixa imobilizado	(328)
Despesa (Receita) com ativos biológicos	802
Provisão para credito de liquidação duvidosa	2.093
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	1.123
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22.047
	10.968
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber de clientes	(30.152)
Estoques	3.870
Impostos a recuperar	(3.480)
Outras contas a receber	(26.234)
Ativos de operações descontinuadas	15.731
Despesas antecipadas	134
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	4.649
Obrigações tributárias e sociais	(1.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.425)
Adiantamento de clientes	527
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	(66.199)
Juros sobre debêntures pagos	(15.000)
Outras contas a pagar	20.061
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(93.648)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Dividendos recebidos	(922)
Caixa e equivalente de caixa pela venda Mobasa	883
Integralização de capital em controladas em conjunto	41.912
Aquisição de ativo imobilizado	(12.720)
Ganho na alienação de investimento	156.495
Alienação de ativo intangível	(83)
Aquis. Novas florestas/Plantio de ativo biológico	(9.984)
Pagamento de empréstimos a empresas ligadas (mútuo ativo)	3
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas (mútuo ativo)	(3)
Aplicação (resgate) de títulos e valores mobiliários	7.215
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**182.797**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Captação de empréstimos e financiamentos	876.860
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(840.832)
Pagamento de empréstimos - empresas ligadas (mútuo passivo)	2.132
Pagamento de debêntures e notas promissórias comerciais	(30.000)
Aportes de Capital e adiantamento para aumento de capital	(86.166)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(78.006)**
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**11.142**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	15.629
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	26.771
	11.142

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO: Contas Patrimoniais - Consolidado: CAIXA, BANCOS E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO: Para melhor compreensão, segregamos as contas da empresa Itapoá Terminais Portuários S.A e Portinvest.

ENDIVIDAMENTO	2012	2011	Variação
Caixa e Bancos	**39.963**	**32.696**	**7.267**
Empresas Controladas	26.068	21.730	4.338
Itapoá e Portinvest	13.895	10.966	2.929
Endividamento	**442.929**	**488.356**	**(45.427)**
Empresas Controladas	159.978	235.593	(75.615)
Operações Vendor (Fornecedor Scania) e Venpec	86.712	52.871	33.841
Itapoá e Portinvest	196.239	199.892	(3.653)
Endividamento Líquido	**402.966**	**455.660**	**(52.694)**
Empresas Controladas	133.910	213.863	(79.953)
Empresas Controladas - Vendor e Venpec	86.712	52.871	33.841
Itapoá e Portinvest	182.344	188.926	(6.582)

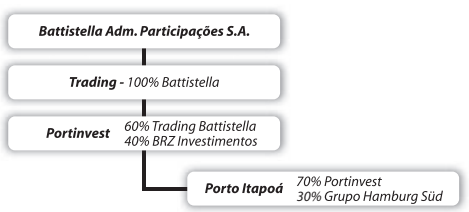
Dentre o endividamento das empresas controladas, em 2012, R$ 86.712 (R$ 52.871 em 2011) referem-se a operações de Vendor - financiamento do fornecedor Scania. Sobre a ótica do endividamento líquido, sem as operações de Vendor e portuárias, a Companhia registrou uma redução de R$ 79.953 nos empréstimos, se comparado a 2011. Isto, devido à transação de venda da Mobasa, cujos recursos financeiros decorrentes dessa operação foram destinados à redução do endividamento bancário da Companhia. Ver nota explicativa n° 1. CLIENTES - Foi registrado em 2012 o giro líquido de clientes de 36 dias versus 45 dias em 2011. FORNECEDORES - Foi registrado em 2012 o giro líquido de fornecedores de 12 dias, versus 17 dias em 2011. ESTOQUES - Foi registrado em 2012 o giro de estoques de 12 dias versus 16 dias em 2011. **ESTRUTURA SOCIETÁRIA E DESEMPENHO ECONÔMICO POR SETORES ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO 31/12/2012**



MERCADO E SEGMENTO - ADMINISTRAÇÃO E VEÍCULOS PESADOS: A produção industrial brasileira mostrou queda generalizada em 2012. Entre as diversas atividades, a de veículos automotores exerceu a maior influência negativa (-13,5%) na formação do índice geral, pressionada pela redução na produção dos produtos pesquisados no setor, em especial a menor fabricação de veículos pesados, motores e autopeças, segundo dados do IBGE. Conforme divulgado pela Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, em 2012 foram produzidos 43.253 veículos pesados versus 68.916 em 2011. As vendas de caminhões no país ganharam impulso quando foi publicada a portaria do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) que regulamentou a nova linha de crédito PSI-Finame com juros de 2,5% ao ano, condição que foi mantida até dezembro de 2012. A procura foi muito grande e chegou a faltar modelos, porque as fábricas tinham se ajustado para produzirem menos (reduzindo a jornada e suspendendo temporariamente contratos de trabalho), por causa da fraca demanda até então. Fabricantes de caminhões projetam para 2013 o início de uma recuperação das vendas, após o mercado ser abalado, neste ano, tanto pela transição de tecnologias de motor - com vista à nova lei de emissões - quanto pela desaceleração da economia, sobretudo na indústria. A previsão é que, com o anuncio do governo de que a venda de caminhões terá isenção total do IPI durante todo o ano de 2013, o segmento espera impulsionar sua recuperação que acumula uma retração de quase 20% em relação a 2011, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). O governo também pretende manter juros reduzidos para financiamento de caminhões com recursos do BNDES. Em dezembro de 2012 as taxas do Finame PSI ficaram em 2,5% ao ano, as mais baixas da história. Em janeiro passarão para 3% ao ano e, em julho, para 4% ao ano.
SETOR BATTISTELLA - ADMINISTRAÇÃO/VEÍCULOS PESADOS

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO/VEÍCULOS PESADOS	2012	2011
Lucro (ou Prejuízo) do período	**(34.153)**	**(47.926)**
(+) Resultado Financeiro	47.484	32.355
(+) IRPJ e CSLL	2.636	1.422
(+) Depreciação, amortização e exaustão	2.035	216
(=) EBITDA	**18.002**	**(13.933)**
(=) EBIT	**15.967**	**(14.149)**

Houve retração no mercado de veículos pesados, conforme já citado anteriormente. Apesar disso houve acréscimo do EBITDA, pelo reflexo na controladora das vendas de ativos florestais de controlada. No segmento veículos, em 2012 foram vendidas 1.960 unidades, sendo 1.844 caminhões pesados e 116 ônibus, versus 2.449 em 2011, sendo 2.399 caminhões pesados e 50 ônibus. A entrada do caminhão semipesado no portfólio de produtos Scania, permitirá uma atuação em novos segmentos não atendidos pelos modelos pesados. Por outro lado, em virtude da forte concorrência inerente ao mercado de caminhões semipesados a margem final desses modelos é menor. Na unidade de peças e serviços, os resultados foram bons, acompanhando a tendência do setor. Estrategicamente a unidade continua focando na venda de contratos de manutenção preventiva, venda de peças e pacotes promocionais. **SEGMENTO - LOGÍSTICA (PORTO) - TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAPOÁ**



continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

A Itapoá Terminais Portuários S.A, tem sede no município de Itapoá-SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo III da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista. A finalização das obras e início das operações do porto ocorreu em junho de 2011, com investimentos no montante aproximado de R$ 500.000, totalmente custeado por aportes de capital e por meio de captação de financiamento. Inovador, o Porto de Itapoá foi planejado e construído com mínima interferência no meio ambiente. Em sua estrutura, destaca-se uma ponte de acesso de 230 metros que faz a ligação do píer com o pátio de contêineres. Essa configuração manteve intacta e preservada a praia da Figueira do Pontal, que foi urbanizada e fica aberta à população. A escolha do município de Itapoá para sediar o empreendimento foi motivada pela localização estratégica, na Baía da Babitonga, na divisa de dois importantes estados exportadores do Sul - Paraná e Santa Catarina - que já têm tradição em operações portuárias. Com calado natural de 16 metros, o Porto Itapoá, além da movimentação de contêineres de longo curso, atua também como um hub port, concentrando cargas de importação e exportação, permitindo redistribuir, por cabotagem, mercadorias para outros portos do Brasil e da América do Sul. Com o acesso completamente asfaltado, o Porto Itapoá espera aumentar ainda mais a sua capacidade de operação dos atuais 10 mil contêineres/mês para 30 mil contêineres até o final de 2012. No mês de dezembro, o Porto Itapoá alcançou a melhor performance operacional entre os terminais portuários brasileiros que possuem até 4 portêineres. A Marinha do Brasil estabeleceu novos parâmetros operacionais para Portos de Itapoá e São Francisco do Sul. A Marinha do Brasil, através da Capitania dos Portos de Santa Catarina, em conjunto com a Delegacia da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, emitiu portaria nº 48/cpsc, de 17 de outubro de 2012, elevando os parâmetros dos navios mercantes que atracam nos Portos de Itapoá e São Francisco do Sul. Segundo a portaria, assinada pelo capitão Claudio da Costa Lisboa, ficam homologados os seguintes parâmetros: • Porto de São Francisco do Sul: navios até 310 metros de comprimento e 40 metros de largura. • Porto Itapoá: navios até 334 metros e 46 metros de largura. Os calados nos dois portos sofrem variações de acordo com o comprimento dos navios. Além disso, navios com até 286 metros de comprimento e 40 metros de largura, poderão efetuar suas manobras nos períodos diurno e noturno. Nessas condições, o Complexo Portuário da Babitonga torna-se referência nacional na atracação dos grandes navios mercantes. Esta tendência é uma das principais características da navegação moderna, onde os armadores investem cada vez mais na construção dos ditos "Super-Navios", porém, poucos terminais têm condições de recebê-los, especialmente no Brasil. Dessa forma, o complexo sai na frente e reforça ainda mais sua vantagem competitiva no cenário mundial da logística e do comércio internacional. Uma série de estudos náuticos estão sendo concluídos com o objetivo de melhorar ainda mais os parâmetros operacionais do Complexo da Babitonga, tornando o mesmo o destino certo das grandes embarcações na região Sul do Brasil. Com a conclusão definitiva dos 27 km da SC-415, Itapoá passou a ter acesso próprio, já que a rodovia faz a ligação do terminal à BR-101, uma das principais estradas do país. Outra grande conquista do Porto, a Linha de Transmissão de Energia de 138 kV, foi totalmente ativada em fevereiro, garantindo o suprimento de energia adequada para abastecer o empreendimento e toda a cidade de Itapoá. **MERCADO E SEGMENTO - MADEIRA:** No Brasil, apesar de estar em uma situação bem mais positiva que as economias da Europa e Americana, as incertezas mundiais também trazem oscilações em quase todos os setores. No segmento de madeira processada, no acumulado do ano de 2012 as exportações e importações foram ligeiramente menores que 2011: de janeiro a novembro as exportações totalizaram US$ 1.722,98 milhões, apresentando uma pequena redução de 0,2% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Por sua vez, as importações de janeiro a novembro de 2012 totalizaram US$ 155,89 milhões e foram 3,0% inferiores a 2011. Portanto, o ano de 2012 encerra-se com números muito parecidos com 2011 nesse segmento. A crise internacional e o desaquecimento da economia interna não afetaram significativamente o segmento de madeira processada, principalmente devido ao crescimento da construção civil. Para 2013 espera-se uma melhora, pois com o aquecimento da construção civil, a compra de madeira e derivados, principalmente painéis devem continuar no próximo ano. Também as obras e preparativos para a copa do mundo no Brasil em 2014, as olimpíadas de 2016 e o programa do governo MCMV também garantirão bom desempenho desse segmento. Fonte: CI Florestas. SETOR BATTISTELLA - MADEIRA: O segmento "madeira" é dedicado à industrialização e comercialização de madeiras e toras de madeira. Indústria - A industrialização e comercialização de madeira processada, seja para o mercado interno ou externo, continua como foco da Companhia. Esta unidade vem respondendo paulatinamente e positivamente ao processo de reestruturação iniciado no ano de 2010.

BATTISTELLA IND. E COMÉRCIO	2012	2011
Lucro (ou Prejuízo) do período	**(3.698)**	**(6.336)**
(+/-) Resultado Financeiro	3.129	2.771
(+) IRPJ e CSLL	3.289	36
(+) Depreciação, amortização e exaustão	6.708	7.318
(=) EBITDA	**9.428**	**3.789**
(=) EBIT	**2.720**	**(3.529)**

No resultado de 2012 demonstrado no quadro acima, o resultado líquido da venda de sua participação na Mobasa monta em R$ 87.700, e as despesas com contingências civeis no valor de (R$ 15.050). SETOR BATTISTELLA - FLORESTAS E OPERAÇÕES FLORESTAIS: Conforme detalhado no início deste relatório e também nas notas explicativas do balanço 2012, e em consonância com o planejamento estratégico da Companhia, foi finalizada a operação de venda da empresa Mobasa, detentora de todos os ativos florestais, não sendo mais, portanto, integrante dos segmentos da Companhia as atividades do segmento florestal.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS - MERCADO E SEGMENTO - ENERGIA AUXILIAR - BATTISTELLA DISTRIBUIDORA E IND. PEÇAS E EQPTOS LTDA. BALANCETE - 31 DE JANEIRO DE 2012 - (Em R$ Mil)

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	**42.202**
Caixa e equivalente de caixa	303
Clientes	29.653
Adiantamentos	114
Tributos a recuperar	317
Estoques	11.724
Despesas do exercício seguinte	88
Outros créditos	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.143**
Realizável a longo prazo	**1.821**
Tributos a recuperar	1.446
Obrigações sub júdices	362
Outros créditos	14
Imobilizado	**2.197**
Intangível	**125**
TOTAL DO ATIVO	**46.345**
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	**29.606**
Fornecedores	15.825
Obrigações tributárias, trab e previd.	4.837
Parcelamentos de Impostos a pagar	2.913
Adiantamentos recebidos	3.113
Outros valores a pagar	41
Partes Relacionadas (a pagar p/Battistella ref mútuo)	171
Partes Relacionadas (a pagar p/Battistella ref Rateio)	208
Provisões	2.498
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**3.653**
Parcelamentos de Impostos a pagar	2.536
Provisões	1.117
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13.087**
Capital social	133.340
Lucros (prejuízos) acumulados	(120.282)
Lucro (prejuízo) de Janeiro/2012	28
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**46.345**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Receita bruta	9.056
(-) Deduções sobre receita bruta	(1.677)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**7.379**
(-) Custo das vendas	(5.788)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	**1.591**
Receitas (despesas) operacionais	**(1.524)**
Despesas comerciais	(854)
Despesas gerais e administrativas	(738)
Receita (despesa) financeira	53
Outras receitas operacionais	186
Outras despesas operacionais	(171)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**67**
Imposto de renda e contribuição social	(39)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**28**

Conforme mencionado nesse relatório, em dezembro de 2011 a Battistella vendeu a totalidade das cotas da empresa Battistella Distribuidora, empresa que concentrava as atividades de "venda de grupos geradores da marca Maquigeral" para a empresa SDMO do Brasil. O balanço de fechamento para a referida venda foi o de 31.01.2012, acima demonstrado. O preço de venda teve como base os ativos líquidos operacionais da companhia em 31.01.2012 e fixado em três parcelas. A primeira parcela foi liquidada em 11 de junho de 2012 no valor de R$ 2.299 conforme 3º aditamento do Contrato de compra e venda onde determinou-se o "Preço de Compra". Ainda resta a ser recebido o valor de R$ 6.000, o qual permanece em uma conta de depósito em garantia (*escrow account*) e deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem. **AUDITORES INDEPENDENTES:** Atendendo à instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que não foram prestados pela KPMG Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, serviços não relacionados a auditoria independente que superassem 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. Curitiba, 05 de março de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.797	15.028	38.210	21.929
Títulos e valores mobiliários	5	1.343	6.358	1.753	6.392
Contas a receber de clientes	6	105.199	70.650	112.697	80.356
Valores a receber de arrendamento mercantil	7	114	3.135	114	3.135
Estoques	8	14.001	19.082	18.154	23.147
Impostos a recuperar	9	5.613	716	8.636	4.113
Dividendos a receber	11	-	6.349	-	-
Adiantamentos diversos		4.553	2.855	4.926	3.204
Outras contas a receber	10,11	17.255	3.615	3.019	3.407
Despesas antecipadas		316	389	578	712
Ativos classificados como mantidos para venda		-	-	120	-
Operações descontinuadas					
Ativos de operações descontinuadas	26	-	15.665	-	49.188
Total ativo circulante		172.191	143.842	188.207	195.583
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	4.375
Valores a receber de arrendamento mercantil	7	-	147	-	147
Depósitos judiciais	20	1.586	1.509	2.891	2.881
Dividendos a receber		6.349	-	-	-
Mútuos a receber com partes relacionadas		113	11.960	-	-
Impostos a recuperar	9	98	404	18.065	19.729
Impostos diferidos		-	141	31.595	18.038
Outras contas a receber		6.075	127	24.580	127
Investimentos	12	51.924	116.468	38	37
Imobilizado	13	16.020	16.482	227.445	251.649
Propriedade para investimento		-	-	2.107	2.169
Ativo biológico	14	-	-	-	68.469
Intangível	15	274	419	1.408	1.789
Total ativo não circulante		82.439	147.657	308.129	369.410
Total do Ativo		254.630	291.499	496.336	564.993

PASSIVO		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Fornecedores	16	9.298	3.804	14.113	10.520
Empréstimos e financiamentos	17	139.873	134.186	175.396	181.692
Debêntures	18	10.025	14.859	10.025	14.859
Obrigações sociais e trabalhistas		4.403	4.767	7.526	7.862
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	21	390	582	1.298	2.397
Obrigações tributárias		5.618	2.405	6.943	3.704
Dividendos a pagar	11	303	303	303	575
Credores diversos	11,19	6.295	16.087	12.480	3.428
Recursos a devolver a consorciados	19	-	-	1.857	1.970
Adiantamentos de clientes	19	5.499	4.950	5.800	5.273
Provisão para passivo a descoberto em controlada	12	13.191	1.727	-	-
Operações descontinuadas					
Passivos associados a operações descontinuadas	26	-	-	-	33.337
Total Passivo Circulante		194.895	183.670	235.741	265.617
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	16.579	18.725	178.422	188.090
Debêntures	18	79.086	103.715	79.086	103.715
Provisão para para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	20	11.204	3.779	31.199	9.152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	12	96	67	540
Obrigações sociais e tributárias		4.627	2.335	6.470	3.321
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	21	2.904	3.080	11.975	17.547
Credores diversos	19	10.637	7.260	18.690	7.544
Total Passivo não Circulante		125.049	138.990	325.909	329.909
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	22	-	-	(34.153)	
Capital social		151.556	151.556	151.556	151.556
Reserva de capital		1.254	1.254	1.254	1.254
Reservas de lucro		19.094	19.094	19.094	19.094
Lucros (prejuízos) acumulados		(237.218)	(203.065)	(237.218)	(203.065)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído a participação dos acionistas controladores		(65.314)	(31.161)	(65.314)	(31.161)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	-	628
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(65.314)	(31.161)	(65.314)	(30.533)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		254.630	291.499	496.336	564.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2012	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
Receita líquida de vendas e serviços	25	694.071	57.775	820.366	949.277
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14	-	-	(800)	(661)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(617.022)	(51.584)	(713.458)	(823.673)
Lucro bruto		77.049	6.191	106.108	124.943
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	27	(17.571)	(3.458)	(27.468)	(29.018)
Administrativas	27	(63.121)	(6.078)	(80.779)	(60.674)
Honorários dos administradores	27	(1.443)	(288)	(3.516)	(5.152)
Depreciação	27	(1.588)	(144)	(7.440)	(2.801)
Equivalência patrimonial	12	35.889	(3.170)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(13.276)	317	59.373	2.628
		(61.110)	(12.821)	(59.830)	(95.017)
Resultado financeiro líquido	29				
Receitas financeiras		4.130	1.713	4.169	5.134
Despesas financeiras		(51.335)	(34.870)	(90.578)	(74.559)
Variação cambial líquida		(279)	802	(661)	1.340
		(47.484)	(32.355)	(87.070)	(68.085)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.545)	(38.985)	(40.792)	(38.159)
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(2.651)	(24)	(7.224)	(10.964)
Diferido		15	(1.420)	13.829	8.748
Prejuízo do exercício proveniente das operações continuadas		(34.181)	(40.429)	(34.187)	(40.375)
Prejuízo do exercício proveniente de operações descontinuadas	26	28	(7.497)	28	(7.497)
Prejuízo do exercício		(34.153)	(47.926)	(34.159)	(47.872)
Prejuízo atribuído aos:					
acionistas controladores		(34.153)	(47.926)	(34.153)	(47.926)
acionistas não controladores		-	-	(6)	54
Prejuízo por ação	33				
Proveniente de operações continuadas e descontinuadas:					
Prejuízo básico/diluído por ação ON - R$ 1		(0,228)	(0,320)	(0,228)	(0,320)
Prejuízo básico/diluído por ação PN - R$ 1		(0,228)	(0,320)	(0,228)	(0,320)
Proveniente de operações descontinuadas:					
Prejuízo básico/diluído por ação ON - R$ 1		0,000	(0,050)	0,000	(0,050)
Prejuízo básico/diluído por ação PN - R$ 1		0,000	(0,050)	0,000	(0,050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(34.159)	(47.298)
Resultado abrangente consolidado do exercício	(34.159)	(47.298)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(34.153)	(47.926)
Atribuído a Sócios não Controladores	(6)	628

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2012	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (operações continuadas)	(31.283)	(38.985)	(40.530)	(38.159)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				
Depreciação e amortização	1.825	474	18.454	13.491
Exaustão de ativo biológico	-	-	12.078	20.641
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	35.170	26.428	87.070	60.129
Encargos financeiros sobre operações de mútuo com empresas ligadas	(1.946)	-	-	-
Perda (ganho) equivalência patrimonial	(36.151)	3.170	-	-
Perda (ganho) na alienção de investimentos	-	28	(87.300)	57
Perda (ganho) na alienação ou baixa de imobilizado	350	47	(295)	1.752
Perda (ganho) com ativos biológicos	-	-	802	661
Provisão para credito de liquidação duvidosa	1.153	1.118	2.093	1.264
Reversão da provisão para obsolescência de estoques	-	-	1.123	(336)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	6.272	459	22.047	6.180
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(15.716)	49.016	(31.198)	18.289
Estoques	5.081	3.164	3.870	(1.097)
Impostos a recuperar	(7.170)	8.262	(2.859)	(7.714)
Outras contas a receber	(6.939)	38.221	(26.680)	36.149
Ativos de operações descontinuadas, líquido	-	-	15.731	(8.054)
Despesas antecipadas	73	8	134	(46)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	5.494	(8.653)	3.593	(10.504)
Obrigações tributárias e sociais	4.773	(2.450)	(621)	916
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(9.350)	(7.425)	(10.678)
Adiantamento de clientes	549	(9.805)	527	857
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	(32.176)	(8.530)	(66.199)	(23.274)
Juros sobre debêntures pagos	(15.000)	(19.203)	(15.000)	(19.203)
Transações com partes relacionadas	(13.696)	(11.571)	-	-
Outras contas a pagar	7.717	1.570	20.070	4.359
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(91.620)	23.418	(90.515)	45.680
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos (pagos)	28	22.827	(922)	-
Caixa e equivalente de caixa pela venda da Mobasa	-	-	883	-
(Integralização) redução de capital em controlada em conjunto	(57.001)	1.890	-	(1.973)
Aquisição de ativo imobilizado	(1.493)	(312)	(16.470)	(23.075)
Alienação de ativo imobilizado	-	-	-	5.356
Ganho na alienação de investimento	156.495	-	156.495	-
Aquisição de ativo intangível	(75)	(44)	(179)	(497)
Aquisição novas florestas/plantio de ativo biológico	-	-	(9.984)	(8.941)
Liquidação de empréstimos a empresas ligadas (mútuo ativo)	(5.734)	(21.897)	-	-
Captação de empréstimos a empresas ligadas (mútuo ativo)	17.070	25.397	-	-
(Aplicação) resgate de titulos e valores mobiliários	5.015	-	9.014	(2.891)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	114.305	27.861	138.837	(32.021)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	874.084	75.830	876.860	849.119
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	(858.000)	(122.366)	(878.901)	(890.681)
Captação de empréstimos - empresas ligadas (mútuo passivo)	-	26.374	-	-
Pagamento de empréstimos - empresas ligadas (mútuo passivo)	-	(40.958)	-	-
Captação por emissão de debêntures e notas promissórias comerciais	-	120.000	-	120.000
Pagamento de debêntures e notas promissórias comerciais	(30.000)	(101.093)	(30.000)	(101.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(13.916)	(42.213)	(32.041)	(22.655)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.769	9.066	16.281	(8.996)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	15.028	5.962	21.929	30.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	23.797	15.028	38.210	21.929
	8.769	9.066	16.281	(8.996)
Transações que não afetaram o caixa:				
Capitalização de juros no imobilizado e intangível	-	-	-	18.015
Compra de ativo imobilizado ainda não pago	-	-	5.880	1.997
Provisão para contingências constituida no exercício	-	-	22.047	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2012	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
RECEITAS				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	768.103	63.990	908.392	1.198.165
Outras receitas	4.153	2	185.666	7.303
Provisão créditos de liquidação duvidosa	-	(1.118)	-	(1.264)
	772.256	62.874	1.094.058	1.204.204
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos prods, mercs e serv. vendidos	(673.721)	(56.435)	(724.251)	(867.431)
Materiais - energia servs terceiros - outros	(60.771)	(4.420)	(195.790)	(140.461)
Variação no valor justos dos ativos	-	-	-	(661)
	(734.492)	(60.855)	(920.041)	(1.008.553)
VALOR ADICIONADO BRUTO	37.764	2.019	174.017	195.651
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1.825)	(474)	(30.532)	(34.132)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	35.939	1.545	143.485	161.519
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	35.916	(10.667)	-	-
Receitas (despesas) financeiras	(4.905)	(4.188)	(5.638)	12.293
	31.011	(14.855)	(5.638)	12.293
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	66.950	(13.310)	137.847	173.812
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	66.950	(13.310)	137.847	173.812
Pessoal				
Remuneração direta	33.902	2.408	48.738	62.266
Benefícios	4.776	167	7.835	19.428
FGTS	2.870	636	4.034	5.115
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	9.084	2.679	15.985	38.532
Estaduais	1.665	701	4.408	5.086
Municipais	938	75	2.215	2.480
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	26.531	7.250	62.942	61.235
Juros sobre debêntures	15.264	20.256	15.264	20.256
Aluguéis	6.073	444	10.585	7.286
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(34.153)	(47.926)	(34.159)	(47.872)
Sócios controladores	(34.153)	(47.926)	(34.153)	(47.926)
Sócios não controladores	-	-	(6)	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros/ (prejuízos) Acumulados	Total Controladores	Total Não Controladores	Total Consolidado
Saldos em 1 de janeiro de 2011	**151.556**	**1.885**	**19.094**	**(154.956)**	**17.579**	**1.458**	**19.037**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47.926)	(47.926)	54	(47.872)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aquisição de ações de não controladores em empresa controlada (Mobasa)	-	(631)	-	-	(631)	(884)	(1.515)
Perda de participação sobre os não controladores	-	-	-	(183)	(183)	-	(183)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**151.556**	**1.254**	**19.094**	**(203.065)**	**(31.161)**	**628**	**(30.533)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	34.153	34.153	(6)	(34.159)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Perda de participação sobre os não controladores decorrente de venda de empresa controlada (Mobasa)	-	-	-	-	-	(622)	(622)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**151.556**	**1.254**	**19.094**	**(237.218)**	**(65.314)**	**-**	**(65.314)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: a. Atividades: A Battistella Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Conglomerado Battistella") é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA") que figura, nessas demonstrações financeiras, como controladora e "Holding". O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Adm. de Bens Ltda. A Battistella Administração e Participações S.A. e suas controladas têm como principais atividades preponderantes: **a.** Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas; **b.** Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados; **c.** Prestação de serviços sob a forma de trading company atuando com exportação e importação; **d.** Exploração do ramo de transporte intermodal; **e.** Participação em outras sociedades. Em 9 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Controlada Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda., o qual prevê data de fechamento após cumpridas condições precedentes previstas no referido Contrato. A venda foi efetivada em 3 de fevereiro de 2012 (ver nota explicativa 26). Tendo em vista que os critérios para consideração dessa operação como descontinuada já haviam sido atendidos em períodos anteriores, conforme orientações do CPC 31 (IFRS 5) - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas, a Companhia demonstrou os efeitos da mesma nas demonstrações financeiras comparativas. Em função das atividades da controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S.A. ("Porto") terem se iniciado em junho de 2011, a mesma, quando necessário, recebe apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e, principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir todas as necessidades de caixa, o que a Administração espera que ocorra no decorrer de 2013. Em 20 de abril de 2012 foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, sendo composto por três membros efetivos e três suplentes, conforme Ata da 17ª Assembleia Geral Ordinária. **b. Incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda.:** Em 8 de abril de 2011, a Battistella Administração e Participações S.A. divulgou ao mercado Fato Relevante comunicando sua intenção de, em consonância com seu planejamento estratégico, realizar a incorporação de sua controlada, Battistella Veículos Pesados Ltda.. Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda. (Incorporada) na Battistella Administração e Participações S.A. (Incorporadora), conforme Ata da 29ª Assembleia Geral Extraordinária e Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação foi justificada pelos seguintes fatos: a) a Incorporada é uma sociedade controlada pela Incorporadora, que detém 100% de seu capital social; b) o Conglomerado Battistella tem focado na permanente busca do fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional; c) que a incorporação é a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e os objetivos de ambas as Companhias; d) que a incorporação resultará em ganhos de sinergia, com redução de custos financeiros e operacionais, bem como a simplificação de sua estrutura societária; e) que a incorporação não resultará em qualquer tipo de resultado negativo para qualquer uma das partes, clientes, fornecedores e/ou credores. A incorporada tinha o capital social de R$ 19.214, totalmente integralizado em moeda nacional dividido em 19.214 quotas sociais de valor nominal de R$ 1,00 a unidade, totalmente subscritas e integralizadas. Sendo a incorporadora controladora da incorporada, com participação de 100% do capital social, essa incorporação não gerou acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora, motivo pelo qual não houve aumento de capital, nem emissão de novas ações. Por força do presente ajuste, não houve relação de troca de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da Incorporada já estão integralmente refletidos no patrimônio líquido da Incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoveu a baixa na sua conta de investimento. Na análise das demonstrações financeiras comparativas de 2011, essa situação deve ser levada em consideração. **c. Venda da controlada Mobasa:** Em 19 de março de 2012 foi publicado "fato relevante" em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, artigo 157, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e no interesse de informar aos seus acionistas, ao mercado em geral, e aos demais interessados, que a Companhia havia contratado uma instituição financeira de primeira linha para assessorar a Companhia na alienação das atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas ("Operação"), em linha com seu planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade. A estrutura da operação possibilitou a concentração de parte relevante de seus ativos relacionados às atividades do setor florestal, em um único veículo, o qual foi objeto de alienação. Os ativos relacionados à atividade florestal que foram objeto da Operação consistiram, especialmente, na propriedade de imóveis rurais localizados no estado de Santa Catarina e do Paraná com área total aproximada de 40 mil hectares, dos quais, 16 mil hectares de área produtiva, contendo reflorestamento de pinus taeda, além das atividades de negócio relacionadas, tais como silvicultura e colheita, dentre outros. Nas demosntrações financeiras precedentes a efetivação da venda, a Companhia não considerou a operação como destinada à venda ou operação descontinuada, uma vez que essa não atendeu aos critérios exigidos pelo CPC 31 (IFRS 5) - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Para que esse fosse o caso, o ativo deveria estar com disponibilidade imediata em suas condições atuais. As florestas e terras em questão eram garantidoras de empréstimos (ver nota explicativa 17), por este motivo, para que a operação de venda das florestas fosse bem sucedida, foram estruturados mecanismos para a conclusão da negociação, ou seja, a transação de recebimento financeiro ficou atrelada à amortização da dívida. Como parte do Projeto, em junho de 2012, foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S.A. - ("Mobasa"), pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais: • A Companhia realizou operação de "recompra" das florestas Santa Ursula e Santa Luzia que compunham saldo a receber da empresa Pyatov pelo valor de US$ 1.500.000 (mesmo valor que anteriormente havia sido vendido). A operação anterior que deu origem a esse saldo devedor ocorreu em dezembro de 2010, quando a Companhia vendeu 100% das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que formam o capital social da Sociedade denominada Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S.A. Os ativos dessa empresa estavam compostos por árvores de pinos e outras espécies, localizadas nos municípios de Bocaina do Sul, Correia Pinto, Bom Retiro, Otacílio Costa e Capão Alto, todos no Estado de Santa Catarina. A venda foi efetuada pelo valor de US$ 23.100.000 à Sociedade Pyatov Participações Ltda., dos quais estava pendente um saldo remanescente a receber no valor de US$ 1.500.000, então registrados na conta devedores diversos, referentes as florestas objeto da recompra (Santa Ursula e Santa Luzia). • Foi realizada operação de "dação em pagamento" pela Battistella Administração e Participações S.A. (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R$ 3.061 (valor de livros), dando assim quitação parcial de dívida existente entre as empresas (o saldo em aberto em 31 de maio de 2012 era R$ 13.051), restando um saldo de R$ 9.991 naquela data. Tendo em vista que foi utilizado valor de livros nessa transação, nenhum ganho ou perda foi registrado nas empresas. • Foi realizada operação de "Dação em pagamento" pela Battistella Administração e Participações S.A. (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência de 1.614.007 ações da Mobasa correspondente a 6,4967% do capital social pelo valor de R$ 9.991 (valor de livros), dando assim quitação no saldo existente da dívida entre as empresas. • Foi realizada operação de "Dação em pagamento" pela Battistella Indústria e Comércio Ltda. (devedora) para Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R$ 3.061 (valor de livros) dando quitação parcial do saldo de mútuo existente entre as empresas, conforme nota explicativa 11. • Em 1 de outubro de 2012, com o objetivo de concentrar as ações da Mobasa na Battistella Indústria e Comércio Ltda. ("BIC"), houve transferência das ações entre as empresas, a qual ocorreu através da emissão de 142.707 quotas sociais subscritas e integralizadas pela sócia, aumentando o capital da BIC em R$ 142.707. Em 26 de outubro de 2012, a BIC celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S.A., efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da MOBASA de sua titularidade, que representava, aproximadamente 99,30% do capital social e votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluíndo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data. Por ocasião da venda da MOBASA, a Companhia apurou ganho no valor de R$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R$ 175.000. Na mesma data, foi reduzido o capital social da BIC pela Controladora, no montante de R$ 112.500, via transferência dos recursos financeiros gerados na venda da MOBASA, representando 112.500 quotas sociais com o mesmo valor nominal, permanescendo a BIC com o capital de R$ 169.545. Conforme estipulado no Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças, do total do valor de venda, de R$ 175.000, foram depositados diretamente pela compradora, no ato da transação, em contas corrente de Bancos mantidas pela vendedora para remoção dos ônus sobre os imóveis e seus respectivos ativos florestais, reduzindo o endividamento bancário da Companhia, em R$ 103.300. Parcela no valor de R$ 53.195 foi depositada na conta da Companhia, sendo que a diferença, no montante de R$ 18.505 permanece em conta 'escrow', referentes a outras obrigações e garantias contratuais, a serem liberados mediante o cumprimento de tais obrigações. A Companhia, após a venda da empresa Mobasa, deixa de deter ativos florestais. **d. Baixa de empresas inativas:** ***Battistella Administradora de Bens Ltda.:*** Em 1° de agosto de 2012 foi encerrada a empresa Battistella Administradora de Bens Ltda, que naquela data possuía Patrimônio Líquido Líquido de R$ 9 sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S.A., que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, na data do Distrato, citada acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade. ***Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda.:*** Em 27 de junho de 2012 foi encerrada a empresa Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda, a qual naquela data possuía Patrimônio Líquido de R$ 1, sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S.A., que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, no ato do Distrato, citado acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade. **e. Reestruturação do endividamento oneroso:** A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações. Em junho de 2011, houve emissão de debêntures de longo prazo, no valor de R$ 120.000. Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie Com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R$ 30.000 de modo que o valor nominal final das Debêntures devido pela Companhia passou a ser de R$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 18). **f. Continuidade operacional:** Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, a Administração planeja liquidar, substancialmente, a dívida de curto prazo e, com o início das operações do Porto, espera aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas. **2.3. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativo biológico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **a. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram preparadas com base nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseando-se no pronunciamento CPC 36 (IAS 27) - Demonstrações Consolidadas. O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Controle	Participação e capital votante detidos - %	
				31.12.2012	31.12.2011
Battistella Adm. de Bens Ltda. (*1)	Compra e venda imóveis	Curitiba/PR	direto	0,00%	100,00%
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com. atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Battistella Trading S.A. - Com. Intern.	Participações em outras sociedades	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Modo Battistella Refl. S.A. - Mobasa(*2)	Atividades de produção florestal	Rio Negrinho/SC	direto	0,00%	99,29%
Portinvest Participações S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	60,00%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	indireto	42,00%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Holding	Curitiba/PR		100,00%	100,00%
Battistella Ind.Com. Máquinas Ltda.	Ind. e comércio de máquinas, veículos e motores em geral e implementos agrícolas e rodoviários	Colombo/PR	direto	100,00%	100,00%
Battrol Distr. e Imp. de Rol. e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São Paulo/SP	direto	100,00%	100,00%
Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda. (*3)	Administração de bens, títulos, direitos e renda própria	Curitiba/PR	direto	0,00%	100,00%
Battistella Distrib. e Ind. de Peças Equipamentos Ltda. (*4)	Com.Distrib.e Prestação de Serviço no segmento de Energia Auxiliar	São Paulo/SP	direto	0,00%	100,00%

(*1) Empresa baixada em setembro de 2012.
(*2) Empresa alienada em dezembro de 2012.
(*3) Empresa baixada em julho de 2012.
(*4) Empresa alienada em fevereiro de 2012.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S.A. estão consolidados de forma proporcional na empresa Portinvest Participações S.A. ("Itapoá", "Porto" ou "controlada em conjunto"), a qual detem 70% do capital daquela empresa. Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S.A. ("Portinvest") estão consolidados de forma proporcional na empresa Battistella, que detem 60% do capital da Portinvest (vide nota explicativa 12). **b. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. ***Vendas de produtos:*** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida. As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e trasferência legal da titularidade dos mesmos. ***Serviços:*** As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente. No Porto, a receita de serviços é reconhecida a medida que a movimentação dos contêineres é efetuada ou a medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação a mensuração dos serviços ou a materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **c. Arrendamento:** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional. ***A Companhia como arrendadora:*** As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos. ***A Companhia como arrendatária:*** Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **e. Contas a receber:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

no tempo e toma como base taxas de mercado. **f. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros. **g. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **h. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. ***Impostos correntes:*** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, com exceção da Modo Battistella Reflorestamento S.A. - MOBASA que apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. ***Impostos diferidos:*** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período. **i. Imobilizado:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 13, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **j. Propriedade para investimentos:** As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages - SC, de propriedade da Controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011 e 2012. **k. Ativos intangíveis:** ***Ativos intangíveis adquiridos separadamente:*** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. ***Baixa de ativos intangíveis:*** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **l. Ativo biológico:** Os ativos biológicos corresponderam a florestas de pinus, quando estas eram destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tinha um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se referia. Os ativos biológicos foram mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14. A mensuração dos ativos biológicos foram feitas semestralmente, desde que não houvessem indicativos ou indícios de mudanças significativas pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorreram, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo foi determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado. **m. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **n. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **o. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **p. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **q. Ativos financeiros:** A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir: **a.** ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; **b.** investimentos mantidos até o vencimento; **c.** empréstimos e recebíveis; **d.** ativos financeiros disponíveis para venda; ***Método de juros efetivos:*** O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. ***Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou • Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou • Seja um derivativo não designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou • Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e • Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou • Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Receita Financeira", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23. ***Investimentos mantidos até o vencimento:*** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. ***Baixa de ativos financeiros:*** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **r. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio:** ***Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio:*** Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. ***Instrumentos de patrimônio:*** Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia. ***Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Empréstimos e Recebíveis". ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo; • Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e • É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; • O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou • Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Despesas Financeiras", na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23. ***Empréstimos e recebíveis:*** Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. ***Baixa de passivos financeiros:*** A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

é reconhecida no resultado. **s. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". **t. Operações descontinuadas:** Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração dos fluxos de caixa são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. **u. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **v. Lucro básico por ação:** A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período. **2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e sua controlada estão mencionadas abaixo. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Norma IFRS	Descrição	Exercícios iniciados em/ou após:
Amendments to IAS 01 Presentation of financial statements	Presentation of Items of Other Comprehensive Income As alterações: • exigir que uma entidade apresente separadamente os itens dos outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para lucro ou prejuízo no futuro daqueles que nunca seriam reclassificados para lucro ou prejuízo. Consequentemente, uma entidade que apresenta itens dos outros resultados abrangentes antes dos efeitos fiscais relacionados também terá que alocar o valor do imposto agregada entre essas seções; • não alterar a opção existente para apresentar o lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes em duas declarações, e • alterar o título da Demonstração do Resultado Abrangente para Demonstração do lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes. Entretanto, ainda é permitido a entidade o uso de outros títulos. Alguns exemplos de itens Outros Resultados abrangentes que podem ser reclassificados nos lucros ou prejuízos são diferenças em moeda estrangeira na alienação de uma unidade operacional estrangeira e os ganhos ou perdas de títulos disponíveis para venda os ativos financeiros ou hedge de fluxo de caixa. Exemplos de itens outros resultados abranges que nunca seriam reclassificados para lucro ou prejuízo são as mudanças em um excedente de revaluation reconhecido de acordo com a IAS 16 Ativo imobilizado e ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido reconhecidos de acordo com a IAS 19 Benefícios dos Empregados.	01.07.2012
	Government Loans A alteração contempla exceção para a aplicação retrospectiva das IFRSs na mensuração de empréstimos gonvernamentais para as entidades que estão adotando as IFRSs pela primeira vez. As alterações tratam da permissão para a aplicação dos requerimentos de mensuração das normas que tratam de instrumentos financeiros (IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement ou IFRS 9 - Financial Instruments, se aplicável), para um empréstimo governamental com taxa de juros abaixo do mercado, de forma prospectiva, a partir da data de transição às IFRSs. De forma alternativa, o adotante pela primeira vez pode eleger aplicar os requerimentos de mensuração para um empréstimo governamental retrospectivamente, se as informações necessárias foram obtidas quando ele registrou inicialmente o empréstimo. Esta opção está disponível empréstimo a empréstimo. Estas alterações não impedem o adotante pela primeira vez de utilizar a isenção existente na IFRS 1 de designar instrumentos financeiros previamente reconhecidos ao seu valor justo, através do resultado.	01.01.2013
Amendments to IFRS 7 CPC Correspondente CPC 40 (R1)	As alterações incluem requisitos mínimos de divulgação relacionados a ativos e passivos financeiros que são: - compensados no balanço patrimonial; ou - sujeito a disposições de acordos de compensação ou acordos similares. As alterações incluem uma reconciliação dos valores brutos e líquidos dos ativos e passivos financeiros, mostrando separadamente os valores compensados e não compensados no balanço patrimonial.	01.01.2013
IFRS 10 Consolidated Financial Statements CPC Correspondente CPC 36 (R3)	IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12. As principais mudanças são: - Avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento. - O modelo de controle único aplica-se a todas as investidas. - A identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida. - Definição de controle de fato está incluído no modelo. - Avaliação de controle baseada em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis. - Exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício. - Guidance na definição de "agente versus principal" introduzida explicitamente. - Guidance para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez de sobre pessoa jurídica como um todo. - Direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida.	01.01.2013
IFRS 11 Joint Arrangements CPC Correspondente CPC 19 (R2)	O IFRS 11 introduziu 2 aspectos, sendo: - é extraído do IAS 31 as entidades controladas em conjunto, em que embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão. Esses acordos são tratados como ativos/operações controladas em conjunto, no IFRS 11 chamados de operações conjuntas. - as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (i.e. não é mais permitida a consolidação proporcional.	01.01.2013
IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities CPC Correspondente CPC 45	O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensas para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint arrangements, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar com que os usuários avaliem: - a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades. - as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas. - novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas. - os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	01.01.2013
Amendments to IFRS 10, 11 and 12	Consolidated Financial Statements, Joint Arrangements and Disclosure of Interests in Other Entities: Transition Guidance As alterações limitam-se a reapresentação dos comparativos ao período imediatamente anterior. As entidades que divulgam comparativos para mais de um período têm a opção de manter os períodos comparativos adicionais não alterados. Adicionalmente, a data de aplicação inicial é agora definida na IFRS 10 como o início do período anual de reporte em que a norma é aplicada pela primeira vez. Se a conclusão quanto à consolidação de uma investida não se altera nesta data, então nenhum ajuste aos períodos anteriores é requerido. Esta alteração evita ajustes de consolidação retrospectiva de participação controladora em entidades que foram vendidas durante o período comparativo anterior, por exemplo.	01.01.2013
Amendments to IAS 27 (2011) CPC Correspondente CPC 35 (R2)	As alterações do IAS 27 tem o objetivo de estabelecer a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, joint ventures, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas.	01.01.2013
Amendments to IAS 28 (2011) CPC Correspondente CPC 18 (R2)	O objetivo do IAS 28 (revisado em 2011) é o de prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e joint ventures. [IAS 28 (2011).1]	01.01.2013
Amendments to IAS 32 (2011)	As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações esclarecem: • o significado de "dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante liquido" (*currently has a legally enforceable right of set-off); e* • que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e são aplicação retrospectiva é requerida. As alterações são parte do projeto de compensação do IASB. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente *Disclosures-Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities* (Amendments to IFRS 7), as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles: • compensação na demonstração financeira; ou • sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes.	01.01.2014
IFRS 9: Financial Instruments (replacement of IAS 39)	IFRS 9 mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base da classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada.	01.01.2015

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **3.1. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** ***Ativos financeiros mantidos até o vencimento;*** A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento. **3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se basicamente a aplicações pós fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de "1ª linha". As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros ajustados ao valor justo, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

		Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	**Tipo de Aplicação**	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Caixa e bancos		**15.807**	**11.837**	**27.764**	**18.447**
Aplicações financeiras de liquidez imediata					
HSBC Bank Brasil S.A. (a)	CDB	700	-	3.156	291
Banco Votorantim S.A.	CDB	3.508	-	3.508	-
Banco Bradesco S.A.	CDB	-	3.191	-	3.191
Outros	CDB	3.782	-	3.782	-
Sub-total		**7.990**	**3.191**	**10.446**	**3.482**
Total caixa e equivalente de caixa		**23.797**	**15.028**	**38.210**	**21.929**

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2011).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

5. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
Instituição financeira	**Tipo de Aplicação**	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Banco Votorantim (c)	CDB	-	5.427	-	5.427
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	1.343	931	1.343	931
Deustche Bank S.A. (b)	LFT	-	-	-	4.409
Banco do Brasil S.A. (d)	CDI	-	-	410	-
Total aplicações		**1.343**	**6.358**	**1.753**	**10.767**
Total circulante		1.343	6.358	1.753	6.392
Total não circulante		-	-	-	4.375

(a) O saldo no valor de R$ 1.343 no Banco Mercantil do Brasil é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S.A., com vencimento final em dezembro de 2012 (vide nota explicativa 17). (b) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, indexada à SELIC. Tais aplicações financeiras são liberadas de acordo com as necessidades de recursos para a construção do Porto e custos fixos da Companhia, após a aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Agente Fiduciário da Cédula de Crédito Bancário - CCB. A partir de 2011 a controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários S.A., realizou depósitos garantidores até maio de 2012, a título de fundo de reserva ao valor equivalente ao maior valor de parcela a pagar de sua CCB a qual será resgatado ao final do prazo deste financiamento. (c) O saldo junto ao Banco Votorantim em 31 de dezembro de 2011 era garantidor de empréstimo na Controladora, o qual foi liquidado antecipadamente em março de 2012. (d) A aplicação no banco do Brasil refere-se a depósito vinculado a título de fundo de reserva, em valor equivalente ao valor da maior parcela de amortização do CCB do Porto Itapoá. O saldo do depósito vinculado permanecerá aplicado em modalidades de investimento com remuneração que se aproxima à taxa de CDI.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Clientes mercado interno	102.717	67.109	106.718	76.893
Clientes do mercado externo	-	-	3.760	2.134
Títulos de crédito (a)	4.309	4.233	4.435	4.684
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(114)	(132)	(123)	(161)
Total clientes	**105.199**	**70.650**	**112.697**	**80.356**

(a) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos. O prazo médio de crédito na venda de produtos foi de 46 dias em 31 de dezembro de 2012 (45 dias em 2011). Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17. As duplicatas descontadas e as operações de vendor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo. A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
A vencer	104.603	66.916	111.707	75.097
Vencidos até 30 dias	1.402	1.507	2.045	3.033
Vencidos de 31 a 60 dias	119	508	148	801
Vencidos de 61 a 90 dias	189	72	214	136
Vencidos de 91 a 120 dias	713	200	720	250
Vencidos de 121 a 150 dias		86	4	364
Vencidos a + de 151 dias		2.053	75	4.030
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(114)	(132)	(123)	(161)
Total clientes	**105.199**	**70.650**	**112.697**	**80.356**

O critério para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se na perda histórica dos últimos três exercícios. A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de despesas com vendas. Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Saldo inicial	(560)	-	(3.194)	(4.363)
Saldo decorrente da Incorporação	-	(595)	-	-
Constituição	(1.153)	(224)	(172)	(3.817)
Classificação para Operação Descontinuada	-	-	-	1.310
Reversão	-	259	1.273	3.676
Saldo final	**(1.713)**	**(560)**	**(2.093)**	**(3.194)**

7. Valores a receber de arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Recebíveis de arrendamento financeiro - circulante	114	3.135	114	3.135
Recebíveis de arrendamento financeiro - não circulante	-	147	-	147
Total a receber de arrendamento mercantil	**114**	**3.282**	**114**	**3.282**

Contratos de arrendamento: Em 2007 e 2008 a Battistella Logística adquiriu veículos novos com o objetivo de arrendar esses mesmos veículos. A vigência dos contratos é de 5 anos (60 meses), sem a transferência de propriedade no final. **Classificação do arrendamento:** No contrato de arrendamento mercantil todos os riscos inerentes ao bem são de responsabilidade do arrendatário, não havendo qualquer responsabilidade da Battistella sobre o pagamento de seguros, licenciamento, manutenção dos veículos. Portanto, conforme definição do arrendamento mercantil financeiro caracteriza-se pela transferência substancial dos riscos e também dos benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Considerando que os veículos têm a maior parte da vida econômica transferida para o arrendatário, os riscos são substancialmente transferidos ao arrendatário e o valor presente dos pagamentos se aproxima do valor justo do bem, conforme previsto no ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 E SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento. A referida operação foi registrada como arrendamento mercantil financeiro pela arrendadora (Battistella).

Recebíveis de arrendamento financeiro	Pagamentos mínimos à valor presente			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Em até 01 ano	114	3.551	114	3.551
Entre 02 a 05 anos	-	152	-	152
Menos: resultado financeiro não incorrido	**-**	**(421)**	**-**	**(421)**
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	**114**	**3.282**	**114**	**3.282**

Não haviam valores residuais não garantidos de bens arrendados por meio de arrendamento financeiro no final do período de relatório em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.552 em 31 de dezembro de 2011). A taxa de juros do arrendamento é determinada na data do contrato para todo o período do arrendamento. A taxa de juros média implícita dos contratos é de aproximadamente 9,90% ao ano. Os saldos de crédito a receber de arrendamento financeiro no período de divulgação não estão vencidos ou não apresentam perdas de recuperação ao valor recuperável.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Produtos acabados	-	-	1.341	1.724
Mercadorias para revenda	13.817	18.958	14.140	19.497
Estoques em elaboração	-	-	1.739	1.368
Matérias-primas	-	-	226	65
Quotas de consórcios de bens duráveis (a)	612	399	612	399
Outros estoques	44	66	1.629	1.573
Sub-total	**14.473**	**19.423**	**19.687**	**24.626**
Provisão p/obsolescência e desvalorização dos estoques (b)	(472)	(341)	(1.533)	(1.479)
Total Geral	**14.001**	**19.082**	**18.154**	**23.147**

(a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos, os quais serão destinados a revenda. (b) Provisão para obsolescência dos estoques: calculado com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação. Provisão p/desvalorização dos estoques: constituída na empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente. A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
PIS (f)	9	40	1.551	1.564
Cofins (f)	41	57	7.512	8.016
Finsocial (a)	-	-	5.564	4.989
IPI (b)	-	-	873	841
Imposto de Renda (c)	4.049	552	5.321	2.396
Contribuição Social	1.454	1	1.473	29
ICMS (b)	158	166	4.701	5.979
INSS (d)	-	304	1.782	2.104
(-) Provisão para não realização (e)	-	-	(2.076)	(2.076)
Total Impostos a recuperar	**5.711**	**1.120**	**26.701**	**23.842**
Total circulante	(5.613)	(716)	(8.636)	(4.113)
Total não circulante	98	404	18.065	19.729

(a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação já foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal e estão disponíveis para compensação com outros tributos federais pela Companhia. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante, pois a Companhia está avaliando a melhor forma de compensação desses créditos. (b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos, no valor de R$ 5.513, foram classificados no ativo não circulante no montante de em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período após doze meses. Dos créditos de ICMS da empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., o montante de R$ 2.598 foi homologado pelo Estado de Santa Catarina, dos quais R$ 1.437 já foram negociados com terceiros e baixados do saldo, com deságio de R$ 102. (c) Refere-se, principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social em 2012 pela Controladora. (d) Refere-se basicamente a INSS a recuperar de pagamentos a maior, realizados pela Battistella Trading S.A., a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito, o mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante. (e) A provisão foi constituída com base em estudos para a realização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, coforme mencionado na nota (f) a seguir. (f) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, previsto na legislação e não utilizados pela Companhia. Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, o departamento jurídico da Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento através de transferências de atividades operacionais entre as empresas da Companhia e incorporação de empresas, e pedido de restituição e habilitação junto às autoridades fiscais no Brasil. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R$ 2.076 (R$ 2.076 em 2011) para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Pyatov Participações Ltda (a)	-	2.814	-	2.814
SDMO do Brasil Ltda (b)	7.077	-	7.077	-
Rio Negrinho Participações S.A. (c)	-	-	18.505	-
Valores a receber controladas (d)	14.424	208	-	-
Outros	1.829	720	2.017	720
Total outras contas a receber	**23.330**	**3.742**	**27.599**	**3.534**
Total circulante	(17.255)	(3.615)	(3.019)	(3.407)
Total não circulante	6.075	127	24.580	127

(a) Refere-se ao saldo do valor a receber pela venda das ações da empresa Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S.A. para a empresa Pyatov Participações Ltda. em 29 de dezembro de 2010, pelo valor de US$ 23.100.000. O saldo a receber remanescente para 2012 referente a US$ 1.500.000 foi baixado pela "recompra" das florestas Santa Úrsula e Santa Luzia na data de 4 de junho de 2012 (vide nota explicativa 1). (b) Refere-se ao valor a receber da SMDO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, conforme mencionado na nota explicativa n° 1, da seguinte forma: − O valor de R$ 1.077 refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da empresa, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer. − O valor de R$ 6.000 ficará em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem. (c) Refere-se a saldo a receber da empresa Rio Negrinho Participações S.A. pela venda das ações da empresa Modo Battistella Reflorestamento S.A.- Mobasa, depositado em uma conta controlada (*Escrow*) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário, conforme descrito na nota explicativa 1.c. (d) Vide nota explicativa 11.

11. Transações com partes relacionadas: As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora podem ser resumidas como segue:

	31.12.2012	**31.12.2011**
ATIVO		
Circulante		
Incluído em dividendos ou lucros a receber (a)		
Battistella Trading S.A. - Comércio Intern.	-	6.349
	-	**6.349**
Incluído em outras contas a receber		
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda. (b)	-	208
Battistella Indústria e Comércio Ltda. (c)	14.424	-
	14.424	**208**
Total ativo circulante	**14.424**	**6.557**
Não circulante		
Incluído em dividendos ou lucros a receber (a)		
Battistella Trading S.A. - Comércio Intern.	6.349	-
	6.349	**-**
Incluído no saldo de créditos com pessoas ligadas - mútuo (d)		
Portinvest Participações S.A.	-	11.960
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	113	-
	113	**11.960**
Total ativo não circulante	**6.462**	**11.960**

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação **BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. -** Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO		
Circulante		
Incluído em credores diversos		
Battistella Indústria e Comércio Ltda. (e)	-	14.132
	-	**14.132**
Incluído em dividendos a pagar (f)		
Mellya Participações	292	292
Outros diversos	11	11
	303	**303**
Total passivo circulante	**303**	**14.435**
RESULTADO	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Receita prestação de serviços		
Portinvest Participações S.A.	-	36
	-	**36**
Receita financeira sobre mútuo (c)		
Modo Battistella Reflorest.S.A. - Mobasa	919	2
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.	-	66
Portinvest Participações S.A.	-	213
Battistella Adm. E Partic. S.A.	1.960	-
	2.879	**281**
Despesa financeira sobre mútuo (c)		
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	980	-
Battistella Logística Ltda.	-	24
Modo Battistella Reflorest.S.A. - Mobasa	52	20
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.	-	-
Battistella Veículos Pesados Ltda	-	-
Portinvest Participações S.A.	1.920	-
Battrol Distr.Imp.Rol.Peças Ltda.	-	504
	2.952	**548**
Despesa financeira (f)		
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	1.626	343
Rateio - despesas (b)		
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	1.894	817
Modo Battistella Reflorest.S.A. - Mobasa	674	596
Battistella Administração e Partic. S.A.	18.034	-
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.	-	3.617
Battistella Logística Ltda.	-	2
Battistella Veículos Pesados Ltda.	-	12.019
	20.602	**17.051**

(a) Referem-se a valores a receber entre a Controladora e as empresas ligadas decorrentes de distribuição de dividendos. Conforme estatuto da Companhia, os dividendos que não forem reclamados após três anos da publicação do ato societário onde tal dividendo foi aprovado, serão revertidos em favor da Companhia. O saldo foi transferido para o não circulante uma vez que a expectativa de recebimento supera 360 dias. (b) Referem-se a valores a receber e a pagar entre a Controladora e empresas ligadas, originados pelo Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Conglomerado Battistella, firmado em 2 de janeiro de 2008. O Convênio tem por objetivo estabelecer critérios e parâmetros que obrigam as empresas controladas a reembolsar a empresa Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. (c) Saldo a receber da controlada BIC, decorrente da transação descrita na nota explicativa 1, ocorrida no dia 13 de dezembro de 2012, a ser liquidada em 180 dias, sem juros. (d) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês. Os vencimentos desses contratos estão previstos para meados de 2013, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos, exceto pelo contrato com a Portinvest Participações S.A. que possui prazo de 5 anos com vencimento em 2017. (e) Em 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados na empresa Mobasa, pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais, os quais foram liquidados quando da conclusão do referido projeto, conforme descrito na nota explicativa 1.c. (f) Referem-se, principalmente, a dividendos a pagar na Controladora do ano de 2007 e de dividendos da então controlada MOBASA, para não controladores. (g) Refere-se a despesas com aval sobre garantias de empréstimos dadas a Controladora. As transações entre empresas da Companhia mantidas no consolidado com partes relacionadas, não eliminadas para fins de consolidação, podem ser resumidas como segue:

	Consolidado	
PASSIVO	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Circulante		
Incluído em dividendos a pagar (e)		
Mellya Participaciones SL	292	292
Outros na controladora	11	11
Não controladores da empresa Modo Battistella	-	272
	303	**575**

	Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**
RESULTADO		
Despesa financeira (g)		
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	1.626	320

Vendas de produtos e serviços entre empresas

Ocorreram as seguintes operações de vendas de produtos e serviços entre empresas relacionadas:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Vendas	**Compras**	**Vendas**	**Compras**
Battistella Ind.e Comércio Ltda	-	3.088	382	7.573
Modo Battistella Reflorest. S.A. - Mobasa	3.088	-	7.570	-
Battistella Veículos Pesados Ltda	-	-	65	4
Battistella Distr.Ind.Peças Eqptos Ltda	-	-	7	447
	3.088	**3.088**	**8.024**	**8.024**

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Companhia utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Para fins de consolidação, 100% dos valores foram eliminados.

Remuneração dos Administradores

Remuneração e benefícios da administração

Remuneração

	Controladora	
	31.12.2012	**31.12.2011**
Conselho de administração	2.856	2.505
Diretoria	1.443	709
	4.299	**3.214**

	Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**
Conselho de administração	3.552	2.589
Diretoria	3.516	2.653
	7.068	**5.242**

Benefícios

	Controladora	
	31.12.2012	**31.12.2011**
Conselho de administração (a)	356	249
Diretoria (b)	137	107
	493	**356**

	Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**
Conselho de administração (a)	512	179
Diretoria (b)	205	228
	717	**407**

A remuneração da administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na AGO realizada 20 de abril de 2012 foi deliberado o montante da remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria fixada em R$ 6.300 para a Controladora no exercício de 2012. A remuneração fixada para o exercício de 2011 correspondia a R$ 4.800. A remuneração da administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorário dos Administradores". A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações. (a) Refere-se a gastos com plano médico. (b) Refere-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

12. Investimentos em controladas e controladas em conjunto: A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício: **a. Consolidação Proporcional - Sociedades controladas em conjunto:** ***a.1. Portinvest Participações S.A.:*** Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao quorum qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas. Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S.A. estão consolidadas nestas demonstrações financeiras na proporção da participação no seu capital social (60%), já que se refere a sociedade controlada em conjunto. A Portivest detem 70% de participação na empresa Itapoá Terminais Portuários. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas. **b. A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é como segue:**

	Saldo 31.12.2011	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas/ Transf.	31.12.2012
Battistella Adm.de Bens Ltda. (a)	10	-	-	(10)	**-**
Battistella Ind.e Com. Ltda.	10.562	79.318	66.860	(112.499)	**44.241**
Battistella Trading S.A - Com. Intern.	17.320	187	(26.559)	-	**(9.052)**
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa (b)	88.077	-	(677)	(87.400)	**-**
Portinvest Participações S.A.	490	56.242	(2.957)	(48.306)	**5.469**
Tangará Participações Ltda.	6	-	-	-	**6**
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(1.053)	225	(323)	-	**(1.151)**
Battrol Distr..e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	(674)	347	(455)	-	**(782)**
Rio Passaúna Adm de Bens Ltda (c)	1	-	-	(1)	**-**
Outros investimentos mantidos ao custo	2	-	-	-	**2**
Total	114.741	136.319	35.889	(248.216)	**38.733**
Investimento no ativo	116.468	135.684	47.912	(248.140)	**51.924**
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(1.727)	635	(12.023)	(76)	**(13.191)**
Saldo líquido do investimento	**114.741**	**136.319**	**35.889**	**(248.216)**	**38.733**

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas:

	Modo Battistella Ind. e Com. Ltda.	Battistella Refl. S/A - Mobasa	Battistella Distr. Ind. P. Equiptos Ltda.	Portinvest Participações S.A.	Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda.	Battistella Distr. e Imp. de Rol. e Peças Ltda.	Tangará Partici-pações Ltda.	Battistella Trading S.A - Com. Intern.
Ativo	103.534	-	-	255.794	349	1.328	6	2.698
Passivo	59.294	-	-	206.640	1.492	2.117	-	13.811
Patrimônio líquido	44.240	-	-	49.154	(1.143)	(789)	6	(11.113)
Receita	81.447	28.765	9.056	33.538	-	-	-	-
Resultado do exercício	66.723	(783)	28	(29.554)	(305)	(340)	-	(28.619)

(a) A empresa Battistella Administradora de Bens Ltda, que inicou suas atividades em 23 de novembro de 2007, foi encerrada em 1° de agosto de 2012, sendo que na data do seu encerramento, a empresa possuía patrimônio líquido de R$ 10. Cada um dos sócios recebeu, na data do Distrato, citada acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade, conforme contrato de distrato. (b) Conforme descrito na nota explicativa 1.c, a empresa Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa foi vendida para a empresa Rio Negrinho Participações S.A. em 13 de dezembro de 2012. (c) A empresa Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda, que iniciou suas atividades em 29 de março de 2011, foi encerrada em 27 de junho de 2012, sendo que na data do seu encerramento, a empresa possuía patrimônio líquido de R$ 1. Cada um dos sócios recebe, no ato do distrato, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade, conforme contrato de distrato.

13. Imobilizado

Controladora

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31.12.2012	Líquido 31.12.2011
Imobilizado				
Terrenos	870	-	870	870
Imóveis	12.685	(2.223)	10.462	10.667
Máquinas, equipamentos e instalações	2.874	(2.210)	664	729
Veículos	805	(482)	323	234
Móveis, utensílios e ferramentas	5.831	(3.633)	2.198	2.097
Computadores e periféricos	3.458	(2.936)	522	757
Benfeitorias em bens de terceiros	2.340	(1.834)	506	570
Outras imobilizações	1.276	(801)	475	558
Total	**30.139**	**(14.119)**	**16.020**	**16.482**

Consolidado

Descrição	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Redução ao Valor Recuper. *(Impairment)*	Líquido 31.12.2012	Líquido 31.12.2011
Imobilizado					
Terrenos	14.704	-	-	14.704	23.075
Imóveis	176.812	(16.268)	-	160.544	147.586
Máquinas, equipamentos e instalações (a)	93.736	(42.804)	(13.227)	37.705	47.826
Veículos	12.443	(7.166)	-	5.277	6.057
Móveis, utensílios e ferramentas	8.882	(5.825)	-	3.057	3.135
Computadores e periféricos	6.198	(4.052)	-	2.146	2.030
Benfeitorias em bens de terceiros	2.340	(1.833)	-	507	570
Outras Imobilizações	4.342	(3.813)	-	529	1.349
Imobilizações em andamento (b)	2.976	-	-	2.976	20.021
Total	**322.433**	**(81.761)**	**(13.227)**	**227.445**	**251.649**

(a) Em 2009, em função das novas diretrizes da Companhia, houve a redução das atividades com madeira serrada da Battistella Indústria e Comércio Ltda.. A Administração determinou que as estruturas permanecessem instaladas, prontas para reativação, caso haja um reaquecimento desse mercado. Entretanto, devido à existência de bens desativados, e ativos imobilizados operando com baixo volume de produção, a Administração elaborou, naquele ano, estudos com base em suas análises dos fluxos de caixa preparados de acordos com a projeção orçamentária aprovada pela Administração de acordo com o pronunciamento

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

contábil CPC 1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para verificar se os ativos com essas características estão registrados por valor superior aquele possível de ser recuperado por uso ou venda. Após a conclusão desses estudos, a Administração da Companhia concluiu pela necessidade de registro de provisão para *impairment* no montante de R$ 13.227 em 2009. Desde então, a Administração atualiza anualmente os estudos de recuperabilidade dos ativos, tendo concluído pela suficiência da provisão constituída e, consequentemente, não realizando complemento ou reversão na provisão contabilizada naquele ano. O referido estudo continua sendo monitorado pela Administração e, se necessário, a provisão será ajustada de forma a refletir os resultados reais obtidos pelas unidades de negócio da Companhia. (b) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, à construção do porto de Itapoá. Os juros incorridos sobre o financiamento obtido junto ao Banco BVA foram capitalizados, até o término da construção do porto, em junho de 2011, no montante de R$ 17.421. A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, a qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício. A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	Anos
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

Custo	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**870**	**12.571**	**2.799**	**783**	**5.366**	**3.368**	**1.970**	**1.269**	**28.996**
Adições	-	126	88	191	493	180	408	7	**1.493**
Baixas	-	(12)	(13)	(169)	(28)	(90)	(38)	-	**(350)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**870**	**12.685**	**2.874**	**805**	**5.831**	**3.458**	**2.340**	**1.276**	**30.139**

Depreciação Acumulada	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**1.904**	**2.070**	**549**	**3.269**	**2.611**	**1.400**	**711**	**12.514**
Adições	344	143	98	368	413	434	90	**1.890**
Baixas	(25)	(3)	(165)	(4)	(88)	-	-	**(285)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**2.223**	**2.210**	**482**	**3.633**	**2.936**	**1.834**	**801**	**14.119**

(*) Conforme nota explicativa 12 c.2)

Consolidado

Custo	Terrenos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em andamento	Benfeitorias	Outras Imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**23.075**	**158.419**	**98.057**	**8.698**	**5.667**	**22.984**	**20.021**	**1.979**	**5.587**	**344.487**
Adições	7.078	492	4.158	689	798	206	2.631	408	10	**16.470**
Baixas	(15.733)	(1.425)	(8.521)	(505)	(267)	(10.761)	(10)	(47)	(1.255)	**(38.524)**
Transferências	284	19.326	42	-	-	14	(19.666)	-	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**14.704**	**176.812**	**93.736**	**8.882**	**6.198**	**12.443**	**2.976**	**2.340**	**4.342**	**322.433**

Consolidado

Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras Imobilizações	Total Depreciação	Redução no Valor Recuperável	Total Geral
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**10.833**	**37.004**	**5.563**	**3.637**	**16.927**	**1.409**	**4.238**	**79.611**	**13.227**	**92.838**
Adições	5.871	7.138	609	646	3.241	424	148	**18.077**	-	**18.077**
Baixas	(436)	(1.338)	(347)	(231)	(13.003)	-	(572)	**(15.927)**	-	**(15.927)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**16.268**	**42.804**	**5.825**	**4.052**	**7.165**	**1.833**	**3.814**	**81.761**	**13.227**	**94.988**

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

14. Ativo biológico: Os ativos biológicos anteriormente registrados na Companhia compreendiam o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de madeira serrada e vendas de toras de madeira para terceiros. Com a venda da empresa Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa, em 13 de dezembro de 2012, a empresa não possui mais ativos biológicos. O saldo dos ativos biológicos da Companhia era composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado ao valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Custo de formação dos ativos biológicos	58.051	53.312
Aquisição de florestas	4.360	-
Movimentação líquida entre o valor justo e custo de formação	3.144	15.157
Baixa do ativo biológico (a)	(65.555)	-
Valor justo dos ativos biológicos	**-**	**68.469**

Na avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo foram consideradas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estavam sujeitas a incertezas, podendo ter gerado efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. As informações acerca dos ativos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram descritos na nota explicativa 17. Os ativos biológicos foram registrados substancialmente em empresa com regime de tributação do lucro presumido, portanto os ajustes gerados pela mensuração dos ativos biológicos ao valor justo e resultaram no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferida passiva considerando a realização desse ativo por esse regime de tributação. (a) A empresa Modo battistella Reflorestamento S.A. foi vendida para a empresa Rio Negrinho Participações S.A. em 13 de dezembro de 2012 (ver nota explicativa 1.c), não restando portanto, saldos de ativos biológicos em 31 de dezembro de 2012. **a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos ao valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração: **i.** As florestas a partir do ano de plantio, foram valorizadas por seu valor justo, o qual refletiu o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; **ii.** A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondeu a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos; **iii.** A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia (11% a.a), o qual foi revisado periodicamente pela Administração; **iv.** Os volumes de produtividade projetados das florestas foram definidos com base em uma estratificação em função de cada material genético implantado, solo, clima nos locais de plantio. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. **v.** Os preços dos ativos biológicos, denominados em R$ /metro cúbico foram obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos foram ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de serem ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo; **vi.** Os gastos com plantio referiram-se aos custos de formação dos ativos biológicos; **vii.** A apuração da exaustão dos ativos biológicos foi realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período; **viii.** A Companhia efetuou a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, inclusive para fechamento das suas demonstrações financieras anuais, tendo sido constatado que não houve variações significativas de preço nesses períodos, sob o entendimento de que este intervalo foi suficiente para que não houvesse defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos que estavam registrados em suas demonstrações financeiras. **b. Reconciliação das variações de valor justo:** Abaixo, demonstração da movimentação do período:

Reconciliação das variações de valor justo

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**68.469**
Plantio	5.623
Exaustão	(12.096)
Compras de novas florestas	4.360
Variação de valor justo:	(801)
Baixa	(65.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**-**

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após a utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

15. Intangível

Controladora

Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Líquido 31.12.2012	Líquido 31.12.2011
Intangível				
Programas de software (a)	2.014	(1.759)	255	398
Marcas de fábrica	37	(18)	19	21
Total	**2.051**	**(1.777)**	**274**	**419**

Consolidado

Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Líquido 31.12.2012	Líquido 31.12.2011
Intangível				
Programas de software (a)	4.417	(3.048)	1.369	1.743
Marcas de fábrica	136	(98)	38	45
Outros	1	-	1	1
Total	**4.554**	**(3.146)**	**1.408**	**1.789**

(a) Os programas de software incluídos neste grupo de contas são possíveis de identificação individual no controle de patrimônio da Companhia, e irão gerar benefícios futuros, conforme especificado na deliberação CVM nº 553/08.

Abaixo demonstramos quadro de movimentação do ativo intangível:

Controladora

Descrição	31.12.2011	Adições	(-) Baixas	31.12.2012
Programas de software	1.940	74	-	**2.014**
Marcas de fábrica	36	1	-	**37**
(-) Amortização	(1.557)	(220)	-	**(1.777)**
Saldo líquido	**419**	**(145)**	**-**	**274**

Consolidado

Descrição	31.12.2011	Adições	(-) Baixas	31.12.2012
Programas de software	4.294	178	(55)	**4.417**
Marcas de fábrica	136	1	(1)	**136**
Outros	26	-	(25)	**1**
Sub-total	**4.456**	**179**	**(81)**	**4.554**
(-) Amortização	(2.667)	(540)	61	**(3.146)**
Saldo líquido	**1.789**	**(361)**	**(20)**	**1.408**

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Mercado interno	9.368	3.913	12.642	9.101
Mercado externo	-	-	1.597	1.595
AVP - fornecedores	(70)	(109)	(126)	(176)
	9.298	3.804	14.113	10.520

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 35 dias. Não são pagos juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 3 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5 % a 4 % são pagos sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação **BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. -** Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

17. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Controladora 31.12.2012	Controladora 31.12.2011	Consolidado 31.12.2012	Consolidado 31.12.2011
Moeda Estrangeira								
Banco do Estado R.Grande Sul	6,50%	USD	ACC	04.05.13		-	516	456
							516	**456**
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Votorantim S.A.	13,42%	CDI	Capital de Giro	29.05.13	7.574	7.909	7.574	7.909
HSBC Bank Brasil S.A.	11,06%	Pré-fixada	Capital de Giro	31.01.13	-	-	-	-
Banco Safra S.A.	18,01%	CDI	Capital de giro	04.11.14	4.921	11.338	4.921	11.338
Banco do Brasil S.A.	11,91%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	-	-	-	7.836
BES - Investimento do Brasil	11,80%	CDI	Capital de Giro	31.01.13	-	9.581	-	9.581
Banco ABC Brasil S.A.	16,05%	CDI	Capital de Giro	14.03.14	-	8.941	-	8.941
Banco do Estado R.Grande Sul	15,45%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	27.984	21.925	27.984	23.064
Banco Industrial e Comercial S.A.	17,31%	CDI	Capital de Giro	04.02.13	4.074	5.285	4.074	5.285
Banco Mercantil do Brasil S.A.	20,14%	CDI	Capital de Giro	04.04.13	10.200	7.272	10.200	7.272
Banco Sofisa S.A.	15,23%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	1.640	5.636	1.640	5.647
Banco BVA S.A.	11,57%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	2.682	4.603	2.682	4.603
Banco Fibra S.A.	13,11%	CDI	Capital de Giro	13.12.13	5.543	4.197	5.543	4.197
Banco Daycoval S.A.	17,31%	CDI	Capital de Giro	26.03.13	3.861	7.188	3.861	7.188
Parana Banco S.A.	18,28%	CDI	Capital de Giro	30.07.13	-	5.340	-	5.340
Banco Brickel S.A.	16,61%	CDI	Capital de Giro	03.07.14	1.212	-	1.212	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	370	370	370	370
					70.061	**99.585**	**70.061**	**108.571**
Arrendamento (Leasing)								
Banco Itaú S.A.	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	-	3	-	3
Banco Dibens	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	-	-	-	395
Société Générale Leasing S.A.	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	-	-	-	788
					-	**3**	**-**	**1.186**
Empréstimos para investimento								
Banco Santander (Brasil) S.A.	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12	-	905	-	905
Banco Safra S.A.	17,43%	TJLP	Finame	26.01.15	269	473	269	734
Banco do Brasil S.A.	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	-	-	-	176
Banco Sofisa S.A.	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12	-	252	-	252
União de Bancos Bras. S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	-	-	-	217
Banco Catterpilar Financial	13,72%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	612	1.315
Banco BVA S.A. - Porto (a)	17,48%	IPCA	Investimento	29.05.19	-	-	203.634	208.520
HSBC Bank Brasil S.A.	11,25%	Pré-fixada	Procer	15.07.12	-	-	-	4.384
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (b)					(590)	(1.180)	(7.985)	(9.807)
					(321)	**450**	**196.529**	**206.696**
Bradesco S.A. (Vendor)	13,76%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	81.951	46.097	81.951	46.097
Bradesco S.A.	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	4.761	6.776	4.761	6.776
					86.712	**52.873**	**86.712**	**52.873**
TOTAL EMPRÉSTIMOS					**156.452**	**152.911**	**353.818**	**369.782**
Circulante					**(139.873)**	**(134.186)**	**(175.396)**	**(181.692)**
Não Circulante					**16.579**	**18.725**	**178.422**	**188.090**

(a) Em 3 de junho de 2009 foi assinada Cédula de Crédito Bancário (CCBs) entre a controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S.A. (emitente) e o Banco BVA S.A. (credor) no valor total de R$ 330.000, com vencimento final para maio de 2019, com pagamentos semestrais de parcelas de juros e principal a partir de julho de 2012 e vencimento final para maio de 2019. Os compradores das CCBs foram os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social e Funcef- Fundação dos Economiários Federais, em partes iguais. O contrato está garantido pelas ações da controlada em conjunto ("Itapoá"), seus ativos, tanto fixos quanto os recebíveis. A referida cédula exige que a controlada em conjunto ("Itapoá") atenda os seguintes índices financeiros durante o período de sua vigência, a partir do pagamento da segunda parcela de amortização de principal e juros: (i) índice de cobertura do serviço da dívida da controlada em conjunto: maior ou igual a 1,5, a partir de dezembro de 2012; (ii) índice da dívida liquida sobre o patrimônio da controlada em conjunto: igual ou inferior a 80:20 (70:30 após o sexto aniversário do contrato); (iii) índice da dívida líquida sobre o LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da controlada em conjunto: no máximo igual a 3, a partir do sexto aniversário do contrato. A controlada em conjunto atendeu a todos os indicadores financeiros e as clausulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2012. (b) Referem-se basicamente aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros. As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 18) são conforme quadro abaixo:

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Abril 2011	60 meses	3 meses	R$ 13.500	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2013	48 meses		R$ 10.000	Imóvel em Rio Negrinho, 30% recebíveis e equipamentos
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Junho 2012	36 meses	2 meses	R$ 5.000	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Setembro 2012	4 meses		R$ 1.200	120% PAC segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Outubro 2012	4 meses		R$ 700	100% caminhões segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Brickel	Fevereiro 2013	22 meses	4 meses	R$ 1.200	Alienação Fiduciária Imóvel SP
Battistella Adm. e Partic. S/A	BVA	Janeiro 2011	48 meses	6 meses	R$ 6.000	Alienação Fiduciária estoque de Peças do segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Fevereiro 2013	2 meses		R$ 4.878	10% Recebíveis
Itapoá terminais Portuários	BVA	Junho 2012	120 meses	36 meses	R$ 138.600	100% Ações da Itapoá Terminais Portuários e imobilizado do Porto (valor total da operação R$ 330.000)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Março 2013	6 meses		R$ 2.128	100% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Fibra	Agosto 2011	12 meses		R$ 2.300	50% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Fibra	Julho 2013	12 meses		R$ 5.000	100% alienação fid. de peças estoque
Battistella Adm. e Partic. S/A	Sofisa	Agosto 2010	24 meses		R$ 5.950	60% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Maio 2013	6 meses		R$ 7.500	20% ações Battistella Trading

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2011	152.911	369.782
Captações (a)	874.084	876.860
Juros e atualizações	20.222	54.099
(-) Pagamento do principal (a)	(858.000)	(878.903)
(-) Pagamento de juros	(32.176)	(66.199)
(-) Custos a amortizar	(589)	(1.821)
Saldo em 31.12.2012	156.452	353.818

(a) Refere-se, principalmente, a captações referentes a operações de vendor, realizados pela Battistella Administração e Participações S.A., as quais possuem prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado nas operações de vendor em 2012 foi de R$ 423.758 em captações e R$ 429.354 em pagamentos.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
2014	1.719	10.150
2015	8.686	28.905
2016	6.174	27.201
2017	-	23.170
2018	-	32.962
2019	-	36.259
2020	-	19.775
Total	**16.579**	**178.422**

18. Debêntures

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	31.12.2011	31.12.2010
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	12,08%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	90.396	120.232
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(1.285)	(1.658)
TOTAL DEBÊNTURES					**89.111**	**118.574**
Circulante					**(10.025)**	**(14.859)**
Não circulante					**79.086**	**103.715**

(a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação das debêntures, como: gastos com serviços profissionais de terceiros e comissões bancárias. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

Saldo em 31.12.2011	118.574
Juros do período	15.164
(-) Pagamento de principal	(30.000)
(-) Pagamento de juros	(15.000)
(-) Custos a amortizar	373
Saldo em 31.12.2012	89.111

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S.A., procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento, conforme condições detalhadas a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador Líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data Emissão	13.12.2012
Data vencimento	10.12.2017
Quantidade Total:	180 (cento e oitenta) debêntures
Valor Nominal Unitário:	R$ 500
Montante da Emissão:	R$ 90.000
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia Adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R$ 34.443 no regime de avaliação de "venda a mercado"; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading; tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Industria e Comércio Ltda e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do Principal:	Será pago em nove parcelas semestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão

O montante do não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento (controladora e no consolidado):

2014	19.772
2015	19.772
2016	19.772
2017	19.770
Total	**79.086**

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenants* existentes nas debêntures emitidas: **a. Resgate antecipado e aquisição facultativa:** As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições: (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo ("Data da Liquidação"); (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis até a Data da Liquidação ("Saldo Devedor"), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos: (a) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento ("Remuneração Projetada para Resgate Antecipado"), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou (b) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e (iii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação. **b. Vencimento antecipado:** As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações consolidadas da Companhia, excluído as informações financeiras e os valores referentes a controalada em conjuno, Itapoá, conforme segue (resumo das principais cláusulas): (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento; (iii) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, "Afiliadas") acima de R$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido; (v) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.; (vi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.; (vii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora; (viii) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão; (ix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros - exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável - caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures; (x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante; (xi) não apresentação pela Companhia de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas - compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico -, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo); (xii) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte; (xiii) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e que representem individualmente pelo menos R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada indicado; (xiv) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização "EBITDA") obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a: (a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013; (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013; (c) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014; (d) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 31 de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures. A Companhia atendeu a todos os indicadores financeiros e as clausulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2012. As Partes desde já concordam que despesas não recorrentes/extraordinária da Emissora, tais como, despesas de alienação do ativo imobilizado e/ou investimentos, contingências tributárias e baixas de provisões, as quais podem vir a afetar o EBITDA durante o segundo semestre do ano de 2012, bem como o ano de 2013, serão excluídas do cálculo referido nos itens (a) e (b) acima. A primeira verificação para fins deste item (xiv) ocorreu com relação às informações semestrais consolidadas da Emissora, relativas ao período findo em 30 de junho de 2011 e, desde então, sendo realizadas semestralmente até o pagamento integral das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou demonstrações financeiras da Emissora, conforme o caso, os Covenants Financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos Covenants Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. (xv) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures; Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

19. Adiantamentos de clientes, credores diversos e recursos a devolver a consorciados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamento de clientes (a)	5.499	4.950	5.800	5.273
Credores diversos (b)	14.155	9.215	28.393	10.147
Recursos a devolver a consorciados (c)	-	-	1.857	1.970
Valores a pagar controladas (d)	-	14.132	-	-
Indenizações trabalhistas	2.777	-	2.777	825
	22.431	28.297	38.827	18.215
(-) Passivo circulante	(11.794)	(21.037)	(20.137)	(10.671)
Passivo não circulante - credores diversos	10.637	7.260	18.690	7.544

(a) A conta de adiantamento de clientes (passivo circulante), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui, principalmente, adiantamentos de clientes para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia. (b) O saldo de Credores Diversos é composto principalmente de: (i) saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda. (vendidas para a Scania do Brasil Ltda. em 08 de janeiro de 2001, na Controladora, no montante de R$ 5.641 (R$ 6.507 em 31 de dezembro de 2011); (ii) saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R$ 1.313 (R$ 1.689 em 31 de dezembro de 2011); (iii) saldo a pagar pela venda da Modo Battistella Reflorest. S.A. - Mobasa no montante de R$ 4.418; (iv) saldo a pagar pela Itapoá Terminais Portuários S.A pela aquisição de terreno no montante de R$ 5.880. (c) O montante dos recursos a devolver aos consorciados (passivo circulante) são originários da Battistella Administradora de Consórcios Ltda. (incorporada pela Battistella Indústria e Comércio Ltda.) e refere-se ao saldo dos valores do fundo de reserva e cotas canceladas que não foram procurados para devolução. (d) Vide nota explicativa 11.

20. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia, suas empresas controladas e controladas em conjunto são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as changes de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas. As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

Controladora

			31.12.2012			31.12.2011
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
Tributárias	(7.186)	-	(7.186)	(899)	-	(899)
Trabalhistas	(2.108)	394	(1.714)	(2.093)	393	(1.700)
Cíveis	(2.304)	-	(2.304)	(1.180)	-	(1.180)
	(11.598)	**394**	**(11.204)**	**(4.172)**	**393**	**(3.779)**
Depósitos judiciais que não requerem provisão			**1.586**			**1.509**

Consolidado

			31.12.2012			31.12.2011
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
Tributárias	(8.247)	-	(8.247)	(3.113)	-	(3.113)
Trabalhistas	(4.075)	1.355	(2.720)	(5.453)	2.883	(2.570)
Cíveis	(20.232)	-	(20.232)	(3.469)	-	(3.469)
Total	**(32.554)**	**1.355**	**(31.199)**	**(12.035)**	**2.883**	**(9.152)**
Depósitos judiciais que não requerem provisão			**2.891**			**2.881**

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

Consolidado			Utilização/	
Contingências	31.12.2011	Adições	reversão	31.12.2012
Tributárias (a)	(3.113)	(6.268)	1.134	(8.247)
Trabalhistas (b)	(5.453)	(478)	1.856	(4.075)
Cíveis (c)	(3.469)	(17.343)	580	(20.232)
(-) Depósitos judiciais	2.883	65	(1.593)	1.355
Saldo	**(9.152)**	**(24.024)**	**1.977**	**(31.199)**
Depósitos judiciais que não requerem provisão	**2.881**	296	(286)	**2.891**

Controladora			Utilização/	
Contingências	31.12.2011	Adições	Reversão	31.12.2012
Tributárias (a)	(899)	(6.287)	-	(7.186)
Trabalhistas (b)	(2.093)	(15)	-	(2.108)
Cíveis (c)	(1.180)	(1.124)	-	(2.304)
(-) Depósitos judiciais	393	1	-	394
Saldo	**(3.779)**	**(7.425)**	**-**	**(11.204)**
Depósitos judiciais que não requerem provisão	**1.509**	119	(42)	**1.586**

(a) Refere-se, principalmente, a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa. Em 2012 ocorreu o acréscimo de contingências tributárias, referente à Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000.

(b) O principal valor refere-se à discussão judicial sobre o aumento da alíquota e adicional do FGTS no montante de R$ 1.355 (R$ 3.086 em 2011), para o qual há deposito judicial. As demais ações trabalhistas são pulverizadas e têm caráter de indenizações, horas extras, equiparidade e outros. (c) A movimentação observada nas contingências cíveis refere-se, basicamente, ao registro do valor atualizado de três ações ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Ind. e Comércio, relacionadas a rescisão de contrato pertinentes ao empreendimento florestal São José, no valor de R$ 15.053. As demais ações cíveis possuem natureza de indenização e danos morais, ocorridas principalmente nas empresas Battistella Administradora de Consórcios e Battistella Veículos Pesados, ambas incorporadas pela controladora. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujo os riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituida, de acordo com as práticas contpabeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2012, era: (i) tributário: R$ 5.882 (R$ 2.344 em 2011), (ii) cíveis: R$ 2.779 (R$ 1.749 em 2011) e trabalhistas: (iii) R$ 1.390 (R$ 2.747 em 2011). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos, não estão sendo apresentadas informações adicionais.

21. Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal-paes e refis

	Controladora		Consolidado	
Parcelamento	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
PAES	-	-	542	5.602
Refis	3.294	3.662	12.731	14.342
	3.294	**3.662**	**13.273**	**19.944**
Circulante	(390)	(582)	(1.298)	(2.397)
Não Circulante	2.904	3.080	11.975	17.547

A composição da dívida de PAES e do REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (21.1 e 21.2). **21.1. Parcelamento Especial - PAES:** As empresas encontram-se em conformidade com os recolhimentos regulares dos tributos, como condição essencial para a manutenção do programa. As empresas Battistella Logística (incorporada pela Battistella Veículos Pesados Ltda.) e Battistella Administração migraram os débitos inclusos nesta modalidade de pagamento para o Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro, o valor consolidado atualizado da dívida era:

			31.12.2012	31.12.2011		
		Não			Nº parcelas	
Descrição	Circulante	Circulante	Saldo	Saldo	a Vencer	Atualização
Trading	74	468	542	619	71	TJLP
Mobasa	-	-	-	4.983	-	TJLP
Total	**74**	**468**	**542**	**5.602**		

Nos meses de outubro a dezembro de 2009 as empresas do Conglomerado Battistella aderiram ao novo programa de parcelamento de dívidas instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.941/2009, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais. Também foram migradas para este programa as dívidas existentes no programa anterior de parcelamento especial - o PAES, da empresa Battistella Logística e da Controladora. Em dezembro de 2009 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas. Em julho de 2011 houve a efetiva homologação pela Receita Federal do Brasil dos débitos e valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Com essa homologação os valores anteriormente provisionados foram ajustados no montante de R$ 2.039 o qual foi reconhecido ao resultado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

21.2 Programa de Recuperação Fiscal - Refis

Em 31 de dezembro, as dívidas não parceladas anteriormente estão compostas da seguinte forma:

			31.12.2012	31.12.2011		
		Não			Nº parcelas	
Descrição	Circulante	Circulante	Saldo	Saldo	a Vencer	Atualização
Battrol	143	1.541	**1.684**	1.708	150	SELIC
Bic	537	5.685	**6.222**	6.360	148	SELIC
Administraçao	390	2.904	**3.294**	3.662	151	SELIC
Battistella ind.com.maqs.	99	1.076	**1.175**	1.199	151	SELIC
Mobasa	-	-	**-**	1.052	151	SELIC
Trading	55	301	**356**	361	151	SELIC
Sub-totais	**1.224**	**11.507**	**12.731**	**14.342**		

Os valores referentes aos parcelamentos existentes na empresa Mobasa foram também objeto da negociação daquela empresa ocorrida ao final de 2012, conforme descrito na nota explicativa 1.

22. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de R$ 151.556, subscrito e integralizado é composto de 149.677.728 ações, sendo 49.911.902 de ações ordinárias e 99.765.826 de ações preferenciais. Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R$ 12.858 como capital estrangeiro. As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia. **b. Dividendos:** Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, devido ao prejuízo dos exercícios não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO em 20 de abril de 2012 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2011, não serão distribuídos dividendos em 2012. As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos. **c. Reserva legal:** A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social. **d. Reserva de retenção de lucros:** O valor registrado na conta reserva de retenção de lucros refere-se a lucros apurados em exercícios anteriores ao ano de 2008, o qual aguarda proposição do Conselho de Administração para destinação. Tendo em vista que a Companhia registra prejuízos acumulados, tal reserva poderá ser futuramente, utilizada para absorção de tais prejuízos.

23. Instrumentos financeiros: 23.1. Gestão do Risco de Capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia de gestão do risco de capital da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 17 e debêntures detalhadas na nota explicativa 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento: O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Dívida (a)	245.563	271.485	442.929	488.356
Caixa e equivalentes de caixa	(23.797)	(15.028)	(38.210)	(21.929)
Títulos e valores mobiliários	(1.343)	(6.358)	(1.753)	(10.767)
Dívida líquida (b)	220.423	250.099	402.966	455.660
Patrimônio líquido (c)	(65.314)	(31.161)	(65.314)	(30.533)
Índice de endividamento líquido	-3,4	-8,0	-6,2	-14,9

(a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures. (b) Ressalta-se que, para fins de cálculo da dívida líquida a ser utilizada para efeito da verificação dos covenants financeiros das debêntures (nota explicativa 18.b.xiv), não são consideradas as operações de vendor, venpec (vendor de peças) e operações financeiras relacionadas a controlada em conjunto Itapoá. (c) O patrimônio líquido inclui o capital social e reservas. **23.2 Categorias e valores justos dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis próximos com os seus valores de mercado. Durante o período não houve nenhuma transferência entre o nível 2 para os níveis 1 e 3. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

		Controladora		Consolidado	
	Nível	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	4.364
Mantidos até o vencimento					
- Títulos e valores mobiliários	-	1.343	6.358	1.753	10.767
Empréstimos e recebíveis:	-	-			
- Caixa e equivalentes de caixa	-	23.797	15.028	56.715	21.929
- Contas a receber	-	105.199	70.650	112.697	80.356
- Valores a receber de arrendamento mercantil	-	114	3.282	114	3.282
- Outras contas a receber	-	2.831	3.407	3.019	3.407
- Partes relacionadas	-	20.886	12.168	-	-
		154.170	**110.893**	**174.298**	**124.105**

		Controladora		Consolidado	
	Nível	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	4.395
Custo amortizado:	-	-			
- Empréstimos	-	156.452	152.911	353.818	369.782
- Debêntures	2	89.111	118.574	89.111	118.574
- Partes relacionadas	-	-	14.132	-	-
- Fornecedores	-	9.298	3.804	14.113	10.520
		254.861	**289.421**	**457.042**	**503.271**

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo. Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. O valor justo das debêntures foi calculado em R$ 89.111 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 118.574 em 31 de dezembro de 2011). Este instrumento financeiro foi calculado pelo nível 2. **23.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros:** O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Conglomerado Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de "hedge". O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, a Companhia não tem contrato com instumento derivativo de proteção. **23.4. Risco de mercado:** Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta, principalmente, a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. Em relação ao risco relacionado a mudanças nas taxas de cambio, quando necessário, a Companhia administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas e contrata instrumentos financeiros derivativos para miigar sua exposição aos riscos relacionados à tais riscos incluindo: • Swaps de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio; e • Swaps de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos. Considerando as políticas internas de controle de exposição, em 31 de dezembro de 2012 não havia contratos de swap de taxa de câmbio em aberto. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros é administrada pela através da avaliação periódica dos indicadores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, não havia contratos de swap de taxa de juros em aberto. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes: • O prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria em R$ 5.279. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas. **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08:** Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

Risco	Instrumento/operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
De taxa de juros	Empréstimos - moeda nacional CDI	246.899	263.862	281.898
De taxa de juros - Porto	Empréstimos - moeda nacional IPCA	591.155	646.930	707.221
Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio líquido			**(72.738)**	**(151.065)**

23.5. Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, e debêntures registradas no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 30 de setembro de 2012, o valor de R$ 502.482 (R$ 488.356 em 31 de dezembro de 2011) foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 17 e 18). **Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito:** A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação a contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado. **23.6 Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise dos vencimentos:** As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivo — **Controladora**

31 de dezembro de 2012	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Fornecedores	774	1.548	6.976	-	-	9.298
Empréstimos (*)	95.134	19.831	30.561	20.007	-	165.533
	95.908	**21.379**	**37.537**	**20.007**	**-**	**174.831**
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	2.444	1.395	74	-	-	3.913
Empréstimos (*)	17.119	34.526	74.023	163.780	-	289.448
Partes relacionadas	-	-	14.132	-	-	14.132
	19.563	**35.921**	**88.229**	**163.780**	**-**	**307.493**

Passivo — **Consolidado**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
Fornecedores	1.176	2.352	10.585	-	-	14.113
Empréstimos (*)	95.134	19.831	65.721	297.772	33.308	511.766
	96.310	**22.183**	**76.306**	**297.772**	**33.308**	**525.879**
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	6.863	3.657	152	24	-	10.696
Empréstimos (*)	17.979	37.309	104.585	391.320	73.652	624.845
	24.842	**40.966**	**104.737**	**391.344**	**73.652**	**635.541**

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

Ativo — **Controladora**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de Dezembro de 2012						
Contas a Receber	1.402	104.911	713	-	-	107.026
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	114	-	-	114
Partes relacionadas	-	-	14.424	-	-	14.424
Outras contas a receber	-	-	2.831	-	-	2.831
	1.402	**104.911**	**18.082**	**-**	**-**	**124.395**
31 de dezembro de 2011						
Contas a Receber	32.568	27.490	8.169	2.301	254	70.782
Valores a receber de arrendamento mercantil	1.084	1.147	904	147	-	3.282
Partes relacionadas	-	-	208	11.960	-	12.168
Outras contas a receber	-	-	3.407	-	-	3.407
	33.652	**28.637**	**12.688**	**14.408**	**254**	**89.639**

Ativo — **Consolidado**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	R$	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**
31 de Dezembro de 2012						
Contas a Receber	2.045	362	112.507	-	-	114.914
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	7.720	-	7.720	
	2.045	**362**	**120.227**	**-**	**-**	**122.634**
31 de dezembro de 2011						
Contas a receber	40.861	33.350	85	66	6.155	80.517
Valores a receber de arrendamento mercantil	1.084	1.147	904	147	-	3.282
Outras contas a receber	-	-	3.407	-	-	3.407
	41.945	**34.497**	**4.396**	**213**	**6.155**	**87.206**

Linhas de financiamento disponíveis para o Conglomerado Battistella em 31 de dezembro de 2012:

Conta garantida assegurada:	
Não utilizada	900

Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2012 e que podem ser estendidas de comum acordo:

Não utilizada	39.000

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo e passivo

							Consolidado
Ativo	Battistella Ind. e Comércio	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distribuidora	Battistella Adm. e Partic.	Modo Battistella Reflorestamento	Itapoá Terminais Portuários	Total
IR Diferido	-	-	-	97	-	13.144	13.241
CSLL Diferido	-	-	-	44	-	4.753	4.797
Saldo em 31.12.2011	**-**	**-**	**-**	**141**	**-**	**17.897**	**18.038**
IR Diferido	-	-	-	26	-	23.205	23.231
CSLL Diferido	-	-	-	10	-	8.354	8.364
Saldo em 31.12.2012	**-**	**-**	**-**	**36**	**-**	**31.559**	**31.595**

							Consolidado
Passivo	Battistella Ind. e Comércio	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distribuidora	Battistella Adm. e Partic.	Modo Battistella Reflorestamento	Itapoá Terminais Portuários	Total
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	17	-	-	64	273	-	354
Provisão p/Contr. Social Diferido	6	-	-	32	148	-	186
Saldo em 31.12.2011	**23**	**-**	**-**	**96**	**421**	**-**	**540**
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	14	-	-	29	-	-	43
Provisão p/Contr. Social Diferido	5	-	-	19	-	-	24
Saldo em 31.12.2012	**19**	**-**	**-**	**48**	**-**	**-**	**67**
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31.12.2012	**(19)**	**-**	**-**	**(12)**	**-**	**31.559**	

24.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. - Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

	31.12.2012		31.12.2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	(31.545)	(40.792)	(38.985)	(38.159)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	10.725	13.869	13.255	12.974
Efeito tributário das principais adições (exclusões):				
Equivalência patrimonial	(9.213)	-	(1.078)	-
Provisões não dedutíveis	(2.473)	(7.561)	(55)	(2.073)
Efeitos da Lei 11.638/2007 - RTT	(4.678)	(5.052)	(470)	(1.163)
Diferenças de tributação empresas controladas - lucro presumido	-	(1.136)	-	(1.025)
Tributos com exigibilidade suspensa	(3)	2.475	(41)	556
Resultados em operações de swap, não dedutíveis (efeito temporal)	-	10	-	116
Prejuízos fiscais e bases negativas compensadas/geradas no exercício, sem crédito diferido (a)	1.167	1.468	(10.641)	(12.681)
Outros efeitos líquidos	1.839	2.532	(2.414)	1.080
	(13.361)	(7.264)	(14.699)	(15.190)
Imposto de renda e contribuição social	(2.636)	6.605	(1.444)	(2.216)
Corrente	(2.651)	(7.224)	(24)	(10.964)
Diferido	15	13.829	(1.420)	8.748
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	(2.636)	6.605	(1.444)	(2.216)

Composição dos impostos diferidos no resultado

	31.12.2012		31.12.2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício corrente sobre prejuízos fiscais - (b)	6	13.638	(1.494)	9.376
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	(89)	(72)	(6)	(377)
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos passivos	98	263	80	(251)
Reflexo contabilizado no resultado	15	13.829	(1.420)	8.748

(a) Refere-se principalmente aos prejuízos nas empresas que não registraram IR e CSLL diferidos sobre essas diferenças, por não possuírem segurança razoável de lucros tributários futuros. (b) A empresa controlada em cojunto Itapoá Terminais Portuários S.A., registrou imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos acumulados e base negativa da contribuição social, tendo em vista que a Administração, baseada em estudo de recuperabilidade, possui razoável segurança que os lucros tributáveis futuros dos próximos nove anos garantirão a compensação dos referidos impostos diferidos existentes na data do balanço. Os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais foram registrados com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos 10 anos. (*) Considerando o percentual de participação da Companhia na controlada em conjunto e a realização apenas dos impostos diferidos da referida controlada. ***Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa:*** Os prejuízos fiscais compensáveis para apuração do imposto de renda na controladora e no consolidado totalizam, respectivamente, R$ 80.484 e R$ 305.167 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 80.484 e R$ 337.491 em 2011), e as bases negativas de cálculo da contribuição social totalizam, respectivamente, R$ 85.352 e R$ 348.172 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 85.352 e R$ 380.449 em 2011). Tendo em vista o estágio incials das ações da Administração em relação a melhora dos indicadores enconômico-financeiros da Companhia, foram registrados impostos diferidos ativos apenas sobre os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas relativas à Itapoá (empresa do Conglomerado) que possui, nesse momento, razoável segurança quanto a geração de lucros tributáveis futuros.

25. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita operacional bruta				
Vendas	753.122	62.376	849.374	1.018.336
Prestação de serviços	21.608	1.609	60.426	32.236
Outras receitas	395	31	5.983	7.096
	775.125	64.016	915.783	1.057.668
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/serviços	(74.031)	(6.215)	(88.025)	(105.388)
Devoluções e abatimentos	(7.023)	(26)	(7.392)	(3.003)
	(81.054)	(6.241)	(95.417)	(108.391)
Receita operacional líquida	694.071	57.775	820.366	949.277

Coforme mencionado na nota explicativa 2, em novembro de 2011, a então controlada Battistella Veículos Pesados Ltda. foi incorporada pela controladora Battistella Administração e Participações S.A. Por esse motivo, houve significativo incremento nas linhas de receita da controladora.

26. Operações descontinuadas - segmento de energia: Até final do ano de 2009 o segmento "Energia" ou "Distribuidora", era composto de duas unidades operacionais: energia auxiliar - EA e mecânica, transmissão e potência - MTP. No entanto, a Administração deciciu descontinuar tais operações, alinhado ao planejamento estratégico da Companhia de concentrar seus negócios nos segmentos Logística Porto e Veículos Pesados. A descontinuidade desse segmento aconteceu em duas etapas: (a) Em 18 de janeiro de 2010 foram vendidos estoques, marca e outros da operação de distribuição de rolamentos industriais e outros itens de transmissão de potência (operação MTP) para a Nortel Suprimentos Industriais S.A. ("Nortel"), conforme Fato Relevante desta mesma data e Comunicado ao mercado de 18 de fevereiro de 2010. O valor da referida operação se aproxima do saldo contábil existente em 31 de dezembro de 2009. (b) Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado contrato de intenção de venda das operações da operação de Energia Auxiliar (operação EA) junto a SDMO do Brasil, sendo assim, todos os ativos e passivos da operação foram reclassificados para uma conta própria no ativo e passivo circulantes, que foram mantidos até que fosse completada a operação, o que ocorreu efetivamente em 03 de fevereiro de 2012. Análise do prejuízo do exercício das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado está apresentado a seguir. O prejuízo comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

	Consolidado	
Resultado do exercício das operações descontinuadas	**03.02.2012**	**31.12.2011**
Receita com vendas e serviços	9.032	145.458
Outras receitas	24	11
	9.056	**145.469**
Deduções sobre a receita bruta	(1.677)	(31.282)
Custo das vendas	(5.788)	(92.891)
Lucro Bruto	**1.591**	**21.296**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas Comerciais	(854)	(13.327)
Despesas gerais e administrativas	(738)	(11.261)
Resultado financeiro, líquido	53	(6.248)
Outras receitas operacionais	15	2.209
	(1.524)	**(28.627)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**67**	**(7.331)**
Imposto de renda e contribuição social	(39)	(166)
Lucro (prejuízo) do exercício operações descontinuadas	**28**	**(7.497)**

Ativos e passivos diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Consolidado			Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalente de caixa	-	557	Fornecedores	-	15.955
Contas a receber	-	31.169	Obrigações sociais e fiscais	-	5.707
Tributos a Recuperar	-	775	Parcelamentos	-	3.054
Estoques	-	11.950	Adiantamentos recebidos	-	2.358
Outros créditos	-	328	Provisões	-	2.614
	-	**44.779**	Outros valores a pagar	-	254
				-	**29.942**
Ativo não circulante			**Passivo não circulante**		
Realizável a Longo Prazo	**-**	**1.488**	Parcelamentos	-	2.599
Tributos a Recuperar	-	1.445	Provisões	-	748
Depósitos judiciais	-	43	Obrigações sociais e fiscais	-	48
Imobilizado	-	2.802		**-**	**3.395**
Intangível	-	119			
	-	**4.409**			
Total do ativo	**-**	**49.188**	**Total do passivo**	**-**	**33.337**

Ativos da controladora diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	15.665	6.875
Transferência de investimento para operação descontinuada	(15.665)	6.183
Realização dos valores de operação descontinuada	-	(278)
Contas a receber de operações descontinuadas na redução de capital da controlada	-	4.038
Provisão para perda do contas a receber	-	(1.153)
Reflexo na Controladora	**-**	**15.665**

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto de 31 de dezembro de 2012 - operações descontinuadas

(valores expressos em milhares de reais)

	Operações Descontinuadas	
	31.12.2012	31.12.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (operações descontinuadas)	28	(7.497)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Depreciação e amortização	(141)	599
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	-	2.008
Provisão para credito de liquidação duvidosa	-	(418)
Provisão para contingências	1	585
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.092)	9.426
Estoques	225	2.472
Impostos a recuperar	458	785
Outras contas a receber	100	(147)
Despesas antecipadas	10	(14)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(131)	(958)
Obrigações tributárias e sociais	(1.029)	1.130
Adiantamento de clientes	634	(1.090)
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	-	(1.970)
Transações com partes relacionadas	171	19.459
Outras contas a pagar	(43)	1.299
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(809)	25.669
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(449)
Alienação de ativo imobilizado	575	-
Aquisição de ativo intangível	(20)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	555	(449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	-	21.392
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	(1)	(47.451)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1)	(26.059)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes		
De caixa operações descontinuadas	(255)	(839)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	558	1.396
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	303	557
	(255)	(839)

27. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custos variáveis (matérias-primas e materiais de consumo)	601.897	50.336	645.182	770.796
Alugueis	6.073	499	10.585	7.346
Depreciação, amortização, exaustão	2.035	180	23.323	16.482
Despesas de pessoal	44.645	4.678	72.050	60.898
Despesas tributárias	3.208	96	3.829	2.595
Despesas contratuais	-	43	-	225
Fretes e carretos	2.389	467	6.768	5.659
Bonificações, revisões e manutenção RM	2.259	335	2.263	2.496
Honorários assessores jurídicos e terceiros	14.483	1.641	22.624	15.569
Outros	23.756	3.277	46.037	39.252
Total	**700.745**	**61.552**	**832.661**	**921.318**

	Controladora		Consolidado	
Classificados como:	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	617.022	51.584	713.458	823.673
Despesas comerciais	17.571	3.458	27.468	29.018
Despesas gerais e administrativas	66.152	6.510	91.735	68.627
Total de despesas	**700.745**	**61.552**	**832.661**	**921.318**

28. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado baixa e/ou alienação de investimento (a)	(1.398)	(51)	86.302	(67)
Reversão (provisão) para contingências (b)	(7.425)	(197)	(22.047)	(5.848)
Resultado com baixa e/ou alienação do ativo imobilizado	3.155	52	8.365	5.356
Recuperação de custos e despesas	39	450	389	11.498
Multas	(29)	-	(103)	-
Custo de ociosidade (c)	-	-	(5.533)	(6.129)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(7.618)	63	(8.000)	(2.182)
Total	**(13.276)**	**317**	**59.373**	**2.628**

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação **BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. -** Companhia Aberta - CVM nº 01545-8 - CNPJ nº 42.331.462/0001-31 - NIRE 4.130.001.526-1

(a) Os valores apresentados como resultado baixa e/ou alienação de investimento no consolidado referem-se ao resultado positivo da venda, pela Battistella Indústria e Comércio Ltda., das ações da Mobasa, considerando o valor residual da empresa na data da transação, que era de R$ 87.300, e o valor de venda da mesma, R$ 175.000. (b) Refere-se principalmente ao valor de R$ 15.053 referente a constituição de provisão para contingência cível (ver nota explicativa 20.c) e R$ 3.499 de contingências tributárias, referente à Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000. (c) O custo de ociosidade refere-se a custos fixos não alocados aos produtos na operação portuária e reconhecidos diretamente como despesa no período incorrido, em atendimento ao CPC 16.

29. Resultado financeiro: 29.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Juros ativos	653	432	1.686	2.259
Juros s/operações de mútuos	1.960	-	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	390	827	1.200	1.241
Descontos obtidos	91	78	202	260
Ajuste a valor presente	1.031	373	1.076	1.371
Outras receitas financeiras	5	3	5	3
Total	**4.130**	**1.713**	**4.169**	**5.134**

29.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Perdas com operações de SWAP	-	(2.346)	-	(2.346)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.583)	(26.230)	(73.229)	(38.765)
Juros passivos sobre parcelamentos	(2.753)	(1.047)	(3.800)	(2.481)
IOF	(5.392)	(661)	(5.893)	(4.986)
Juros de mora	(121)	-	(652)	-
Comissões sobre debêntures	(1.916)	-	(1.916)	-
Despesas bancárias	(498)	-	(745)	-
Descontos concedidos	(719)	(622)	(829)	(2.603)
Ajuste a valor presente	(671)	(699)	(838)	(1.200)
Outras despesas financeiras	(682)	(3.265)	(2.676)	(22.178)
Total	**(51.335)**	**(34.870)**	**(90.578)**	**(74.559)**

29.3. Variação cambial: A variação cambial é representada substancialmente por operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira. Na controladora o montante de variação cambial passiva é de R$ 279 em 31 de dezembro de 2012 (variação cambial ativa de R$ 661 em 2011) e no consolidado os montantes de variação cambial passiva é de R$ 802 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.340 de variação cambial ativa em 2011).

30. Informações por segmento: A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerência o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 (IFRS 8). Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são: (a) Florestal (silvicultura, logística florestal, e industrialização de componentes de madeira); (b) Veículos pesados (veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços); e (c) Logística Porto (porto para logística de contêineres, localizado em Santa Catarina). As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir: **30.1. Receitas e resultados por segmento:** A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir: (*) Refere-se substancialmente às operações corporativas da holding, Battistella Administração e Participações S.A. ***Receita dos principais produtos e serviços:*** A receita dos principais produtos já encontram-se abertas no item anterior, pois os segmentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

30.2. Ativos e Passivos por segmento

	Consolidado									
	31.12.2012					31.12.2011				
	Florestal	**Veículos Pesados**	**Logística Porto**	**Outros**	**Total**	**Florestal**	**Veículos Pesados**	**Logística Porto**	**Outros**	**Total**
Receita líquida das operações continuadas	**98.883**	**694.071**	**30.504**	**-**	**823.458**	**97.290**	**851.326**	**8.653**	**31**	**957.300**
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(801)	-	-	-	**(801)**	(661)	-	-	-	(661)
Custo dos serviços prestados	(81.957)	(617.022)	(17.570)	-	**(716.549)**	(83.764)	(745.029)	(3.698)	-	(832.491)
Lucro bruto das operações continuadas	**16.125**	**77.049**	**12.934**	**-**	**106.108**	**12.865**	**106.297**	**4.955**	**31**	**124.148**
Despesas (receitas) operacionais	51.891	(96.999)	(19.473)	(422)	**(65.003)**	(15.469)	(66.387)	(18.134)	(3.667)	(103.657)
Provisão para desvalorização de ativos (impairment)	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	**68.016**	**(19.950)**	**(6.539)**	**(422)**	**41.105**	**(2.604)**	**39.910**	**(13.179)**	**(3.636)**	**20.491**
Resultado financeiro	(2.595)	(47.484)	(36.677)	(313)	**(87.069)**	(2.385)	(19.442)	(15.495)	(30.763)	(68.085)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	**65.421**	**(67.434)**	**(43.216)**	**(735)**	**(45.964)**	**(4.989)**	**20.468**	**(28.674)**	**(34.399)**	**(47.594)**
Imposto de renda e contribuição social	(4.383)	(2.636)	13.663	-	6.644	(1.379)	(10.213)	9.376	-	(2.216)
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	**(6)**	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	**61.038**	**(70.070)**	**(29.553)**	**(735)**	**(39.326)**	**(6.368)**	**10.255**	**(19.298)**	**(34.399)**	**(49.810)**
a) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas					823.458					957.300
Eliminação de receitas entre segmentos de operações continuadas					(3.092)					(8.023)
Receita líquida da entidade de operações continuadas					820.366					949.277
b) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas					(39.326)					(49.810)
Eliminação do resultado entre segmentos					5.139					9.435
Lucro (prejuízo) do exercício					(34.187)					(40.375)

(*) Valor refere-se às empresas inativas dentro do grupo. Em 2011 o valor era composto também pela Holding, entretanto com a incorporação da Battistella Veículos Pesados, para 2012 o valor foi considerado dentro do segmento de veículos pesados.

	Consolidado	
Ativos dos Segmentos	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Florestal	55.350	165.241
Veículos Pesados	181.854	143.850
Logística Porto	255.794	239.423
Outros	24.321	4.340
Total do ativo de segmentos divulgáveis	**517.319**	**552.854**
Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Ativos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	49.188
Eliminação de ativos entre segmentos	(20.983)	(37.049)
Total do ativo	**496.336**	**564.993**

	Consolidado	
Passivos dos Segmentos	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Florestal	58.679	58.808
Veículos Pesados	196.374	144.374
Logística Porto	206.637	216.960
Outros	31.829	70.841
Total do passivo de segmentos divulgáveis	**493.519**	**490.983**
Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Passivos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	33.337
Empréstimos e debêntures captados	89.110	118.533
Eliminação de passivos entre segmentos	(20.979)	(47.327)
Total do passivo	**561.650**	**595.526**

30.3. Outras informações dos segmentos

	Consolidado			
	Depreciação		Adições ao ativo imobilizado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Florestal	5.351	6.132	1.246	4.321
Distribuidora	-	863	-	448
Veículos Pesados	1.866	1.685	1.492	861
Logística Porto	10.843	3.777	13.732	40.731
Outras	17	433	-	36
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	**18.077**	**12.890**	**16.470**	**46.397**

30.4. Informações geográficas: Em 2012 e 2011 todos os ativos dos segmentos reportáveis estavam localizados em território brasileiro, sendo que, substancialmente, as vendas foram realizadas no território brasileiro. **30.5. Informações sobre principais clientes:** Em nenhum dos segmentos reportáveis, não há concentração de vendas por clientes, sendo que nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 2012 e 2011.

31. Seguros: Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R$ 135.718. (R$ 163.332 em 2011). Em decorrência da diluição dos riscos envolvidos pela diversidade da localização dos projetos, a Companhia é autosegurador de suas florestas e dos projetos de reflorestamento, não tendo sido contratado seguro. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

32. Compromissos: A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R$ 799.

33. Prejuízo por ação:

Proveniente de operações continuadas

	Controladora/Consolidado			
Denominador	**31.12.2012**	**Média em relação ao total**	**31.12.2011**	**Média em relação ao total**
Ações ON - R$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	**149.677.728**		**149.677.728**	
Numerador				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R$ 1	(34.153)		(47.926)	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	**(0,228)**		**(0,320)**	

Proveniente de operações descontinuadas

	Controladora/Consolidado			
Denominador	**31.12.2012**	**Média em relação ao total**	**31.12.2011**	**Média em relação ao total**
Ações ON - R$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	**149.677.728**		**149.677.728**	
Numerador				
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas atribuído para classes de ações - R$	28.000		(7.497)	
Resultado de operações descontinuadas por ação básico e diluído	**0,000**		**(0,050)**	

Não há evento diluidor/não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia em 2012 e em 2011.

34. Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 05 de março de 2013.

continua

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria & Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Declaramos, na qualidade de Diretores da empresa **Battistella Administração e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n° 555, 15º andar, Centro - CEP 80.430-180, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/001-31, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Marcos Andreetto Perillo
Rildo Pinheiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e DE 2011

Declaramos, na qualidade de Diretores da empresa **Battistella Administração e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n° 555, 15º andar, Centro - CEP 80.430-180, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/001-31, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2012, datado de 05 de março de 2013.

Marcos Andreetto Perillo **Rildo Pinheiro**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ernesto Heizelmann - Presidente
Emilio Battistella - Vice-Presidente
Conselheiros
Luciano Ribas Battistella **Maurício Valente Battistella** **José Mario Marim**
Rafael Ramos Battistella **Melissa Rizzo Battistella**

DIRETORIA

Diretoria de Relações com Investidores
Marcos Andreetto Perillo (até 31.12.2012)
Rildo Pinheiro (a partir de 01.01.2013)

Terezinha do Rocio Machado - Contadora
CRC: PR 039883/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Battistella Administração e Participações S.A. - Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Battistella Administração e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Battistella Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Battistella Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Sem ressalvar a nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e consequente redução de capital de giro. Para reversão desta situação, a Companhia vem reestruturando o perfil do seu endividamento financeiro, conforme mencionado na nota explicativa 1, alienou parcela significativa de suas atividades do setor florestal e está descontinuando operações deficitárias, conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 26. Com relação a sua controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários S.A., o incremento de suas operações, bem como sua continuidade operacional dependem da manutenção do apoio financeiro proveniente de seus acionistas ou da obtenção de financiamento adicional com recursos de terceiros, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente ao seu equilíbrio econômico-financeiro. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Battistella Administração e Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos:** ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:*** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação. ***Demonstrações do valor adicionado:*** Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 5 de março de 2013

KPMG

KPMG Auditores Independentes **Marcello Palamartchuk**
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1PR049038/O-9

R$ 34.560,00 - 22378/2013

